FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.780 — DOMINGO, 23 DE JUNHO DE 2024 — R$ 9,90

Ilustrada ilustríssima C1

Pesquisa mostra as visões sobre aborto no Brasil

Estudo analisa, por meio de analogias, a opinião dos brasileiros sobre o procedimento e conclui que a maioria defende o direito de escolha da mulher.

+ Caminho para reduzir violência é se abrir a ideias contrárias no debate, diz neurocientista C6

Cotidiano B3

PL Antiaborto por Estupro não foi debatido e igrejas, afirmam fiéis

Cotidiano B2

Guarapiranga, represa paulistana, tem praias privadas e disputa por espaço

Ciência B6

Pico de atividade do Sol pode interferir em sinal de internet e GPS

MÔNICA BERGAMO

A verdade sempre aparece, diz Patrícia Poeta após críticas pelo Encontro C2

A apresentadora no estúdio em São Paulo *Eduardo Knapp/Folhapress*

1 em 3 diz ter acesso a coleta seletiva, mas não separa lixo

Datafolha aponta que 54% afirmam ter acesso a sistema, e 99% opinam que reciclagem é importante para o futuro

A reciclagem é considerada algo importante para o futuro do país e do mundo por 99% dos brasileiros, segundo pesquisa Datafolha. O instituto questionou a percepção da população e suas práticas de seleção de resíduos. Apesar de indicarem relevância na ação, 1 em cada 3 diz ter acesso ao sistema de lixo separado e não aparta materiais em casa.

Dos 71% que afirmam separar o lixo que pode ser reciclado, 51% dizem o fazer sempre, 17%, só de vez em quando e 4%, raramente. "Os dados mostram a necessidade de expansão da coleta seletiva e como há desperdício desse serviço, pago com recursos públicos", avalia Flávio Ribeiro, conselheiro do Pacto Global da ONU para economia circular.

De abrangência nacional, a pesquisa entrevistou 2.010 pessoas em 112 municípios de todas as regiões brasileiras, entre 13 e 21 de maio. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. **Ambiente B7**

População alega preguiça e desconhecimento para não separar materiais B7

Indexação pressiona contas públicas e alimenta inflação

Trinta anos após a implementação do Plano Real, a indexação da economia brasileira diminuiu, mas não foi excluída. Dois terços das despesas federais são corrigidas por índices ou salário mínimo. Adotada como defesa contra a corrosão do poder de compra, a medida protege o cidadão mais vulnerável.

Economistas, porém, avaliam que uma economia menos indexada facilitaria a tarefa de manter a estabilidade da moeda. A correção automática de despesas pressiona as contas públicas e impulsiona a chamada inércia inflacionária (reajuste que incorpora aos preços os efeitos da inflação passada). **Mercado p.1**

Cidade de parque eólico se frustra após boom de obra

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Dom Inocêncio (PI) é a terceira cidade no país com a maior capacidade de gerar energia pelo vento. As obras impulsionaram a economia, mas houve frustração após a partida de trabalhadores. A energia oscila, e o esgoto depende de fossa. **Mercado p.10**

Torres em Dom Inocêncio (PI), onde fica o maior parque eólico da América Latina; cidade viveu bonança no passado, mas hoje há desânimo pela partida de trabalhadores *Eduardo Anizelli/Folhapress*

Celso R. de Barros

Hora de revisar gastos chegou

As derrotas no Congresso, os juros nos EUA e a turbulência no mercado financeiro devem obrigar a equipe econômica a antecipar a discussão sobre despesas. Medidas controversas, a desvinculação do piso da Previdência do salário-mínimo e a revisão de gasto com saúde e educação podem entrar na pauta. **Política A10**

Medo de desgaste imobiliza PT em temas de costumes

A cautela do governo na dita pauta de costumes no Congresso levou o PT a ficar a reboque de outros partidos e de artistas em dois projetos que dominaram o debate público: a "PEC das Praias" e o PL Antiaborto por Estupro. A perda de protagonismo se dá pela tentativa da gestão Lula (PT) de enfatizar os temas econômicos. **Política A4**

ENTREVISTA

Jorge Gerdau

Se é para errar nos incentivos fiscais, melhor não ter

O empresário Jorge Gerdau, 87, afirma que política de incentivos fiscais não pode depender de uma eficiência maior de lobby. Ele critica a demora na aprovação da reforma tributária e vê o país 30 anos atrasado em termos de competitividade. **Mercado p.5**

Imigração é problema na eleição até para os imigrantes nos EUA

A imigração se tornou um dos principais problemas na visão dos americanos. O assunto ficou à frente de economia, governo e inflação em 3 de 4 pesquisas Gallup.

Mais de 9 milhões tentaram entrar no país sob Joe Biden. Em ano de eleição presidencial, Donald Trump é visto como mais competente sobre o tema. **Mundo A12**

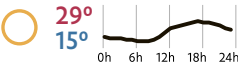
EDITORIAIS A2

Sociedade impõe limites a excessos na política

Sobre efeitos moderadores da opinião pública.

Militares custosos

Em defesa de reforma previdenciária nas Forças.

ATMOSFERA

Fonte: www.climatempo.com.br

São Paulo hoje

	Hoje	Amanhã
Rio	17º 34º	18º 35º
Brasília	14º 28º	15º 29º
Ribeirão	15º 32º	16º 33º

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Sociedade impõe limites a excessos na política

Reação dificulta guinadas como a que se ensaia no aborto e indica que o melhor para o Congresso e o Executivo é concentrar-se em reformas econômicas

Ao que tudo indica, caminha para o fracasso a tentativa de uma minoria estrepitosa de deputados federais de fazer retroceder a já antiquada legislação sobre aborto no Brasil. A forte reação da sociedade à proposta de criminalizar a prática em gravidezes decorrentes de estupro impôs limites à insanidade.

Como apontou o Datafolha, 66% dos brasileiros se opõem ao PL Antiaborto por Estupro. A rejeição ao diploma entre os evangélicos, em nome dos quais alguns parlamentares oportunistas alardeiam patrocinar o projeto, também se mostra solidamente majoritária (58%).

O resultado não deveria causar espanto em quem acompanha a opinião pública brasileira nas últimas décadas. As maiorias em regra desconfiam de guinadas em normas concernentes a costumes propostas por lideranças radicais.

O mesmo Datafolha identificou essa tendência sob Jair Bolsonaro (PL). O conjunto de proposições extremistas encarnado pelo então presidente não era compartilhado pelo brasileiro médio, o que se refletiu no Congresso e em outras instâncias que dificultaram, quando não impediram, os retrocessos.

Na esteira do desgaste com a audácia de buscar votar a toque de caixa o texto sobre aborto, parece ter-se firmado na chefia da Câmara a saudável orientação de deixar em segundo plano tramitações de temas de valores ou controvertidos, como a proposta que na prática enterra as delações premiadas.

O encaminhamento indicado para esse quadro é priorizar pautas que possam livrar o país da maldição da baixa produtividade e do crescimento irrisório da renda. Decerto haverá possibilidades de se formarem consensos bem mais interessantes para a população se o esforço de Executivo e Legislativo se concentrar na área da economia.

Corre na Câmara a fase crítica da reforma dos tributos, a das leis inferiores à Carta que vão especificar a operação do novo regime. A voracidade dos lobbies ao redor dos deputados é tamanha que só a vigilância da sociedade poderá salvaguardar o princípio republicano de que todos pagam o mesmo e as alíquotas são as menores possíveis.

Além disso, há decisões importantes a tomar já sobre o futuro das contas públicas brasileiras. A recuperação das receitas federais não pode mais ser a única estratégia para que a União volte a caminhar para o equilíbrio orçamentário e equacione o endividamento.

É preciso tomar medidas, como desvinculações de receitas em saúde, Previdência e educação, para domar a elevação insustentável das despesas. O preço da tergiversação já se vê na disparada na cotação do dólar e nos juros da praça.

Perder tempo com disputas imaginárias e radicais sobre costumes atrasa e empobrece o país.

Militares custosos

Disparidade gritante entre a Previdência das Forças Armadas e a dos civis exige reforma ampla

O déficit das contas federais e a dificuldade do governo petista em lidar com o problema provocam debate urgente sobre gastos, até agora praticamente intocados. A reforma da Previdência das Forças Armadas é um exemplo dessa pauta.

O gasto com militares da ativa equivale a só 57% daquele com militares na reserva, reformados e pensionistas. No caso dos civis, a proporção é de 156% —no último ano até abril, desconsideradas sentenças judiciais e precatórios.

A despesa com inativos das Forças está em 0,53% do PIB por ano (R$ 58,9 bilhões); com os civis, em 0,84% do produto (R$ 92,9 bilhões). Mas os beneficiários militares somam 313 mil, ante 796 mil civis.

Segundo dados do Tribunal de Contas da União, publicados pela **Folha**, o déficit por beneficiário no INSS ronda os R$ 9.400. Entre civis, são R$ 69 mil; já entre os militares, a conta vai a R$ 159 mil.

Servidores das Forças se aposentam mais cedo e mantêm seus vencimentos quando inativos. Sobrevivem regimes especiais de proteção para pensionistas. Sua Previdência não sofreu reforma ampla neste século, como a dos civis.

Os militares argumentam que trata-se de compensação para especificidades da carreira —não têm hora extra, adicional noturno nem sindicatos e são obrigados a mudanças constantes de cidade.

No entanto cerca de metade dos trabalhadores brasileiros não possui os direitos de contratados formais nos setores privado e público. Ademais, não é na Previdência que se deve corrigir desigualdade do mercado de trabalho. Ainda que a condição militar deva ser levada em conta, a disparidade na aposentadoria é exagerada.

Em comparação internacional, o gasto nas Forças do Brasil é alto. É fato que a despesa com servidores federais (ativos, inativos e pensionistas) tem diminuído, de 4,26% do PIB em 2008 para 3,17% do PIB atualmente, redução considerável, em particular entre os civis.

Ainda assim, é urgente uma reforma administrativa, também de organização e métodos, a fim de modernizar o trabalho e dirigi-lo aonde é mais necessário. O serviço público militar não pode ficar fora dessa revisão geral.

Liberalismo como modo de vida

Hélio Schwartsman

Pelo menos no Ocidente, nós respiramos liberalismo —não apenas as instituições políticas que nos acostumamos a associar a essa corrente de pensamento, como eleições livres, império da lei e livre mercado, mas também seu sistema de valores, que inclui noções como igualdade, equidade e respeito.

Esses elementos estão tão entranhados na cultura que nossa tendência é tomá-los como dados da natureza, não como resultado de um movimento filosófico. E, por estarmos tão imersos no liberalismo, deixamos de apreciar quanto ele molda nossa psicologia e influencia os mais diversos aspectos de nossa sociedade, da moral à estética.

Esse é o ponto de partida de "Liberalism as a Way of Life", de Alexandre de Lefebvre. O autor prossegue dizendo que pelo menos aqueles de nós que não seguem uma religião deveriam intensificar esse processo, abraçando também seus aspectos metafísicos, até transformar o liberalismo numa filosofia de vida, da qual possamos extrair satisfação pessoal e preencher vazios existenciais.

Lefebvre monta sua argumentação com base em dois autores principais. O primeiro é John Rawls, de quem tira a ideia de que o liberalismo não apenas leva as sociedades a funcionar como um sistema justo de cooperação como também a de que ele embute uma concepção de boa vida. O segundo é o classicista Pierre Hadot, para quem filosofias devem ser vistas também como uma receita para viver a vida, um exercício espiritual.

O texto de Lefebvre junta comentários eruditos com inúmeras referências pop a livros, filmes e séries de TV, o que torna leitura divertida e faz ver quanto a ideologia liberal permeia nossa cultura.

Ao mostrar o que falta para o liberalismo converter-se numa "religião civil", que responda ao que seriam necessidades metafísicas do homem, Lefebvre acaba dando algumas pistas de por que visões de mundo iliberais estão ganhando espaço em tantas partes do mundo.

helio@uol.com.br

As farsas da operação antiaborto

Bruno Boghossian

A operação que levou adiante o projeto de lei Antiaborto por Estupro tomou impulso numa sequência de farsas. Para chegar até a boca de uma votação no Congresso, os defensores da proposta lançaram mão de abusos, artimanhas e uma boa dose de malandragem política.

A primeira trapaça foi armada pelo Conselho Federal de Medicina. Em março, o órgão aprovou uma resolução que impedia médicos de usarem a assistolia fetal para o aborto em gestações acima de 22 semanas, mesmo em casos de estupro. Os doutores devem ter achado que estavam acima da lei, que não proíbe a interrupção da gravidez nesse estágio e não veda o uso da técnica, recomendada pela OMS.

A bancada bolsonarista entrou em ação quando Alexandre de Moraes derrubou a norma do CFM. Os parlamentares atiçaram as brasas do conflito com o ministro para acelerar um projeto que não fala sobre métodos de aborto e propõe, no final das contas, punir mulheres vítimas de estupro como homicidas.

Quase ninguém tentou disfarçar a trama. O autor do texto, Sóstenes Cavalcante, estava mais interessado em montar uma emboscada para Lula do que em discutir o conteúdo: "Quero aprovar esse projeto para ver se ele vai sancionar ou se vai vetar". O deputado pareceu feliz da vida em patrocinar uma perversidade para desgastar um adversário.

O recuo forçado na tramitação da proposta também teve uma certa encenação. Interessado no apoio dos evangélicos, Arthur Lira havia pisado no acelerador para aprovar, em 23 segundos, um requerimento de urgência para o texto —mecanismo que, muitas vezes, serve para queimar etapas e deixar um projeto pronto para uma votação surpresa. Depois, ele disse que a intenção nunca foi avançar sem debate amplo.

Entre acordos e negociatas, dribles e jeitinhos, crueldades e delírios de grandeza, a proposta caminhou até ser freada pela reação enérgica de seus críticos e opositores. Ficará na gaveta até o próximo ataque de oportunismo político.

Mais listas de vingança

Ruy Castro

Outro dia ("Listas assim ou assado", 14/6), queixei-me das listas de "maiores álbuns de todos os tempos" que os americanos e ingleses nos impõem. Só contêm discos de 1966 para cá, todos de rock e cantados em inglês. É como se o resto do mundo fosse mudo. De vingança, sugeri duas listas, também de "maiores de todos os tempos", só que de álbuns de bossa nova e de samba-canção. E poderia ter feito outras, de samba, choro, marchinhas de Carnaval ou baião. Ou de canções francesas, tangos, boleros ou mambos, tão arrogantes quanto as deles.

Nada contra a música em inglês, evidente. Mas mesmo nesta há todo um universo que as listas deles ignoram: o dos cantores da nota exata, que cantavam as grandes canções e sabiam o que cantavam. Aí vai uma lista, sujeita a contestações: 1. "Songs for Swingin' Lovers" (Frank Sinatra); 2. "The Astaire Story" (Fred Astaire, 4 vols.); 3. "Songs by Bobby Short"; 4. "Tony Bennett/Bill Evans" (2 vols.); 5. "Mel Tormé Swings Shubert Alley"; 6. "Bing With a Beat" (Bing Crosby); 7. "Just One of Those Things" (Nat King Cole); 8. "The Voice That Is" (Johnny Hartman); 9. "Basie/Eckstine, Inc." (Count Basie e Billy Eckstine); 10. "The Ray Charles Story" (3 vols.).

E a das garotas? 1. "Lady in Satin" (Billie Holiday); 2. "Duet" (Doris Day e André Previn); 3. "Dream Street" (Peggy Lee); 4. "Merely Marvelous" (Mabel Mercer); 5. "The Cole Porter Song Book" (Ella Fitzgerald); 6. "Once Upon a Summertime" (Blossom Dearie); 7. "Torchy!" (Carmen McRae); 8. "Judy at Carnegie Hall" (Judy Garland); 9. "West of the Moon" (Lee Wiley); 10. "Ethel Waters on Stage and Screen (1925-1940)".

Com as devidas desculpas a Dick Haymes, Joe Williams, Mark Murphy, Jackie Paris, Bobby Troup, Sammy Davis Jr., Mildred Bailey, Sarah Vaughan, Rosemary Clooney, Anita O'Day, Julie London, Dinah Shore, Lena Horne e muitos mais.

A música não cabe em listas.

Direita, volver

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

Repercutiu uma discussão sobre se a universidade deveria abrir-se mais para o pensamento de direita. Houve quem enxergasse no argumento laivos de "Sobre a Liberdade", de John Stuart Mill, com sua ênfase no valor inerente da individualidade e da liberdade de expressão. Para o filósofo inglês oitocentista, uma opinião silenciada pode conter boa parte de verdade. Logo, diversidade e debate são eticamente saudáveis numa democracia, onde a razão estaria sempre com o povo, suposta expressão da vontade coletiva.

Mas argumento como intervenção racional no pensamento político precisa ser validado por prova prática. Isso ganha urgência nas mutações da experiência concreta, em que razão e percepção podem deixar de coincidir. São, portanto, viáveis alguns reparos empíricos à alegada ausência de direita no campo universitário.

É que em 50 anos de trabalho na maior universidade federal do país jamais tivemos percepção de domínio da esquerda, entendida como militância orientada pela revolução emancipatória. Esse foi sempre o fantasma útil da repressão. A realidade se matiza por silenciosa maioria conservadora, uma coorte de progressistas (centro-esquerda, social-democracia) e nichos convictos das utopias religiosamente reveladas pelo determinismo histórico.

A direita stricto-sensu, espectro reacionário de ideias, sempre esteve embuçada nas fileiras conservadoras. Calava por vergonha, mesmo na ditadura. Expõe-se agora como ultradireita, que é o brutalismo das situações extremas, apoiada no anonimato da desinformação das redes ou na blindagem parlamentar. Sem nada formular de interesse nacional, controla as duas casas legislativas federais, retrocede com religiosos a uma sinistra teocracia, realiza por ideologia o que os militares não conseguiram com armas.

Cabe, assim, duvidar da vontade dessa ultradireita de estar na universidade, espaço articulado, tanto nas ciências humanas como nas exatas, em torno da verdade. Aliás, direita e esquerda são termos antigos em que o mundo não mais se reconhece: o que é dado a ver ultrapassa qualquer realidade original. Politicamente, arma-se um projeto neobárbaro de poder, com as massas realocadas, da falência dos partidos populares, para a ultradireita.

Numa socio-ecologia da mentira, não é mais questão de pensamento, e sim de checagem de dados. Os extremistas sabem, como Thomas Jefferson, que "o preço da liberdade é a vigilância". Daí o recente ataque da câmara de horrores ao Netlab, laboratório de pesquisa em desinformação da ECO/UFRJ, assim como a outras iniciativas do gênero no Brasil e no mundo. Neobarbarismo, protofascismo são só termos aproximativos. O que há mesmo é pulsão brutalista de morte na dispersão de palavras, de sentido e de vida.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Por que não falamos sobre os católicos?

Mais discreta, ação conservadora atua no Judiciário

Rodrigo Toniol

Professor de antropologia da UFRJ, é membro da Academia Brasileira de Ciências

Ao longo da última década, a nova onda conservadora do país tornou-se pauta incontornável. Tão persistente quanto o tema é a identificação dos evangélicos como os responsáveis pela guinada que o Brasil teria feito em direção à direita cristã. Muito menos observada, no entanto, são as formas e forças que grupos católicos têm desempenhado neste processo. Afinal, o que há de católico neste momento em que a identidade conservadora virou um ativo político?

A invisibilização do assunto no debate público é antes de qualquer coisa sintomática. E assim o é por três razões fundamentais. Em primeiro lugar, por mais que a paisagem religiosa nacional esteja se transformado, estamos tão habituados às formas de atuação política de parcelas católicas que suas ações passam por baixo do radar crítico dos analistas.

Em segundo lugar, muitos dos próprios analistas de conjuntura política foram forjados em um ambiente em que o universo católico representava um horizonte de respiro à esquerda, com a forte atuação de pastorais como as de favela, saúde, carcerária e ações em prol da garantia de direitos humanos.

Por fim, os eventos históricos que envolvem estratos católicos como o Integralismo e as movimentações da Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade (TFP) sempre foram vistas como mais orgânicas na nossa formação política do que entrada de lideranças evangélicas no regime político.

Para identificar e reconhecer a força dos católicos na nova leva conservadora, no entanto, é preciso ainda fazer um ajuste de foco. Isso porque, por contraste, ao contrário das lideranças evangélicas mais histriônicas, que usam a visibilidade das redes sociais e o próprio Legislativo para defender suas pautas, no caso dos católicos o caminho tende a ser outro.

Se é o Parlamento um dos principais espaços de vocalização de políticos evangélicos, com os católicos a atividade é mais silenciosa —nem por isso menos efetiva— e ocorre, sobretudo, no Judiciário.

Em pesquisa recente que coordenei, realizada pelo Iser (Instituto de Estudos da Religião), identificamos mais de duas dezenas de associações jurídicas católicas plenamente atuantes na judicialização de sua agenda de costumes. Associações que reúnem juristas de peso, como Ives Gandra da Silva Martins, se espalham por todo país.

Foi no âmbito do Judiciário que, em outubro de 2020, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu favoravelmente uma ação movida pelo Centro Dom Bosco de Fé e Cultura, organização ligada à direita católica, contra as Católicas pelo Direito de Decidir —uma das mais antigas ONGs do país em defesa do direito sexual e reprodutivo das mulheres.

A decisão declarava a ilicitude do grupo de se declarar católico. Segundo a sentença, há "pública, notória, total e absoluta incompatibilidade com os valores mais caros adotados pela associação autora e pela Igreja Católica de modo geral e universal, segundo o qual não dependem de prova dos fatos". O posicionamento dos magistrados combinaria melhor com o timbre da Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, do que com o de uma corte laica brasileira. E não é exceção.

Ao analisarmos o conteúdo das ações movidas por tais agentes, é possível identificar uma rede de atuação conjunta e coordenada entre diferente grupos que acionam o Judiciário em busca da criação de jurisprudência sobre temas como família, gênero e sexualidade.

Ao seguir os atores implicados nessa rede e nos debruçarmos sobre seu modus operandi, dois outros aspectos se destacam. As associações católicas investem firmemente na formação de novos quadros intelectuais. E em muitas dessas ações ocorre uma espécie de ecumenismo jurídico, em que católicos e evangélicos atuam conjuntamente em uma mesma agenda. Já é hora de olharmos para os católicos para entendermos o nosso novo conservadorismo.

Carvall

O papel de educador já não pertence ao professor

Ensino vive perturbante paradoxo expansionista

Raymundo Paraná

Professor titular de gastro-hepatologia da Faculdade de Medicina da UFBA; ex-presidente da Sociedade Brasileira de Hepatologia e da Associação Latino-Americana para o Estudo do Fígado

Ao longo de 32 anos como professor de medicina, percebi diferentes fases no ensino, seja na relação aluno-professor, seja no interesse profissional do jovem. O que ocorre nos últimos anos, contudo, é perturbante.

O ensino superior no Brasil vive um paradoxo expansionista, no qual a qualidade cedeu lugar à quantidade. Em adição, temos o papel recente das redes sociais no comportamento e aprendizado dos alunos, pois essas plataformas digitais chegaram no auge da fragilização qualitativa do ensino superior. Jamais vi tamanha modificação comportamental e de interesses!

Eu não entendo um professor que não seja educador. Quando falo educador, não me refiro à etiqueta doméstica, que deve vir da família. Refiro-me à postura, à linguagem científica, à vestimenta adequada, à conversa plástica para se fazer entendido por pessoas com níveis cognitivos e padrões socioculturais diferentes. Falo ainda da linguagem não verbal, que é ferramenta de empatia e compaixão na boa relação médico-paciente.

É inconcebível a medicina sem humanismo, como é inconcebível humanismo sem boa relação entre seres humanos —principalmente numa assimetria relacional, onde médico e paciente costumam ter expectativas desalinhadas.

As redes sociais incorporaram a superficialidade e banalizaram a importância da relação entre seres humanos no processo cura e/ou conforto. A "coisificação" humana está em curso de normalidade.

Em um recente artigo, pacientes que realizaram consultas com uma máquina de inteligência artificial tiveram nível de satisfação um pouco maior do que aqueles que consultavam o médico. Em outras palavras, o paciente começa a abdicar de prerrogativas relacionais com o profissional de medicina para entrar no pântano do "dr. IA" em consultas.

Para piorar, o ensino médico no Brasil, cada vez mais banalizado e massificado, não se mostra capaz de mínima reação. Ao contrário: parece satisfeito com esse rumo ameaçador.

As mudanças comportamentais são a expressão de evolução da humanidade. Nas últimas décadas, tivemos muitos ganhos na compreensão holística do ser humano, na tolerância à diversidade e no reforço ao respeito. Mais recentemente, porém, esse avanço estagnou-se, aprisionado numa bolha sufocante.

As redes sociais têm um poder avassalador. A medicina não escapou da contaminação por essa virulenta doença, mas a falta de reação é mais preocupante do que a enfermidade em si. Na atualidade, aceita-se o novo normal, mesmo diante de valores tão desprezíveis.

A universidade deve ser para todos, mas não para qualquer um, pois há intrínseca responsabilidade de quem recebe a unção do diploma de medicina num país tão desigual como o Brasil. Não bastassem as lacunas crescentes no mediocrizado ensino médico, o papel de educador já não pertence ao professor —o que é, particularmente, desastroso.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Ex-Rota como vice de Nunes

Tarcísio é muito esperto. Meteu um matador no colo do Nunes para amenizar a sua fama de chacinador ("Tarcísio anuncia ex-Rota indicado por Bolsonaro para vice de Nunes na eleição", Política, 22/6). Mas vai dar tudo errado!

Marcelo Magalhães (Rio de Janeiro, RJ)

*

Até para eles foi um anúncio constrangedor.

Vinicius Chaves (São Paulo, SP)

*

Político deve ter mais ácido no estômago para digerir sapos que engole.

Paulo Usuda (São Paulo, SP)

Gravidez precoce

Isso tem que parar de acontecer ("A cada dia, 26 meninas menores de 14 anos se tornam mães no país; 20% se declaram casadas", Saúde, 22/6). Ter um filho é responsabilidade muito grande. Muitos menores infratores vieram de famílias desestruturadas ou sem pai nem mãe.

Valdemar Basso (Americana, SP)

Pantanal sem ajuda aérea

Agora dinheiro para picanha, uísque 12 anos, viagra e simulações de guerra, os militares têm ("Falta de aviões atrasa combate ao fogo no pantanal", Ambiente, 22/6). O Estado brasileiro serve a quem?

Jenny Gonzales (São Paulo, SP)

São João e apropriação cultural

"Nordeste não é dono da festa de São João" (Cozinha Bruta, Folha Corrida, 22/6). Então, libera a gente para comer pizza com ketchup e está tudo certo. De saco cheio desse povo que fica tendo chilique dizendo que só se come pizza com azeite em nome da pureza da pizza e coloca linguiça no nosso cuscuz.

Anna Rodrigues (Vitória, ES)

Racismo estrutural

Qual a surpresa ("SP enquadrou 31 mil negros como traficantes em situações similares a de brancos usuários", Cotidiano, 22/6)? O sistema é cruel contra a pessoa negra, em especial se ela for de periferia. E tem quem diz que "racismo é mimimi". A extrema direita é a maior invenção do sistema.

Felipe José Fernandes Macedo (São João Del Rei, MG)

*

Um dos infográficos do texto aponta que, entre os negros presos, 52% tinham só o ensino fundamental completo; entre os brancos, 28%. A exclusão é anterior à prisão. Ela já está presente no ensino básico.

Enir Antonio Carradore (Criciúma, SC)

Educação

Que trabalho maravilhoso ("Quatro escolas do Brasil concorrem a prêmio de melhores do mundo", Cotidiano, 22/6)! Esses professores são um exemplo a ser seguido para o Brasil se tornar um país melhor.

Vitor Gomes de Almeida (Londrina, PR)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (22.JUN, PÁG. A10) Diferentemente do publicado no texto "Evento de Gilmar em Lisboa terá Lira, Pacheco e ministros", Rodrigo Pacheco disse que não irá ao fórum do IDP, apesar de seu nome constar no programa do evento.

MERCADO (22.JUN, PÁG 2) A Reforma da Previdência e a PEC da Transição foram aprovadas pelo Congresso em 2019 e em 2022, respectivamente, não em 2018, como escrito na coluna "Governo precisa acertar primeiro ajuste fiscal no curto prazo".

ASSUNTO QUAL É O SEU FILME NACIONAL PREFERIDO, LEITOR(A)?

"Central do Brasil", porque traz uma abordagem sensível sobre temas como abandono, desamparo, amizade e amor. E ainda somos presenteados com a atuação magistral da maior atriz brasileira: Fernanda Montenegro.

Osiel Oliveira do Nascimento Oziba (Salvador, BA)

*

É impossível não se emocionar ao assistir a "Central do Brasil". Tem a melhor atuação nacional, além de ser um filme que abriu portas.

Eduardo Paco (São Paulo, SP)

"Sem Coração". É um filme moderno sobre amadurecimento que prova o quanto o cinema nacional tem força para se reinventar sem perder a sua essência.

Marcos Victor Almeida Moreira (Fortaleza, CE)

*

"Que Horas Ela Volta?" é um filme que retrata muito bem a realidade brasileira do governo Lula 2, sobretudo as mudanças decorrentes das políticas inclusivas e as relações interclasses.

Patrícia Fernanda Gouveia da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

*

"O Homem que Copiava", um filme simples que une comédia, romance e ação, prendendo a atenção do espectador.

Luiz Antonio Natali de Souza (Birigui, SP)

*

Eu indicaria "Lúcio Flávio, O Passageiro da Agonia", principalmente pela historia de Lúcio Flávio e o envolvimento das forças de segurança do Rio de Janeiro com a criminalidade. Coisa muito antiga, que ajuda, em partes, a explicar o Brasil atual.

Gildázio Garcia Vitor (Ipatinga, MG)

*

"Bacurau". Um retrato fiel da política suja e comum que se infiltra em todas as regiões deste país.

Rosângela Maria do Amaral (Jundiaí, SP)

*

"A Vida Invisível", um drama que celebra a resiliência das mulheres.

Fernanda Michel da Rosa (Porto Alegre, RS)

*

"Cidade de Deus", porque mostra de forma embrionária o nascimento da periferia carioca.

Fabrício Cavalcante (Goiânia, GO)

*

Indicaria "Aquarius", por retratar o processo de gentrificação e a perda da capacidade dos moradores de defenderem sua ligação histórica com os locais. Uma realidade regional, como no caso de Recife, mas que trata de uma temática inerente às grandes cidades. O filme também ilustra, de forma sensível, como a personagem lida com seu processo de envelhecimento.

Felipe de Oliveira Mateus (Campinas, SP)

*

"O Pagador de Promessas". É sobre a cegueira individualista que a religião impõe às pessoas e as injustiças cometidas contra aqueles de fé pura em nome da religiosidade.

Cláudio Luis de Carvalho Loredo (Palmas, TO)

*

"O Auto da Compadecida", um filme que revela o nosso jeito de ser, a nossa cultura terceiro-mundista.

Geraldo Cardozo Neto (Votorantim, SP)

*

"O Homem do Futuro". É um filme que faz refletir sobre sua vida e suas escolhas. A ficção cientifica brasileira não é tão divulgada, e esse filme é um ótimo exemplo de como uma história de viagem no tempo pode ser bem feita. Além do elenco e da trilha sonora impecáveis, toca em assuntos bonitos e profundos.

Livia Gabrielle Vieira (Campinas, SP)

*

"Eles Não Usam Black-tie", que mostra a luta de trabalhadores e seus direitos, baseado em fatos reais, durante a ditadura.

João Carlos Gonçalves (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Brasil grande

O Ministério dos Transportes prevê iniciar em três meses as obras em um trecho da BR-319, estrada que atravessa a Amazônia e é um dos maiores pesadelos de ambientalistas atualmente. Serão reconstruídos numa primeira fase 20 km, que já têm licenciamento autorizado. O edital de contratação da empresa responsável terá as propostas abertas nesta segunda (24). Na sequência, serão licitados outros 32 km. A rodovia vai de Porto Velho (RO) a Manaus (AM), com longos lotes em área de floresta densa.

EQUADOR Um trecho de 400 km no chamado "meião" da rodovia, lote mais delicado, ainda está pendente de autorização do Ibama. Ambientalistas temem que a estrada na prática divida a floresta em "Amazônia do Norte" e "Amazônia do Sul" e crie vias vicinais que possam favorecer o desmatamento e a exploração ilegal de recursos naturais.

FOGO DE PALHA A greve de servidores do Ibama não deve impactar no combate aos incêndios no Pantanal, dizem técnicos do órgão. Isso porque poucos servidores acabam atuando, de fato, no enfrentamento. O grande contingente é de brigadistas locais formados e treinados para combater as chamas, em áreas como Corumbá (MS). As queimadas começaram cerca de três meses mais cedo do que o normal neste ano.

QUENTÃO Após ter sido elogiado em público por Lula na sexta (21), o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), teve novos gestos de prestígio neste final de semana. Ao lado do presidente do seu partido, Antônio Rueda, do líder Elmar Nascimento (BA) e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), visitou as festas juninas de Petrolina (PE) e Campina Grande (PB). Juscelino foi indiciado pela PF por suspeita de desvio de emendas no Maranhão, seu estado.

BOLSA Dirigentes de três partidos fizeram nos últimos meses uma espécie de permuta de deputados no Congresso. O Republicanos entrou nesses acordos com dois partidos, PL e MDB. No primeiro caso, cedeu Zucco (RS) e recebeu Samuel Viana (MG). Com relação aos emedebistas, perdeu Alexandre Guimarães (TO) e recebeu Thiago Flores (RO). Segundo dirigentes, as trocas são vantajosas porque atendem a interesses locais e evitam longos processos de judicialização.

PELA CULATRA No primeiro evento público após o anúncio do coronel Mello Araújo (PL) como seu vice, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) ouviu críticas à aliança. A reclamação foi feita por Guilherme Corrêa, líder comunitário na Vila dos Andrades, zona norte. "Nós que somos favela não aceitamos mais armas na comunidade. A gente quer livros, Bíblia, pessoas com o olhar social", disse Corrêa, ao falar da escolha.

SOU DA PAZ Em manifestação ao STF, o governador Tarcísio de Freitas defendeu as escolas cívico-militares, dizendo que promovem valores como civismo e direitos humanos, e negou que elas preparem estudantes para conflitos armados. Segundo ele, as instituições "não oferecerão qualquer conteúdo relacionado ao preparo para o combate". A resposta se deu em ação movida pelo PSOL.

CADA UM NA SUA A eleição em Campos do Jordão (SP) colocará em campos opostos Tarcísio e bolsonaristas. O governador lançou a candidatura de Caê (Republicanos), enquanto caciques do PL, como Eduardo e Michelle Bolsonaro, prestigiaram Joaquina Santos como nome do partido a prefeita. Não é a primeira cidade em que o governador e o PL estarão em palanques separados. O mesmo deve ocorrer em Santos e Guarulhos, por exemplo.

OMBRO AMIGO A Defensoria Pública da União se prepara para prestar assistência aos foragidos do 8 de Janeiro que estão na Argentina. Cerca de 60 pessoas cruzaram a fronteira. Muitos tentarão resistir ao pedido de extradição do Brasil e poderão contar com assistência do órgão. A atuação da DPU segue o trabalho que já vem desempenhando na defesa dos acusados de terem participado dos ataques à praça dos Três Poderes.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O coronel **Ricardo Mello Araújo**, guindado a vice de Ricardo Nunes por imposição de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas.

PERDEDOR DA SEMANA
O deputado **Sóstenes Cavalcante** (PL-RJ), que viu seu projeto antiaborto naufragar após intensa mobilização nas redes sociais.

FIQUE DE OLHO
STF deve finalmente concluir julgamento sobre **drogas**, com potencial de provocar nova turbulência com o Congresso; Lula busca avançar na agenda de **corte de gastos** para tentar baixar a fervura sobre Fernando Haddad.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Manifestação contra o PL Antiaborto por Estupro na avenida Paulista Tuane Fernandes - 15.jun.24/Folhapress

Com medo de desgaste, PT fica a reboque em 'PEC das praias' e PL sobre aborto

Perda de protagonismo se dá em meio a tentativa do governo Lula de se esquivar da pauta de costumes e enfatizar a econômica

Matheus Teixeira

BRASÍLIA A cautela adotada pelo governo na chamada pauta de costumes no Congresso para dar prioridade a propostas econômicas levou o PT e o próprio Executivo a ficarem a reboque de outros partidos e de artistas em dois temas que dominaram o debate público recentemente: a chamada "PEC das Praias" e o PL Antiaborto por Estupro.

A discussão, que não se resumiu às redes sociais, teve uma repercussão positiva para a esquerda, uma situação de exceção em um histórico de domínio da direita nos últimos anos.

Os acontecimentos forçaram, inclusive, o presidente Lula (PT) a mudar de postura.

Nos dois episódios, a mobilização do campo à esquerda forçou um recuo do Congresso nas pautas.

No caso da "PEC das Praias", um dos principais movimentos de oposição foi encampado pela atriz Luana Piovani, que entrou em discussão com o jogador Neymar nas redes sociais e jogou holofotes sobre o tema.

"Como é que a gente tem que batalhar por não privatizar praias? E vem aí esse ignóbil desse ex-ídolo, que realmente já fez muita coisa... Claro que fez, se não ele não era quem ele é hoje. Mas como é que uma pessoa pode acabar tanto com tudo que construiu dessa maneira?", disse a atriz sobre a PEC e sobre Neymar, a quem fez diversas outras críticas.

A proposta havia sido aprovada em 2022 pela Câmara sem grande alarde.

O atleta rebateu Luana Piovani e, por meio de nota, a empresa Neymar Sports, que representa o jogador, disse que a proposta não impactaria seus empreendimentos, como havia dado a entender a atriz.

O principal ponto da proposta é a mudança nas regras referentes aos terrenos de marinha, permitindo a passagem de algumas dessas propriedades da União para estados, municípios e para entes privados.

O relator do texto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), deu parecer favorável à proposta e criou um site para defender a medida. Ele afirma que ela dará mais segurança jurídica aos atuais ocupantes dessas áreas, vai aumentar a arrecadação e atender necessidades de municípios com grandes áreas litorâneas.

Por outro lado, ambientalistas apontam riscos para a diversidade ecológica com a transferência dessas terras. O governo federal afirma ainda que a demarcação e administração desses terrenos são fundamentais para garantir a gestão adequada dos bens da União.

Após ficar parada durante meses no Senado, a PEC tinha voltado a ser discutida na CCJ, com indicativo de votação, mas, após a reação, voltou à gaveta e não há perspectiva de análise, por ora.

No caso do PL Antiaborto por Estupro, o PSOL liderou a oposição ao projeto enquanto o PT trabalhou nos bastidores mais para evitar desgaste de imagem a seus parlamentares do que barrar a medida.

A proposta prevê a alteração do Código Penal para aumentar a pena imposta a quem fizer aborto quando há viabilidade fetal, presumida após 22 semanas de gestação —a ideia é equiparar a punição à de homicídio simples.

Com isso, a pena de uma mulher estuprada que aborta ficaria maior do que a do estuprador.

O partido de Lula atuou para que a votação do requerimento que deu caráter de urgência ao projeto de lei ocorresse de forma simbólica, sem registro nominal de como cada parlamentar se posicionou —com isso, evitou o que avaliava àquela altura ser uma arma a ser usada pela direita contra o partido nas eleições de outubro.

As críticas à proposta, no entanto, com foco nas crianças estupradas, unificaram a esquerda nas redes sociais, provocaram manifestações nas ruas e forçaram o governo a recalcular a rota e mudar de posição.

Na sexta-feira (14), enquanto cumpria agenda na Europa, Lula evitou falar sobre o assunto e disse apenas que iria "tomar pé" da situação. A postura se alinhava à que a bancada governista havia adotado na Câmara dos Deputados dias antes.

Menos de 24 horas depois, porém, ele deu uma guinada no discurso e afirmou que é uma "insanidade alguém querer punir uma mulher com pena maior que o criminoso que fez o estupro".

> **Estão agindo como se estivessem destinados a apanhar em toda e qualquer pauta que chamam de costumes. Mas o problema é: quando deixa de ser pauta de costumes e passa a ser de direitos humanos? O PL do aborto mostrou que a sociedade civil se mexeu porque virou pauta de direitos humanos**
>
> **Christian Lynch**
> cientista político e professor da UERJ

O Legislativo também mudou de postura. O autor do projeto, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que mantinha a afirmação de que o mérito da proposta seria votado rapidamente, teve que se contentar com a criação de uma comissão para analisar o texto, sem prazo para votação.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu a aliados que sofreu muito desgaste ao acelerar a tramitação do PL e indicou um freio nos projetos considerados polêmicos na Casa.

O cientista político Christian Lynch, professor do Iesp-Uerj (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), afirma que não é possível saber se o PT realmente deixou em segundo plano a discussão do PL sobre aborto ou se "não teve competência para organizar uma resistência".

"O governo entrou tardiamente no debate. Os exércitos chegaram depois que a batalha estava, de alguma maneira, ganha", diz.

Lynch afirma que o governo deveria fazer uma pesquisa para entender o comportamento do brasileiro no geral a fim de definir melhor qual posição adotar.

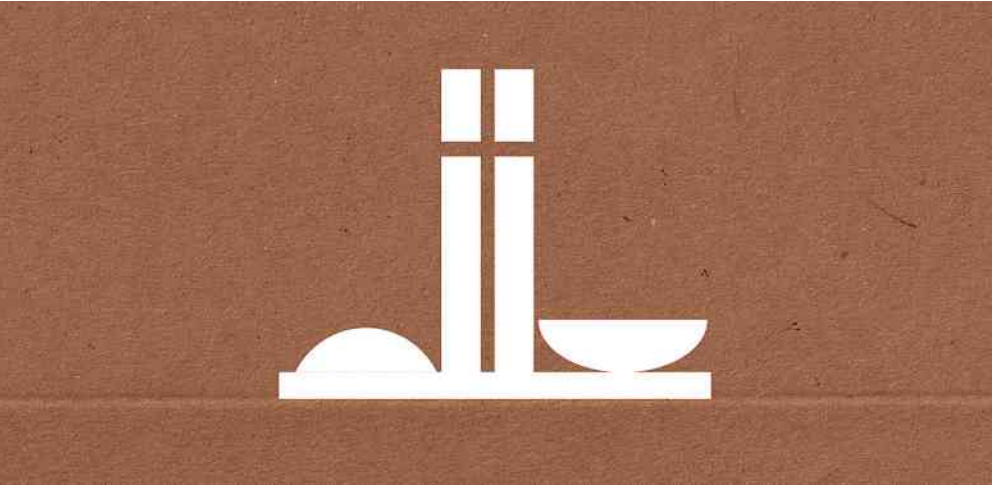
"Eles estavam inseguros a respeito da extensão do domínio conservador sobre a opinião da sociedade civil. Eles mesmo não sabem. Acho que o governo tinha que fazer uma espécie de enquete geral para saber o que pensa o brasileiro para poder organizar uma política qualquer, saber o que fazer", diz.

O cientista político afirma ainda que a ausência de uma posição definida sobre temas sensíveis facilita as críticas ao governo.

"Estão agindo como se estivessem destinados a apanhar em toda e qualquer pauta que chamam de costumes. Mas o problema é: quando deixa de ser pauta de costumes e passa a ser de direitos humanos? O PL do aborto mostrou que a sociedade civil se mexeu porque virou pauta de direitos humanos, não é uma questão de costumes", afirma.

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Como nasce um projeto antiaborto

Jornal demora a captar vozes que elegem representantes estridentes

Alexandra Moraes

*Chamado pela **Folha** de PL Antiaborto por Estupro, o projeto de lei 1.904/2024 prevê pena de homicídio para quem realizar aborto após 22 semanas de gestação. Método usado nesse procedimento e proibido por uma resolução do Conselho Federal de Medicina (por sua vez, suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes), a assistolia fetal ganhou palco literal no Senado, na segunda (17).*

O ponto que mais retumbou das horas de discussão capitaneadas pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) foi a interpretação teatral de um feto por uma mulher adulta.

Naquela ocasião, o presidente do Conselho Federal de Medicina, José Hiran Gallo, estava lá para defender a resolução do conselho e alfinetar o Sistema Único de Saúde.

"Sobre o funcionamento da rede do Aborto Legal, que, se ampliada, poderia reduzir o martírio de vítimas de estupro, os questionamentos devem ser direcionados aos gestores do SUS, cujo silêncio tem contribuído pela dupla penalização da mulher violada", disse.

*O ataque ao SUS não entrou no relato da **Folha**. Havia outra frase mais forte, que ganhou um título: "Presidente do CFM diz que há limites para autonomia da mulher".*

O obstetra Raphael Câmara, relator da resolução do CFM, aproveitou a tribuna para dizer que achava excessiva "essa questão dos 20 anos" da pena, referindo-se ao tempo máximo de prisão proposto. Fez uma apresentação sobre como a assistolia causaria dor ao nascituro e algumas vezes reclamou da repercussão.

*"A mídia detona o CFM, detona a resolução e não nos dá voz", afirmou o obstetra. No começo do mês, ele havia publicado um artigo na seção Tendências/Debates, da **Folha**, com seu principal argumento: "Resolução do CFM que proíbe matar bebê de nove meses é contra a tortura".*

Na sessão, Câmara tentou exibir um ultrassom gravado durante assistolia fetal, mas as imagens não foram transmitidas pela TV Senado. Girão tomou a palavra e passou a versão da emissora, que alegava que infringiria a classificação etária e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O senador explicou, em suas palavras, que "o bebê poderia ser identificado". "A verdade incomoda", concluiu Girão.

Falsas polêmicas como o ato teatral ou a classificação indicativa do ultrassom acabaram por movimentar mais o debate, que foi postergado no Congresso, mas ganhou força na sociedade. Protestos se fizeram ouvir, e o Brasil se tornou o país que mais pesquisava sobre aborto no Google.

*A **Folha** cobriu ativamente o tema. Numa bem-vinda pesquisa Datafolha, aferiu a percepção popular a respeito do PL.*

O resultado entre os evangélicos, levados ao centro do debate pela ressonância de lideranças religiosas, ganhou destaque. Ainda com fatia maior na população, católicos vinham abaixo. Ágil para repercutir falas de pastores, o jornal demorou quatro dias para noticiar que a CNBB havia se pronunciado a favor do projeto.

E o que pensa o terço que o Datafolha descobriu também ser favorável ao projeto de lei que tornaria crime o aborto tardio após estupro? O que sugere gente favorável a ele que não seja senador ou deputado? O leitor não fica sabendo.

É o segmento que provavelmente elege representantes como aqueles que votaram a urgência do projeto de lei.

A discussão desastrada no Congresso não exime o jornal de continuar a buscar explicações de lados opostos.

Falta também, gostando ou não, mostrar o que pensam congressistas e influenciadores quando propõem colocar bebês poupados do aborto para doação. Qual seria a ideia? Esperar o fim da gestação? Ter incubadoras à moda de "Admirável Mundo Novo"?

*"Evidentemente que, [quanto] menor o tempo de gestação, mais será exigido do Estado a oferta de infraestrutura médica e hospitalar para dar suporte ao bebê, que precisará de cuidados intensivos para seu desenvolvimento", explicou o presidente do CFM na sessão do Senado. A sugestão, ou questionamento a ela, não chegou ao leitor da **Folha**.*

Mas houve a checagem que desmentia a afirmação, feita pelo deputado e autor do projeto de lei, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), de que fetos são usados na indústria de cosméticos: "Não há evidências disso".

*Ocorre que uma das fontes a que o deputado havia recorrido era um texto publicado na **Folha** pelo então colunista Carlos Heitor Cony, em 2008. Nele, Cony, que morreu em 2018, versava sobre um livro que trazia a tal teoria.*

"O que Cavalcante omite, entretanto, é que grande parte do conteúdo do livro [...] se baseava em evidências enganosas e gravações inexistentes e a obra foi desmentida pelos autores, ainda na década de 1970", diz o texto, sem mencionar que no jornal tampouco houve esse contraponto.

*No sábado (21), a **Folha**, obedecendo a seu Manual, corrigiu a informação em sua versão impressa. O texto de 2008, que está no ar num sistema antigo, ficou sem a atualização.*

Forças de segurança atuam durante invasão de apoiadores de Bolsonaro à praça dos Três Poderes Ton Molina - 8.jan.2023/AFP

Medidas de segurança pós 8/1 se arrastam e ficam para 2025

Blindagem de vidros do Planalto esbarra em aspectos estruturais do palácio

Renato Machado e Marianna Holanda

BRASÍLIA Um ano e meio após os ataques golpistas de 8 de janeiro, medidas para aumentar a segurança do Palácio do Planalto ainda seguem sem ser implementadas.

Após uma série de idas e vindas entre o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sobre propostas, um anteprojeto para a troca dos vidros por outros blindados foi aprovado no último dia 11.

A perspectiva agora é que a licitação seja lançada ainda neste ano, mas que as mudanças ocorram só em 2025.

Pouco depois de assumir o cargo, em abril do ano passado, o ministro do GSI, general Marcos Antonio Amaro, afirmou que seria necessário promover algumas mudanças no Palácio do Planalto para aumentar a segurança.

Essas medidas já estavam previstas em um grande programa de modernização da segurança dos palácios na capital federal, de 2017, mas que vinha saindo do papel a conta-gotas por questões orçamentárias. Ele prevê a substituição de câmeras e novas guaritas, entre outros pontos.

A modernização das câmeras foi a primeira etapa e está prestes a ser concluída no Planalto —isso porque já estava prevista desde 2019.

A instalação, segundo relatos, levou em consideração o posicionamento de objetos de patrimônio e obras artísticas —itens amplamente depredados nos ataques golpistas. No total, são 708 novas câmeras em todas as instalações presidenciais.

Das 348 do Planalto, ao menos 332 já foram instaladas.

A invasão e depredação do Palácio do Planalto por bolsonaristas criou um senso de urgência, e algumas dessas medidas foram aceleradas.

"Uma das medidas é a blindagem desses vidros no térreo. Pretendo blindá-los. Cada vidro que se quebra é uma porta. Quando você não tem uma barreira física para conter, precisa estabelecer uma barreira humana", afirmou Amaro, em entrevista à **Folha** dias após assumir o cargo.

"Os palácios não foram construídos com essa percepção de necessidade de segurança contra invasão, uma visão bem benevolente do espírito passivo do povo brasileiro. O palácio está a 30 metros da rua. Temos que buscar soluções aceitáveis em termos de arquitetura, Iphan, para que aumente a segurança".

> "Os palácios não foram construídos com essa percepção de necessidade de segurança contra invasão, uma visão bem benevolente do espírito passivo do povo brasileiro. O palácio está a 30 metros da rua
>
> **Marco Antonio Amaro**
> ministro do GSI

A instalação de vidros blindados no térreo do Planalto, no entanto, vinha enfrentando algumas questões técnicas e por isso foi alvo de discussão e alterações nas propostas que eram enviadas pelo GSI para o Iphan.

Uma hipótese que acabou não vingando, por exemplo, foi a blindagem dos vidros no primeiro andar, no acesso à rampa principal. Chegou-se à conclusão de que ela não suportaria o peso das novas instalações.

O piso térreo do palácio é todo cercado por vidros. No entanto, não são peças inteiras, havendo janelas basculantes no alto, previstas no projeto original. Como vidros blindados são mais pesados, há dificuldade em calcular uma forma de a estrutura sustentar a adaptação.

A solução aprovada no anteprojeto prevê um modelo "intermediário", que é composto de uma mescla de polímero e vidro. Interlocutores no GSI apontam que é suficiente para barrar tiros de armas pesadas, como fuzis.

O modelo escolhido apresenta uma leve diferença de tonalidade, mas houve a avaliação de que a mudança não será significativa.

"Intervenções, adaptações e atualizações em edifícios tombados são encaradas com naturalidade. Há apenas um controle de projeto para que essas intervenções sejam as mínimas, dentro do possível. Nosso papel é o de orientar para que o projeto não descaracterize o edifício tombado", disse o Iphan à reportagem.

O instituto emitiu um parecer técnico aprovando o anteprojeto no dia 11 de junho. O documento prevê a substituição das esquadrias existentes por outras com vidros blindados na área térrea do palácio, no gabinete do vice-presidente Geraldo Alckmin, localizado em um anexo, e em uma das guaritas.

A autorização também contempla a troca das portas de acesso ao gabinete do presidente, que serão substituídas por portas rodeadas por caixilhos, com vidro blindado.

"Por oportuno, destacamos que a aprovação para o desenvolvimento do anteprojeto não consiste em autorização para execução de qualquer obra", informou o Iphan em mensagem ao GSI.

O processo que deu início à autorização do Iphan começou em novembro do ano passado. O anteprojeto é o primeiro passo para, agora, iniciar a licitação para que uma empresa de engenharia faça o projeto em si.

O caso está na Casa Civil para dar seguimento ao processo de licitação para a contratação do projeto final de engenharia e arquitetura —que também precisará ser avalizado pelo Iphan.

A nova previsão é que as mudanças nos vidros aconteçam apenas no próximo ano, sendo que há a possibilidade de que seja feita por etapas, caso não haja recursos.

Em 2017, foi criada uma rubrica orçamentária para as reformas de segurança nos palácios. No total, há cerca de R$ 9 milhões. Mas ainda não há previsão de quanto deve custar a troca dos vidros.

Outra mudança para aumentar a segurança do Planalto que vai ficar para 2025 é a construção de uma nova guarita principal para controlar o acesso à entrada do palácio.

Hoje uma pessoa pode chegar até a entrada do Planalto, onde trabalham ministros e o presidente, sem passar por um raio-x. A ideia é começar a triagem já na guarita.

A estrutura principal seria ampliada para que seja possível realizar uma primeira triagem dos visitantes. Todos vão passar por um aparelho de raio-x, assim como seus pertences. O procedimento é realizado hoje apenas após entrada no palácio.

O objetivo é evitar episódios como o de setembro de 2011, quando um homem armado tentou invadir o Planalto para conversar com a então presidente Dilma Rousseff (PT).

O homem disse que queria um encontro com Dilma. Ao ouvir a negativa, disse que ela o escutaria de qualquer jeito e retirou um megafone da mochila. Quando os agentes tentaram impedi-lo, o homem sacou a arma.

O agente público responsável por negociar e conseguir a rendição do invasor foi o então secretário de Segurança Presidencial Marcos Antonio Amaro, atual ministro do GSI.

No início deste ano, foi assinado contrato de R$ 4,5 milhões para a construção de novas guaritas para todos os palácios e residências oficiais: além do Planalto, o Palácio da Alvorada (residência oficial da Presidência), o Jaburu (residência oficial do vice-presidente) e a Granja do Torto.

As obras começaram no mês passado, pela guarita de serviço do Alvorada e a principal da Granja do Torto. As outras duas terão início provavelmente no próximo ano.

Dom Pedro 1º foi o primeiro golpista do Brasil, afirma livro

Diogo Bercito

WASHINGTON Em 1822, dom Pedro 1º declarou a independência do Brasil. O hino nacional celebra seu grito às margens do Ipiranga. Menos lembrado, porém, é o fato de que um ano depois o jovem monarca deu um golpe.

"Dom Pedro era um absolutista, um déspota", afirma o jornalista Ricardo Lessa, autor do livro "O Primeiro Golpe do Brasil", que terá lançamento em São Paulo em 2 de julho.

Lessa atuou em grandes veículos e foi apresentador do programa Roda Viva. Teve a ideia do livro quando se deu conta de que a política ainda continha traços do século 19.

O trabalho do jornalista, diz, é se perguntar "como chegamos aqui?". Na resposta, o livro volta a 1823. Foi quando, após a independência, dom Pedro 1º dissolveu a Assembleia Constituinte.

O monarca também deteve deputados, exilou rivais políticos, vigiou espaços públicos e perseguiu a imprensa, mostra Lessa. O episódio, ocorrido em 12 de novembro, ficou conhecido como "noite da agonia".

Como resultado, afirma Lessa, o tal cavaleiro libertador do país entravou o progresso. Seus gestos adiaram, por exemplo, a abolição da escravidão, discutida à época da Constituinte e adiada até 1888.

Um elemento central é a crítica à monarquia brasileira. "Sempre se fala em um dom Pedro 2º sábio e em uma princesa Isabel benevolente", diz Lessa, "como se eles tivessem sido bons para o país".

Dom Pedro 1º em seu último retrato em vida, feito pelo pintor Simplício Rodrigues de Sá Museu Imperial de Petrópolis

O livro sugere que a família real foi prejudicial. Foi por sua influência que o Brasil não acompanhou seus vizinhos e o restante do mundo em um século marcado —alhures, isso é— pelo progresso.

Lessa dá o exemplo da feira mundial realizada em Paris em 1889. A França exibiu a Torre Eiffel. A Inglaterra, os trens de ferro. Os EUA, a lâmpada, o telefone e a eletricidade. Já o Brasil levou café e tabaco.

A relação entre monarquia, escravidão e atraso foi esquecida. "Na escola, falamos de príncipes encantados", diz. Não se fala do lado perverso: o tráfico de africanos teve seu ápice em 1829, sob dom Pedro.

Para escrever o estudo, Lessa foi atrás de documentos em diversas instituições públicas, como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, com a colaboração da jornalista Ruth Joffily.

O autor também escavou os trabalhos de historiadores, desde os canônicos aos mais atuais, que cita no texto. Chegou a entrevistar alguns deles, como Evaldo Cabral de Mello, o autor de "O Nome e o Sangue".

Nas últimas páginas, o jornalista incluiu dois materiais de apoio. Primeiro, uma lista de "fake news" sobre dom Pedro 1º (por exemplo, que era um liberal). Segundo, uma cronologia dos acontecimentos da época.

Lessa situa os eventos brasileiros em um panorama global. Relaciona, por exemplo, a campanha de Napoleão na Europa com a reação conservadora de monarquias, inclusive aqui, protegendo as suas regalias.

O livro é mais um ensaio que uma reportagem ou uma tese. "Não pretendo fazer nenhuma grande descoberta na história, e sim provocar uma reflexão sobre o que é essa história que estão nos vendendo", diz.

Há também uma crítica. Lessa costura de modo discreto nexos entre os séculos 19, 20 e 21, sugerindo continuidades. Cita, por exemplo, o interesse de Emílio Garrastazu Médici e Jair Bolsonaro por dom Pedro 1º.

A referência é ao fato de que Médici, que governou o país no período mais violento da ditadura (1969-1974), mandou trazer de Portugal a ossada do monarca. O ex-presidente Bolsonaro quis trazer seu coração.

O livro constrói, assim, a ideia de que o país herdou um certo modo de fazer política, cristalizado naquela noite de 1823. Seus traços mais óbvios são a corrupção, o elitismo e o autoritarismo.

"Nós vivemos em uma época de desconstrução das instituições democráticas e republicanas", afirma Lessa. "Precisamos nos livrar do molde autoritário. Mas ele retorna. Essas coisas perduram na história."

O Primeiro Golpe do Brasil
Autor: Ricardo Lessa. Editora: Máquina de Livros. Preço: R$ 59 (176 págs.). Lançamento em São Paulo: 2.jul, às 19h, na Livraria da Travessa de Pinheiros

Kassio em 2026 deve marcar guinada no TSE

Expectativa é que ministro nomeado por Bolsonaro adote estilo oposto ao de Moraes ao chefiar tribunal no pleito

José Marques

BRASÍLIA As eleições de 2026 devem ser marcadas por uma guinada de estilo no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em relação às de 2022, que foram comandadas por Alexandre de Moraes.

A previsão é que o tribunal responsável por organizar o sistema eleitoral do Brasil seja presidido pelo ministro Kassio Nunes Marques, conhecido pela boa interlocução com o Congresso Nacional e que tem defendido menor intervenção do Judiciário em disputas políticas.

A pretensão do ministro, que tem sido transmitida tanto em discursos públicos como a pessoas próximas, é que durante a sua gestão no TSE prevaleça essa postura de pouca interferência.

Isso vale tanto para decisões tomadas durante a disputa entre os candidatos quanto no período posterior à votação —o objetivo seria evitar "terceiros turnos" no Judiciário após as eleições.

Pela ordem de sucessão, Kassio chegará à chefia do TSE em agosto de 2026, já durante a campanha, e ficará no posto até maio de 2027. Seu sucessor é o ministro André Mendonça.

A intenção de Kassio de retirar o tribunal dos holofotes coaduna com a avaliação de parte de parlamentares sobre o que esperam da conduta dos ministros.

Nos últimos anos, o Legislativo entrou em crise com o TSE e também com o STF (Supremo Tribunal Federal) pelo que considera um avanço em suas prerrogativas.

Ao assumir a Presidência do TSE, em 2022, Moraes concentrou poderes e teve uma gestão centralizadora, especialmente em relação à derrubada de conteúdos que considerou como desinformação.

À época, Moraes e a maioria dos integrantes da corte reagiam a uma série de ataques contra o órgão e também contra o sistema de votação eletrônico, vocalizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados.

Mas a manutenção da linha de atuação após o período crítico de ataque às instituições ajudou a acirrar uma crise entre Poderes.

Moraes passou os últimos meses como presidente do TSE trabalhando para reduzir as desavenças entre o Congresso e o tribunal.

Essa mudança de rumo se refletiu, por exemplo, no julgamento que rejeitou a cassação do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) por 7 a 0, e também na movimentação de concluir o processo sobre o senador Jorge Seif (PL-SC) —o que acabou não acontecendo por falta de tempo.

No início de junho, Cármen Lúcia assumiu a Presidência do TSE também com o objetivo de priorizar o combate a notícias falsas em sua gestão.

A expectativa de políticos e de integrantes do Judiciário, no entanto, é que ela siga uma linha mais discreta que a de Moraes.

Kassio assumiu a vice-presidência do TSE no começo de junho e foi empossado no mesmo dia de Cármen.

Ao ser eleito pelos colegas para o cargo, ele afirmou que o papel da Justiça Eleitoral é preservar a vontade popular e fazer com que ela seja "sempre a última voz".

O discurso em prol da decisão das urnas, aliado à perspectiva de estar à frente do TSE em 2026, intensificou a influência de Kassio nos últimos anos nos três Poderes.

Com origem no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o ministro foi indicado para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal) por Bolsonaro em 2020, mas tem se aproximado também do governo Lula (PT).

É relator de processos essenciais ao governo. Coube a ele, por exemplo, levar para conciliação um processo no qual o presidente Lula pedia que a União tivesse voto proporcional à sua participação societária na Eletrobras.

Durante o seu período como juiz do TRF-1, Kassio tentou se viabilizar para o STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas acabou sendo escolhido para uma vaga ainda mais almejada.

Agora, tem atuado para ajudar outras pessoas a ocuparem vagas em tribunais. No TRF-1, influenciou na escolha de João Carlos Mayer Soares por Lula.

Apoia ainda o nome de Carlos Pires Brandão, que também é piauiense, para uma vaga aberta de magistrados federais ao STJ. Brandão é juiz federal desde 1997 e foi promovido a integrante do TRF-1 em 2015.

Mesmo com a aproximação com o governo, Kassio não deixou de apresentar manifestações que agradaram a Bolsonaro.

No ano passado, votou contra a inelegibilidade do ex-presidente no julgamento sobre a reunião de julho de 2022 com embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada, na qual o então presidente repetiu afirmações falsas e distorcidas sobre o processo eleitoral.

No julgamento, Kassio fez uma defesa do sistema eletrônico de votação, mas disse que não viu gravidade suficiente na ação para justificar a condenação do ex-presidente.

Foi vencido, e o TSE decidiu, por 5 a 2, tornar o ex-presidente inelegível por oito anos.

Em seu voto, o ministro afirmou ainda que não concordava com a tese de que deveria aplicar a Bolsonaro o precedente que cassou o ex-deputado estadual Fernando Francischini por ter mentido sobre as urnas eletrônicas.

A menção chamou atenção porque Francischini também foi beneficiado por Kassio em uma decisão no STF de 2022, antes de o ministro ingressar no TSE.

A determinação acabou sendo revertida pela Segunda Turma do Supremo, mas tinha um efeito simbólico porque derrubava uma decisão do plenário do TSE usada como exemplo contra ataques ao sistema eleitoral.

O TSE tem sete integrantes titulares. Três deles integram o Supremo. Em 2026, além de Kassio e Mendonça, o ministro Dias Toffoli fará parte da composição principal da corte eleitoral.

Kassio Nunes Marques conversa com Alexandre de Moraes no STF Pedro Ladeira - 13.set.23/Folhapress

INÊS 249

Boulos tem respiro com Datena, Marçal e ex-Rota, mas se consolida como alvo

Multiplicação de candidaturas pode afetar Nunes, que reforça bolsonarismo com coronel como vice

Joelmir Tavares

SÃO PAULO O pré-candidato Guilherme Boulos (PSOL), que na ótica de adversários enfrenta um cenário de estagnação em sua campanha à Prefeitura de São Paulo, ganhou um alívio com a desintegração do campo da direita nas últimas semanas, mas também se consolidou como alvo a ser derrotado.

A entrada de Pablo Marçal (PRTB) no páreo forçou Ricardo Nunes (MDB) a ceder à pressão de Jair Bolsonaro (PL) e acatar a indicação de Mello Araújo (PL) para vice. Isso reforça a estratégia de Boulos de vincular o prefeito ao ex-presidente, padrinho rejeitado por 61% dos eleitores, segundo o Datafolha.

Marçal, empresário e coach que tem nas redes sociais sua principal plataforma de campanha, acendeu um alerta no entorno de Nunes ao flertar com o eleitorado bolsonarista dizendo-se mais alinhado ideologicamente ao ex-presidente. Nunes, até então, procurava manter distância segura de Bolsonaro, mas foi obrigado a fazer gestos para assegurar a aliança. Publicamente, aliados negam incômodo.

O emedebista vivia um cenário confortável, depois de ter conseguido evitar que o ex-presidente lançasse candidato próprio e se firmado como aglutinador dos segmentos à direita.

Outra fissura aberta foi o lançamento da pré-candidatura de José Luiz Datena (PSDB), com a promessa do apresentador conhecido pelas desistências de que desta vez vai "até o fim".

Apoiado pelo presidente Lula (PT), Boulos pode ser beneficiado pela pulverização num campo antes dominado por Nunes. A avaliação entre aliados do deputado federal é que Marçal e Datena ajudam a desidratar o emedebista, papel que já era também desempenhado por Tabata Amaral (PSB).

No caso do apresentador da Band, duas dúvidas persistem: a primeira, e fundamental, é se ele irá oficializar a candidatura, e a outra é se ele não pode também tirar votos de Boulos em faixas do eleitorado com menor renda e baixo nível de instrução, dada sua popularidade pelos anos na TV.

Datena vocalizou críticas indiretas a Nunes ao lançar seu nome, no dia 13, e atacou o que chamou de infiltração do crime organizado na gestão, em alusão às denúncias envolvendo o PCC. O tucano mantém relação respeitosa com Boulos, mas está mais próximo de Tabata, que o deseja como vice.

O fato recente mais comemorado pelo consórcio PSOL-PT é a confirmação de Mello Araújo como companheiro de chapa de Nunes. O ex-coronel da Rota carimbou no prefeito o rótulo de bolsonarista, na opinião dos rivais, que ressaltam a ascendência do ex-presidente sobre o aliado.

Nunes buscava tratar Bolsonaro como um dentre vários apoiadores, numa tentativa de se distanciar de alas mais barulhentas, adotar o figurino de político de centro e evitar a nacionalização do confronto. Ele trabalha para pintar o pré-candidato do PSOL como radical e representante da extrema esquerda.

Boulos declarou que a escolha de Mello Araújo "deixa claro que é Jair Bolsonaro quem vai mandar na cidade caso o prefeito seja reeleito" e que "o nome do policial foi enfiado goela abaixo de Nunes".

Guilherme Boulos durante evento com os ministros Marina Silva e Fernando Haddad Marlene Bergamo - 24.mai.2024/Folhapress

Intenção de voto dos candidatos em SP nas eleições

Cenário com Datena e Kim Kataguiri, resposta estimulada e única, em %

Candidato	%
Guilherme Boulos PSOL	24
Ricardo Nunes MDB	23
José Luiz Datena PSDB	8
Tabata Amaral PSB	8
Pablo Marçal PRTB	7
Marina Helena Novo	4
Kim Kataguiri União Brasil	4
João Pimenta PCO	1
Ricardo Senese UP	1
Fernando Fantauzzi DC	1
Altino PSTU	1
Em branco/nulo/nenhum	13
Não sabem	5

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 1.092 pessoas de 16 anos ou mais em São Paulo nos dias 27 e 28 de maio; margem de erro de 3 p.p., para mais ou para menos. Registro na Justiça Eleitoral sob o protocolo TRE-SP 08145/2024

+ Entenda os últimos capítulos da disputa eleitoral em SP

Rafaela Araújo - 14.jun.24/Folhapress

EX-CORONEL DA ROTA VICE DE RICARDO NUNES (MDB)
Pressionado por Bolsonaro e pela entrada de Marçal na disputa, o prefeito cedeu e escolheu para compor a chapa Ricardo Mello Araújo, contrariando busca inicial por perfil mais moderado e intenção de evitar puxar para si o tema da segurança pública

Rafaela Araújo - 7.jun.24/Folhapress

ENTRADA DO COACH PABLO MARÇAL NA DISPUTA
No fim de maio, o Datafolha mostrou Marçal com 7% e 9% das intenções de voto, a depender do cenário. A competitividade do nome dele gerou ameaça de atração de eleitores bolsonaristas e pressionou Nunes a aceitar a indicação do ex-presidente para a vice

Zanone Fraissat - 13.jun.24/Folhapress

DATENA NO PSDB E INCERTEZAS PARA TABATA
Antes cotado para ser vice na chapa de Tabata Amaral (PSB), José Luiz Datena foi lançado pré-candidato pelo PSDB e gerou indefinição na campanha da pessebista. Mesmo com a movimentação, aliados dela não descartam ainda uma aliança com o apresentador e os tucanos

Ranier Bragon - 16.mai.24/Folhapress

GUILHERME BOULOS (PSOL) E O CASO JANONES
Virou munição para rivais o voto de Boulos no Conselho de Ética da Câmara para arquivar acusações de "rachadinha" no gabinete de André Janones (Avante-MG). Em 2022, o deputado mineiro teve papel importante na estratégia de redes sociais de Lula, padrinho político de Boulos

Com 24% das intenções de voto na pesquisa Datafolha mais recente, de maio, Boulos vinha suscitando dúvidas sobre sua capacidade de crescimento. Ele está empatado com Nunes (23%) e dando sinais de ter chegado a um teto. Ao mesmo tempo, tem a mais alta rejeição entre todos os postulantes (32%).

Auxiliares do deputado contestam a ideia de que sua pré-candidatura enfrenta um marasmo, argumentando que ele se mantém competitivo mesmo diante de um adversário que está no cargo, com estrutura da máquina, recursos vultosos para publicidade e apoio de 12 partidos.

Em conversas privadas, o diagnóstico é o de que, nessas condições, o emedebista já deveria ter aberto vantagem. Também se diz que o eleitorado do prefeito, ao contrário do de Boulos, é pouco sólido.

Nunes teve uma arrancada nas pesquisas nos últimos meses, acirrando o confronto com Boulos, mas sofre engasgos na avaliação da gestão. A opinião sobre seu governo ficou estável no Datafolha de maio, com 45% das pessoas respondendo que a administração é regular (em março, eram 43%).

A multiplicação de opções no campo da direita, no entanto, embute um efeito colateral para o deputado, já que ele se solidificou como o candidato da esquerda, reunindo os principais partidos desse campo ao seu redor — Tabata, apesar de integrar o governista PSB, se coloca como uma alternativa de centro.

Boulos é o alvo preferencial de ataques do campo adversário, com destaque nos últimos dias para a ofensiva de Marçal. À **Folha** o coach disse que só entrou na disputa para tirá-lo do caminho.

O tom de guerra foi reiterado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto. No fim de semana passado, ele disse a correligionários que Boulos é o único inimigo a ser combatido em São Paulo. A ordem é mirar nele e poupar Lula. Valdemar vem repetindo que, se eleito, o membro do PSOL vai "pôr fogo no Brasil".

O dirigente afirmou ainda que eleger Nunes é caso de "vida ou morte".

Boulos se ancora no apoio de Lula e aposta no período oficial de campanha, que começa em agosto, para impulsionar sua candidatura. São tratadas como trunfos a entrada do petista, tida como chamariz para eleitores das classes C e D, e a presença da ex-prefeita Marta Suplicy (PT) como vice.

Para Josué Rocha, coordenador da pré-campanha de Boulos, o surgimento de novas candidaturas à direita força uma discussão sobre quem é o postulante mais ligado à extrema direita e ao bolsonarismo. "O cenário atual revela a verdadeira face do Nunes, que ele estava tentando omitir, e isso demonstra à cidade a importância da articulação de todos os setores contra o avanço do bolsonarismo", diz.

Rocha rebate Valdemar, afirmando que o chefe do PL se ampara em preconceitos e fake news na tentativa de descredibilizar o pré-candidato do PSOL. "Vamos fazer uma campanha mostrando a verdade e também quem está de fato interessado em resolver os problemas da população."

Presidente municipal do MDB, Enrico Misasi afirma que a pré-candidatura de Nunes mantém "o ritmo habitual", a despeito das alterações no quadro.

"Ele segue fazendo o que sabe fazer de melhor: trabalhar, entregar e pensar uma cidade para todos, com desenvolvimento, qualidade de vida e oportunidades", diz Misasi, que também é secretário municipal de Relações Institucionais.

Ajuste de meio de governo

Turbulências devem obrigar governo a antecipar discussão sobre gastos públicos

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História".

A vida da equipe econômica de Lula está mais difícil. As derrotas no Congresso, os juros nos Estados Unidos e a turbulência no mercado financeiro devem obrigar a equipe econômica a antecipar, ao menos em parte, a discussão sobre gastos públicos que só pretendia fazer em 2025.

As medidas mais controversas, que ainda não sabemos se serão mesmo apresentadas, seriam a desvinculação do piso da Previdência do salário-mínimo e a revisão dos mínimos constitucionais de gasto com saúde e educação.

O economista Bráulio Borges, que já teve suas propostas elogiadas por Haddad, defende que o piso da previdência seja reajustado pelo índice de inflação da terceira idade (IPC3-i) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, e que os mínimos para saúde e educação sejam substituídos por pisos de gasto per capita que poderiam subir com o tempo.

O timing político das propostas pode parecer estranho.

O ajuste real do salário-mínimo no governo Bolsonaro foi zero. Se Lula desvinculasse o piso da Previdência no começo do governo, quando começou a aumentar o mínimo, ainda estaria dando mais aumento do que Bolsonaro para todo mundo.

No teto de gastos de Temer, a vinculação de gastos com saúde e educação havia sido extinta. Se Lula inserisse uma vinculação mais modesta no arcabouço fiscal, ainda estaria aumentando a obrigatoriedade do gasto com saúde e educação, em comparação com os dois últimos governos.

Fazendo o ajuste no meio do governo, a impressão será que Lula 3 desacelerará os aumentos dos aposentados (que ainda serão maiores do que antes de Lula 3) e diminuirá a obrigação de gastar com saúde e educação (que ainda vai ser maior do que antes de Lula 3).

Como bem notou Samuel Pessôa nesta **Folha**, *esses mecanismos poderiam ter sido implementados junto com o novo arcabouço fiscal, já em 2023. O economista Bruno Carazza, em artigo recente no Valor Econômico, propôs a questão nos seguintes termos: por que Lula não seguiu o clássico conselho de Maquiavel, de fazer o mal de uma vez e o bem aos poucos? Isto é, por que Lula não propôs os ajustes no começo do governo, para colher os benefícios de crescimento (e recuperar sua popularidade) nos anos seguintes?*

Na verdade, Lula 3 teve um início de governo muito atípico. O preço da impopularidade no começo de Lula 3 era muito maior do que em qualquer governo da Nova República, pois houve uma tentativa de golpe. O líder do golpe, aliás, ainda está solto e acaba de indicar o candidato a vice na chapa de Ricardo Nunes.

E havia uma questão de princípio, com a qual concordo: como bem disse Marcelo Medeiros em entrevista à **Folha**, *qualquer proposta de ajuste pode ser discutida, mas o gasto com pobre deve ser cortado por último. Quem critica o ajuste pelo foco na arrecadação deveria lembrar do seguinte: a maioria das desonerações combatidas por Haddad —inclusive as criadas no governo Dilma— deveria ser extinta mesmo se não houvesse problema fiscal. São completamente injustificáveis e regressivas.*

Resta torcer para que o ajuste de meio de governo se dê em condições mais favoráveis, tanto no ambiente externo quanto no equilíbrio político. Ajudaria se a extrema direita perdesse nas eleições municipais, nas eleições para presidência de Câmara e Senado, e na eleição americana.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG.** Deborah Bizarria, **Camila Rocha** | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

PT se une ao PL e apoia partido de Tarcísio na Grande São Paulo

Coligação com pré-candidato que votou em Bolsonaro divide esquerda e direita

Joelmir Tavares

SÃO PAULO O PT de Lula se encaminha para estar junto do PL de Jair Bolsonaro no apoio a um candidato do partido de Tarcísio de Freitas na eleição para a Prefeitura de Francisco Morato, na Grande São Paulo.

Ildo Gusmão (Republicanos), que é pastor da Igreja Quadrangular, eleitor de Bolsonaro e atual vice-prefeito, deverá ter como vice o presidente municipal do PT, Chicão Bernabé, num arranjo aprovado pelos petistas no município e avalizado em maio pela cúpula nacional do partido.

A mistura inusitada está agitando a cidade, com debandada de insatisfeitos tanto no petismo quanto no bolsonarismo, memes que associam Gusmão e Bernabé às expressões "cara de pau" e "mil e uma faces" e contestação formal da aliança no diretório nacional do PT.

"Aqui o que importa são mais as pessoas e menos as siglas", diz Gusmão à **Folha**. Lançado na carreira política pela igreja, ele foi eleito vereador pelo PSDB em 2016 e afirma que, como Morato depende de ajuda dos governos estadual e federal e de deputados, sempre dialogou com todos.

"[Os petistas] nunca foram nossos inimigos aqui. Nossa pauta não é ideológica, é municipalista. A gente não parte para esse âmbito de disputa do que acontece nas áreas estadual e federal, porque não nos ajuda", segue ele, apoiado pela prefeita Renata Sene (Republicanos).

O pré-candidato rejeita o rótulo de bolsonarista, mas, questionado, confirma ter votado em Bolsonaro. Ele não fez campanha ostensiva para o ex-presidente em 2022 —mas para Tarcísio, sim. Pessoas próximas, como sua esposa e a pastora que o lidera, apoiaram o adversário de Lula.

Gusmão diz que pretende, se eleito, "governar para todos". Na Câmara, ele militou contra o aborto e a chamada "ideologia de gênero" e fez um evento com apoio de Damares Alves, ex-ministra de Bolsonaro, hoje senadora e sua colega de partido, contra o abuso sexual de crianças.

No Instagram, o pré-candidato segue Bolsonaro e vários outros políticos de direita —mas não Lula. Há relatos de que a associação com o PT gera incômodo em sua igreja.

Entre petistas que concordam com a dobradinha, a lembrança de que o Republicanos é o partido de Tarcísio, tratado como adversário por Lula por ser cotado como nome bolsonarista para 2026, é rebatida com a informação de que a legenda tem um ministro no governo federal.

O presidente estadual do PT, Kiko Celeguim (de costas), com Ildo Gusmão (centro), do Republicanos, e o petista Chicão Bernabé Reproduções Facebook Chicão Bernabé

Ildo Gusmão, Chicão Bernabé e a atual prefeita Renata Sene

Há ainda os argumentos de que o PT já faz parte da base de Renata na Câmara Municipal e terá protagonismo ao ocupar a vice. A legenda, historicamente, obtém votações expressivas na cidade em eleições gerais, como ocorreu em 2022, com Lula superando Bolsonaro no município.

O PT apoiou Renata em 2020, em coligação que reunia também PL, PSL (pelo qual Bolsonaro se elegeu) e PSDB, entre outros. Nos planos para a eleição deste ano, o arco partidário inclui as legendas federadas ao PT (PC do B e PV) e ao PSDB (Cidadania), além de PSB, PSD e Solidariedade.

Aprovada em 2023 com unanimidade pelo diretório municipal, a aliança foi articulada pelo presidente estadual do PT, Kiko Celeguim, que é deputado federal e tem base eleitoral na região —ele foi prefeito da vizinha Franco da Rocha por dois mandatos.

"Em Morato não existe extrema direita estabelecida, organizada", diz Celeguim. "O que estamos construindo com o Ildo é apoiar a agenda da cidade. Se fosse um candidato engajado nas pautas bolsonaristas, ele nem buscaria o apoio do PT. Não dá para criminalizar ou condenar alguém por ter votado no Bolsonaro. Nossa tarefa é convencer as pessoas agora de que é melhor votar na gente", ameniza.

A coligação suscita controvérsias no PT porque o partido definiu que neste ano vetaria o apoio a candidatos bolsonaristas e condicionaria as alianças ao comprometimento com o projeto nacional da sigla para 2026, que hoje seria a reeleição de Lula.

O senador Humberto Costa (PE), que coordena o grupo de trabalho eleitoral da legenda, afirma que "em tese" o alinhamento com os planos de Lula é pré-requisito, mas as circunstâncias podem variar. Gusmão disse que não negociou nenhuma contrapartida.

Se parte dos bolsonaristas na cidade se aborreceu com a aproximação com o PT, outra relevou a iniciativa sob a alegação de que o pré-candidato é um legítimo conservador.

"O PL vem motivado pela continuidade de um trabalho que nunca antes houve na cidade e entende que não há nome melhor que o do Ildo", diz o presidente municipal do partido, Jesus Moreno.

Uma das montagens que circulam em grupos de WhatsApp traz a foto da dupla Gusmão e Bernabé diante de um fundo vermelho com a estrela do PT e uma indagação sobre "quem é mais cara de pau". Outra satiriza "as mil e uma faces do pastor", ironizando sua versão "pastor petista".

O bolsonarista Paulo Henrique Xavier da Silva, o Ricão, diz que desembarcou do projeto do Republicanos por discordar da união com o PT.

"Não pegou bem nem para a direita nem para a esquerda", diz ele, que se refere a Gusmão como traidor e agora está engajado na pré-candidatura de Douglas Cavalcante (MDB). "Também sei de pessoas no PT que não vão apoiar o Ildo."

Cavalcante aponta contradições na chapa rival e diz que fará uma campanha voltada para temas locais.

A outra pré-candidatura anunciada é a da professora Jaqueline Freire (PSOL). "Ao fazer aliança com partidos de direita, você fica suscetível a ter que aceitar decisões contrárias ao povo", diz ela, comentando que tem sido procurada por simpatizantes do PT que não engoliram a composição e querem apoiá-la.

Markus Sokol, da corrente O Trabalho no diretório nacional do PT, entrou com um recurso previsto para ser analisado no próximo dia 15. Ele repudia o apoio a um correligionário de Tarcísio e está reunindo fotos que ligam Gusmão ao bolsonarismo.

"Ele fez um percurso da direita [PSDB] para a extrema direita [Republicanos]", afirma. Contudo, a chance de recuo da legenda é considerada improvável, por prevalecer o pragmatismo eleitoral.

"Se tivesse a concordância de 100% dos filiados, aí não seria o PT", minimiza Bernabé, dizendo que o diretório em Morato seguiu as recomendações nacionais e está seguro da aliança. "Temos relações muito boas aqui. Estamos preocupados com as questões locais."

Francisco Morato (SP)

População: 165.139 pessoas

Atual prefeita
Renata Sene (Republicanos)

Pré-candidatos a prefeito
- Ildo Gusmão (Republicanos)
- Douglas Cavalcante (MDB)
- Jaqueline Freire (PSOL)

Votação em 2022 no município (segundo turno)

Presidente

Governador

[Os petistas] nunca foram nossos inimigos aqui. Nossa pauta não é ideológica, é municipalista. A gente não parte para esse âmbito de disputa do que acontece nas áreas estadual e federal, porque não nos ajuda

Ildo Gusmão (Republicanos)
pré-candidato à Prefeitura de Francisco Morato

Em [Francisco] Morato não existe extrema direita estabelecida, organizada. O que estamos construindo com o Ildo é apoiar a agenda da cidade. Se fosse um candidato engajado nas pautas bolsonaristas, ele nem buscaria o apoio do PT. Não dá para criminalizar ou condenar alguém por ter votado no Bolsonaro. Nossa tarefa é convencer as pessoas agora de que é melhor votar na gente

Kiko Celeguim
presidente estadual do PT

O PL vem motivado pela continuidade de um trabalho que nunca antes houve na cidade e entende que não há nome melhor que o do Ildo

Jesus Moreno
presidente municipal do PL

Juliana Freire

Juízes incentivam ação imprópria

Constituição é clara: Polícia Civil é uma coisa, PM é outra

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Em outubro do ano passado, o advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, representando a Associação de Delegados do Estado de São Paulo, pediu ao corregedor nacional de Justiça que recomendasse aos magistrados o respeito ao dispositivo constitucional que delimitou as jurisdições das polícias civis e militares.

O artigo 144 da Constituição é claro:

"Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares."

"Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil".

Contam-se às centenas os casos em que magistrados deferem pedidos de busca e apreensão solicitados pelas polícias militares. Mariz de Oliveira é um respeitado criminalista e já foi secretário da Segurança de São Paulo (1990-1991). Conhece de cor e salteado os dois lados do balcão.

O que ele pede é que o Conselho Nacional de Justiça recomende aos magistrados que não defiram pedidos encaminhados pelas PMs invadindo a competência das polícias civis.

A questão foi remetida ao Tribunal de Justiça de São Paulo e, em maio passado, seu corregedor respondeu que "em situações de urgência específicas" os magistrados podem deferir pedidos de buscas e apreensões solicitados pela Polícia Militar, sempre apoiados pelos representantes do Ministério Público.

É o jogo jogado, desde que se defina o que vem a ser uma "situação de urgência específica". As estatísticas indicam que as palavras "urgência" e "específica" são sinônimos de negro e pobre.

Indo ao coração do problema, o juiz Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça, informou, num parecer em que repisou a clareza da Constituição:

"Pesquisa recente realizada pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF), a partir da análise de dados da região metropolitana do Rio de Janeiro, informa que é no cumprimento de mandados de busca e apreensão, ao lado da repressão ao tráfico de drogas e armas, retaliações por mortes ou ataque a unidade policial, recuperação de bens roubados, entre outras, que pavimentam as operações policiais que resultam em chacinas.

Ou seja, mandados de busca mal realizados e executados tornam-se instrumento e tipo de circunstância que necessariamente antecede ou desencadeia massacres, violações, abusos de todas as ordens e têm levado o país, inclusive, a condenações em cortes internacionais."

Lanfredi concluiu propondo que o corregedor Luiz Felipe Salomão recomende aos magistrados "que se abstenham de proferir decisões de deferimento de pedidos de busca e apreensão domiciliar ou de outros atos privativos de polícia judiciária e investigativa requeridos diretamente pela Polícia Militar".

Uma decisão final ainda deverá esperar novos pareceres e será votada pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça antes que o pedido de Mariz complete um ano.

Intenção e resultado

De boas intenções, o reino de Asmodeu está cheio. Com a melhor das intenções, o governo de Dilma Rousseff criou a Comissão Nacional da Verdade. Ela resultou num relatório repetitivo, capenga e superficial.

Listou o brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica de 1965 e 1967, entre os militares responsabilizados pela prática de torturas, colocando-o na companhia de assassinos que executaram prisioneiros que atenderam a convites oficiais da tropa.

Onde? Nas matas do Araguaia de outubro de 1973 a outubro de 1974. Essa e outras insensibilidades jogaram uma parte da oficialidade no colo do ex-capitão Jair Bolsonaro.

Agora Lula 3.0 caminha para uma revisão na previdência dos militares. Trata-se de um vespeiro. Os inativos custam R$ 31,2 bilhões e os militares na ativa custam R$ 32,4 bilhões. Há penduricalhos e abusos, mas tudo gira em torno de uma realidade: os militares brasileiros ganham pouco.

Faz tempo, quando um general da intimidade do presidente Ernesto Geisel reclamou, comparando seu salário com o de um paisano, ouviu: "Você é realmente muito burro, entrou para o Exército para ganhar bem?".

Um general brasileiro vai para a reserva, depois de pelo menos 35 anos de serviços bem avaliados, com R$ 37 mil de salário. É pouco, e essa anomalia estimula governantes a criar as tenebrosas boquinhas para oficiais amigos. Num caso, um general na reserva recebia menos de R$ 20 mil líquidos e reclamava, mas não mencionava a boquinha pela qual passara, rendendo mais de R$ 50 mil mensais.

Pode-se mexer nesse vespeiro desde que fique claro que as mudanças tornarão o sistema mais transparente e justo. Parece impossível, mas o marechal Castello Branco fez uma reforma profunda no sistema de aposentadoria dos militares, modernizou as Forças e acabou com aquilo que ele chamava de os generais chineses. Seu amigo Oswaldo Cordeiro de Farias ficou 23 anos no generalato.

Era possível que um general de quatro estrelas ficasse mais de dez anos na patente. Castello criou uma escadinha de cotas compulsórias, pela qual os quadros de generais de brigada, divisão ou Exército são obrigados a uma renovação de 25% a cada ano.

A mesma escadinha funciona para a Marinha e Aeronáutica. Disso resultou que ninguém fica mais de quatro anos numa patente, nem mais de 12 no generalato.

Os generais chineses viraram fumaça, ninguém reclamou e as três Forças modernizaram-se, menos do que precisavam, mas como era necessário.

A Temer o que é de Temer

A boa notícia é que o PT e o senador Sergio Moro estão falando em "pacificação". A eles soma-se o ex-governador de São Paulo, João Doria, que passou pela política sem nunca ter esticado a corda.

É justo reconhecer que essa atitude foi a marca registrada de Michel Temer, antes, durante e depois de sua passagem pela Presidência da República.

Mágica besta

Se Lula tivesse dispensado o público de sua última catilinária contra Roberto Campos Neto, é provável que a última reunião do Copom tivesse mantido a taxa de juros em 10,5% ao ano sem a goleada de 9 x 0.

Lula gosta de atribuir os humores do mercado à ação de especuladores. Alguém precisa avisá-lo de que falas contra o Banco Central fazem a alegria de quem fatura com a alta do dólar.

Ronaldo Caiado na pista

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, está na pista para a sucessão presidencial de 2026. Num só dia ele é capaz de descer no Ceará e em Santa Catarina.

Caiado carrega consigo um patrimônio eleitoral do agronegócio e, pela sua agenda de hoje, quer ser um candidato com foco na segurança pública.

Etiqueta e compostura

Lula deveria criar uma força-tarefa de diplomatas para ensinar aos hierarcas de seu governo que, dependendo da lista de convidados, eles não podem ir embora de eventos de que participam como anfitriões. Em todos os casos, é falta de educação. Em alguns, chega a ser insultuoso.

PL articula vice mulher para a chapa de Ramagem no Rio

Republicanos e MDB do Rio oferecem nomes para atrair eleitorado feminino

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O PL trabalha com o nome de mulheres como vice para compor a chapa do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) para a disputa pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Dois partidos que negociam apoiar o nome indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ofereceram mulheres como opções para a vaga. O Republicanos sinalizou com o nome da deputada estadual Tia Ju, enquanto o MDB indicou a ex-deputada Rosane Félix.

Caso o acordo com a siglas não seja fechado, o partido também trabalha com mulheres da própria sigla para integrar a chapa. Estão entre as opções as deputadas Chris Tonietto e Índia Armelau.

A busca por uma integrante feminina da chapa se deve à maior dificuldade do bolsonarismo de atrair esse eleitorado. Esse foi uma dos empecilhos para a reeleição de Bolsonaro em 2022, na visão de aliados do ex-presidente.

A pesquisa Quaest divulgada na última semana indicou que Ramagem oscila negativamente entre as eleitoras. Enquanto ele registra 14% das intenções de voto entre os homens, entre as mulheres ele registra 10%. A margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais.

Todas as opções mantêm a carga conservadora da pré-candidatura. Cada uma, porém, tem um ativo distinto a ser avaliado na campanha.

Ligada à Igreja Universal, Tia Ju foi secretária municipal na gestão Marcelo Crivella (Republicanos). Pesa em favor da deputada o fato de ser negra, o que ampliaria, na visão de membros do PL, a diversidade da chapa.

Rosane Félix já foi filiada ao PL e também mantém a linha bolsonarista. É radialista de grande penetração no meio evangélico carioca.

Tonietto tem se destacado na Câmara como representante católica na defesa do PL Antiaborto por Estupro, projeto também assinado por Ramagem. Índia, por sua vez, é vista como alguém capaz de mobilizar jovens conservadores.

Alexandre Ramagem fala durante lançamento de sua pré-candidatura, ao lado de Bolsonaro Pablo Porciuncula - 16.mar.24/AFP

A escolha da vice ainda depende da definição em relação à aliança com essas siglas.

O Republicanos deixou no início de junho a base de Eduardo Paes (PSD) após considerar que o prefeito não cumpriu acordos tanto na gestão do município como na formação da nominata para a disputa da Câmara Municipal.

O MDB tinha como pré-candidato o deputado bolsonarista Otoni de Paula (MDB). Ele decidiu apoiar Paes após, segundo ele, ser alijado das negociações por aliança entre seu partido e o PL.

Alas do MDB disputam agora o destino do partido. O presidente regional, Washington Reis, defende a aliança com o ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Ele ofereceu o nome de Félix para compor a chapa.

O governador Cláudio Castro (PL) também pressiona o MDB a se aliar a Ramagem. O PL também espera reciprocidade pelo apoio da sigla ao prefeito Ricardo Nunes (MDB), em São Paulo.

O ex-deputado Leonardo Picciani, porém, resiste à adesão a Ramagem e quer apoiar Paes. Nos bastidores, um dos argumentos é o fato de o deputado, quando delegado federal, ter atuado na investigação que levou à prisão do pai, Jorge Picciani, na Operação Cadeia Velha, em 2017.

A definição da vice, porém, deve se arrastar até o fim de julho, no período das convenções, para análise completa do cenário eleitoral.

O PL finaliza detalhes para contratar o marqueteiro Paulo Vasconcelos, que atuou na campanha de Castro em 2022. Pesquisas quantitativas e qualitativas já estão sendo realizadas para definir a linha de campanha a ser adotada.

A estratégia do PL, até o momento, também mantém a previsão de pulverização das candidaturas de direita, para atacar de formas distintas a gestão municipal.

O presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil), recebeu o aval de Bolsonaro na semana passada para manter a pré-candidatura do deputado Rodrigo Amorim (União Brasil).

Amorim é visto como um candidato com perfil mais ofensivo contra o prefeito. O estilo pouparia Ramagem de realizar os ataques mais pesados a Paes, favorecendo para a construção de uma imagem menos radical.

O político da União Brasil ficou conhecido por ter quebrado placa em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL) na campanha de 2018.

Também desempenha esse papel, nos planos do PL, a pré-candidatura do deputado Marcelo Queiroz (PP).

Com estilo mais conciliador, o deputado do PP foi secretário tanto na gestão Marcelo Crivella (2017-2020) como no segundo mandato de Eduardo Paes (2013-2016). No PL, ele é visto como potencial candidato a atrair eleitores que não aprovam o prefeito, mas resistem ao bolsonarismo.

Imigração se torna problema central na eleição até para imigrantes nos EUA

Disparada do fluxo sob Biden é explorada por Trump; brasileiros radicados reclamam de concorrência

Fernanda Perrin

NEWARK E WASHINGTON Ana, 23, havia chegado aos Estados Unidos fazia apenas uma semana quando conversou com a **Folha** enquanto trabalhava no caixa de um restaurante mineiro em Newark, estado de Nova Jersey, uma região tomada por brasileiros.

Como boa parte da comunidade instalada ali, Ana entrou ilegalmente no país —seu nome completo será preservado. Acompanhada do marido e dos dois filhos, um de 1 ano e outro de 3, ela cruzou a fronteira com o México.

A família é parte do contingente recorde de mais de 9 milhões de pessoas que tentaram entrar no território americano durante o governo Joe Biden, quase o dobro do registrado nos sete anos anteriores. Em ano de eleição presidencial, a imigração se tornou um dos principais problemas do país na visão de americanos —em 3 de 4 pesquisas Gallup disponíveis até agora, ficou em primeiro lugar, à frente de economia, governo e inflação.

Nessa frente, Donald Trump é visto pela maior parte dos americanos como mais competente para lidar com o problema —inclusive pelos próprios imigrantes, como Ana.

Apesar de o republicano acusar os estrangeiros de "envenenar o sangue do país" e prometer fazer deportações em massa, se ela pudesse votar, a escolha seria por Trump.

"Sei que sou imigrante, mas os lugares estão superlotados. Isso dificulta muito a vida das pessoas que vêm com um propósito. As pessoas aproveitaram que tem muitos imigrantes para triplicar o valor do aluguel, ainda não consegui vaga para matricular meu filho na escola", afirma. "Não ter tantos imigrantes vai ajudar a gente que já chegou."

Ela está longe de ser exceção na comunidade brasileira. Nos dois quilômetros percorridos pela reportagem entre a rua Ferry e a avenida Wilson, quase todos os entrevistados disseram preferir Trump.

A principal insatisfação com Biden é a economia: o custo de vida disparou, e as vagas de trabalho sumiram, dizem eles, relacionando os problemas à disparada da imigração.

"Todo os dias aparecem pelo menos cinco pessoas pedindo trabalho. A gente fazia cadastro, mas teve um dia que foram 18, até me assustei. Aí paramos", diz Dacio Bellani, 56, enquanto vende uma ficha para um cliente trocar por um espetinho preparado na frente do mercado em que trabalha.

Maria Oliveira, 52, afirma que está tentando ajudar um conhecido que acabou de chegar ao país a encontrar emprego, mas está difícil. Há 17 anos nos EUA, ela tem direito a voto. Sua escolha? Donald Trump. "As coisas eram melhores com ele, o país estava andando. Agora está um caos."

O discurso contra imigrantes do republicano não é problema para ela, assim como não é para quase nenhum brasileiro entrevistado pela **Folha**. A visão é de que o alvo do republicano não são os imigrantes trabalhadores, como eles se veem, mas sim os que chamam de mal-intencionados. A promessa de deportação em massa tampouco os preocupa.

"Trump governou por quatro anos com esse discurso contra imigrante, não tem como ele cumprir essas promessas sozinho. Aqui os imigrantes é que fazem o país, então não vão mandar a gente embora. Vão mandar as pessoas que estão dando problema. Essas pessoas, do meu ponto de vista, não merecem ficar", diz João Furtado de Paiva, 66, dono de uma loja de móveis e residente nos EUA há 22 anos.

Uma brasileira que preferiu falar sob condição de anonimato conta que atravessou a fronteira há seis anos, no governo Trump, junto com o filho, à época com 2 anos. Eles ficaram detidos mais de um mês até serem liberados. Apesar da experiência traumática, ela acredita que isso seja o correto a ser feito porque funcionaria como uma filtragem, barrando criminosos. Se pudesse, elegeria o republicano.

Crimes atribuídos a imigrantes em situação irregular têm sido usados pelo ex-presidente em ataques a Biden. No discurso republicano, uma suposta onda de violência no país —desmentida por estatísticas— é consequência do aumento do fluxo migratório.

Pesquisas mostram, porém, que imigrantes têm 60% menos chances de estarem na prisão do que a população americana, e sua taxa de encarceramento vem caindo.

Ainda assim, a ideia de que os dois fatores estariam relacionados vem ganhando espaço na opinião pública. O percentual de pessoas que veem imigrantes como mais propensos a cometer crimes violentos praticamente dobrou nos últimos dez anos, alcançando hoje um terço da população, de acordo com pesquisa da Universidade Monmouth.

A pesquisa mostra que, neste ano, a maioria dos americanos apoia a construção de um muro na fronteira com o México.

Domingo Garcia, presidente da Liga dos Cidadãos Latino-Americanos Unidos, a maior e mais antiga organização hispânica dos EUA, compara o discurso republicano sobre imigração à retórica nazista na Alemanha nos anos 1930 contra judeus e ciganos. "É um jogo muito perigoso que estão jogando", diz o filho de imigrantes mexicanos e ex-deputado democrata no Texas.

Do lado republicano, a percepção é que se trata de questão de patriotismo. "Os últimos quatro anos foram de dor e sofrimento", afirmou Frank, 29, em frente à Trump Tower, em Nova York, no dia seguinte à condenação do republicano pela Justiça no caso envolvendo pagamentos à atriz pornô Stormy Daniels. Natural da Pensilvânia, um estado-chave no pleito deste ano, ele aponta a imigração ilegal como o maior problema do país.

Esta é a opinião de 48% do eleitorado republicano, segundo pesquisa Gallup —o maior percentual nos últimos dez anos. A visão é compartilhada por um quarto dos independentes, fatia também recorde entre um grupo cujo apoio é crucial numa eleição apertada. Entre democratas, apenas 8% têm esse ponto de vista.

Assim, a campanha de Biden tenta se equilibrar para mostrar uma postura mais dura do presidente, mas sem alienar sua base. Nas últimas semanas, a Casa Branca anunciou uma medida que, na prática, fecha a fronteira e, pouco depois, outra que facilita a regularização de imigrantes casados com americanos.

"A primeira coisa que Biden fez como presidente foi introduzir uma reforma abrangente da imigração. Ele ainda pede que isso aconteça", afirma à **Folha** Maca Casado, diretora da campanha do democrata para mídia hispânica, em referência ao fato de o Congresso ter rechaçado o projeto. Uma nova tentativa foi feita há alguns meses e derrubada novamente pela oposição republicana —instada por Trump.

Imigração bate recorde e vira maior preocupação do eleitorado

Número de não cidadãos encontrados por autoridades tentando entrar nos EUA sem autorização

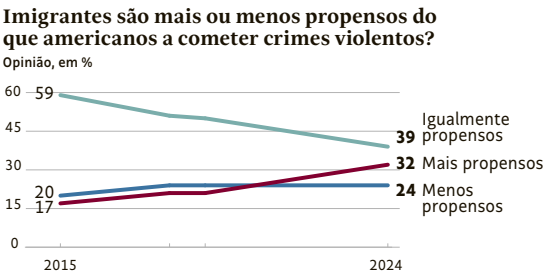
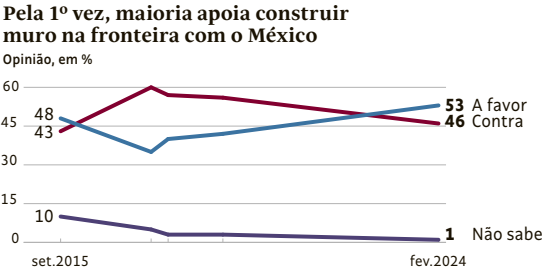
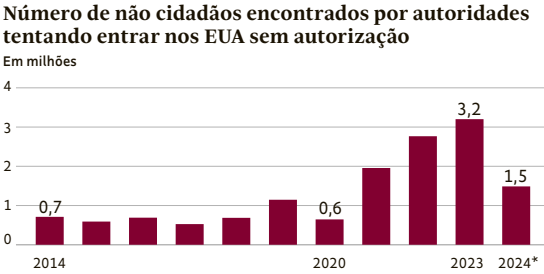
Em milhões

* Até fevereiro

Pela 1º vez, maioria apoia construir muro na fronteira com o México

Opinião, em %

Imigrantes são mais ou menos propensos do que americanos a cometer crimes violentos?

Opinião, em %

Fontes: Departamento de Segurança Interna, Pesquisa nacional da Universidade Monmouth realizada em fev.2024 com 902 adultos e Gallup

Dados cartográficos ©2024 Google

+ Folha estreia série sobre eleição americana

Quatro anos depois, Joe Biden e Donald Trump voltam a se enfrentar nas urnas em novembro, numa disputa que deve ser novamente acirrada. Os grandes temas que mobilizam o eleitorado dos Estados Unidos serão abordados pela correspondente Fernanda Perrin pelos próximos meses, até outubro. Imigração, economia e aborto estarão entre os assuntos presentes nas reportagens da série Biden x Trump.

Imigrantes e imigração são centrais para eleição dos EUA

Eleitorado hispânico aumenta em 4 milhões nos EUA

População com direito a voto, por raça ou etnia

Grupo, porém, é o que menos vota, proporcionalmente

Votaram na eleição presidencial, em %

Em estados-chave, Biden está na frente...

Intenção de voto de prováveis eleitores em Arizona, Carolina do Norte, Nevada, Texas e Pensilvânia, em %

Candidato	%
Joe Biden	47
Donald Trump	34
Robert F. Kennedy Jr.	12
Cornel West	3
Jill Stein	2

Fontes: Pew Research Center, Censo dos EUA e Centro Roper para Opinião Pública

... mas Trump ganha espaço nos temas prioritários

Em quem confia mais para fazer um trabalho melhor, em %

Biden / Trump — 🔍 Principais preocupações no ranking

Tema	Biden	Trump
Representar a sua visão sobre aborto	62	33
🔍 Reduzir a inflação e o custo de vida	48	48
🔍 Melhorar a economia e criar empregos	47	49
Proteger a fronteira	41	55

Fonte: Pesquisa Voto Latino/GQR com 2.000 pessoas. Margem de erro de 2,19 p.p. para mais ou para menos

Número de eleitores latinos já é maior do que o de negros

WASHINGTON O eleitorado latino nos EUA ultrapassou o negro nesta eleição, superando o empate, na prática, observado no último pleito presidencial. Longe de ser um bloco uniforme, há inúmeras divisões internas, que fazem do grupo um terreno em disputa para Joe Biden e Donald Trump.

Neste ano, mais 4 milhões de latinos poderão votar pela primeira vez, o que leva o eleitorado a uma fatia de 14,7% do total, atrás apenas dos brancos. Historicamente, a taxa de comparecimento às urnas é a mais baixa entre todos os grupos étnico-raciais. Trata-se, portanto, de um eleitorado com um enorme potencial ainda não realizado.

Na busca de mobilizar este segmento, Biden aproveitou o início da Copa América nos EUA, na quinta (20), para lançar uma campanha usando o futebol como isca —algo inusual em uma corrida americana— para engajar eleitores latinos.

Uma propaganda eleitoral, intitulada "Goool!", foi produzida para ser veiculada durante o torneio. A peça destaca duas das principais prioridades para este eleitorado: economia e violência por armas de fogo.

Já Trump mudou no início do mês de "Latinos com Trump" para "Latino-americanos com Trump" o nome do braço de sua campanha voltado ao grupo. Assim como democratas, o esforço mira promessas econômicas, mas soma a elas outra: controlar a imigração.

Pode parecer contraintuitivo que a maior parte do eleitorado hispânico prefira o republicano —que acusa imigrantes de "envenenar o sangue da nação"— quando o assunto é a fronteira. No entanto, é isso o que pesquisas têm mostrado.

"Eles pensam 'estamos aqui, somos americanos agora, não somos como aqueles que acabaram de cruzar a fronteira'. Muitas pessoas estão caindo nessa mentira de que existem os latinos bons e os ruins", diz Domingo Garcia, presidente da Liga dos Cidadãos Latino-Americanos Unidos (Lulac, na sigla em inglês).

A ênfase da campanha de Trump dada a latino-americanos, em oposição a apenas latinos, é uma forma de explorar essa divisão, afirma Marie Arana, autora de "LatinoLand", obra lançada em fevereiro que retrata a comunidade nos EUA.

A retórica agressiva de Trump contra imigrantes não aliena esse eleitorado porque, em síntese, é uma população que tem casca grossa, diz a autora, especialmente no sudoeste americano, onde mexicano-americanos predominam. "Para eles, o que importa é a economia, são os empregos."

Esse é um tema em que Biden e Trump praticamente empatam na preferência dos latinos, segundo pesquisa feita nos estados de Arizona, Carolina do Norte, Nevada, Texas e Pensilvânia. Embora a taxa de desemprego esteja em nível historicamente baixo no governo Biden, a inflação acumula alta de quase 20%.

Para o presidente da Lulac, homens são especialmente suscetíveis ao discurso de Trump, tanto por em geral serem os principais provedores de suas famílias, quanto por se identificarem com a imagem de homem forte projetada pelo candidato. "Como Bolsonaro fez no Brasil." **FP**

Ataques de Israel atingem refugiados em Gaza

Bombardeio próximo à Cruz Vermelha mata 22; outra ofensiva em campo de deslocados deixa 42 mortos, diz Hamas

GUERRA ISRAEL-HAMAS

SÃO PAULO Um bombardeio que atingiu uma área próxima à sede do Crescente Vermelho na Faixa de Gaza matou ao menos 22 pessoas que buscavam abrigo no local, disse a ONG neste sábado (22). A organização é o braço da Cruz Vermelha em países de maioria muçulmana.

Também no sábado, ataques que foram atribuídos a Israel em um campo de refugiados deixaram outros 42 mortos, segundo o Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas. Nesse caso, as informações não puderam ser verificadas de forma independente.

O Crescente Vermelho não disse de onde partiram os projéteis de artilharia, mas ataques com esse tipo de arma contra alvos em Gaza costumam ser feitos por Israel. De acordo com a organização, o bombardeio ocorreu na sexta (21), deixou também 45 feridos e danificou a sede da ONG, que estava cercada de tendas e acampamentos provisórios ocupados por palestinos que se deslocaram na guerra.

Os corpos e os feridos foram levados para um hospital, e a ONG disse que o número de vítimas ainda poderia aumentar.

"Ao disparar projéteis tão perto de estruturas humanitárias, cuja localização ambas as partes do conflito conhecem e que estão identificadas com o emblema do Crescente Vermelho, vidas de civis e de trabalhadores [da organização] são colocadas em risco. Esse grave incidente é apenas mais um de muitos nos últimos dias", disse o Crescente Vermelho em comunicado.

Os outros ataques, neste sábado, atingiram o campo de refugiados de Al-Shati e teriam matado 24 palestinos. Outros 18 teriam sido mortos em disparos contra casas do bairro Al-Tuffah. As Forças Armadas israelenses confirmaram que houve uma ofensiva, mas disseram que a ação teve como alvo a "infraestrutura militar" na Faixa de Gaza.

Médicos do hospital Al-Ahli, no centro do território palestino, disseram ter recebido os corpos depois dos bombardeios, além de dezenas de feridos. Autoridades da Defesa Civil de Gaza também informaram que ao menos 19 pessoas que trabalhavam em uma fábrica em Al-Tuffah estavam desaparecidas.

Imagens obtidas pela agência de notícias Reuters mostram dezenas de palestinos correndo entre escombros de casas procurando por vítimas no campo de refugiados Al-Shati.

Desde o início do conflito atual, cujo estopim foi o ataque terrorista do Hamas em 7 de outubro que deixou 1.200 israelenses mortos, mais de 37 mil palestinos morreram em bombardeios israelenses na Faixa de Gaza, de acordo com o Ministério de Saúde local.

A guerra já dura mais de oito meses e deixou toda a população do território palestino em uma grave crise humanitária, com mais de 1 milhão de pessoas passando fome, de acordo com a ONU.

> Ao disparar projéteis tão perto de estruturas humanitárias, cuja localização ambas as partes do conflito conhecem e que estão identificadas com o emblema do Crescente Vermelho, vidas de civis e de trabalhadores são colocadas em risco. Esse grave incidente é apenas mais um de muitos nos últimos dias
>
> Crescente Vermelho, em nota

Palestinos ouvidos pela Reuters disseram que tanques israelenses continuam a avançar contra a cidade de Rafah, onde a maioria da população deslocada de Gaza se refugiava até o início de maio, quando Tel Aviv iniciou sua operação contra a região.

Israel também bombardeou áreas ao redor de Rafah, forçando famílias que buscavam abrigo em zonas descritas pelo próprio Exército israelense como seguras a fugir para o norte. As Forças Armadas do país dizem que realizam "ataques precisos" na cidade.

Já o Hamas disse em nota que os ataques foram direcionados contra a população civil. A facção disse que "a ocupação e seus líderes nazistas pagarão o preço por suas violações" contra civis em Gaza.

Um relatório produzido pela ONU e divulgado na quarta-feira (19) apontou que Israel pode ter violado leis de guerra e cometido crimes contra a humanidade ao atacar infraestrutura civil no território palestino. O documento diz que Tel Aviv teria ignorado "sistematicamente os princípios de distinção, proporcionalidade e precauções" exigidos em tempos de guerra.

Socorrista do Crescente Vermelho carrega crianças depois de um bombardeio israelense contra casas na Faixa de Gaza Ayman Al Hassi - 22.jun.24/Reuters

Ação no Líbano mata fornecedor de armas à facção terrorista

Um ataque com drone das forças de Israel matou, neste sábado (22), um fornecedor de armas ao Hamas no Líbano. Ayman Ratma também trabalhava para a organização Jamaa al Islamiya, um braço da Irmandade Muçulmana, segundo a imprensa israelense.

O ataque ocorreu a 40 quilômetros ao norte da fronteira do Líbano e atingiu o veículo em que transportava Ratma.

As autoridades israelenses afirmaram que o fornecedor se preparava para atacar o país e que já tinha participado de outras ações semelhantes, mas sem fornecer detalhes.

Ratma era tratado como um dos principais responsáveis das operações do Hamas em território libanês.

Nos últimos dias, ataques e retórica agressiva aumentaram a tensão na região da fronteira entre o grupo libanês Hezbollah e Israel.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou na sexta-feira (21) que o mundo não suportaria que o Líbano se tornasse outra Faixa de Gaza.

Tel Aviv e o Hezbollah, um dos principais aliados do Irã no Oriente Médio e apoiador do Hamas, têm trocado ameaças e lançado foguetes em suas respectivas áreas de fronteira desde o início do conflito de Israel contra o grupo.

Na sexta, os militares israelenses afirmaram ter realizado uma série de ataques contra posições do grupo xiita no sul do Líbano. Foram alvos os edifícios usados pelo Hezbollah, postos militares e outras infraestruturas em localidades próximas da fronteira.

Na semana passada o Hezbollah havia feito seu maior ataque contra Israel desde o início da guerra, em 7 de outubro. Foram identificados pelas forças israelenses mais de 200 projéteis, e o grupo prometeu intensificar a ofensiva.

A ação teria sido uma resposta à morte de um comandante sênior da facção que foi morto por ataque aéreo de Tel Aviv um dia antes. No começo de junho, em outro ataque, uma brasileira ficou gravemente ferida em ataque no sul do Líbano.

Guerra devasta bairro que homenageia brasileiros

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Diogo Bercito

WASHINGTON Um campo de refugiados batizado em homenagem ao Brasil é um dos cenários da guerra em Gaza. Nas últimas semanas, tanques e soldados israelenses têm passado por suas ruas. Nos céus, seus drones e aviões.

Al-Brazil fica no sul de Rafah, na fronteira com o Egito. É nessa província que Israel tem concentrado seus esforços, que justifica afirmando que a região é hoje refúgio de terroristas do Hamas.

O palestino Muhammad Mansur, 27, nasceu ali. Cresceu ouvindo a palavra Brasil. O bairro recebeu esse nome porque soldados brasileiros integraram forças de paz das Nações Unidas no local durante os anos 1950 e 1960.

O bairro, onde vivem refugiados de conflitos anteriores com Israel, foi construído em torno de uma rua também de nome Al-Brazil. Segue por alguns quarteirões, chegando na fronteira com o Egito.

A homenagem faz sentido. O Brasil tem entre os palestinos a fama de ser um país tradicionalmente aliado à sua causa. Uma rua ao lado do mausoléu de Yasser Arafat, líder histórico palestino, chama-se Al-Brazil.

Essa reputação estremeceu durante o governo de Jair Bolsonaro, que privilegiou as relações com Israel e ameaçou transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv a Jerusalém, decepcionando palestinos.

Sobre o campo Al-Brazil em Rafah, Mansur diz que as casas no local são "simples, de gente pobre, refugiados". "Mas antes da guerra havia bastante alegria. Jovens se divertiam nas ruas. As famílias se ajudavam. Existia vida, ao menos."

A situação começou a mudar em 7 de outubro, quando o Hamas atacou Israel em um atentado que deixou 1.200 mortos, segundo Tel Aviv. O Exército israelense revidou bombardeando Gaza.

As ações israelenses deixaram mais de 37 mil mortos até agora, segundo o Hamas. Organizações acusam Israel de fazer ataques desproporcionais e de cometer crimes de guerra, algo que Tel Aviv nega.

A princípio, Israel sugeriu aos moradores de Gaza que buscassem refúgio na região sul. "Falaram que seria um lugar seguro", diz Mansur. Centenas de milhares se abrigaram ali nos primeiros meses.

A população de Rafah foi de 280 mil para 1,5 milhão de pessoas. Está ali a única passagem de Gaza ao Egito.

Mas já no início do conflito o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, dizia que soldados do Hamas estavam escondidos em Rafah e em seus campos. Ameaçou por semanas enviar seus tanques e soldados para o local. Diversos governos, incluindo o americano, tentaram evitar isso.

Algumas semanas atrás, Israel desafiou seus aliados e invadiu a região. Muitas das famílias abrigadas ali fugiram para outras partes de Gaza. A de Mansur foi para Deir al-Balah, no centro da faixa.

Não há hoje, porém, uma região segura em meio aos bombardeios. Nesta semana, houve ataques no centro e no norte de Gaza, enquanto tanques aprofundaram incursões no sul. Deir al-Balah, onde Mansur está abrigado, foi bombardeada na quinta (20).

O Exército israelense diz agora que, com seus avanços em Rafah, está próximo de seu objetivo: neutralizar o Hamas para evitar novos ataques como o de outubro. Analistas, no entanto, afirmam que a guerra não deve terminar de imediato, mas apenas desacelerar.

Mansur diz que, enquanto isso, o bairro brasileiro é destruído. "Não há uma casa que não foi danificada", diz. "É uma tragédia. Al-Brazil virou um cemitério de famílias, crianças, sonhos e ambições."

mar Mediterrâneo
Cidade de Gaza
Faixa de Gaza
EGITO
ISRAEL
Rafah
5 km
Muro
Rafah
Al-Brazil
EGITO
FAIXA DE GAZA
25 m

Forças da Rússia danificam sistema elétrico ucraniano

SÃO PAULO Um ataque massivo com mísseis e drones lançado pela Rússia neste sábado (22) danificou usinas e infraestrutura de energia nas regiões sudeste e oeste da Ucrânia. Bombardeios contra a cidade de Kharkiv, por sua vez, mataram duas pessoas, segundo autoridades ucranianas.

A agência responsável pela rede elétrica do país disse que os ataques, que vêm se intensificando, atingiram instalações em Zaporíjia e Lviv. Outro ataque também teve como alvo um armazém de gás natural.

Como resposta, o governo ucraniano disse que vai aumentar o racionamento e a duração de cortes programados de energia em todo o país. Os ataques contra a rede elétrica pressionam a população e causam blecautes mesmo no verão do hemisfério Norte, quando o consumo é menor.

Inovações em campanha suja na Índia alertam outros países

Anunciantes fantasmas e debates forjados foram algumas das táticas deste ano

Patrícia Campos Mello

NOVA DÉLI Anunciantes-fantasma e de aluguel, deep fakes, premiação de youtubers governistas e armação de debates com falsos eleitores comuns. A campanha suja na Índia serve de alerta para estratégias que podem ser replicadas em outros países.

Muitas das táticas anteriormente criadas pelos indianos —como os grupos de WhatsApp para disseminar desinformação eleitoral, aplicativos de candidatos que coletam dados dos eleitores e segmentação de mensagens— depois foram usadas nas eleições de países como o Brasil e os EUA.

No pleito deste ano, que se encerrou neste mês e deu maioria parlamentar à aliança liderada pelo partido de Modi (BJP), foram introduzidas novas ferramentas de campanha.

Os anunciantes fantasma e de aluguel são um exemplo. A prática já era empregada desde a eleição de 2019, mas se intensificou. No caso dos fantasmas, os dados que eles fornecem à plataforma de internet para comprar os anúncios políticos são incorretos ou fictícios. Então, é impossível identificar quem realmente está pagando pela propaganda.

Já os anunciantes "de aluguel" são grupos ou páginas que, oficialmente, não têm ligação com os partidos, mas gastam milhões em anúncios em benefício de candidatos. Esses anunciantes são frequentemente acionados para atuar no lado B das campanhas, espalhando desinformação. Como não há vínculo formal com as agremiações políticas, estas não podem ser responsabilizadas, e os gastos com a propaganda não entram nas declarações.

Dos cem maiores anunciantes políticos da Índia nas plataformas da Meta (Instagram e Facebook), 22 eram fantasmas ou de aluguel, indica estudo das organizações Eko e India Civil Watch International (ICWI). Segundo o levantamento, eles gastaram US$ 1 milhão no período de 90 dias, totalizando 22% das despesas em anúncios classificados como "temas, eleições ou política" na biblioteca da Meta.

Grande parte dessa propaganda contém desinformação e discurso de ódio contra a minoria muçulmana, difamação de candidatos e promoção do fundamentalismo hindu.

"Anúncios políticos em redes sociais na Índia precisam seguir as mesmas regras que os veiculados em TVs, rádios e impressos. A Meta está permitindo que pessoas de má-fé explorem brechas para disseminar conteúdo desagregador e violar leis", diz Maen Hammad, pesquisadora da Eko.

Um estudo do Tech Transparency Project revelou que existe um mercado paralelo de contas no Facebook que são alugadas para veicular anúncios políticos na Índia, apesar de a Meta proibir a prática.

Procurada, a empresa afirmou, em nota, proibir "que proprietários de contas de anúncios vendam o acesso a suas contas". "Trabalhamos para remover anúncios e agir contra proprietários de contas de anúncios que violem nossas políticas. As pessoas precisam passar por um processo de autorização em nossas plataformas e são responsáveis por cumprir as leis aplicáveis." Após as denúncias, a Meta afirmou ter agido contra 14 contas e administradores.

> A Meta está permitindo que pessoas de má-fé explorem brechas para disseminar conteúdo desagregador e violar leis
>
> **Maen Hammad**
> pesquisadora

> Trabalhamos para remover anúncios e agir contra proprietários de contas que violem nossas políticas
>
> Meta, em nota

Falsos debates de eleitores na rua

Uma das inovações desse ciclo eleitoral na Índia foi a armação de entrevistas e debates supostamente espontâneos com eleitores, para serem veiculados no YouTube.

A Índia é de longe o maior mercado do YouTube no mundo —são 462 milhões de usuários, de acordo com o portal de estatísticas Statista, ante 238 milhões dos EUA, em segundo no ranking. E vídeos no estilo "fala povo", em que youtubers conversam com transeuntes sobre questões políticas, são ultrapopulares, com dezenas de milhões de visualizações. O que inicialmente começa como uma entrevista costuma descambar para bate-bocas acalorados.

Reportagem de Akhil Ranjan no site indiano NewsLaundry revelou que muitos funcionários do BJP ou de organizações extremistas hindus participam regularmente desses debates inflamados, criticando os partidos da oposição, elogiando Modi e demonizando muçulmanos. Eles fingem ser cidadãos comuns.

"Nem todo muçulmano é terrorista, mas por que todos os terroristas são muçulmanos?", dizia em vídeo um desses anônimos —que, na realidade, era um porta-voz do BJP.

Prêmio para youtubers governistas

Os influenciadores do YouTube se tornaram um dos principais braços da propaganda partidária. Segundo estudo de Joyojeet Pal, professor da Universidade de Michigan, políticos deixaram de conceder entrevistas a veículos de notícias e só falam com youtubers amigáveis, que têm uma abordagem pouco crítica.

Modi, reconhecendo o poder de comunicação desse grupo, criou um concurso especial, o National Creators Awards. Ele entrega os prêmios pessoalmente e divulga os 14 canais agraciados em suas redes. Para especialistas, cooptar estrelas do YouTube é uma maneira eficiente de atingir os eleitores mais jovens.

Vídeos e áudios deepfakes

Na eleição deste ano, não houve o apocalipse de vídeos e áudios deepfakes que se temia. Mas alguns partidos e candidatos recorreram à prática para prejudicar oponentes.

Viralizaram vídeos criados por inteligência artificial em que Aamir Khan e Ranveer Singh, estrelas de Bollywood, supostamente criticavam Modi e apoiavam candidatos da oposição. Os artistas registraram queixas na polícia, mas os autores dos vídeos falsos não foram identificados.

Em maio, a comissão eleitoral instruiu os partidos a removerem os deepfakes em até três horas após notificação das autoridades, mas a determinação não tem poder de lei.

Segundo Prateek Waghre, diretor-executivo da Internet Freedom Foundation, não existe uma legislação específica para IA na Índia. "A lei de tecnologia de informação e o código penal vedam roubo de identidade e imitação, mas não há nenhuma exigência de rótulos alertando sobre uso de IA", afirma.

Marton Monus/Reuters

MILHARES PROTESTAM CONTRA POLÍTICAS ANTI-LGBTQIA+ NA HUNGRIA

Milhares de húngaros celebraram a parada anual LGBTQIA+ em Budapeste, neste sábado (22), em evento marcado por protestos contra medidas do governo de Viktor Orbán. No poder desde 2010, o premiê é responsável por uma agenda cristã-conservadora e, em 2021, baniu conteúdos considerados pró-LGBTQIA+ para menores de 18 anos, apesar de protestos de organizações e da União Europeia. Na parada deste sábado, o público carregou bandeiras com as cores do arco-íris e dançou pelas ruas da capital. O casamento gay não é reconhecido no país, e apenas casais heterossexuais podem adotar crianças legalmente. O primeiro-ministro Orbán modificou a Constituição húngara para definir o casamento como a união entre um homem e uma mulher.

Nem tudo são trevas na luta feminista da América Latina

Conquistas mostram que engajamento por direitos vale a pena

Sylvia Colombo

Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Londres e em Buenos Aires, onde vive

O retrocesso no que diz respeito aos direitos das mulheres é uma ameaça crescente em meio à onda de extrema direita e da ascensão, nas últimas décadas, de esquerdismos conservadores nos costumes —como foram, em geral, os governos ditos bolivarianos ou, por exemplo, o México de López Obrador.

Porém, é importante ressaltar vitórias que não ocorreriam sem o engajamento de tantos grupos e de grande parcela da sociedade. A mobilização para brecar o PL Antiaborto por Estupro, no Brasil, é um exemplo disso.

Outro acaba de ocorrer na Argentina. Pela primeira vez na história da conservadora Tucumán, a Justiça condenou a 16 anos de prisão o homem mais poderoso da província. Trata-se de José Alperovich, 69. Extremamente rico, tendo sido três vezes governador e ex-senador da República, ele cometia delitos sexuais havia anos com a certeza de impunidade.

O principal crime que o levou para atrás das grades foi o abuso continuado de sua própria sobrinha. As denúncias da moça demoraram mais de quatro anos para serem processadas, e o julgamento teve vários obstáculos colocados pelos advogados que ganharam fortunas para defender o sujeito.

Por que esse caso é tão simbólico? A província de Tucumán é emblemática para a Argentina. Foi ali que, em 9 de julho de 1816, houve a declaração da independência do país. Porém, historicamente, vinha sendo um território de difícil atuação para grupos de defesa dos direitos da mulher.

Em 2014, um caso terrível teve lugar. Uma mulher grávida de 20 semanas, conhecida com o pseudônimo de Belén, chegou a um pronto-socorro público por estar sofrendo uma hemorragia que a levou a um aborto espontâneo.

Os médicos, em vez de socorrê-la, a denunciaram, e ela foi condenada a oito anos de prisão por homicídio.

Também na província de Tucumán, o Poder Judiciário dilatou tanto um pedido legal de aborto por estupro de uma menina de 11 anos, abusada pelo marido de sua avó, que ela acabou tendo o parto.

Os dois casos causaram um verdadeiro levante feminista na província que se irradiou pelo país. Foram numerosas marchas, que mobilizaram milhares de pessoas, em manifestações que ajudaram também a engrossar as filas do Ni Una Menos —movimento nascido na Argentina em 2015 voltado à denúncia de agressões contra mulheres.

Apesar dos sofrimentos que as situações descritas causaram, hoje Belén está livre, após cumprir três anos de pena, pois a pressão popular levou a corte local a tratar novamente o caso. E, desde 2020, o aborto apenas pela vontade da mulher é legal e gratuito no país até a 14ª semana de gestação.

Agora, mais um exemplo de que a luta feminista vale a pena é a condenação de um político infame como Alperovich. A leitura de sua sentença —com a câmera focada em sua postura cabisbaixa—, na qual se descrevia em detalhes técnicos os abusos cometidos, foi comemorada por boa parte da sociedade.

A partir de agora, espera-se que não apenas ele pague pelo que fez, mas que a impunidade de outros políticos e caudilhos machistas caia por terra.

O caso é também alvissareiro por ter ocorrido numa Argentina governada pela ultradireita. No Congresso, há parlamentares que tencionam revogar a lei do aborto, comandados pela vice-presidente, Victoria Villarruel, e com o apoio de Javier Milei.

Sim, o ambiente político na Argentina não é alentador para a defesa dos direitos das mulheres. Mas a condenação de Alperovich é uma demonstração de que vale a pena continuar lutando.

A ponte estaiada Octavio Frias de Oliveira sobre o rio Pinheiros Eduardo Knapp - 22.mar.2023/Folhapress

Água Espraiada isola casas e falha com moradia popular

Duas décadas depois de avanço, São Paulo busca evitar estagnação de uma das suas áreas mais valiosas

Clayton Castelani

SÃO PAULO Vitrine de uma São Paulo futurista no início dos anos 2000, o eixo das avenidas Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Doutor Chucri Zaidan e Jornalista Roberto Marinho trouxe a reboque do seu inegável bem-sucedido plano de desenvolvimento urbano defeitos que agora, 23 anos após a concepção, provocam estagnação.

Casas abandonadas entre muralhas de condomínios residenciais, prédios empresariais tecnológicos em vias onde pedestres não se arriscam a caminhar à noite, milhares de moradias irregulares e trânsito infernal são algumas das consequências desses desacertos.

Ajustar o rumo de uma das mais valiosas porções do quadrante sudoeste da cidade depende de mudanças na lei que define as regras para uso e ocupação desse território, a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. É ao menos essa a posição representada pela maioria dos votos de vereadores que há uma semana aprovaram em primeiro turno um projeto de lei com esta finalidade.

Pistas do que deverá mudar surgiram em uma das audiências públicas anteriores à votação na Câmara e no próprio texto da lei, mas a proposta final só deverá ser conhecida na segunda votação, prevista para ocorrer até o início de julho.

Em linhas gerais, o que a Câmara deverá fazer é permitir que empreendimentos imobiliários no perímetro da operação tenham benefícios semelhantes aos garantidos pelas versões mais recentes do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, ambos revisados em 2023.

No emaranhado de regras para uso e ocupação do chão paulistano, operações urbanas criam exceções. No caso da Água Espraiada, a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy (PT) permitiu que o mercado levantasse prédios com área construída quatro vezes maiores do que a metragem dos terrenos. Em 2001, quando a proposta foi aprovada, isso representava um importante ganho de potencial construtivo em comparação com a maior parte da cidade.

Dividida em cinco grandes setores, a operação atraiu rapidamente investidores para o seu trecho mais desenvolvido, no entorno da Berrini. Os demais avançaram em ritmos distintos e um deles, o que segue o córrego Água Espraiada até perto do bairro Jabaquara (zona sul), foi praticamente ignorado pelo mercado.

Além do esgotamento de áreas na Berrini, a operação perdeu ainda mais competitividade quando o Plano Diretor de 2014 e a Lei de Zoneamento de 2016, da gestão Fernando Haddad (PT), passaram a oferecer vantagens para que os maiores edifícios da cidade ocupassem os entornos de estações do metrô e de corredores de ônibus por toda a capital.

As revisões dessas leis permitiram construções ainda maiores nos eixos de transporte. Estima-se que prédios poderão chegar perto de dez vezes o tamanho dos terrenos, caso incorporem unidades de habitação social e lojas nas fachadas, entre outras exigências.

Operações mais recentes, como a recém-aprovada Bairros do Tamanduateí, já consideram a equiparação de potencial construtivo com os eixos em alguns pontos, segundo o vereador Rodrigo Goulart (PSD), relator das principais pautas urbanísticas em discussão na Câmara.

Transportar os mesmos benefícios para Água Espraiada poderia revigorar a sua atratividade, diz o arquiteto e urbanista Marcelo Ignatios, consultor para desenvolvimento urbano e ex-superintendente da SP Urbanismo, a empresa da prefeitura que rege operações urbanas.

O texto que sairá da Câmara, porém, poderá liberar estoques de potencial construtivo em setores já saturados. "Existe um limite para se construir e ultrapassá-lo pode levar ao colapso de uma região", diz. "Liberar mais potencial construtivo perto da Berrini seria matar a galinha dos ovos de ouro."

Os tais ovos de ouro também podem ser chamados de Cepacs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), nome oficial dos títulos negociados na Bolsa de Valores que dão direito ao seu detentor de construir na área da operação urbana.

A prefeitura é a responsável por leiloar lotes de Cepacs e o dinheiro arrecadado deve ser investido em obras para estruturar o perímetro da operação. Isso viabilizou, por exemplo, a construção da avenida Jornalista Roberto Marinho e a ponte estaiada Octavio Frias de Oliveira.

Mas o desinteresse pelos estoques de áreas ainda disponíveis emperrou a arrecadação para a continuidade da operação, sobretudo quanto à produção de habitação de interesse social. Estima-se um déficit de mais de 5.000 moradias para famílias de baixa renda, de um total de 8.000 previstas no perímetro.

A falta de moradia digna coexiste no território com grandes casas vazias ou subutilizadas, além de alguns terrenos baldios. São imóveis ou conjuntos de lotes pequenos demais para atender o lote mínimo em que Cepacs podem ser utilizados para construção. Sem eles, o que vale é a regra da Lei de Zoneamento.

Isso se torna um problema para casas em quadras classificadas como zonas exclusivamente residenciais, que comportam imóveis com apenas dez metros de altura, ocupadas por uma única família e sem permissão para serem utilizadas como comércio. A mudança de uso do imóvel também depende das Cepacs que custam cerca de R$ 2.500 por metro quadrado, valor que pode ser maior dependendo do local ou da flutuação de mercado.

"Ninguém quer comprar nem alugar uma casa no meio desse monte de prédios e eu precisaria comprar quase R$ 160 mil em Cepacs para mudar o uso, mas eu não tenho", diz o aposentado Ruy Paiva, 62, proprietário de uma casa fechada há dez anos no Campo Belo.

O cenário é diferente num trecho do bairro do Brooklin que está fora da operação Água Espraiada. Com as novas regras de zoneamento em vigor, quadras classificadas como eixos de transporte tiveram dezenas de casas demolidas para dar lugar a prédios.

Para o analista de seguros Marcos Fábio, 49, que nasceu no bairro, a decisão de vender ou não a casa onde vive com a família depende de alguma das frequentes propostas que recebe chegar ao que ele considera justo, cerca de R$ 18 mil por metro quadrado. "Eles não querem vir para o Brooklin? Que paguem o preço", diz.

> Liberar mais potencial construtivo perto da Berrini seria matar a galinha dos ovos de ouro
>
> **Marcelo Ignatios**
> arquiteto e urbanista

Operação Urbana Água Espraiada

ZER 1 É uma zona exclusivamente residencial permite só uma família por lote de tamanho médio; proíbe prédios médios e grandes, comércios e empresas

ZC A zona de centralidade permite prédios de tamanho médio onde podem funcionar empresas e comércios

ZM A zona mista aceita empresas, mas as residências predominam; prédios são pequenos e médios

Zeis 1 e 3 As zonas especiais de interesse social são áreas onde o poder público precisa oferecer moradia digna para a população da baixa renda

Zepam Nas zonas especiais de proteção ambiental devem ser preservados remanescentes de mata atlântica e a vegetação em geral

Berrini concentrou interesse do mercado

Existe um limite para se construir em cada setor da operação e quando esse estoque acaba, novas edificações são barradas

O mercado comprou todo o estoque disponível na região mais cobiçada, **perto da avenida Luiz Carlos Berrini,** mas teve menor interesse sobre o restante

Estoque de potencial construtivo por setor
Em m²

Setor	Estoque
Chucri Zaidan	85.683
Marginal Pinheiros	140.993
Berrini	0
Brooklin	606.180
Jabaquara	242.290

VILA OLÍMPIA
av. Eng. Luiz Carlos Berrini
MORUMBI
aeroporto de Congonhas
av. Jornalista Roberto Marinho
SANTO AMARO
av. Jabaquara
rod. dos Imigrantes
marginal Pinheiros
CIDADE ADEMAR
1 km

+ Entenda como funciona a operação urbana

Como a operação urbana vira investimento em obras

- A prefeitura coloca à venda, na Bolsa de Valores, certificados que dão ao comprador o direito de aumentar o tamanho ou mudar o uso das construções
- Isso valoriza os terrenos
- A arrecadação deve ser usada para melhorar a infraestrutura da região

Desequilíbrio atrapalha a operação Água Espraiada

- A operação está dividida em cinco grandes setores e cada um deles tem um limite de metros quadrados de potencial construtivo
- O mercado comprou o estoque disponível na região mais cobiçada, perto da av. Luiz Carlos Berrini, mas teve menor interesse sobre o restante

Lotes esquecidos entre prédios perdem valor

- Alguns terrenos não podem receber aumento de potencial construtivo porque estão abaixo do tamanho mínimo, de 1.000 m²
- Esses lotes podem ficar presos à Lei de Zoneamento e perdem valor
- Alterar o uso do imóvel também depende da compra dos certificados. O custo é alto e, em muitos casos, proprietários não conseguem fazer a alteração de uso, tampouco acham compradores

Guarapiranga tem praias privadas e disputa por espaço

Frequentadores da represa reclamam que área de acesso livre tem diminuído, enquanto presença de bares cresceu

Bruno Lucca

SÃO PAULO A folga do vendedor Gustavo Soares, 24, estava planejada havia semanas. A ideia era ir para Itanhaém, no litoral sul de São Paulo. Em cima da hora, seu destino inicial foi cancelado por falta de dinheiro, mas ele deu um jeito. Morador do Grajaú, no extremo sul da capital paulista, encontrou uma praia —de água doce— a 10 minutos de casa.

Por volta das 13h, pisou na praia do Sol, às margens da represa de Guarapiranga. Estava acompanhado de esposa, filha, cunhada, dois sobrinhos e uma caixa de som, carregada como criança de colo.

"Quem não tem cão, caça com gato, né? Bora curtir o que está à disposição", disse.

Devido ao calor, dezenas de famílias tiveram a mesma ideia. No início da tarde, as cadeiras de plástico colocadas próximas da água estavam lotadas. De biquínis e shorts, os presentes alternavam muitos goles de cerveja, petiscos e alguns mergulhos.

Para isso, porém, deviam percorrer um caminho repleto de vendedores de amendoim, lama e lixo. Já a água é limpa —segundo a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), aquele trecho é próprio para banho. Há outras partes da represa, porém, em que isso não acontece.

Uma placa do Corpo de Bombeiros avisa aos frequentadores sobre os perigos de nadar em uma represa. Há muita vegetação no chão, que pode enroscar nos pés. Além disso, deve-se evitar nadar próximo de pontos de captação, evitar os jet skis e ter atenção à profundidade. O solo é desnivelado.

A praia do Sol está num parque municipal que leva seu nome. O equipamento, aberto diariamente das 7h às 19h, ainda possui quadras de areia para prática de vôlei e beach tennis. Sua região de instalação, a avenida Atlântica, na Capela do Socorro, está repleta de outras opções de lazer.

O crescente interesse turístico no entorno da represa estimulou a inauguração de bares e restaurantes imitando o clima litorâneo. Eles contam com suas praias particulares —nem todas liberadas para banho, mas muito atrativas pela paisagem, repleta de aves marinhas e barcos a vela. Há duas grandes marinas por ali.

Alguns desses restaurantes e bares têm fila de carros aos fins de semana para desfrutar de seus guarda-sóis e porções de frutos do mar.

Tantos estabelecimentos, porém, incomodam alguns frequentadores da represa e pequenos comerciantes. Essa parcela reclama que a área de acesso livre está cada vez menor, que o restante dos lugares cobram preços altos e que há um processo de gourmetização da região.

"Isso aqui tá bem apertado, né? Tem pouco espaço para se divertir e para trabalhar", diz a ambulante Fernanda Ambrósio, 37. Ela vende sacolés na entrada da praia do Sol.

Fernanda questiona a necessidade de tantos comércios os fechando o acesso à represa. Para ela, aquela margem de 6 km poderia ser o "piscinão" de São Paulo, atraindo muita gente e gerando ainda mais empregos. "Imagina só, quiosques, ambulantes, vendedores de pipa. Seria tipo o Rio."

JURUBATUBA
rio Jurubatuba
INTERLAGOS
Praia do Sol
Autódromo José Carlos Pace (Interlagos)
Represa Guarapiranga
CIDADE DUTRA
500 m

Dados cartográficos ©2024 Google

> Essa exploração de grandes comércios é chata. A Guarapiranga será privada agora? [Querem] Expulsar o povão, já sem opção para se divertir por aqui
>
> **Flávia Guedes**
> advogada e frequentadora

A ideia é apoiada por outras pessoas, como a advogada Flávia Guedes, 40. "Essa exploração de grandes comércios é chata", diz ela, que criou um grupo de moradores que cobra mais investimentos do poder público na região. "A Guarapiranga será privada agora?", diz ela. "[Querem] Expulsar o povão, já sem opção para se divertir por aqui."

Há também quem curta as opções de comes e bebes por ali. É o caso do aposentado Ismael Santos, 45. Ele pondera que a maior oferta de bares e restaurantes atrai a vida noturna e aquece a economia da região. "Vêm muitos jovens, gastam muito, é bom", afirma.

A presença de bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais no entorno da represa é permitida por lei. Cabe à Prefeitura de São Paulo fazer a fiscalização.

Procurada, a gestão municipal afirmou que os estabelecimentos têm o direito de usufruir do seu lote, obedecendo às normas de edificação e uso e ocupação do solo, sendo permitida a cobrança para entrada em seu espaço privado —ou seja, em suas praias.

Os acessos particulares à represa sempre existiram. Durante muito tempo, porém, eles foram restritos aos clubes. Há alguns com sede naquelas margens. Um deles é o Clube de Campo do Castelo.

A reportagem visitou o local, com piscinas, quadras de tênis e parque náutico disponíveis. Isso desembolsando R$ 11 mil num título, mais R$ 750 de manutenção ao mês. Com tais opções, os sócios não cogitam chegar perto da represa, e nem podem.

Segundo o clube, sua margem do reservatório, a poucos metros da praia do Sol, está imprópria para banho devido à poluição pelo despejo de esgoto. Eles usam dados da Cetesb. A opção, continua o Castelo, é aproveitar um passeio de barco ou só curtir a paisagem.

Há décadas, a ONG Nossa Guarapiranga alerta para o problema de saneamento nos arredores da represa, surgido por ocupações irregulares. Isso está "comprometendo a qualidade de água, que se tornou um meio propício ao desenvolvimento de uma vegetação flutuante que está tomando conta da represa", afirma a entidade.

O gramado aquático é composto de plantas cientificamente chamadas de macrófitas, como aguapé, salvínia e alface-d'água. Elas prejudicam a vida submersa por impedir a passagem da luz.

Antes vazio, o parque Praia do Sol, na represa de Guarapiranga, cresceu com o aumento de frequentadores, bares e restaurantes Karime Xavier/Folhapress

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Ensinava astronomia e pedia sorrisos como pagamento

JÚLIO LOBO (1960 - 2024)

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO O astrônomo Júlio Lobo se apaixonou pelos mistérios dos céus ainda criança, aos 9 anos, depois de ver um meteoro rasgando o céu. O pai lhe deu uma enciclopédia e ele passou a pesquisar sobre o assunto.

O interesse se tornou profissão, o que permitiu rodar o país ensinando astronomia. O pagamento que exigia era o sorriso no rosto daqueles que miravam seus equipamentos para o alto e se encantavam com os corpos celestes.

Lobo nasceu em Campinas, em 7 de janeiro de 1960, e se autodenominava contador de histórias do universo e estudioso de lendas, mitos e curiosidades. Aos 17 anos, virou estagiário do Observatório Jean Nicolini, em 1977, mesmo ano de inauguração do local, então denominado Estação Astronômica de Campinas. Esse foi o primeiro observatório municipal do Brasil, além de ser pioneiro na oferta de ação educativa regular.

Ele teve como professor o próprio Jean Nicolini, que, segundo suas palavras, "ensinou o céu para ele". Tinha como missão aproximar as pessoas do universo para construir legados e transformar vidas.

Lobo integrava o grupo de "caçadores de meteoros", rede de astrônomos amadores e profissionais de diversos países que se ocupam de estudar os fenômenos estelares.

Durante sua trajetória, buscou fazer com que mais pessoas se interessassem pela astronomia, além de ajudar a construir os próximos passos da pesquisa brasileira na área.

Recentemente, Júlio planejava um projeto que tinha como objetivo ajudar a explicar para as pessoas o céu e os astros.

"Eu já vi inúmeras palestras dele em diversas cidades, já trabalhei com ele. Quando levava os equipamentos em praça pública e alguém olhava no telescópio, abria um sorriso. As pessoas perguntavam quanto paga? Ele sempre respondia, me paga com o sorriso", diz o filho Pedro Lobo.

Pedro conta que o pai tinha um humor peculiar. "Um dia minha irmã levou o namorado para ele conhecer. Ele fechou a cara, colocou o cara sentado e disse que tinha uma pergunta muito séria e importante para fazer. Todo mundo ficou tenso. Ele virou e falou: 'menino, qual sabor de pizza que você gosta'", isso define bem o humor do meu pai, diz.

Lobo morreu no dia 26 de maio, aos 64 anos, em decorrência de problemas cardíacos e pulmonares. Ele passou mal quando estava entrando no carro para ir ao velório do cunhado, irmão de sua esposa, que morreu no dia anterior.

"Vou lembrar dele como uma pessoa divertida, de muito conhecimento, que gostava de ensinar e que amava o céu", finaliza Pedro.

Além de Pedro, Lobo deixou as filhas Juliana e Carolyna, e a esposa Silvia.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

A família do querido

FLORIANO CAMPOLINA DE REZENDE CAMARGOS

comunica com pesar seu falecimento, ocorrido em 18 de junho de 2024, aos 103 anos de idade.

A missa de sétimo dia acontecerá no dia 25 de junho, terça-feira, às 10h, na Paróquia São José, rua Dinamarca, 32 - Jardim Europa.

A advogada católica Angela Martins, defensora do PL Antiaborto por Estupro, em sua casa em São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

Debate sobre criminalizar aborto passou longe das igrejas

Cristãs dizem que tema não foi uma demanda, o que justificaria urgência do PL

TODAS

Regiane Soares

SÃO PAULO Se na Câmara dos Deputados o PL Antiaborto por Estupro começou a tramitar em regime de urgência, na base das igrejas católicas ou evangélicas a discussão sobre a criminalização do aborto praticamente nunca existiu. Ou seja, passou longe dos corredores eclesiásticos e não reflete uma demanda de quem frequenta missas e cultos, conforme afirmam mulheres cristãs ouvidas pela reportagem.

Agora, com a inclusão de uma pauta que elas não abordavam nas igrejas, tiveram que se manifestar. Algumas contra a criminalização de meninas e mulheres vítimas de violência sexual que fazem aborto e outras a favor de qualificá-las como homicidas.

Na avaliação da pastora Odja Barros, da Igreja Batista do Pinheiro, em Maceió, não houve nenhuma discussão ou consulta organizada que justificasse a urgência do PL Antiaborto. A mobilização contrária se deu depois de 12 de junho, quando a urgência foi aprovada na Câmara.

Segundo ela, a proposta é um "retrocesso imenso" e, se aprovada, vai atingir principalmente as mulheres periféricas, pretas e pobres que não têm acesso a clínicas particulares para abortar. Além disso, diz que corpos de meninas e mulheres estão sendo usados como barganha política em um jogo de poder que envolve vários interesses.

"Na realidade, não é uma preocupação com a vida [dos futuros bebês], é barganha de poder", afirma Odja.

Para a pastora, a imposição do PL Antiaborto é um dos aspectos que a extrema direita levantou para instituir uma doutrina religiosa, apesar de vivermos em um Estado laico. Na visão dela, é incoerente que o movimento protestante, que surgiu inclusive defendendo a separação entre Estado e igreja, queira que o Brasil seja regido por uma única fé religiosa.

> "Muitas vezes a gente permite que a criança nasça e vamos matá-la no nosso dia a dia pela falta de oportunidades. É muito fácil falar 'estamos matando um feto, isso é um crime'. Crime é o que a gente comete não dando assistência, não acolhendo toda essa população de forma digna
>
> **Maria de Lourdes Costa**
> obstetra, integrante da Igreja Casa da Rocha

"Para a minha concepção de fé, a Bíblia é o meu livro sagrado. Mas ela não pode ser imposta como um livro que vai reger uma sociedade livre, laica. Então, essa é uma grande ameaça", afirma.

Integrante da Igreja Presbiteriana de Moema, na zona sul de São Paulo, a doula Viviane do Vale Bon Campos, 40, diz que soube do projeto pelo grupo de WhatsApp de profissionais da sua área. Até então, o tema, sensível tanto no seu meio religioso como profissional, não tinha sido alvo de discussão. E tomar conhecimento da proposta não a fez mudar de ideia.

"Não sou a favor do aborto. Mas isso não quer dizer que eu concorde que as mulheres sejam presas porque o fizeram. Uma coisa é você ser ou não a favor do aborto; outra é prender pessoas que fazem esse ato, inclusive médicos", afirma.

Para a ginecologista e obstetra Maria de Lourdes Costa, 46, a Malu, membro da Igreja Casa da Rocha, na zona sul de São Paulo, o tema é ainda mais delicado. O que fazer se uma paciente a procurar pedindo que faça um aborto? Por objeção de consciência religiosa ela pode se negar a fazer.

Como cristã, afirma categoricamente que não faria um aborto nela nem em uma paciente. Apesar disso, levanta outra questão: não fazer o aborto resolve o problema?

"Muitas vezes a gente permite que a criança nasça e vamos matá-la no nosso dia a dia pela falta de oportunidades. É muito fácil falar 'estamos matando um feto, isso é um crime'. Crime é o que a gente comete todos os dias não dando assistência, não acolhendo toda essa população de forma digna. Aí a gente mata [essa criança] um pouquinho por dia", diz Malu.

A historiadora da religião Pamela Campos, 28, da comunidade O Reino em Pessoa, diz acreditar que a discussão sobre o aborto deveria começar com um passo atrás, com educação sexual, por exemplo. Segundo ela, a bancada evangélica que apresentou o PL Antiaborto "não é uma representação completa dos espectros dos movimentos cristãos no Brasil".

"A gente precisa muito sinalizar que o movimento cristão no Brasil está em disputa, e ele é muito amplo, plural e diverso", diz. Por isso, ela diz, a apresentação do projeto não é uma demanda de toda a comunidade cristã brasileira e, por consequência, não é urgente debatê-lo.

A advogada católica Angela Martins, 63, diz que a criminalização do aborto nunca foi tema de discussões na igreja Nossa Senhora do Brasil, em São Paulo, que frequenta, mas defende a urgência da tramitação do projeto. Para ela, é necessário defender a vida, "a vida de um bebê já formado".

"O que me move [a defender o PL Antiaborto] é a Constituição, que fala que a vida humana é inviolável para nós, e ali [no útero] tem uma vida humana já formada. E, como católica, esse entendimento me garante que eu estou no caminho certo", afirma Angela, que foi secretária Nacional da Família no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A empreendedora católica Isabela Leite, 20, da paróquia Nossa Senhora de Lourdes, em Santana de Parnaíba, na Grande SP, é uma exceção entre as cristãs ouvidas pela reportagem. Foi a única a dizer que o tema criminalização do aborto foi discutido entre os membros de sua igreja.

"Temos um grupo de jovens e sempre discutimos temas polêmicos e assuntos que ferem a dignidade humana, e o aborto foi um deles", conta Isabela, que se manifesta a favor do PL Antiaborto.

"Defendo que a mulher que deseja continuar com a gravidez fruto de um estupro deve ter total amparo da igreja, e o trauma deve ser tratado. Mas, se ela assassinar o feto dentro do ventre, está cometendo um homicídio e deve ser punida", afirma.

A gerente comercial Marcela Costa, 45, membro da Igreja da Paz, no Tatuapé, na zona leste de São Paulo, também se manifesta favorável ao PL Antiaborto por estar, segundo ela, de acordo com o que acredita da Bíblia. "Antes de me converter, não era contra o aborto. Hoje, tenho um entendimento melhor, à luz da palavra, que a vida é um presente de Deus", diz.

Com as manifestações contrárias ao PL Antiaborto por Estupro, seis dias após a aprovação da urgência, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recuou e disse que iria criar uma "comissão representativa" para analisar o mérito da proposta. Para aliados, o político reconheceu que sofreu muito desgaste ao acelerar a tramitação.

Colaboraram Havolene Valinhos e Julia Estanislau

Barroso: Ser contra aborto é diferente de defender prisão

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, disse neste sábado (22) no Brazil Forum UK 2024, que suspendeu a tramitação da ação sobre a descriminalização do aborto porque a sociedade brasileira ainda não sabe a diferença entre ser contra a interrupção da gravidez e colocar na cadeia uma mulher que opte por isso. "Essa distinção a sociedade brasileira ainda não consegue fazer com precisão." Barroso afirmou que a falta de uma discussão mais consistente o levou a pedir vista no julgamento sobre descriminalizar o aborto nas primeiras 12 semanas de gestação. (Alexa Salomão)

Ícones do São João superam adversidades em Caruaru (PE)

José Matheus Santos

CARUARU (PE) O São João de Caruaru, no agreste de Pernambuco, tem muito forró, quadrilha e comidas típicas. O evento festivo, que mobiliza a cidade durante o mês de junho, se estende também a outras áreas culturais, ajudando a impulsionar o calendário festivo na região.

Uma das manifestações mais reverenciadas em Caruaru é a dos bacamarteiros, que são atiradores que usam a arma conhecida como bacamarte para disparar tiros de pólvora seca durante as apresentações. Os grupos são formados por dezenas de pessoas, predominantemente homens, e fazem seus atos na região da antiga estação ferroviária, um dos principais pontos históricos e turísticos da cidade.

Um dos grupos, o 27º batalhão, é liderado por uma mulher, Ângela Oliveira, 62, há cerca de dois anos. Ela atua há 30 anos como bacamarteira e enfrentou resistências para superar o machismo e chegar à atual posição de liderança.

Moradora da zona rural de Caruaru, Ângela é uma das homenageadas do São João em 2024. Ela começou a se interessar pelo bacamarte ainda na infância e, anos depois, passou a ir todos os anos de São Paulo, onde foi morar, para o interior de Pernambuco para participar da festa.

"Fui a primeira bacamarteira de Caruaru. Lutei muito, quebrei o preconceito, porque era brincadeira de homens", conta. "Não foi fácil. O chefe da época deu muito não. Era 'não, não', mas eu falava sim."

Na primeira apresentação, Ângela vestiu calça jeans, uma camisa do pai, chapéu e lenço, surpreendendo o então chefe do grupo de bacamarteiros à época, que antes tinha negado a sua entrada no coletivo. "Ele olhou pra mim, não falou mais nada, porque ele sabia que não tinha como, né? Estou até hoje. Meu pai ficou 78 anos como bacamarteiro."

Ângela diz que, ainda hoje, tem que lidar com situações de preconceito. "No meio daqueles homens, todo mundo queria me ajudar. Eu dizia que sou mulher, mas estou igualzinho a vocês aqui, não preciso".

Atualmente, o grupo chefiado por ela possui mais de 20 homens e 14 mulheres para fazer as apresentações. "A cada ano, aumenta mais o número de mulheres."

Em 2000, Ângela voltou de São Paulo para Caruaru. Agora, irmão, cunhado, marido e o neto de Ângela, de sete anos de idade, também participam.

Também na região da estação ferroviária de Caruaru fica o espaço do Theatro de Mamulengos MamuSebá, em um galpão montado pela prefeitura. Mamulengos significa mãos molengas, ou mãos moles. As bocas dos bonecos se movem por meio das mãos dos condutores.

O organizador do teatro de mamulengos em Caruaru é Sebastião Alves, 67, o Sebá, que monta todo o espaço interno dentro do galpão e é o único mamulengueiro da cidade há quase 40 anos.

A promessa é que, no mês de julho, o teatro seja transferido para um galpão definitivo, com melhores condições, incluindo ar-condicionado.

O teatro conta atualmente com 15 pessoas —dessas, nove reforçam a equipe no período do São João. Parte dos integrantes é ex-usuária de droga, que começou a trabalhar no local após frequentar oficinas.

"Nós éramos considerados invasores. Isso aqui era uma verdadeira cracolândia. Conseguimos ainda tirar 30, 40 jovens desse mal da vida, da droga", diz Sebá, que nasceu em Sertânia, a 197 quilômetros de Caruaru. Caçula de cinco irmãos, começou a trabalhar aos nove anos de idade. Já foi padeiro e ensacador de feijão.

Seu sonho era trabalhar com cinema. No final dos anos 1970, conseguiu uma vaga para atuar em um grupo de artistas locais e nunca mais deixou a área.

Adams Carvalho

A Cesarino o que é de Cesarino

Para além do consultório, atuava como uma espécie de médico do velho oeste, sempre disponível para receber quem quer que fosse

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

De boas intenções o inferno está cheio. De inteligência a Terra também. Zuckerberg é inteligente. Putin, muitíssimo. Duas bestas. A inteligência não é uma virtude. Virtude é saber usá-la pra viver uma vida plena, verdadeira, "sem tempos mortos", como desejou Simone de Beauvoir e desejando o mesmo para os outros. Acho que o nome disso é sabedoria.

A pessoa mais sábia que eu conheci chamava-se Antonio Carlos Cesarino. Era o pai do Dinho, meu melhor amigo dos 14 aos 20, meu irmão pra vida toda. Durante a adolescência tive o privilégio de conviver com o Dinho, a queridíssima Ana, sua mãe, com as encantadoras Julia e Gabriela, suas irmãs, e, claro, com o Cesarino.

Comecei admirando a sabedoria do Cesarino na forma com que ele tratava o corpo (ou a mente?). Era um cara parrudo, fazia exercício, até uns 70 ainda corria. Mas também tomava suas cachaças e fumava um cigarro ou outro no fim de semana. Fumar socialmente é, para mim, o suprassumo do autocontrole. Coisa de mestre zen.

Cesarino era médico, psiquiatra, psicanalista, foi analisando do Lacan, introdutor do psicodrama no Brasil, atuante na luta antimanicomial.

Dizem que na ditadura, trabalhando no HC, ajudou mais de um preso político, baleado ou torturado, a escapar pela janela. Décadas depois, numa escala (e escalada) menos heroica, mas não menos importante, ajudou muita gente alquebrada pelos tiros ou torturas da vida a encontrar saídas através do seu divã.

Para além do consultório, Cesarino atuava como uma espécie de médico do velho oeste, sempre disponível para receber quem quer que fosse para conversar, orientar, indicar outros profissionais.

Uma dessas conversas foi decisiva na minha vida. Eu tinha uns 17 anos. Meu pai havia cismado que minhas atitudes típicas de adolescente eram inequívocos sinais de um adulto incompetente, incompleto, um caso perdido. Perdido, não, pois para ele havia uma última esperança: que eu pegasse exército e "me tornasse homem". (Hoje o perdoo, entendendo que surtos reacionários são típicos da "envelhescência", termo que ele mesmo cunhou, numa crônica pro Estadão).

Fui, angustiado, conversar com o Cesarino, acreditando mais no que meu pai dizia do que no que a minha parca autoestima de 17 conseguia sustentar. Comecei a falar de forma confusa que "eu estava perdido", "sem rumo", não estava "dando certo". Cesarino, num generoso ceticismo, pediu um dado mais concreto. Revelei, envergonhado, uma das principais acusações que recaíam sobre mim, prova definitiva da minha inadequação à vida em sociedade: eu acordava tarde.

"Eu tenho uma hipótese de porque você acorda tarde". Encarei-o aflito, esperando que toda aquela bagagem vinda de Hipócrates a Freud, de Lacan à USP, dos orixás à Sorbonne revelasse uma "depressão", "síndrome do pânico", "sociopatia" ou coisa pior. Então, com um sorriso sério que não debochava do meu sofrimento nem o recebia como bem-vindo na sala, sugeriu: "aposto que você acorda tarde porque dorme tarde, acertei?".

O céu escuro se abriu sobre Perdizes e um feixe de luz entrou pelo telhado. Eu não era um caso perdido. Eu não estava fadado ao fracasso. Eu acordava tarde porque eu dormia tarde! (Parece óbvio — e é. Nenhum sofrimento é muito original, visto de fora. Mas pra ajudar quem tá dentro, só um sábio, feito o Cesarino).

Nem sempre faz sol sobre o meu telhado, mas tenho dois filhos, trabalho, pago as contas, corro e tomo as minhas cachaças. Continuo acordando tarde, verdade, mas hoje com menos culpa, depois da longa jornada para a qual, faz três décadas, o Cesarino me despertou.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Jéssica Santos Melo, que tem baixa visão severa, testa pincel durante avaliação Fotos Mariana Goulart e Pedro Labigalini/Folhapress

Pincéis modificados tornam maquiagem mais acessível

Mulheres com deficiência visual testam produtos e sugerem melhorias

FOLHA PROVA

Paola Ferreira Rosa

SÃO PAULO Enquanto a indústria de beleza anuncia semanalmente centenas de lançamentos, o número de produtos pensados para pessoas com deficiência é irrisório. Eles se fazem necessários porque aspectos como embalagem, forma de uso e identificação não são criados com a acessibilidade necessária.

No caso de pessoas com deficiência visual, por exemplo, identificar a cor de batons ou sombras em uma paleta e diferenciar produtos com embalagens semelhantes são desafios corriqueiros. Já pessoas com deficiência motora cujo movimento das mãos seja reduzido tendem a não conseguir segurar um pincel ou um aplicador de maquiagem com a precisão necessária.

Pensando nisso, a **Folha** convidou três mulheres com deficiência visual para testarem os pincéis com acessibilidade lançados pelo Grupo O Boticário neste ano —o fabricante foi o único nacional encontrado pela reportagem. O teste faz parte da seção **Folha** Prova, que oferece ao leitor um guia de compra e uso. Hidratantes faciais, protetores solares, produtos antiatrito e batons já foram testados.

Vendidos pela Quem Disse, Berenice? —marca pertencente ao grupo— por valores que vão de R$ 31,90 a R$ 69,90 (preços do site), os pincéis foram projetados com cabos de base quadrada, orientação tátil e cerdas coloridas. De acordo com a marca, os recursos foram pensados para evitar o rolamento, facilitar a identificação tátil dos pincéis por pessoas cegas e auxiliar pessoas com baixa visão a diferenciarem cada produto.

Cabo com base quadrada

Diferentemente da maioria dos apetrechos de beleza, cilíndricos, os pincéis acessíveis foram projetados com base quadrada para evitar que rolem ou caiam no chão. O recurso facilita a pega e ajudar na precisão do movimento.

Pincéis para pessoas com deficiência são projetados com orientação tátil

Se você passa o pincel em um blush ou uma sombra, as cerdas vão ficar com a cor da maquiagem, então não faz sentido que as cerdas sejam de cores diferentes, mas sim o cabo

Jucilene Braga
psicóloga que tem deficiência visual

"O pincel pode ajudar pessoas que tenham dificuldade de segurar ou mobilidade reduzida", afirma Geisa Farini, 35, analista de qualidade de software e produtora de conteúdo para a internet. "Outro ponto positivo é que não vai cair da mesa ou da penteadeira."

Geisa foi diagnosticada com glaucoma congênito e teve baixa visão até os 13 anos, quando ficou cega. Aos 15, começou a usar maquiagem, influenciada pelas irmãs.

"O pincel é um pouco mais tranquilo de identificar, porque decoro o tamanho e o formato das cerdas e consigo associar qual serve para cada produto. Quando se trata de cores de sombra e batom, no caso de uma paleta, por exemplo, eu tento decorar, mas se forem muitas cores eu tenho bastante dificuldade e acabo pedindo ajuda para amigos via ligação de vídeo ou pessoalmente", conta.

Orientação tátil

As sinalizações táteis são bastante utilizadas por pessoas cegas para adaptar diversos objetos. Jéssica Santos Melo, 32, dona de casa e produtora de conteúdo, diz sentir falta de maquiagens que já venham com a marcação.

"Principalmente as sombras, porque assim não precisaríamos decorar cor por cor da paleta. O batom, eu normalmente risco com faca para deixar em relevo."

Ela tem glaucoma congênito desde os dois meses e hoje tem deficiência visual com baixa visão severa —consegue ter noção de luminosidade e cores fortes com contrastes. Com auxílio da tia, começou a se maquiar para gravar vídeos na internet.

No caso dos pincéis do grupo O Boticário, cada item tem uma sinalização diferente na base, com bolinhas e outras formas geométricas em relevo de acordo com o produto: sombra, blush e iluminador.

Para as convidadas, o recurso seria dispensável no caso dos apetrechos de aplicação, uma vez que as próprias cerdas já funcionam como orientação tátil.

"A gente vai ter que decorar [do mesmo jeito que decora em uma paleta] o que é o quê", disse Geisa. Isso porque não há nenhum recurso que explique qual sinalização corresponde a cada pincel. "As marcações não atendem uma pessoa cega porque, se eu não conhecesse um pincel de pó, não saberia diferenciar. Eu só sei porque já conheço o formato das cerdas", acrescenta.

"Talvez quando a pessoa está iniciando na maquiagem, pode ser interessante. De repente, ela pode aprender que o aplicador de sombra tem essa marcação, e vai ser uma ajuda" afirma Jucilene Braga, 43, psicóloga. Ela perdeu a visão aos 5 anos, após ser atingida por um tiro de espingarda, e hoje enxerga algumas variações de claridade.

Por outro lado, elas defendem o uso do recurso em produtos com embalagens parecidas ou para identificar cores. "Os batons de uma mesma linha às vezes são iguais, e não conseguimos diferenciar a cor. Nesse caso, a sinalização ajudaria. Também seria útil uma marcação para diferenciar batom líquido, corretivo e rímel", avalia Geisa.

Jéssica conta já ter passado do corretivo na boca após ter confundido a embalagem. Hoje ela cheira o produto antes do uso —os labiais costumam ter um aroma adocicado, enquanto o corretivo pode ter perfume e o rímel tem um cheiro mais químico.

De acordo com o Grupo O Boticário, a escolha por acessibilizar pincéis surgiu de estudos realizados com pessoas com deficiência, "interpretando suas necessidades em relação à aplicação de maquiagem". "Para definir as marcações táteis, contamos com a participação de pessoas com deficiência visual que avaliaram diversas opções de formatos e desenhos e validaram aqueles que faziam mais sentido para suas necessidades de identificação", diz, em nota, a companhia.

"A figura em si não possui associação direta com representatividade da função do pincel, mas com a identificação possível para aquele diâmetro, através da validação dos consumidores", completa.

Cerdas coloridas

As participantes perguntaram para a **Folha** se havia alguma diferenciação de cor entre os pincéis. Elas foram informadas de que cada pincel tinha as cerdas de uma cor, enquanto os cabos todos da cor cinza.

Diferenciar os objetos por meio de cores é um recurso de acessibilidade efetivo para pessoas com baixa visão, mas a escolha das cerdas se tornou mais acessória do que efetiva, de acordo com as convidadas.

"Se você passa o pincel em um blush ou uma sombra, as cerdas vão ficar com a cor da maquiagem, então não faz sentido que as cerdas sejam de cores diferentes, mas sim o cabo", diz Jucilene.

Questionada sobre as cerdas coloridas em vez dos cabos, o Grupo Boticário informou que pessoas com baixa visão necessitam de contraste. "E por esse motivo fizemos as pontas com cerdas coloridas contrastando com seu corpo. Pincéis com cerdas coloridas já são uma característica da marca, e incluindo esse contraste acrescentamos mais um atributo de acessibilidade para o consumidor."

Embalagem dos produtos

A embalagem foi muito citada pelas convidadas. De acordo com elas, não será possível comprar os produtos de forma autônoma, uma vez que precisarão perguntar a um acompanhante ou vendedor qual pincel estão comprando. Isso porque, mesmo que as cerdas e a base indiquem qual o tipo de pincel, a embalagem não possui uma forma de leitura para pessoas com deficiência visual.

Outro ponto é a falta de identificação que associe a figura tátil da base a cada pincel. "A embalagem não tem nenhuma identificação tátil e, se não querem colocar um braille no pacotinho, poderia ter uma bolinha com QR Code para que a gente pudesse fotografar e saber exatamente qual é o pincel", afirma Geisa.

De acordo com a empresa, "atribuir acessibilidade às embalagens ainda é um desafio não somente do Grupo Boticário, mas do mercado de beleza". A companhia afirmou ter como meta colaborar para que seus produtos sejam mais diversos e inclusivos.

Assista ao vídeo acessível em youtu.be/2GWdXIM78FI

INÊS 249

ciência

Auge de atividade solar eleva chances de Terra ver auroras

Até outubro, também é maior o risco de interferência em sistemas elétricos

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO A cada 11 anos, o Sol alterna seu ciclo de mínimo, quando está mais calmo, e máximo solar, quando atinge o auge de sua atividade. Hoje, vivemos justamente o momento mais ativo, que deve se estender até outubro. Isso significa que, até lá, são maiores as chances não só de ver auroras em locais em que o fenômeno é atípico, mas de sofrer com interrupções em sinais de GPS e internet.

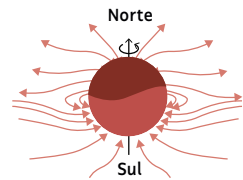
O temor dos cientistas é que um evento da mesma magnitude do de Carrington —a maior tempestade geomagnética já registrada, em 1859— se repita, o que poderia desencadear uma pane nos sistemas elétricos e de comunicação, deixando o planeta às escuras.

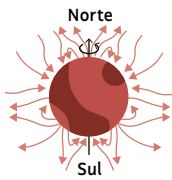
No 1º de setembro daquele ano, o astrônomo inglês Richard Carrington estudava manchas solares quando observou uma imensa explosão luminosa no Sol. Dezessete horas depois, auroras transformaram a noite em dia em toda a América do Norte, chegando até a Colômbia. Também foram vistas em Montevidéu, Uruguai.

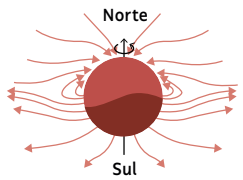
O episódio causou interrupções generalizadas nos sistemas de telégrafo de todo o mundo, o meio de comunicação mais moderno na época, e as correntes induzidas da tempestade até incendiaram alguns terminais, segundo publicações. Mas também houve relatos de operadores de telégrafo que conseguiram manter conversas por duas horas mesmo com os equipamentos desligados, usando só a energia da atmosfera.

"Dependendo da intensidade da tempestade, as partículas podem romper algumas linhas do campo magnético da Terra, que ficaria menos protegida da atividade solar. Em uma situação bem extrema daquelas, de 1859, se voltar a ocorrer, nossos aparelhos domésticos poderiam ter panes elétricas e dar choques à toa", explica Marcelo Zurita, astrônomo da Bramon (Rede Brasileira de Monitoramento de Meteoros).

"Se fosse nos dias de hoje, num momento em que nos encontramos na era de comunicação digital, o prejuízo —não só o financeiro— seria incalculável", completa Marcel Nogueira de Oliveira, físico do Observatório Nacional.

Entenda o ciclo solar

Linhas do campo magnético no **mínimo** solar

O ciclo solar é marcado pela **inversão de polaridade** do campo magnético da nossa estrela, processo que demora 11 anos

Linhas do campo magnético no **máximo** solar

Esse campo magnético é formado pelo plasma solar, que está sempre em movimento. **A velocidade de rotação desse plasma é diferente no equador e nos polos**

Linhas do campo magnético no **próximo mínimo** solar

Essa diferença de velocidade faz com que as linhas do campo magnético, verticais no mínimo solar, entortem e entrem em colapso, produzindo regiões magnéticas bipolares, locais onde aparecem as manchas solares, ou buracos coronais. **Máximo solar é quando o astro apresenta o maior número de manchas**

A diferença entre o mínimo (à esquerda) e o máximo solar

As tempestades solares podem ser:

Vento solar
É liberado continuamente da superfície solar e consiste basicamente de prótons e elétrons no estado conhecido como plasma. **É o que forma o campo magnético do astro.** As manchas solares produzem ventos de até 800 mil km/s

Ejeção de massa coronal
A expulsão envolvendo bilhões de **toneladas de plasma ejetadas** a mais de 1,6 milhão de km/h. No mínimo solar, cerca de uma ejeção pode ser expelida a cada poucos dias. No máximo solar, até cinco podem ocorrer por dia

Erupção solar (solar flare)
Liberação de **energia na superfície do Sol comparada a mil bombas de hidrogênio**. É associada a regiões ativas da superfície solar onde os campos magnéticos se tornaram gravemente emaranhados e, em seguida, se rompem, liberando energia e aquecendo gases locais a mais de 1 milhão de graus Celsius

Número de manchas solares

Número do ciclo solar*

200
150
100
50
0
24
25
2010 2012 2014 2016 2018 2020 2022 2024 2026 2028 2030 2032 2034

* O primeiro ciclo solar começou a ser catalogado em janeiro de 1749
Fonte: Centro de Previsão do Tempo Espacial/NOAA

A previsão de que o atual máximo solar vai até outubro deste ano foi feita por um painel de cientistas de várias agências internacionais —a projeção mostra antecipação de um ano no auge em relação à anterior, de 2019.

A estimativa do grupo é que o atual máximo tenha entre 137 e 173 manchas solares por mês. Maio deste ano, por exemplo, acumulou 171, conforme medição do Centro de Previsão Climática Espacial, do NOAA (Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos EUA).

A catalogação dos ciclos solares começou em janeiro de 1749. Mas as manchas são vistas há mais de 2.000 anos, muito antes da invenção do telescópio no início do século 17. Textos de Teofrasto, filósofo grego que viveu entre 372 e 287 a.C., já mencionavam o fenômeno, assim como registros do império chinês desde o ano 165 a.C.

Com o passar do tempo e o avanço da qualidade dos equipamentos ópticos para estudar o astro, foi possível observar o que acontece em sua coroa e coletar dados da radiação solar em diferentes comprimentos de onda, como raios X, luz visível e raios gama.

Assim, foi identificado que no máximo solar é quando a estrela joga diariamente no espaço bilhões de toneladas de partículas carregadas que interferem no campo magnético terrestre.

Isso aconteceu em uma ejeção de massa coronal em 10 de maio deste ano, acarretando a maior tempestade geomagnética em mais de duas décadas, classificada como extrema.

A tempestade se traduziu em auroras em diversos países, entre os quais alguns onde o fenômeno é incomum, como Chile, Argentina e México.

A Starlink, braço de satélites da SpaceX, de Elon Musk, chegou a fazer um alerta sobre um "serviço degradado" como consequência da tempestade geomagnética. A empresa possui cerca de 60% dos cerca de 7.500 satélites que orbitam a Terra e é dominante na internet via satélite.

Em fazendas nos Estados Unidos, equipamentos que dependem de GPS deixaram de funcionar, segundo o jornal The New York Times.

Para tentar entender melhor a dinâmica solar e prever possíveis tempestades extremas, há três sondas de olho apenas no astro: a Solar Orbiter, da ESA (Agência Espacial Europeia), a Parker Solar, da Nasa (Agência Espacial dos EUA) e a Aditya-L1, lançada em setembro passado pela Índia.

Apesar desse big brother espacial, não haverá muito tempo para os cientistas reagirem a uma tempestade desse nível.

No caso das erupções solares, as partículas chegam à Terra em oito minutos, por viajar na velocidade da luz. As ejeções de massa coronal mais poderosas demoram entre 18 e 24 horas. E os ventos solares de alta velocidade provenientes das manchas, cerca de dois dias.

Esse é o tempo em cada um dos tipos de fenômeno que os cientistas teriam para desligar os equipamentos suscetíveis a danos devido a tempestades geomagnéticas e evitar viagens aéreas nas regiões dos polos.

Alessandra Pacini, doutora em geofísica espacial pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e hoje cientista da divisão de clima espacial da NOAA, diz que uma forma de previsão é observar as regiões mais ativas do Sol mais atentamente.

"Observamos essa área através da composição magnética em raios X e, como o movimento de rotação do Sol é de 27 dias, conseguimos saber com até um mês de antecedência que essa área complexa vai rodar e aparecer no leste do Sol em 27 dias. Então, mudamos as probabilidades de ocorrência de flare. Isso ocorreu em maio, quando houve uma série de tempestades no mesmo lugar", afirma Pacini.

Marcel Oliveira, do Observatório Nacional, reforça que o investimento nesse campo de pesquisa é a chave para melhor entendermos o Sol e, assim, aperfeiçoar as ferramentas de previsão de eventos extremos. "Se soubermos com determinada antecedência que um evento assim está para ocorrer, podemos tomar as medidas necessárias para mitigar os estragos."

> "Dependendo da intensidade da tempestade, as partículas podem romper algumas linhas do campo magnético da Terra, que ficaria menos protegida da atividade solar
>
> **Marcelo Zurita**
> astrônomo da Rede Brasileira de Monitoramento de Meteoros

> Se [o evento de 1859] fosse nos dias de hoje, o prejuízo —não só o financeiro— seria incalculável
>
> **Marcel Nogueira Oliveira**
> físico do Observatório Nacional

Bola de neve cultural

Capacidade de acumular inovações começou há 600 mil anos, diz estudo

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral".

É preciso ter sempre muito, muito cuidado quando resolvemos sair à cata de uma única característica que supostamente "nos tornou humanos" ao longo da trajetória evolutiva dos nossos ancestrais. Não é de hoje que quem resolve citar um traço desses acaba quebrando a cara, porque basta escarafunchar com mais calma para descobrir vários ingredientes mágicos do tipo em outras espécies. (Não gosto de lembrar a cara de Aristóteles, que dizia que o ser humano é um animal político por natureza, se soubesse da sofisticação politiqueira e maquiavélica dos chimpanzés, por exemplo.)

Porém, é verdade que alguns candidatos a ingrediente secreto da "receita humana" ainda param de pé. Um novo estudo investiga um dos mais interessantes: a capacidade de produzir cultura cumulativa.

Convém, é claro, tentar explicar que diabos se quer dizer com essa expressão. Por vivermos numa sociedade que usa a escrita para tudo (por enquanto, pelo menos...), receio que tenhamos ficado mal-acostumados, achando que cultura cumulativa é algo que se aplica apenas ao que conseguimos registrar em livros ou, vá lá, em cadernos de receitas da família.

OK, é verdade que nenhum dos que me leem agora terá o privilégio ou o desprazer de encontrar Hamurábi, Cunhambebe ou Marie Curie em carne e osso. Mas sabemos de muita coisa sobre esses sujeitos, que hoje são menos do que pó, graças ao que foi escrito por eles ou sobre eles. E o mesmo vale para receitas de bolo, manuais de montagem de um Lego da Estrela da Morte ou de um carro elétrico.

Mas as sociedades humanas já eram capazes de cultura cumulativa muito antes que a escrita fosse inventada, ou em sociedades que não a usavam. Bastava que alguém ensinasse qualquer coisa complicada de fazer ou de imaginar para outra pessoa; que esse aprendiz, por sua vez, acrescentasse algo, útil ou inútil que fosse, ao que aprendeu; e que, por fim, repassasse essa chama da inventividade para outro vivente (ou conjunto de viventes).

Quando isso teria começado? É claro que o ato de acumular conhecimento, por si só, pode ser completamente invisível para quem viveu séculos depois dele. Mas faz muito tempo que nossos ancestrais têm deixado por aí "fósseis culturais" muito instrutivos e praticamente imperecíveis chamados instrumentos de pedra.

Foi com base neles que uma dupla de pesquisadores, Jonathan Paige e Charles Perreault, respectivamente da Universidade de Missouri e da Universidade Estadual do Arizona (EUA), buscaram medir a capacidade de desenvolver cultura cumulativa a partir de uns 3 milhões de anos atrás. Ou seja, quando os primeiros instrumentos de pedra aparecem no registro arqueológico em associação com membros da linhagem humana (na época, australopitecos, bípedes com até 1,50 m de altura e cara de chimpanzé magrelo).

O método simples e engenhoso deles foi contar o número de passos necessários para produzir as ferramentas, comparando-o com instrumentos feitos por outras espécies.

Como era de se esperar, as coisas demoram para pegar no tranco. Até 1,8 milhão de anos atrás, o número de passos para produzir as ferramentas dos nossos ancestrais ia de 2 a 4; passa a ser de 4 a 7 até 600 mil anos atrás.

A complexidade só decola, com um total entre 5 e 18 passos distintos de produção, depois de 600 mil anos atrás, num nível que, para os pesquisadores, deixa de depender só do que cada indivíduo seria capaz de inventar sozinho e passa a depender da transmissão cultural cumulativa.

*Um dado fascinante é que, se as estimativas deles estiverem corretas, a capacidade não seria exclusiva do **Homo sapiens**, mas incluiria ainda outros membros da nossa linhagem descritos como "arcaicos" —os neandertais, por exemplo. Resta saber o que teria impulsionado o processo, é claro. Um mistério de cada vez.*

| DOM. Reinaldo José Lopes, **Marcelo Leite**

ambiente

Série trata dos desafios e oportunidades da gestão de resíduos

A série de reportagens Além do Lixo investiga a crise global de resíduos, suas repercussões para a saúde humana, econômica e do planeta. Os conteúdos abordam também a transição para novos modelos de negócios sustentáveis, capazes de gerar trabalho e renda e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Os capítulos são publicados semanalmente.

Latinhas de alumínio em planta de reciclagem em Guarulhos, na Grande São Paulo Bruno Santos - 14.mar.2024/Folhapress

1 em cada 3 brasileiros que diz ter coleta seletiva não separa lixo, aponta Datafolha

Em pesquisa, 99% consideram reciclagem importante; país recicla, porém, só 4% dos resíduos

SÉRIES FOLHA
ALÉM DO LIXO

Fernanda Mena

SÃO PAULO É quase uma unanimidade: a reciclagem é considerada algo importante para o futuro do país e do mundo por 99% dos brasileiros, segundo pesquisa do Datafolha que investigou a percepção da população e suas práticas cotidianas de separação de resíduos.

Ainda assim, 29% dos brasileiros afirmam não separar materiais recicláveis dos demais resíduos produzidos em casa. Dos 71% de brasileiros que afirmam separar esses resíduos que podem ser reciclados, 51% dizem o fazer sempre, 17%, só de vez em quando e 4%, raramente.

O Datafolha aponta que 54% afirmam ter coleta seletiva onde moram. Mesmo assim, 1 em cada 3 desses brasileiros (33%) com acesso a esse serviço não separa resíduos recicláveis.

De abrangência nacional, a pesquisa entrevistou 2.010 pessoas em 112 municípios de todas as regiões do país, entre os dias 13 e 21 de maio. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

"Os dados mostram a necessidade de expansão da coleta seletiva e, ao mesmo tempo, o desperdício desse serviço, que é pago com recursos públicos das prefeituras e nem sempre é aproveitado pela população", avalia Flávio Ribeiro, consultor em economia circular e conselheiro do Pacto Global da ONU para a área.

Por outro lado, o engajamento declarado de 71% da população brasileira na separação de resíduos recicláveis destoa dos dados oficiais sobre reciclagem no país. O Brasil só recicla 4% de seus resíduos sólidos recicláveis.

"Se existe todo esse ânimo da população em fazer a separação de materiais recicláveis, por que isso ainda não se reverteu em um processo de aproveitamento de resíduos e de aumento da reciclagem no Brasil? Hoje em dia, aterros sanitários e, infelizmente, lixões estão repletos de materiais recicláveis", afirma Carlos da Silva Filho, presidente da ISWA (International Solid Waste Association) e conselheiro da ONU para o tema.

Para ele, faltam incentivos para o desvio de resíduos de unidades de destinação final, como aterros, e seu encaminhamento a processos mais avançados de tratamento. "A população pode até separar, como indica a pesquisa, mas, como a coleta seletiva e a triagem têm custo alto, esse esforço muitas vezes acaba se perdendo no processo."

Segundo Silva Filho, cidades que têm serviços estruturados de coleta seletiva e triagem de resíduos recicláveis não utilizam toda a sua capacidade porque não recebem resíduos suficientes.

"Cada uma das duas centrais de triagem da cidade de São Paulo, por exemplo, tem capacidade para triar 250 toneladas de resíduos por dia, mas só recebe em torno 150 toneladas. O caminhão sai vazio e volta batendo lata porque a população não separa o suficiente", afirma.

Por outro lado, se o país reciclasse muito mais, a capacidade instalada seria insuficiente. "Se a gente tivesse a coleta de 30% de todos os recicláveis domiciliares, não teríamos capacidade instalada de reciclagem para receber tudo isso", afirma Elisabeth Grimberg, coordenadora de projetos de resíduos sólidos e agroecologia do Instituto Pólis.

Esse paradoxo do reciclagem no país é reforçado por outro dado da pesquisa: 85% avaliam que atitudes individuais contribuem para a sustentabilidade e o meio ambiente —índice que sobe entre pessoas de 16 a 24 anos (88%), com maior renda (89%) e com nível superior de ensino (91%).

"É um dado muito relevante porque revela o potencial para a cidadania ativa dos brasileiros, de fazer pressão para que governos das três esferas desenvolvam políticas públicas mais efetivas para a substituição de materiais pela indústria e para o fim da obsolescência programada de produtos", diz Grimberg.

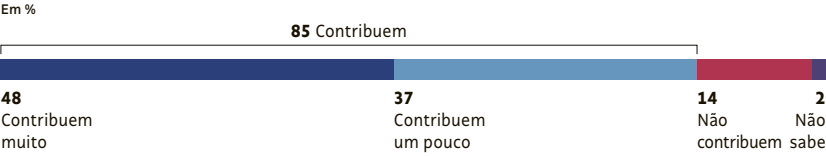
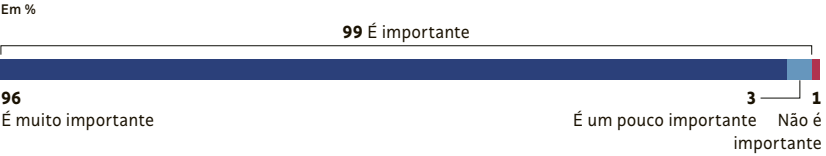
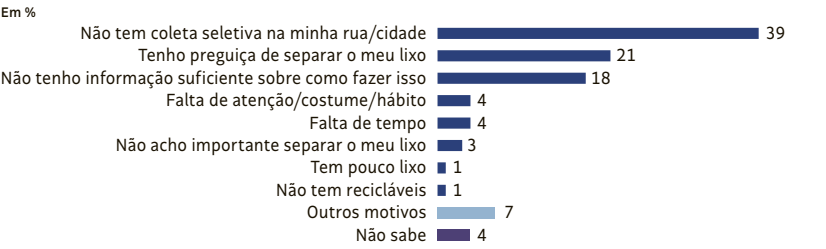
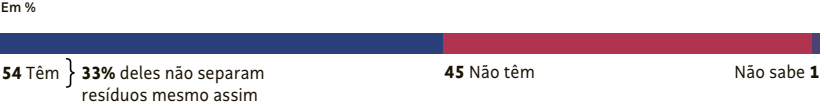
Ela destaca que, segundo o artigo 33 da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), é responsabilidade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes custear a coleta seletiva e a triagem de materiais. "A lei tem 14 anos, e os fabricantes e importadores driblaram a regra."

Para ela, o fato de 85% dos entrevistados declararem saber que resíduos domésticos devem ser separados em três frações (orgânicos, recicláveis e rejeito) para coleta e de 71% declararem que separam resíduos em casa é muito significante. "Isso porque a gente sabe que não existem programas permanentes de comunicação e sensibilização da população para o tema."

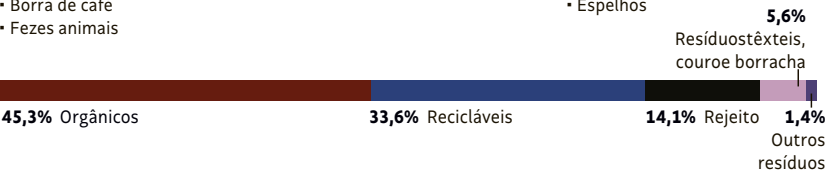
Para a diretora do Datafolha, Luciana Chong, o dado pode também refletir práticas mais pontuais dos entrevistados. "A pessoa pode separar alguma coisa, como a latinha de cerveja do churrasco, e responder que, sim, separa seu lixo, mesmo quando essa não é uma prática rotineira nem realizada com os demais resíduos", explica.

Segundo Chong, o mesmo pode se dar quando a pergunta feita foi sobre resíduos problemáticos, como pilhas e baterias, eletroeletrônicos e remédios, que precisam ser levados até um ponto de coleta específico para esse tipo de material, num modelo chamado de logística reversa. "Separar um par de pilhas e entregá-las no ponto de coleta específico pode ser o suficiente para a pessoa responder que adota esse tipo de procedimento."

Brasileiros e a reciclagem de resíduos

Ações individuais contribuem para a preservação do meio ambiente?
Em %

Motivos para não separar o lixo reciclável em casa
Em %

Brasileiros com coleta seletiva na rua de casa
Em %

Conhece os ícones de identificação de materiais das embalagens
Em %

Sabe que o lixo orgânico pode ser reciclável por meio de compostagem
Em %

Como separar o lixo doméstico em 3 frações?
Resíduos orgânicos e recicláveis podem ser reaproveitados separadamente, enquanto o rejeito precisa ser tratado em aterros sanitários para evitar contaminações

Resíduos de descarte específico
- Pneus
- Lâmpadas fluorescentes
- Óleo
- Embalagens de produtos tóxicos
- Eletroeletrônicos
- Remédios
- Pilhas e baterias

Fonte: Datafolha da Reciclagem 2024 e Ministério do Meio Ambiente

Na pesquisa, 43% dos brasileiros disseram que encaminham esses materiais para pontos de coleta específicos, enquanto 37% os descartam no lixo comum e 14%, no lixo reciclável.

Identificar quais são os materiais recicláveis por meio dos ícones presentes nas embalagens é algo complicado para a maioria dos brasileiros: 58% afirmam não saber reconhecê-los. O índice é ainda maior entre quem não separa resíduos (71%), quem tem apenas o ensino fundamental (70%), quem tem mais de 60 anos (65%) e também entre os mais pobres (65%).

Sobre resíduos orgânicos, como restos de alimentos e podas de jardinagem, 71% dos entrevistados afirmaram saber que é possível reciclá-los por meio da compostagem.

Para Grimberg, "o dado mostra que as pessoas sabem que isso pode ser feito". "Hoje tem gente das classes média e alta que já paga pelo serviço de coleta de resíduos orgânicos feito por empresas privadas. Ou seja, existe uma demanda reprimida por compostagem."

Separação do lixo esbarra em preguiça e desconhecimento

Entre os brasileiros que afirmam ao Datafolha não separar resíduos recicláveis do lixo doméstico, 42% alegam que não o fazem por não ter acesso ao serviço de coleta seletiva na sua cidade. Outros 21% relatam sentir preguiça de fazer essa separação, enquanto 18% dizem não ter informação suficiente sobre reciclagem para fazê-lo.

Há ainda uma parcela que justifica esse comportamento declarando não ter esse hábito (4%) ou não ter tempo para a tarefa (4%). Apenas 3% dos entrevistados afirmam não separar resíduos recicláveis por não achar importante fazê-lo.

"É razoável alguém não participar da reciclagem porque não tem o serviço de coleta seletiva", afirma Elisabeth Grimberg, do Instituto Pólis. "Seria surpreendente se as pessoas participassem da reciclagem onde falta essa política pública."

No caso de quem tem acesso a esse serviço e não separa resíduos recicláveis, Grimberg avalia que são necessárias ações de educação, orientação, sensibilização e motivação. "Outro elemento importante é a multa. Primeiro, educa-se para tentar fazer a pessoa mudar. Depois, se não fez, vai lá e multa. Aí eu quero ver se a pessoa não vai fazer. Vai fazer, gostando ou não, porque não se trata de uma questão de vontade, mas de interesse público."

Entre os 54% de brasileiros que afirmam ter coleta seletiva na sua rua, 33% afirmam mesmo assim não separar resíduos recicláveis.

O percentual de brasileiros que dizem não separar recicláveis por preguiça (21%) é maior entre aqueles das classes A e B (24%), os pretos e pardos (24%) e os da região Sul (37%). E é muito menor entre os que se autodeclaram indígenas (8%).

Já o argumento da falta de informações sobre reciclagem como empecilho para a separação doméstica de resíduos (18%) foi menor entre os brasileiros que se autodeclaram pretos (12%) e indígenas (13%) e maior entre os amarelos (23%).

"Preguiça, falta de tempo ou desprezo pela importância da reciclagem mostram a necessidade de avançarmos em ações de comunicação e de educação ambiental para que as pessoas percebam a importância da reciclagem e entendam que separar resíduos não tem nenhuma dificuldade técnica", avalia Flávio Ribeiro, consultor em economia circular e conselheiro do Pacto Global da ONU para economia circular. **FM**

INÊS 249

ambiente

Biden é o que mais fez pelo clima, mas também o que mais produziu petróleo

Democrata, que construiu coalizão de apoio à economia verde, quebrou promessa de interromper exploração em terras federais

Fernanda Perrin

WASHINGTON Nunca um presidente americano fez tantos avanços na área ambiental quanto Joe Biden, e nunca os EUA produziram tanto petróleo como nos últimos anos.

A contradição ilustra a estratégia do democrata para reestruturar a matriz energética da maior economia do mundo. Em vez de punir poluidores, o presidente priorizou oferecer incentivos bilionários à transição verde.

Por essa razão, mesmo que Biden perca a eleição para Donald Trump, ambientalistas e economistas concordam que será difícil para o republicano reverter o cerne das políticas do democrata: a Lei para Redução da Inflação, conhecida como IRA na sigla em inglês.

O pacote, aprovado pelo Congresso em agosto de 2022, disponibilizou quase US$ 400 bilhões em subsídios, boa parte deles na forma de créditos tributários, voltados principalmente para energia eólica, solar, baterias e veículos elétricos, hidrogênio verde e captura de carbono.

A maioria dos projetos e dos aportes foram feitos em distritos republicanos: 177 e US$ 105 bilhões, respectivamente, segundo a consultoria E2. Os números são muito maiores do que os em território democrata (98 e US$ 15 bi).

O objetivo dessas transformações é cumprir a meta de atingir a neutralidade de emissões de gases do efeito estufa até 2050. Até agora, o maior impacto foi observado no setor de baterias, no qual os investimentos praticamente triplicaram após o IRA.

A vitória apertada de Biden no Congresso —o IRA passou por 1 voto no Senado e 7 na Câmara— foi possível graças ao cenário global turbulento pós-Covid e à retomada das políticas industriais por diversos países, avalia Debbie Weyl, diretora-adjunta do World Resources Institute nos EUA.

"O governo Biden foi capaz de construir essa coalizão porque, naquele momento, a produção doméstica precisava de um impulso e havia a preocupação com as rupturas das cadeias produtivas pelo mundo. Biden fez isso de um modo inteligente, considerando o impacto climático", afirma Weyl.

Além do IRA, outra ação destacada por especialistas foi o retorno ao Acordo de Paris, que havia sido abandonado por Trump, com uma meta mais ambiciosa de redução de 50% a 52% das emissões de gases do efeito estufa até 2030.

Completam o rol de medidas de maior impacto regulações federais, sobretudo a taxação de metano, mais nocivo ao ambiente do que carbono, regras para a indústria automotiva reduzir a produção de carros a gasolina até 2032 —embora ele tenha feito concessões às montadoras—, e priorização de comunidades vulneráveis, seja porque sua economia depende de combustíveis fósseis, seja pelo impacto da crise climática.

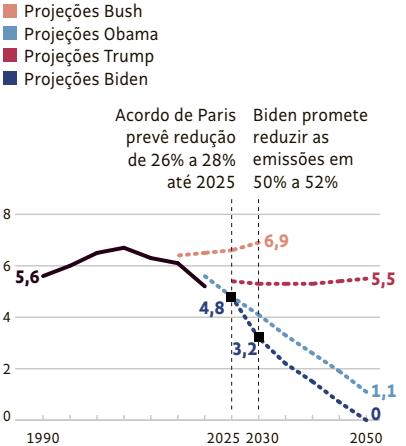
Essas medidas ficam ameaçadas caso Biden perca a eleição. Trump já atacou diversas vezes o incentivo a carros elétricos, afirmando que a política beneficia sobretudo a China, e, durante sua presidência, já havia revertido regulação do metano implementada por Barack Obama.

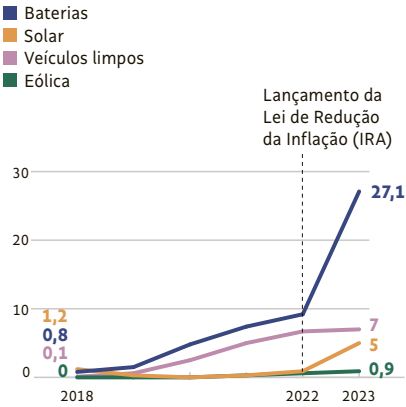
Apesar dos avanços, o histórico de Biden também deve ficar marcado por ter coincidido com a fase de maior produção de petróleo na história dos EUA. No ano passado, foram produzidos em média 12,9 milhões de barris por dia, recorde global, segundo a Administração de Informações de Energia. O país é o maior produtor da commodity desde 2018, quando ultrapassou Arábia Saudita e Rússia.

Os recordes alcançados no governo democrata são, em grande parte, fruto de licenças para exploração concedidas em governos anteriores, relembram analistas. Mas o presidente não cumpriu a promessa feita em campanha de que não concederia mais autorizações em terras federais.

Biden chegou a impor uma moratória, mas foi obrigado a recuar pela Justiça. Após a derrota, no entanto, o governo acelerou o ritmo de licenças —nos três primeiros anos, houve um aumento de 50% em comparação com período semelhante no governo Trump, segundo estatísticas oficiais.

> **O governo Biden foi capaz de construir essa coalizão porque, naquele momento [pós-Covid], a produção doméstica precisava de um impulso e havia a preocupação com as rupturas das cadeias produtivas pelo mundo. Biden fez isso de um modo inteligente, considerando o impacto climático**
>
> **Debbie Weyl**
> diretora-adjunta do World Resources Institute nos EUA

Emissões de gases do efeito estufa e projeções feitas por cada governo
Em gigatoneladas de dióxido de carbono (GtC)
- Projeções Bush
- Projeções Obama
- Projeções Trump
- Projeções Biden

Fonte: Adaptado de Center for American Progress

Investimento em energia limpa dispara sob Biden
Em US$ bi
- Baterias
- Solar
- Veículos limpos
- Eólica

Fonte: Rhodium Group-MIT/CEEPR Clean Investment Monitor

Promessas cumpridas e quebradas

Biden volta ao Acordo de Paris, que havia sido abandonado por Trump

Regras para transição de carros a combustível para elétricos são criadas, mas governo faz concessões a montadoras

Não cumpre a promessa de banir fracking em terras federais

esporte

A banalização da mediocridade

No mundo radicalizado, ninguém escuta nem enxerga o outro

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Existe quase um consenso no futebol, em todo o mundo, o que é raríssimo, de que Manchester City e Real Madrid, dirigidos por Guardiola e Ancelotti, são os dois melhores times do planeta e os que dão mais espetáculo, coletivo e individual. Mesmo assim, com tantos elogios de outros treinadores, da imprensa, de torcedores e jogadores, são raríssimas as equipes que seguem as filosofias e as estratégias de jogo do City e do Real. Estranho! Temos que aprender com os melhores.

A única seleção, analisando Eurocopa e Copa América, que pressiona a maior parte do jogo, que tem mais o domínio da bola e espera o momento certo para acelerar em direção ao gol é a Espanha. Rodri é o centro médio, o maestro do City e da seleção espanhola. Se a Espanha tivesse um ótimo atacante finalizador, teria goleado a Itália na vitória por 1 x 0.

A única seleção da Eurocopa e da Copa América que possui uma estratégia e um posicionamento tático parecido com o do Real Madrid é a Argentina. A diferença é que no Real existe, além do trio de meio-campistas e do meia ofensivo Bellingham, uma dupla de atacantes (Vini e Rodrygo). Na Argentina, são três meio-campistas, Messi entre os três e o centroavante e mais o ponta Di Maria, que alterna pelos dois lados.

A Argentina venceu o Canadá por 2 x 0. Scaloni já prepara a saída de Di Maria, que vai parar de jogar depois da Copa América. O técnico pode colocar um ponta veloz, driblador, ou usar uma linha de quatro meio-campistas, como fez no segundo tempo contra o Canadá.

Scaloni tem mostrado, principalmente pelo que fez na Copa, que é capaz de mudar com sucesso o esquema tático de várias maneiras de acordo com o momento do jogo.

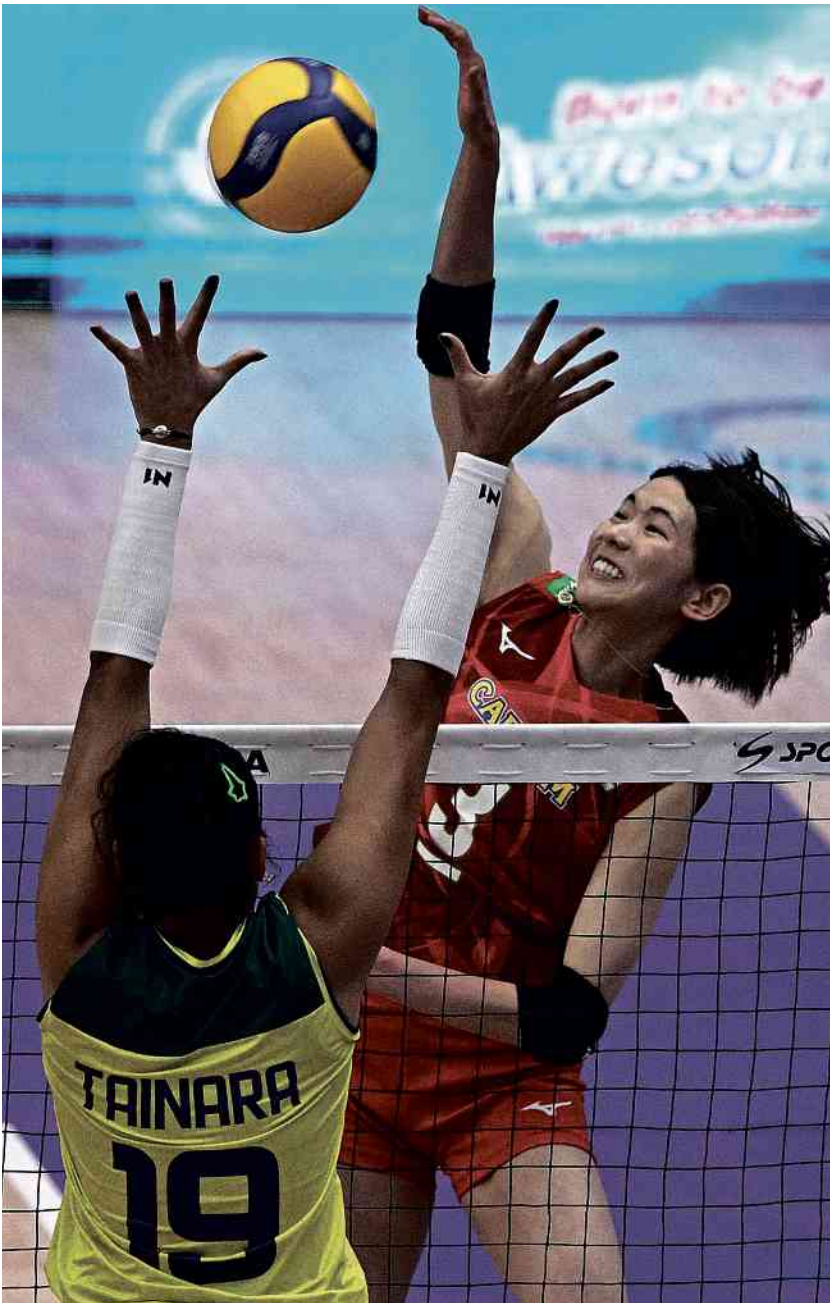
O Brasil, que tem a dupla de atacantes do Real Madrid e poderia jogar de uma maneira parecida com a do Real, deve manter na segunda-feira (24) contra o Costa Rica os titulares dos amistosos e a mesma estratégia. É preciso dar boas condições para Vinicius Junior brilhar como no Real Madrid. No time espanhol, ele não é mais um ponta que volta para marcar nem centroavante. É um atacante que utiliza muito bem os espaços por todo o ataque.

Os nítidos e importantes problemas defensivos da seleção ocorrem porque há apenas dois jogadores que marcam no meio campo em um grande espaço e porque os zagueiros ficam distantes dos dois meio-campistas. Preocupados com a marcação, os dois do meio campo deixam de construir as jogadas e de avançar, tarefas também importantes para os jogadores desse setor.

A Inglaterra decepcionou nos dois primeiros jogos da Eurocopa. O seu dilema é parecido com o do Brasil. O técnico escala os quatro ótimos meias ofensivos e atacantes (Bellingham, Folden, Saka, Kane) e deixa apenas dois jogadores no meio campo, sendo um deles improvisado, o excelente lateral direito Alexander Arnold.

O futebol brasileiro patina, na organização e na gestão dos clubes e das federações. Dentro de campo, há um grande numero de ótimos jogadores e alguns excelentes treinadores, mas precisamos evoluir na qualidade individual e coletiva para aumentar as chances de ganhar a Copa do Mundo.

É necessário melhorar bastante a produtividade, um problema nacional, da sociedade. Como mostrou a Folha*, pesquisa feita entre 2010 e 2023 revelou que a produtividade do brasileiro é um quarto da dos americanos, o que prejudica o desenvolvimento.*

Precisamos aprender. Infelizmente, neste mundo radicalizado, binário, em que é "isso ou aquilo", as pessoas não escutam nem enxergam o outro. É a banalização da mediocridade.

JAPÃO ELIMINA BRASIL E PEGA ITÁLIA POR TÍTULO INÉDITO NA LIGA DAS NAÇÕES
Brasileira Tainara em bloqueio contra ataque da japonesa Nishida na derrota da equipe de José Roberto Guimarães por 3 sets a 2 (24/26, 25/20, 21/25, 25/22 e 15/12) Lillian Suwanrumph/AFP

ESPORTE AO VIVO **10h** GP da Espanha F1, *BAND* | **16h** Athletico-PR x Corinthians Brasileiro, *GLOBO (SP)/CAZÉTV* | **18h30** Palmeiras x Juventude Brasileiro, *PREMIERE*

Estádios da Copa enfrentam problemas e buscam soluções

Arenas que receberam Mundial realizado no Brasil, em 2014, ainda trabalham para ser viáveis dez anos depois

RECIFE, SÃO PAULO, SALVADOR, CURITIBA, MANAUS E PORTO ALEGRE Dez anos após a Copa do Mundo de 2014, estádios construídos ou reformados para o torneio enfrentam um cenário que passa por gargalos estruturais, contratos rompidos, tentativas de redução de despesas e uma busca incessante por alternativas para manter a viabilidade financeira de suas operações.

As alternativas passam pela expansão de atividades para além do futebol e pela venda dos direitos sobre os nomes das arenas para empresas privadas, além do reforço do vínculo com os clubes. O cenário é mais crítico em praças com menor tradição no futebol.

No Nordeste, um dos estádios que buscam sair da adversidade é a Arena Pernambuco. Em maio de 2023, ele gerava um prejuízo de cerca de R$ 400 mil por mês aos cofres do governo de Pernambuco.

O governo administra o local desde 2016, quando rompeu o contrato com a Odebrecht. Desde então, arca com um pagamento mensal de R$ 3 milhões, por 15 anos, à construtora, atualmente chamada de Novonor.

Uma das principais queixas do estádio é a localização, a 18 quilômetros do centro do Recife. Atualmente, o Retrô e o Sport —temporariamente, durante reforma da Ilha do Retiro— jogam no local.

Outro estádio que mudou de mãos foi o Mané Garrincha, agora chamado de Arena BRB Mané Garrincha, em Brasília, o mais caro entre as 12 sedes da Copa de 2014. A arena custou cerca de R$ 2,5 bilhões, em valores atuais, corrigidos pela inflação.

Em 2020, o governo federal repassou a administração do estádio para a iniciativa privada, mediante o pagamento de outorga no valor de R$ 150 milhões e repasse de 5% do faturamento líquido, além de investimentos previstos da ordem de R$ 700 milhões durante os 35 anos da concessão.

Além de partidas dos times de Brasília, o estádio recebe, esporadicamente, jogos de equipes do Rio de Janeiro.

No Norte, a Arena da Amazônia convive com dívidas. Em janeiro de 2023, teve a luz cortada pela empresa de energia do Amazonas, por falta de pagamento de contas. A dívida era de R$ 39 milhões, segundo informação da concessionária de energia. O governo do estado afirmou, na ocasião, que negociava o pagamento desde o ano anterior.

Em 2024, o cenário melhorou após o acesso do Amazonas à Série B do Campeonato Brasileiro. Apesar disso, a arena sente falta de um calendário de eventos fora do futebol.

Na Arena Pantanal, em Cuiabá, a maioria dos jogos é feita pelo Cuiabá, que está na Série A do Brasileiro. O time é responsável pelo gramado do estádio, enquanto o governo estadual fica com a parte da manutenção geral. O desafio, porém, é atrair grandes públicos. Em 2024, a média do Cuiabá em jogos é de 2.772 torcedores por partida.

Dois estádios venderam, em 2024, os direitos de uso do seu nome. A Arena das Dunas, em Natal, e a Fonte Nova, em Salvador, assinaram com a empresa Casa de Apostas.

O contrato do estádio de Natal, com valor estabelecido em R$ 6 milhões (média de R$ 1,2 milhão por ano), será válido até abril de 2029. Já o acordo da Fonte Nova tem duração de quatro anos, com ganho de R$ 13 milhões por ano.

A Fonte Nova é gerida por um consórcio privado e recebe partidas do Bahia, além de shows e eventos corporativos. Nos jogos de futebol, a média de público foi de 33.439 torcedores em 2023.

O contrato da Fonte Nova Participações, formado pelas empresas Novonor e Metha (antiga OAS), para construção e gestão do estádio prevê o pagamento de contraprestação pelo governo baiano. Em 2023, foram R$ 119 milhões repassados ao consórcio.

No Castelão, em Fortaleza, o principal ponto de críticas é o gramado, em razão do alto número de jogos do Ceará e do Fortaleza. O governo do Ceará informou que faz manutenções periódicas no terreno.

O estádio público tem capacidade para 63.900 mil pessoas e teve uma média 31.501 torcedores por jogo em 2023.

No Paraná, a passagem da Copa foi marcada pelo debate sobre injeção de dinheiro público em um estádio privado, a Arena da Baixada, do Athletico Paranaense.

A reforma, que também gerou desapropriações de imóveis da região, custou mais do que o previsto e acabou em briga judicial entre as três partes envolvidas no financiamento da obra: governo do Paraná, prefeitura de Curitiba e o time. A solução para o impasse ocorreu apenas no ano passado, com pactuação de dívida entre os entes.

Em Belo Horizonte, o Mineirão, palco do 7 a 1 da Alemanha sobre o Brasil, recebeu 29 finais de competições desde 2013.

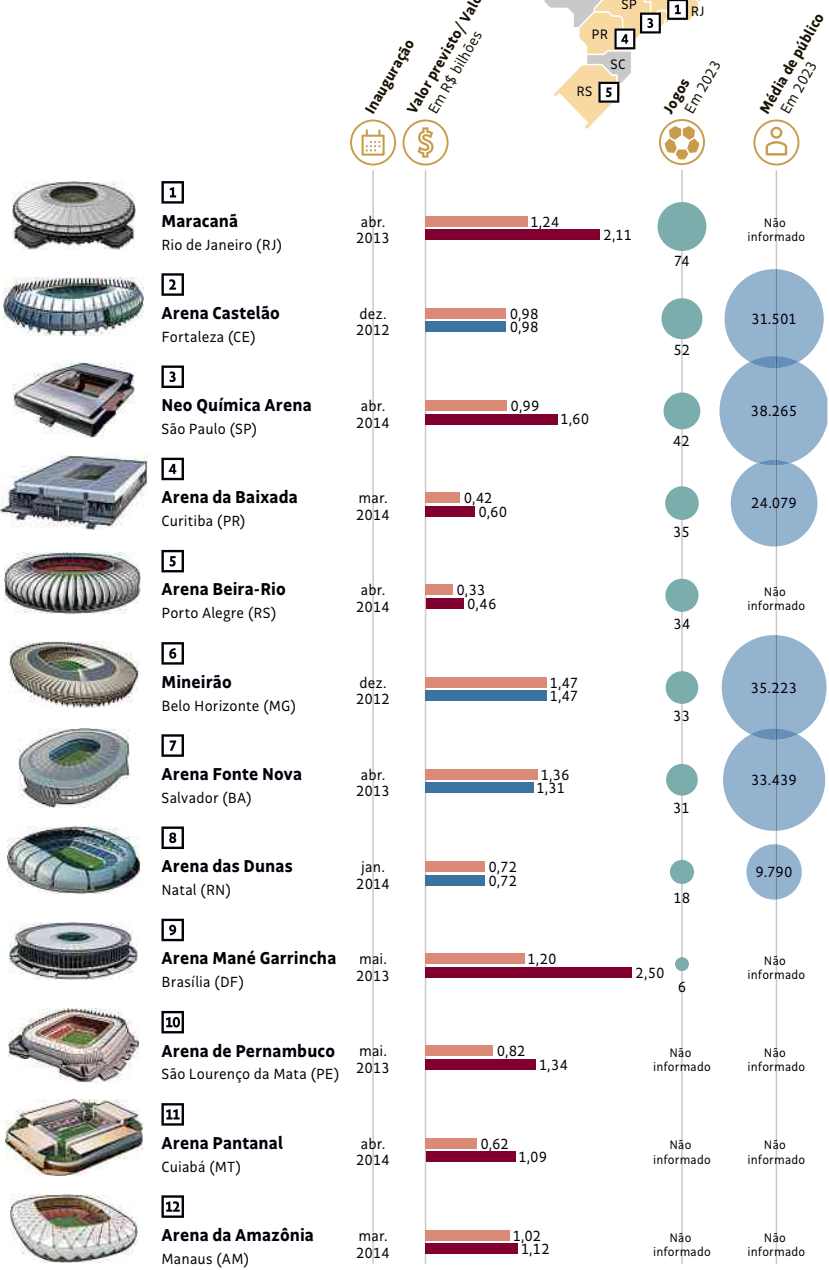
Também não é problema para o Corinthians chamar público para seu estádio em Itaquera, hoje chamado de Neo Química Arena. Sede da abertura em 2014, o local teve em 2023 a melhor média entre as 12 arenas da Copa, com 38.265 pessoas por jogo.

Apesar disso, a dívida pela construção agravou a difícil situação financeira do Corinthians. O clube deve cerca de R$ 700 milhões à Caixa Econômica Federal pelo financiamento da obra.

Reformado para a Copa, o Beira-Rio, em Porto Alegre, foi a obra mais barata entre os estádios do torneio. Seu custo final, em valores atuais, foi de R$ 460 milhões. Dez anos após a competição, porém, o local terá de passar por uma nova reforma devido às enchentes no Rio Grande do Sul.

Já o Maracanã, palco da final, passou por diversas reformas desde sua inauguração. Os custos para os preparativos do último Mundial fizeram do local o segundo mais caro, com um gasto de R$ 2,11 bilhões, em valores atuais.

Depois de anos em busca de um modelo de gestão, o local foi concedido à dupla Flamengo e Fluminense, vencedora de uma licitação. Para o futuro, porém, paira a ameaça de possível esvaziamento de eventos com a construção e a reforma de estádios no Rio.

José Matheus Santos, Lucas Bombana, João Pedro Pitombo, Catarina Scortecci, Vinicius Sassine, Luciano Trindade e Carlos Villela

* Dados coletados até 5.jun.2024 ** Corrigido pela inflação, a partir das datas informadas pelos governos/gestoras dos estádios; em Natal, Recife, Cuiabá e Fortaleza, dados corrigidos a partir de janeiro de 2014

Número de jogos ano a ano pós-Copa

*** Ano das Olimpíadas no Rio

Fonte: governos estaduais e administradoras de concessões dos estádios

Coisas nossas, muito nossas

Só no Brasil o campeão continental num ano é lanterninha nacional no outro

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Se a rara leitora ou o raro leitor estiver lendo estas mal traçadas antes das 16 horas deste domingo (23), note que o Fluminense, campeão da Libertadores de 2023, em campo contra o Flamengo, está em último lugar no Campeonato Brasileiro, com apenas seis pontos ganhos em dez jogos, só uma vitória, dez gols feitos, 18 sofridos, 20% de aproveitamento.

O Fluminense, é fato, não vive tamanho sufoco pela primeira vez, pois conheceu a Série B e até a C.

Em 1996 caiu pela primeira vez, a mesa foi virada para que disputasse a Série A em 1997, quando voltou a ser rebaixado e, não satisfeito, desceu para a Série C em 1998.

Então chamou Carlos Alberto Parreira para tirá-lo do inferno e subiu para a B em 1999, que não pagou fruto de outra virada de mesa que o pôs na Série A em 2000.

Eram tempos de Ricardo Teixeira presidente da CBF e não é preciso dizer mais nada.

A diferença daquele Fluminense para o dos dias que correm é, no entanto, abissal.

Tanto que o time é praticamente o mesmo do ano passado, tirante o negociado zagueiro Nino, que faz falta, e as circunstâncias das ausências do meio-campista André, machucado, e do atacante colombiano Jhon Arias, na Copa América.

Convenhamos, são ausências que podem justificar posição intermediária na tábua de classificação, jamais o último lugar.

Alguém poderá dizer que excepcional foi o envelhecido tricolor das Laranjeiras ganhar a Libertadores, como um dia, em 2004, o Once Caldas também ganhou.

A comparação não cabe. O clube, tratado como médio no futebol colombiano, com 63 anos, nem de longe pode ser comparado às glórias do Fluminense de quase 122 anos.

E, pelo amor dos deuses do estádios, também não cabe lembrar do Corinthians, detentor de apenas uma taça continental, em 2012, hoje também novamente na zona do rebaixamento, calamidade que conheceu em 2007 e está perto de repetir agora.

No ano seguinte à conquista da Libertadores, de ressaca, o alvinegro fez má campanha, mas terminou em 10º lugar.

A gangorra brasileira impressiona.

Estamos acostumados a dizer que não há campeonato mais equilibrado no Primeiro Mundo do futebol, que há, no mínimo, oito candidatos ao título antes do pontapé inicial, que pelo menos um grande sempre corre risco de cair, mas daí ao campeão da América do Sul viver a situação ora vivida de uma temporada para outra é estarrecedor.

Pela teoria de Pep Guardiola, perde-se um campeonato nas oito primeiras rodadas e ganha-se nas oito últimas.

Se é verdade, Flamengo, Botafogo, Palmeiras, Athletico, Bahia e Cruzeiro seguem no páreo, assim como o Inter, que tem dois jogos a menos.

E não é que gigantes como Vasco, Corinthians, Grêmio e Fluminense já não têm chance alguma de título.

Estão é ameaçadíssimos de rebaixamento, desgraça experimentada também pelo Vasco por quatro vezes e pelo Grêmio, por três.

Aliás, experiência desagradável inédita só para Flamengo e São Paulo, porque, lembremos entristecidos, o Santos a vivencia neste ano e com muita dificuldade.

De tudo isso, a conclusão inevitável diz respeito à permanente intranquilidade do torcedor brasileiro, capaz de sonhar em ser campeão em abril e ter pesadelo em novembro, diante do chamado fantasma do rebaixamento.

Culpa da caixinha de surpresas? Não!

Culpa da incompetência, e muitas vezes da corrupção, na gestão de nossos clubes.

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | **SEG. Juca Kfouri** | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SÁB. Marina Izidro

Gavriil Grigorov/AFP

IMAGEM DA SEMANA

O presidente russo, Vladimir Putin, presenteou o ditador Kim Jong-un com uma limusine, na quarta (19), e dirigiu com o aliado pelas ruas de Pyongyang.

O carro foi levado em um dos três aviões da comitiva que levou Putin à Coreia do Norte, para visita de Estado na qual assinou pacto de defesa mútua com o país.

Veículo do modelo Aurus Senat, a limusine foi a segunda dada ao líder norte-coreano, que havia ficado impressionado com o carro em visita anterior à Rússia.

COMBO

Tiago Ribas
folha.com/hqdtgz47

Cena do jogo 'Doom: The Dark Ages' Divulgação

Xbox esbanja lançamentos após comprar Activision Blizzard

SÃO PAULO Após a Sony fazer uma apresentação sem grandes anúncios para o PlayStation e a abertura da Summer Game Fest ter os indies como protagonistas, as expectativas não eram das maiores para o Xbox Games Showcase, evento da Microsoft realizado no último dia 9.

A empresa não vinha dando sinais de estar em um bom momento em meio à crise que atinge toda a indústria de games. O número de assinaturas do Xbox Game Pass está estagnado, seus últimos grandes lançamentos tiveram recepção mediana e a empresa acabara de realizar uma série de cortes e fechamento de estúdios.

No entanto a Xbox surpreendeu. Quase como uma resposta aos céticos, a empresa apresentou uma lista generosa de lançamentos para os próximos meses —com a ajuda da Activision Blizzard, que participou do show pela primeira vez após a finalização de sua compra pela Microsoft. No fim, a apresentação foi uma das mais promissoras do Summer Game Fest.

Foram vistos jogos de tamanhos e estilos variados, indo dos indies a grandes produções envolvendo novas e velhas franquias. Separei os quatro principais anúncios do show, mas vale a pena assistir ao evento completo.

Doom: The Dark Ages
Confirmando rumores pré-show, o Xbox Games Showcase começou com o novo capítulo da conhecida franquia de jogos de tiro em primeira pessoa. Situado na Idade Média, o game funciona como uma prequel de "Doom" (2016) e "Doom: Eternal". Mesmo assim, ainda estamos falando de "Doom", portanto pode esperar por muitos demônios para abater, armas exageradamente mortíferas para encontrar e um ritmo frenético de ação.

O lançamento está previsto para 2025 nos PCs e consoles PlayStation 5 e Xbox Series X/S.

Perfect Dark
Quem finalmente deu as caras foi a heroína Joanna Dark, em um trailer do reboot da franquia "Perfect Dark".

No vídeo, foi possível ver a protagonista usando uma série de equipamentos de espionagem em uma missão de infiltração no Cairo. A jogabilidade parece alternar momentos de pura ação, com tiros e golpes de artes marciais, com outros mais lentos, em que o jogador precisa usar estratégia para superar os inimigos.

Apesar de terem se passado três anos e meio desde que o estúdio The Initiative anunciou que trabalhava no título, ainda não foi divulgada uma data de lançamento.

Dragon Age: The Veilguard
A Microsoft abriu espaço para alguns parceiros mostrarem o que preparam para os próximos meses. Entre eles está a Eletronic Arts, que apresentou um pouco da história do título de RPG do renomado estúdio BioWare.

A sequência de "Dragon Age: Inquisition" (lançado em um longínquo 2014) trará de volta personagens icônicos e apresentará novos companheiros com quem o jogador poderá lutar e se relacionar (se é que você me entende...)

Será que o novo RPG da BioWare aproveitará o embalo de "Baldur's Gate 3" e dará início a uma nova era de ouro dos jogos do gênero? Saberemos em breve, já que o jogo tem lançamento previsto ainda para este ano no PC e consoles PlayStation 5 e Xbox Series X/S.

Gears of War: E-Day
"Gears of War: E-Day" se passa em um período crucial para a história da franquia, o Dia da Emergência. Quatorze anos antes do primeiro Gears of War, o Dia da Emergência marca o início da guerra da humanidade contra uma raça de monstros subterrâneos que atacou a superfície, mudando a história do planeta.

O jogo ainda não tem data de lançamento prevista.

PLAY
Dica de game, novo ou antigo, para você testar

Senua's Saga Hellblade 2
(PC e Xbox Series X/S)
Falando em Microsoft, "Senua's Saga Hellblade 2" é um dos principais lançamentos da empresa para este ano. Com gráficos hiper realistas e uma direção de som primorosa, o game imerge o jogador na viagem psicótica da heroína Senua pela Islândia do tempo dos vikings. Não espere, porém, um jogo repleto de ação. Trata-se quase de uma aventura narrativa com boas pitadas de suspense.

O repórter recebeu uma cópia do jogo para teste.

DOWNLOAD
Principais lançamentos dos próximos dias

25.JUN
"Cozy Grove: Camp Spirit"
grátis** (iOS, Android)

"Super Monkey Ball Banana Rumble"
R$ 264,90 (Switch)

"Until Then"
preço não disponível (PC, PS 5)PS 4/5, Xbox One/X/S)

*Expansão
**Para assinantes Netflix

FRASES DA SEMANA

Nossa gestão está totalmente alinhada com a visão do nosso presidente Lula e do governo federal, afinal, eles são os nossos acionistas majoritários

Magda Chambriard
presidente da Petrobras, na quarta (19), em discurso ao tomar posse no cargo

É um projeto light, não é nada radical. O Estatuto do Nascituro é muito mais pró-vida que esse. Esse é um meio-termo

Sóstenes Cavalcante
deputado federal do PL-RJ, autor do PL Antiaborto por Estupro, na segunda (17), sobre críticas ao projeto

Trata-se de uma questão de compaixão, de proteção para crianças e mulheres adultas que podem morrer se levarem a cabo uma gestação que ameaça suas vidas

Débora Diniz
professora da Universidade de Brasília e fundadora da Anis - Instituto de Bioética, na quarta (19), sobre respostas ao PL Antiaborto por Estupro

Assim que o Brasil e a China aderirem aos princípios de todos nós aqui, países civilizados, ficaremos felizes em ouvir suas opiniões, mesmo que elas não coincidam com a da maioria do mundo

Volodimir Zelenski
presidente da Ucrânia, em entrevista coletiva, no domingo (16), sobre posicionamento do Brasil em relação à guerra

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. O transatlântico que afundou em sua primeira viagem (1912) **2.** Não profissional (fem.) **3.** Artifício usado para atrair e capturar peixes ou outros animais / Pessoa que não crê em Deus **4.** Historinha engraçada / Grã-Bretanha **5.** Um tipo de cerveja / As iniciais do ator estadunidense Estevez **6.** Espécie de tranqueta **7.** O oi inglês / (Amante) Um sucesso de Roberto Carlos **8.** A cantora carioca Leny **9.** (Pop.) Pessoa gorda, corpulenta / Que tem uma grande massa em pequeno volume **10.** Esconder **11.** Aldeia ou arraial indígena / O conjunto de folhas da planta **12.** Preguiçoso, indolente **13.** Uma variação do pronome tu / Dirigir a embarcação para alguma direção.

VERTICAIS
1. Cavalete usado por fotógrafos / O ambiente mais apto para nele se viver **2.** Relativo a certo papa franciscano, culto, protetor das artes e das letras, que enriqueceu Roma com muitos monumentos / Naquele lugar **3.** Comida paraense inspirado numa receita indígena / Temba, tinhoso, tisnado **4.** Ficar adulto / Seio, peito **5.** O sódio, para os químicos / No telhado, a amarração das telhas às ripas para evitar que se soltem / Baden Powell, compositor e violonista fluminense **6.** Uma parte da viagem / Cercar de lenho **7.** Em matemática, o símbolo da função trigonométrica cotangente / Banguela **8.** Insurreição, motim / País com capital Ápia **9.** Grau acadêmico / Em esportes, termo que indica que a bola saiu do campo de jogo.

HORIZONTAIS: 1. Titanic, **2.** Amadora, **3.** Isca, Ateu, **4.** Piada, GBR, **5.** Escura, EE, **6.** Taramela, **7.** Hi, Amada, **8.** Andrade, **9.** Boi, Denso, **10.** Amoitar, **11.** Taba, Rama, **12.** Alombado, **13.** Ti, Aproar. **VERTICAIS: 1.** Tripé, Hábitat, **2.** Sistino, Ali, **3.** Tacacá, Diabo, **4.** Amadurar, Mama, **5.** Na, Aramado, BP, **6.** Ida, Amadeirar, **7.** Cotg, Edentado, **8.** Rebela, Samoa, **9.** Láurea, Fora.

SUDOKU

texto.art.br/fsp
DIFÍCIL

	3		9					8
	1						4	
				4	6		3	7
1						2		4
	8						7	
2		6						5
8	9		3	7				
	5						1	
4					1		9	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	3	4	9	5	7	1	2	8
7	1	5	2	3	8	6	4	9
9	2	8	1	4	6	5	3	7
1	7	3	8	9	5	2	6	4
5	8	9	6	2	4	3	7	1
2	4	6	7	1	3	9	8	5
8	9	1	3	7	2	4	5	6
3	5	7	4	6	9	8	1	2
4	6	2	5	8	1	7	9	3

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **23.jun.1924**

Aristêo Seixas descarta se candidatar à cadeira da ABL

O poeta Aristêo Seixas se recusou a concorrer à cadeira da Academia Brasileira de Letras que está vaga com a morte de Vicente de Carvalho. A revista Novíssima tinha dirigido mensagem à ABL apresentando o escritor, autor de "Pôr do Sol", como um candidato.

Seixas agradeceu a indicação, disse que o galardão acadêmico o encanta, mas que não pode desejar a ABL no momento, lembrando conceitos apresentados sobre outros pretendentes. "Por enquanto, forcejo por conter o impulso dessa veleidade."

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O desenvolvimento Industrial de S. Paulo

FOLHA DE S.PAULO ★★★ DOMINGO, 23 DE JUNHO DE 2024 C1

O que os brasileiros pensam sobre o aborto

Em momento de debates provocados pelo PL Antiaborto por Estupro, pesquisa inédita usa analogias para concluir que maioria defende direito de escolha da mulher C4 a C7

Ilustração *Silvis*

O colapso climático e os possíveis fins do mundo, por Ailton Krenak C3

Ajuste fiscal deve ser pragmático com receitas e despesas, escreve economista C9

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

A apresentadora Patrícia Poeta com uma xícara de café e outra de chá minutos antes de entrar no ar no programa Encontro (Globo)

Patrícia Poeta
A verdade sempre aparece

[RESUMO] Apresentadora comemora dois anos à frente do Encontro (Globo) com audiência em alta, afirma seguir lema da mãe de nunca desistir diante dos obstáculos e de não focar nas coisas ruins, como as polêmicas com Manoel Soares e as críticas das redes sociais

Por ***Karina Matias***

Quando a apresentadora americana Oprah Winfrey esteve em São Paulo, em abril, para participar de um seminário, Patrícia Poeta diz que tinha de dar um jeito de vê-la. O evento com a presença da americana seria realizado pela manhã, mesmo horário em que a brasileira está nos estúdios da Globo na capital paulista para apresentar o Encontro.

*

"Mas dei um jeito. Saí correndo daqui, porque eu realmente admiro demais ela." Chegou a tempo de tietar e conseguir uma foto ao lado de Oprah. E recebeu de volta um elogio. "Eu fiz uma brincadeira com o nome do livro dela, 'What I Know for Sure' ['O que Eu Sei de Verdade', na edição brasileira], e aí ela me falou: 'E o que eu sei com certeza é que você é muito bonita'", relembra a jornalista à coluna.

*

Gaúcha da cidade de São Jerônimo, Patrícia afirma que nunca se achou bonita e que enfrentou um certo pré-julgamento no início da carreira por conta de sua aparência física. "Eu ouvia comentários de colegas de trabalho assim: 'Mais um rostinho bonito na TV, não vai durar'", conta. "Isso é bom para as pessoas verem que o preconceito vem de N formas", acrescenta.

*

Patrícia diz que esse tipo de julgamento só "dava mais forças" para ela seguir. "Eu pensava: 'Vamos ver, vamos ver, vamos mostrar conteúdo.'"

*

Com quase 30 anos de carreira na TV, Patrícia já foi repórter, "moça do tempo", correspondente internacional e apresentadora. Em 2014, quando estava na cadeira mais cobiçada do telejornalismo no Brasil, a de âncora do Jornal Nacional, ela anunciou que iria migrar para a área de entretenimento da Globo.

*

No ano seguinte, estreou no É de Casa, programa de variedades que surgia para ocupar as manhã de sábado da emissora. E, desde julho de 2022, virou a apresentadora principal do Encontro, após a saída de Fátima Bernardes.

*

No primeiro ano à frente do matutino, Patrícia foi alvo de muitas críticas por parte do público e da imprensa e chegou a ser chamada de racista nas redes sociais porque teria interrompido uma fala do seu então colega de trabalho Manoel Soares.

*

"Todos nós somos [julgados] por qualquer coisa hoje em dia. E as pessoas não quererem saber se aquilo é verdade ou se é mentira. É um efeito manada. Porque um falou, aí o outro fala, e vai crescendo..."

*

No caso de maior repercussão, em que passou na frente da câmera cortando uma fala de Soares, Patrícia disse que não teve maldade alguma e que situações desse tipo são comuns em um programa ao vivo. "Já passei na frente de um monte de gente, um monte de gente já passou na minha frente. Mas aí [ao dizerem que ela fez de propósito] tem um interesse por trás. Que você não sabe de onde vem, por que vem."

*

"Hoje, na internet, a pessoa não assiste o programa, mas pode colocar o vídeo do trechinho [do que ocorreu] da forma que ela quiser, com a narrativa que ela quiser", afirma.

Fotos e presentes de fãs no camarim de Patrícia Poeta nos estúdios da Globo, em São Paulo, de onde ela apresenta o Encontro Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

*

Patrícia diz estar aberta a comentários "pertinentes e construtivos" sobre o seu trabalho. "A gente está aqui para evoluir." Mas se a crítica for destrutiva e maldosa, ela afirma ter outra postura. "E eu acho que, com certo amadurecimento, você aprende a distinguir as coisas."

*

Para lidar com a situação, a gaúcha revela ter recorrido a um conselho que Oprah já deu publicamente sobre o assunto, que é se autocentrar e seguir fazendo o seu trabalho.

*

"Eu sei quem eu sou. E, sinceramente falando, o tempo é o senhor da razão. A verdade sempre aparece", diz. "Quando você trabalha, faz o teu, é uma pessoa do bem, você deita a cabeça no travesseiro com a consciência tranquila de que está fazendo o seu trabalho direitinho, de que trata todo mundo muito bem."

*

A apresentadora afirma também que "prefere gastar as suas energias com fatos positivos". "Eu não foco em coisas ruins. Acho que é isso o que me trouxe até onde eu cheguei. Espero fazer cada vez melhor, continuar. Por exemplo, você está me perguntando e voltando no tempo. E eu estou mais focada em ajudar os meus contemporâneos do que preocupada com um vídeo que saiu lá atrás e que não dizia verdade de nenhuma", argumenta, em referência ao show online que promoveu na semana passada, em prol das vítimas do Rio Grande do Sul.

*

Manoel Soares deixou a Globo em junho do ano passado. Segundo o F5, o compliance da emissora teria recebido denúncias contra ele sobre atitudes inapropriadas com colegas que teriam sido determinantes para a sua saída. O apresentador negou praticar comportamentos abusivos.

*

Passada a tormenta, Patrícia Poeta está em uma fase mais tranquila e próspera desde o início deste ano. Segundo números divulgados pela Globo, juntos, o Encontro e o Mais Você (apresentado por Ana Maria Braga) tiveram, nestes primeiros seis meses do ano, o melhor desempenho semestral desde 2018. A média de audiência do programa comandado por ela é de sete pontos no Painel Nacional de Televisão (PNT), com recordes nos meses de abril e maio, quando registrou oito pontos —cada ponto equivale a 253.273 domicílios.

*

"Não existe atalho. O que existe é esforço, é dedicação, é trabalho", afirma. "Sou persistente e resiliente. E, assim, eu não desisto nunca. Minha mãe dizia isso: 'Desistir não é opção.'" Patrícia atribui essa força também ao fato de ser gaúcha. Ela diz que isso ficou ainda mais acentuado quando viajou até o Rio Grande do Sul para apresentar o Encontro diretamente da tragédia que assolava o estado. "Mexeu muito comigo ter ido até lá. O gaúcho está sendo testado todos os dias, e as pessoas são realmente muito fortes."

*

Durante a cobertura em São Jerônimo, sua cidade natal, ela chegou a encontrar uma prima na rua por acaso. "Nem lembro o que eu falei pra ela, porque era um programa ao vivo, foi tudo no improviso." O sotaque gaúcho, que ela não costuma apresentar normalmente, veio à tona na mesma hora. "Eu brinco que o sotaque vem quando eu estou com muita saudade ou quando encontro a família."

*

É sem ver a desistência como uma opção viável que Patrícia afirma lidar com tudo na vida. Ao ser indagada se já sofreu com machismo, por exemplo, a apresentadora cita uma situação que viveu aos 22 anos. Na época, quis fazer uma reportagem no então presídio Carandiru, na zona norte de São Paulo, e seus chefes disseram que ela não poderia por ser mulher. "Mas eu te falei que desistir não é uma opção. Acabei ficando uma semana lá [na penitenciária], fazendo a reportagem."

*

"Eu nunca dei muita bola para isso [machismo], não. E vale para todos os tipos de obstáculos. Eu acredito que quando você quer, você vai atrás. Não fico ali, sofrendo com uma coisa. A gente recebe vários 'nãos' ao longo da vida. Se você desiste nos nãos, você não vai para frente."

*

Para estar no comando do Encontro todos os dias ao vivo, das 9h30 às 10h35, Patrícia acorda às 4h30 e antes das 6h já está nos estúdios da Globo para se arrumar e para participar das reuniões que envolvem o programa. Depois que finaliza a atração, uma nova reunião é feita para discutirem o que irá ao ar na manhã seguinte. Ao longo do dia, ela segue em contato constante com a equipe para eventuais alterações.

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

Desde que assumiu a atração, o Encontro passou a abordar mais assuntos factuais. Por isso, não é incomum que todo o trabalho anteriormente já programado seja completamente reformulado diante de uma notícia quente. Foi o que aconteceu na quinta (20), quando a coluna acompanhou Patrícia nos bastidores do programa.

*

Diante da morte do sertanejo Chrystian, ocorrida na noite anterior, o primeiro bloco do Encontro foi alterado para homenagear o cantor. "Esse programa mudou umas duas, três vezes de ontem para hoje. E eu amo isso. Não gosto de ter rotina. Gosto de cada dia ser diferente."

*

Atrás das câmeras, Patrícia quase sempre está com uma xícara de café nas mãos. Na quinta, quando a coluna a acompanhou, ela já tinha perdido as contas de quantas doses tinha tomado —às vezes intercaladas com uma xícara de chá.

*

Cerca de meia hora antes de entrar ao vivo, ela surge no estúdio animada e simpática, conversando com as pessoas presentes na plateia: "Bora, bora, bora". E é recebida com muitos aplausos. Ao final do programa faz questão de tirar foto com todos.

*

Questionada sobre como vê o seu futuro na TV, ela afirma que busca viver no presente, sem ficar pensando muito no passado ou no que virá. "Eu tenho quase 50 anos. Já fiz tanta coisa, mas ainda quero fazer muito mais e tenho muita energia para isso." No fim do ano passado, ela renovou o seu vínculo com a Globo até 2026.

*

A busca por viver o agora, diz ela, veio mais forte após enfrentar um problema de saúde grave, em setembro de 2021, quando foi submetida a uma operação às pressas de retirada das amígdalas. "Eu quase morri."

*

"Uma bactéria entrou e se alojou na minha garganta. Em questão de horas, o meu rosto ficou inchado e, mais um pouco, [a bactéria] poderia ter ido para o coração", relata. "Foi uma fase muito dura. E eu encarei aquilo como uma nova oportunidade de vida."

*

É por isso que Patrícia diz se preocupar menos, por exemplo, com questões como sua aparência física e o envelhecimento. "É claro que eu me cuido no sentido de saúde. Eu faço exercício físico, mas mais por causa disso aqui [aponta para a cabeça], porque faz bem para a minha mente."

*

Também cita a boa genética da mãe, que, segundo ela, nunca fez procedimentos estéticos no rosto. Já ela afirma fazer tratamentos a laser para dar "uma melhorada na pele" e aplicações de botox. "Mas sabe o que eu acho? Quando você está bem por dentro, dá uma ajudada no externo."

*

Patrícia Poeta foi casada por 17 anos com Amauri Soares, que é hoje um dos homens mais poderosos da TV Globo. Ele ocupa o cargo de diretor-executivo da TV Globo e dos Estúdios Globo. Eles se separaram em 2017 e têm um filho juntos, o cantor e produtor musical Felipe, 21.

*

Quando estavam juntos, Soares já ocupava cargos de direção em diferentes áreas na empresa. A coluna questionou até que ponto dá para evitar duas coisas: de um lado, o conflito; de outro, a condescendência profissional dele em relação a ela. "Não falo com ele sobre trabalho", diz ela.

*

Patrícia complementa que Amauri foi seu chefe direto apenas no seu primeiro ano de Globo, entre 2000 e 2001, quando ele era diretor de jornalismo da emissora em São Paulo. "A gente tinha essa regra de não falar sobre trabalho, soubemos separar as coisas." Hoje, ela afirma tratar das questões profissionais com Mariano Boni, diretor de Variedades.

*

Solteira, Patrícia diz que está "namorando com o trabalho". "Acho que um namorado vai vir na hora certa."

Terra inabitável

David Wallace-Wells mostra dezenas de fins de mundo possíveis sob o Capitaloceno

Ailton Krenak

Escritor e líder indígena. Autor de 'Ideias para Adiar o Fim do Mundo' e 'Futuro Ancestral'

Eu falei para vocês no mês passado que iria sempre trazer aqui algum personagem para vocalizar a mensagem da vez. Convoco hoje David Wallace-Wells, um jornalista que nasceu em Nova York e que não se considera um ambientalista, mas mesmo assim é o autor de "A Terra Inabitável: uma História do Futuro" (Companhia das Letras), que reúne alguns dos mais impactantes ensaios sobre o colapso climático que estamos vivendo.

Quando recebi meu exemplar do livro de David, em 2019, mesmo ano em que publiquei "Ideias para Adiar o Fim do Mundo", fiquei com uma dezena de trailers para possíveis "fins de mundo" passando na cabeça. Compreendi, então, que cada artigo de "A Terra Inabitável" nos apresenta um cenário possível —e mesmo provável— de fim de mundo.

As tantas hipóteses do livro são todas advindas de pesquisas feitas pelo autor e também resultado de suas conversas com cientistas do clima —essa novíssima casta de cientistas que ocupou nos anos 1980 e 1990 o debate "mais quente" sobre o estado de destruição dos diversos ecossistemas terrestres— buscando saídas para o pior cenário, visto que já havíamos cruzado a linha que divide a restauração de diversos ecossistemas para o estágio da mitigação de danos.

"A Terra Inabitável" nos mostra dezenas de cenários, todos apresentando riscos de desaparecimento de milhares de espécies não humanas, desordem social e crescente risco de conflitos de alcance global, com perdas irreparáveis para povos e nações.

Os cientistas que informam a pesquisa de David Wallace-Wells apontam várias tentativas de "mitigar a situação de caos ecológico previsto para a primeira metade do século 21", todas de elevado custo material e humano pela exigência de investimento em tecnologias inacessível aos pobres países periféricos.

Um dos ensaios mais distópicos é aquele em que cientistas desenvolvem um aparato bélico, capaz de bombardear a atmosfera do planeta para provocar a transformação do carbono que satura nosso clima terrestre, visando encerrar os eventos cíclicos e extremos de calor intenso e tempestades de água e gelo —catástrofes capazes de afundar sob as águas cidades inteiras, como Porto Alegre mostrou recentemente ao mundo.

Mesmo assim, alguns negacionistas, também no campo das ciências do clima, ainda são capazes de tomar essa tragédia planetária como oportunidade para grandes negócios. Eliminar o efeito estufa com bombardeios na atmosfera, por exemplo, se insere na lista de negócios do futuro, enquanto anúncios de viagens espaciais se confundem com filmes da década de 1960 em que os Jetsons rodopiam pelo espaço aéreo terrestre enquanto não colonizam outros planetas.

Queridas leitoras e leitores, trata-se de um vale tudo entre especulação científico-tecnológica e guerra nas estrelas nesta única economia que parece validada no planeta, o manjado e velho capitalismo sob nova direção: o Capitaloceno.

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Ailton Krenak, **Juliana de Albuquerque**, Glenn Greenwald

Visões sobre o aborto

[RESUMO] Autores apresentam experimento inédito criado por eles que mensura a opinião dos brasileiros sobre o aborto a partir de exemplos alegóricos, no intuito de evitar ideias preconcebidas e dogmáticas que se manifestam em perguntas diretas. Resultados apontam que, por analogia, a maioria tende a defender a autonomia da mulher sobre a vida que dela depende. Diferença constatada em relação a respostas conscientes e contrárias ao aborto decorre de um acréscimo moralista tido equivocadamente como valor universal, diz o texto

Por ***Álvaro Machado Dias e Hélio Schwartsman***
Dias é neurocientista e colunista da **Folha**. Schwartsman é jornalista, autor de "Pensando Bem..." e colunista da **Folha**

Ilustração ***Silvis***
Designer gráfica e ilustradora

O que o brasileiro de fato pensa sobre a legislação de aborto do país, que está sob os holofotes por causa do famigerado PL Antiaborto por Estupro? A resposta depende de como é feita a pergunta. Em uma inquirição direta, como a realizada pelo Datafolha em março, a maior parte dos entrevistados (42%) diz que é favorável ao atual arcabouço legal, no qual o procedimento é autorizado em casos de perigo de vida para a mãe, gravidez resultante de estupro, e, por acréscimo do STF, anencefalia fetal.

No entanto, se perguntarmos às pessoas se elas concordam que a pena para mulheres que abortam deve ser a prisão, como preconiza a lei vigente, aí a resposta será um sonoro "não". A pesquisa A Cara da Democracia, do IDCC, um consórcio de grupos ligados a universidades, faz essa pergunta desde 2018, sempre obtendo entre 50% e 59% de respostas negativas.

Nossa proposta, neste texto, é despir a questão do aborto de todas as considerações do mundo real e tentar analisar (e medir) apenas os raciocínios morais que a fundamentam. Os resultados dão o que pensar.

Comecemos com o seguinte experimento mental:

"Isabela acordou certo dia com vários médicos ao redor dela. Ainda meio assustada, percebeu que estava conectada por uma longa cânula a uma outra pessoa, que repousava na cama de sua irmã, a qual abandonara o lar em nome de uma paixão fulgurante. Quem seria aquele homem de aparência amarfanhada, ao qual se ligava pelo pulso? Puxando pela memória, deu-se conta de que era Sivius, o maior violinista do mundo —a estrela do concerto a que assistira dois meses antes.

A moça começava a achar graça naquilo tudo, quando o chefe dos médicos cortou o seu barato. 'O Sivius sofre de uma doença sanguínea rara, e nós identificamos que você é a única pessoa do mundo com a composição biológica adequada para lhe salvar a vida. Não deu tempo de explicar, pois a morte dele era iminente. Peço desculpas. De todo modo, o caso é que ele precisa de seis meses de conexão contínua com o seu organismo para poder curar-se e sobreviver. O mundo agradeceria se você pudesse fazer isso por ele e pelas artes".

Na sua opinião, é obrigação de Isabela manter-se conectada ao artista? A maior parte das pessoas, incluindo 74% dos brasileiros, como mostraremos mais adiante, acha que não.

Essa é uma versão romanceada do célebre argumento do violinista elaborado pela filósofa Judith Jarvis Thomson (1929-2020). Ela o utilizou no artigo "Uma Defesa do Aborto" (1971), um dos textos filosóficos mais citados da história. Segundo a autora, "oponentes do aborto legal costumam investir muito tempo argumentando que um feto é uma pessoa e praticamente nenhum justificando o passo que vai daí para a inadmissibilidade do aborto".

Vamos assumir, para efeitos de argumentação, que o feto seja mesmo uma pessoa, como sustentam aqueles que se dizem pró-vida. O passo seguinte será dizer que o direito à vida é superior ao direito de fazer o que se quer com o próprio corpo, de onde seguiria a conclusão de que o aborto é errado e deve ser proibido.

Não é tão simples assim, afirmou Thomson. Se fosse esse o caso, acharíamos que Isabela não pode se desvencilhar do violinista, não é mesmo? Afinal, trata-se de uma pessoa (e que pessoa!) cuja sobrevivência é 100% dependente da moça.

A publicação do artigo de Thomson marcou a ascensão do aborto ao panteão das questões tratadas com máxima seriedade intelectual. A resposta pró-vida veio pelo apontamento de que Isabela não provocou a conexão com o grande músico. Já a mulher que faz sexo sem proteção expõe-se ao risco de engravidar. Os cenários seriam diversos.

Verdade, diz a réplica. Mas aceitar que não existe a obrigação de salvar o violinista implica concordar com a tese de que o aborto deve ser legal quando há estupro, afinal, não há participação deliberada da mulher, assim como quando há falhas do método anticoncepcional, coisa que sabidamente acontece.

Como a questão prática em jogo é um dispositivo legal, chega-se à mesma conclusão da autora de que se discorda: o aborto deve ser assegurado como um direito feminino pelo menos em algumas situações.

Imagine que "pessoas-sementes circulam pelo ar como pólen, de modo que, se você abrir as janelas, uma delas pode terminar germinando no seu carpete. Você não quer filhos, então você instala as melhores telas do mercado nas janelas. Ocorre que, em raras situações, uma delas vem com defeito e uma semente acaba entrando. Nessas circunstâncias, a pessoa-planta que agora se desenvolve tem o direito de usar a sua casa? Claro que não (...)" (Thomson, p.8).

Conservadores fazem a ressalva de que é sabido que métodos anticoncepcionais podem falhar —e fechar os olhos para isso é sinônimo de aceitar os riscos. Ademais, dizem, violinistas e pessoas-sementes não têm qualquer relação biológica com a moça, em contraste com o seu filho biológico, o que é fundamental aqui.

O outro lado responde que não dá para defender que a relação biológica seja o critério a balizar a moralidade de uma escolha que, na visão dos conservadores, diz respeito à vida e morte de um ser humano. Assumir isso seria concordar com a tese de que seria mais legítimo matar um filho adotado do que um biológico, um claro contrassenso.

Por esse mesmo raciocínio, poderíamos responsabilizar a estuprada que engravida por não ter feito laqueadura, o que é outro absurdo. Se há um consenso científico e cultural de que métodos anticoncepcionais são em geral eficientes, não é ético responsabilizar usuários por suas falhas. Pelo contrário, há casos históricos de consumidores processando laboratórios farmacêuticos por pílulas anticoncepcionais que não funcionaram em situações em que houve negligência da empresa.

Voltando à prancheta, intelectuais pró-vida ajustam o seu argumento: a máxima vale para filhos biológicos e todos aqueles de quem somos próximos. A proximidade cria vínculos que definem a moralidade de certas ações. É por isso que, numa guerra, é imoral atirar nos companheiros, mas não nos soldados da parte adversária.

Essa é outra verdade inútil, retrucam os liberais pró-escolha. Mães que se afeiçoam à projeção futura do filho e assim desenvolvem sentimentos maternais tendem a não abortar. O problema surge quando isso não ocorre. A proibição do aborto está associada ao aumento da pobreza e da desigualdade por achatar os investimentos parentais.

Em uma hipótese altamente controversa, Steven Levitt, da Universidade de Chicago, e John Donohue, de Yale, chegaram a sustentar em artigo de 2001 que a legalização do aborto nos EUA, em 1973, era um dos principais fatores a explicar a queda dos índices de criminalidade nos anos 1990.

Os conservadores, é claro, não dão o braço a torcer. "Há um sem-fim de mulheres que, um dia tendo considerado o aborto, depois encontram em seus filhos e filhas a razão de viver. Não tome como ciência exata o que não é. Precisamos oferecer uma rede de apoio a esses futuros bebês cujas vidas estamos salvando. E, para fechar o argumento, é importante notar que o violinista da nossa história já estava para morrer, enquanto o feto que salvamos da morte é uma pessoa com pleno potencial para fazer e acontecer."

Continua na pág. C5

Continuação da pág. C4

Tampouco os pró-escolha entregam os pontos. “Como saber se o feto teria pleno potencial? E se o critério é a potencialidade, torna-se legítimo na visão conservadora abortar embriões que apresentem sérios comprometimentos de saúde? E o que dizer do direito à vida de quem não tem mais pleno potencial, como pacientes de Alzheimer? O discurso da potencialidade é perigoso. Por fim, mesmo reconhecendo que há mulheres que consideram o aborto e depois decidem não levá-lo adiante, falta dizer que há também as que se aventuram no aborto ilegal, correndo o risco de morrer ou de sofrer danos reprodutivos, dada a insalubridade das clínicas ilegais e o perigo dos procedimentos caseiros e desassistidos. O custo/benefício da proibição é obviamente negativo.”

E assim segue o debate que nasce com a analogia de Thomson.

Outra linha de discussão, cerne do polêmico PL 1904/24, se dá em torno do estabelecimento do corte temporal para que se considere que no útero há um sujeito ou pelo menos algo que deve receber proteções jurídicas.

O argumento de que o aborto deve ser sempre proibido em função do direito à vida do nascituro pressupõe que um punhado de células é o bastante para tanto. Os que discordam defendem que não são as primeiras células que importam, mas a unidade que gradualmente se organiza. Antes da presença dos traços mais básicos que nos definem, não há como falar na existência de uma pessoa no útero. Comer um ovo não é o mesmo que torcer o pescoço de uma galinha.

Uma forma de descrever filosoficamente esse argumento é afirmar que ele valoriza o ente e não apenas a substância. Embriologicamente, o desenvolvimento dos órgãos internos só começa entre a 5ª e a 10ª semana após a fertilização, o que inclui o sistema nervoso, necessário para que se possa sentir qualquer coisa.

Não é por acaso que até a 10ª semana da fertilização (8ª semana de gestação) não se fale em feto, mas apenas em embrião, em alusão à dicotomia substância versus ente. Como critério prático, diversos países que permitem o aborto por livre escolha da mulher adotam como recorte temporal a viabilidade da vida extrauterina.

A partir do momento em que se estima que o feto conseguiria sobreviver em uma incubadeira, o direito da mulher de abortar sem uma boa razão médica (risco de morte da mãe, doenças graves no bebê) ou jurídica (gravidez resultante de estupro ou fruto de incesto) passa a sofrer restrições, que vão se tornando mais rigorosas à medida que a gestação evolui. Antes desse instante, nos países em que a prática é legalizada, a gestante faz o que preferir.

Uma dificuldade é que, com o avanço das tecnologias médicas, os limites da viabilidade vêm caindo continuamente. Hoje, nos países mais ricos, prematuros extremos de 22 semanas, em alguns casos, conseguem sobreviver. Para manter a coerência, a legislação deveria ser atualizada o tempo todo. É estranho pensar que a extensão de direitos seja determinada pela ficha técnica da última incubadora lançada no mercado.

E assim segue a contenda civilizada, enquanto os que não têm argumentos apelam para Deus.

O PL em debate na Câmara —que parece já ter ido para a geladeira, dadas as reações negativas— atropela essa espécie de consenso legislativo das democracias ocidentais, ao estipular para quem aborta após 22 semanas de gestação uma pena igual à do homicídio simples (6 a 20 anos). Atenção, esse agravamento da pena para o aborto tardio se aplicaria mesmo nos casos em que a lei atual permite a interrupção da gravidez.

A posição dos brasileiros sobre aborto, de maneira direta e como parábola

Nós desenhamos um par de experimentos para avaliar como as pessoas se posicionam frente ao dilema de Isabela em relação ao violinista, relatado no início deste texto. O tratamento experimental proposto é inédito no país. O estudo foi conduzido pelo Instituto Locomotiva.

Vale o alerta de que a abordagem adotada aqui não autoriza comparações diretas com a pesquisa do IDCC. Ambas são, sobretudo, complementares, ajudando a compor uma visão dos brasileiros a respeito do aborto, em termos manifestos e inconscientes.

Métodos

A pesquisa do Locomotiva é um experimento digital, de âmbito nacional, conduzido em plataforma proprietária gameficada, que utilizou uma amostra de 4.000 pessoas, distribuídas de maneira próxima ao critério Brasil (IBGE).

Resultados

O principal resultado aferido é que, em um teste de escolha forçada, 74% declaram que não é obrigação de Isabela manter-se conectada ao músico para salvar-lhe a vida, enquanto 26% afirmam que é.

O resultado independe do sexo da pessoa conectada, ou seja, se ao invés de Isabela tivéssemos um homem, daria na mesma. Ao analisarmos essa tendência com mais detalhes, notamos que 72% dos que se dizem católicos e 71% dos evangélicos concordam que inexiste obrigação de se manter conectada a Sivius.

Um segundo resultado relevante é que 77% não atribuem a Isabela a intenção de matar o violinista, quando decide desconectar-se. Não tem suporte nesse caso a ideia de que deixar morrer aquele que não pode sobreviver sem o seu corpo seja sinônimo de assassinato.

Dada a ressalva de que a alegoria só é compatível com a gravidez decorrente de estupro, avaliamos as percepções dos brasileiros em um segundo formato.

Nesse caso, Isabela não acordou conectada a Sivius, mas consentiu com o procedimento. Nessas circunstâncias levam 54% a acreditar que seria sua obrigação manter-se ligada ao músico pelos seis meses necessários, enquanto 46% avaliam que ela segue tendo o direito de fazer como bem entender.

Nosso próximo experimento girou em torno de um segundo dilema moral muito famoso, criado por Peter Singer, que serve para avaliarmos o quanto a noção de proximidade é importante para a determinação do valor da vida. A aplicação envolveu a mesma amostra do anterior.

O experimento também apresenta dois cenários hipotéticos para a avaliação do que é certo/errado, conforme o enunciado abaixo:

“Gabriel foi a uma festa de casamento em casa próxima a um lago, usando seu mais vistoso smoking. Subitamente, percebe que há uma criança se afogando. Nessas circunstâncias, seria obrigação dele se atirar na água para tentar salvar a criança? Mas e se, em vez de uma criança se afogando, Gabriel fosse informado do fato de que existem crianças passando fome do outro lado do mundo e que uma doação poderia salvar uma vida. Nessas circunstâncias, seria sua obrigação doar?”.

Resultado: 87% indicam que é dever salvar a criança, mesmo que isso implique destruir o caro smoking. Quando convidados a apresentar uma justificativa, 65% dos entrevistados afirmam que é obrigação salvar a criança necessitada, dado que “isso está ao seu alcance e não irá lhe custar tanto assim”, enquanto 31% dizem que “se precisassem também seriam salvos, já que no mundo uma mão sempre lava a outra”.

Na segunda condição, 53% declaram que é obrigação doar, enquanto 47% discordam. A forte queda na percepção de obrigatoriedade de um cenário para o outro confirma a tese de que a proximidade física tem relevância significativa, mas não total, nesse debate moral.

É interessante observar que há uma diminuição da percepção de obrigação entre aqueles com crenças alternativas à existência de um Deus único. A religiosidade influencia a percepção de obrigação em salvar a criança de afogamento. Ela supera 90% entre umbandistas, judeus e católicos.

Aqui vale a pena abrir um parêntese. Filosofias consequencialistas, notadamente o utilitarismo, são com frequência acusadas de egoístas, mas não há nada mais longe da realidade. Um dos problemas das filosofias consequencialistas é que elas pressupõem uma igualdade e uma imparcialidade praticamente impossíveis de cobrar.

Nesse tipo de pensamento, o que importa é aumentar o bem-estar e reduzir a dor do maior número possível de indivíduos, sem distinção entre eles. Isso significa que o consequencialista ideal precisaria dar a seu filho o mesmo valor que atribui ao filho de um desconhecido e estender ao mendigo o mesmo tratamento que dispensa a seu melhor amigo. Isso vai contra a amizade e o amor, que são essencialmente discriminatórios.

Peter Singer é hoje um dos principais filósofos a defender o consequencialismo. Ele não apenas acha que as pessoas têm a obrigação de doar para salvar crianças famintas na África —também procura pôr essa ideia em prática, ofertando parte significativa de sua renda (alguns falam em 40%) a instituições de caridade, cujas seriedade e eficácia faz questão de verificar.

Algumas questões morais têm inegável função biológica. Já outras parecem bem menos determinadas pelo nosso histórico filogenético. Para essas, não há certo ou errado para além do que é localmente percebido assim. O aborto está nessa categoria. Seu suposto caráter recriminável é decorrente de teses e juízos que muita gente toma, equivocadamente, como preceitos universais

Juízo moral, acréscimo moralista

Algumas questões morais têm inegável função biológica. Áreas específicas do cérebro são ativadas no seu processamento, o que é sugestivo da ação de seleção darwiniana sobre os circuitos em si. O senso de justiça na alocação de recursos vitais serve de exemplo. Divisões injustas geram fortes sentimentos de oposição em humanos e até em outras espécies, com forte ativação da amígdala.

Em contraste, há questões morais que parecem bem menos determinadas pelo nosso histórico filogenético. Para essas, não há certo ou errado para além do que é localmente percebido assim.

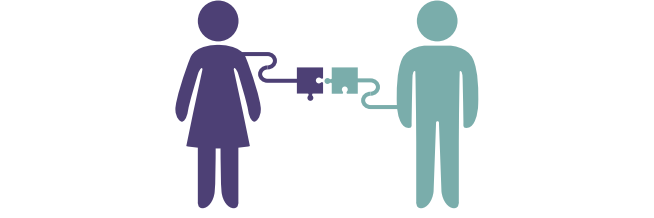
O aborto está nessa categoria. Seu suposto caráter recriminável é decorrente de teses e juízos que muita gente toma, equivocadamente, como preceitos universais.

Entre alguns povos indígenas, o aborto tem um sentido diferente do de contracepção ou de interesses políticos e econômicos. Em algumas tribos da América do Sul, o aborto acontece em função da maternidade, isto é, todas as mulheres grávidas de seu primeiro filho abortam porque acreditam que isso irá facilitar o parto do segundo filho, segundo estudo.

Questões como essas são bastante sensíveis a posicionamentos de grupo. É possível inferir onde o compasso moral de uma pessoa ou população de fato repousa a partir de experimentos desenhados para revelar isso sem ativar mecanismos de defesa e comparar os resultados com as posições defendidas conscientemente.

A diferença entre as duas coisas é uma espécie de acréscimo moralista, nosso quantum de normatividade dogmática, que alguns chamariam de hipocrisia. ←

Valor da vida

Cenário 1: vidas conectadas

Isabela acordou rodeada de médicos. Uma cânula conectava seu corpo ao de um famoso violinista. Os médicos explicaram que apenas o seu sangue possuía a composição necessária para salvar o artista, mas que isso demandaria seis meses de conexão ininterrupta

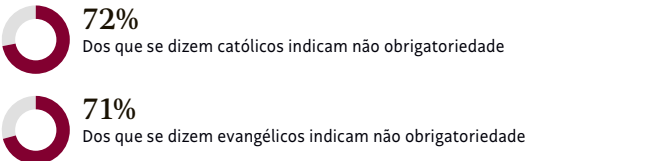
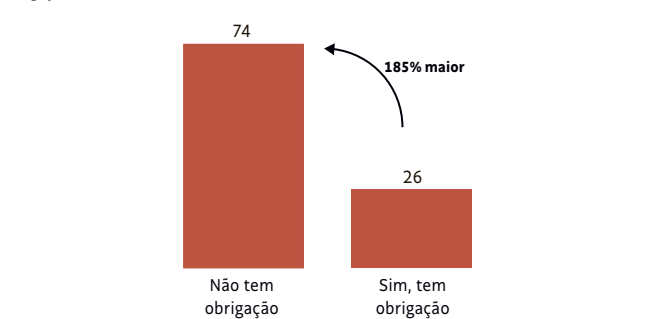
Resultados

Isabela teria a obrigação de se manter conectada ao artista?

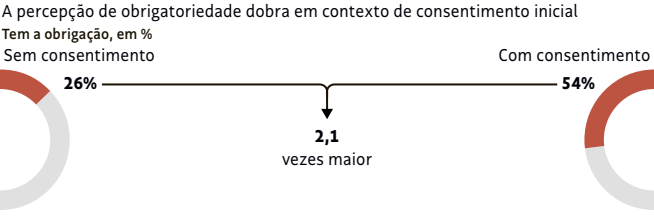
74% declaram que não é sua obrigação manter-se conectada ao artista para que este sobreviva

Obrigação de se manter-se conectada, em %

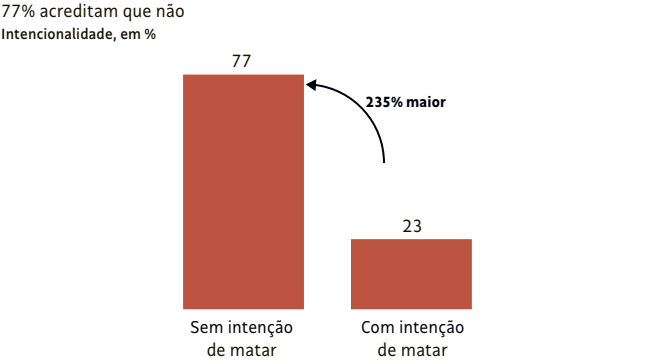
72%
Dos que se dizem católicos indicam não obrigatoriedade

71%
Dos que se dizem evangélicos indicam não obrigatoriedade

E se, inicialmente, Isabela tivesse consentido em ser conectada. Neste caso, ela teria obrigação de se manter conectada?

A percepção de obrigatoriedade dobra em contexto de consentimento inicial

Tem a obrigação, em %

Imagine que Isabela optou por se desconectar do artista. Seria o caso de se dizer que, fazendo isso, teve intenção de matá-lo?

77% acreditam que não

Intencionalidade, em %

Cenário 2: salvar uma criança

Imagine dois contextos distintos onde as ações do personagem terão impacto direto na vida de duas crianças:

Cenário A

Gabriel foi a uma festa de casamento trajando seu mais vistoso smoking. Caminhando em torno de um lago, viu que uma criança estava se afogando

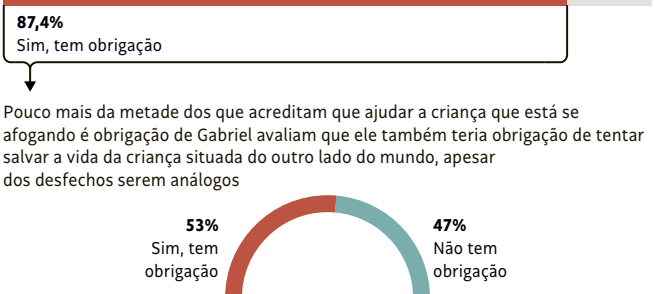
Nessas circunstâncias, ele também teria obrigação de tentar pular na água e salvar a criança?

Cenário B

E se, em vez de uma criança se afogando, ele descobrisse que uma doação sua poderia salvar a vida de uma criança prestes a morrer no outro lado do mundo?

Nessas circunstâncias, seria sua obrigação doar?

87% indicam que é seu dever pular na água para salvar a criança, a despeito do custo material desta ação

Pouco mais da metade dos que acreditam que ajudar a criança que está se afogando é obrigação de Gabriel avaliam que ele também teria obrigação de tentar salvar a vida da criança situada do outro lado do mundo, apesar dos desfechos serem análogos

Fonte: Experimento digital conduzido pelo Instituto Locomotiva, com 4.000 pessoas de todo o país

Um caminho para reduzir violência?

[RESUMO] Neurocientista escreve que devemos refletir sobre as incongruências de nossas opiniões e estarmos abertos a ideias contrárias se quisermos de fato um diálogo sobre temas controversos, como o aborto. Estudos que correlacionam a legalização da interrupção da gravidez à queda na criminalidade podem ser um ponto de conexão entre todos nesse debate, escreve ela

Por ***Claudia Feitosa-Santana***
Neurocientista com pós-doutoramento pela Universidade de Chicago, doutorado e mestrado pela USP. Autora do livro "Eu Controlo como me Sinto" (ed. Paidós)

À medida que a polarização política se intensifica, enfrentar qualquer assunto se torna ainda mais complexo. E que dirá assuntos que sempre foram polêmicos. Pessoas com interesses antagônicos carecem de uma estratégia de comunicação que respeite seu oponente. Desenvolver essa habilidade, porém, passa por entender onde se situam as incoerências de suas próprias opiniões.

Convido você, leitor, a uma reflexão na qual possa identificar alguns paradoxos do seu posicionamento, seja a favor ou contra o aborto, com a finalidade de assumir sua própria falácia cognitiva para migrar da polarização para a conexão.

É preciso encarar um dado da realidade: cada feto tem um código genético que jamais será replicado e, uma vez abortado, essa vida será perdida e nunca mais recuperada. O aborto mata.

O paradoxo é evidente quando lembramos que muitas pessoas que defendem a legalização se opõem à pena de morte. Ou quando observamos a fatia crescente da população que é vegetariana por prezar a vida animal, mas não se opõe ao aborto.

Se estamos discutindo a questão da vida —ou, no caso de fetos, o potencial de uma vida a ser vivida—, não deveríamos sempre aplicar as mesmas regras? Quando se trata da pena de morte ou do direito animal, muitos adotam uma abordagem baseada no direito à vida. No entanto, quando o assunto é o aborto, há uma mudança de perspectiva.

O direito do feto é desconsiderado em favor de uma abordagem que se concentra na vida da mulher em questão. A alternância analítica, para que os argumentos estejam alinhados com suas crenças e seus valores, revela uma contradição, uma inconsistência cognitiva, mesmo que de forma inconsciente.

Essa lacuna cognitiva também está presente, embora de forma reversa, nos contrários à legalização. Alguns são contra o aborto, mas a favor da pena de morte, por exemplo. Ou seja, uma reflexão realmente profunda sobre o aborto exige, daqueles que são a favor ou contra, um questionamento objetivo de suas próprias incongruências cognitivas.

Essa autocrítica se faz necessária, particularmente aos favoráveis à legalização do aborto, uma vez que a opinião contrária predomina no cenário brasileiro. Interessa muito mais aos favoráveis qualquer estratégia que possa sensibilizar os contrários —e são muitos. A maioria considera que, independentemente da situação, a mulher que interromper a gravidez deve ser processada e presa, diz o Datafolha.

Como você verá a seguir, muitas evidências indicam o aborto como uma política para a diminuição da criminalidade. Curiosamente, são dados desconhecidos de grande parte dos brasileiros. Um assunto que certamente interessa a todos, incluindo os contrários à legalização. Se conseguirmos conversar, temos aqui uma possibilidade de conexão.

O Brasil é um dos países com mais mortes violentas per capita do mundo, segundo o Escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas. Houve mais de 1 milhão de homicídios entre 1980 e 2010. Esses crimes seguiram-se ao aumento do número de homens jovens na população e ao de infrações cometidas por crianças, dentre outros. A maioria dos brasileiros se sente insegura ao andar na rua à noite, segundo o Datafolha.

Nos Estados Unidos, estudos dos pesquisadores Steven Levitt e John Donohue apontam que a redução na violência estaria conectada à legalização do aborto. As taxas de criminalidade começaram a cair quase duas décadas após a decisão da Suprema Corte em 1973, conhecida como Caso Roe v. Wade, que liberou a interrupção da gravidez, dizem. Cinco estados que descriminalizaram a prática antes dessa decisão vivenciaram, antecipadamente, a queda de crimes.

Essa teoria provocou muita controvérsia, mas diversos outros estudos confirmaram seus dados. Por exemplo, registraram-se nos EUA, nas décadas seguintes à legalização, redução no número de crianças maltratadas, negligenciadas ou abusadas e constante diminuição de homicídios na faixa de 2 a 4 anos.

Existe ainda a possibilidade de que, com a legalização do aborto, a queda na criminalidade esteja mais relacionada à redução do número de mães adolescentes. Lares desestruturados são uma das condições sociais em geral relacionadas a crimes. No Canadá, constatou-se correlação entre menos mães jovens e declínio da violência. Na União Europeia, a maioria dos países também verificou o efeito, embora menor, da legalização da prática abortiva na criminalidade.

Por outro lado, foi possível observar o efeito reverso —as consequências da lei que restringiu o acesso ao aborto na Hungria. As crianças nascidas a partir da proibição tiveram piores resultados educacionais, maiores probabilidades de ficarem desempregadas e serem pais na adolescência.

Recentemente, Levitt e Donohue revisitaram suas previsões. Mostraram que a legalização foi responsável nos EUA pelo declínio de 1% ao ano na criminalidade, pela redução de 47% no crime violento e de 33% no crime contra a propriedade.

O nascimento de uma criança indesejada não pressupõe necessariamente que ela se envolverá em atividades criminosas. Contudo, essas crianças passam por maior probabilidade de serem negligenciadas, maltratadas, abusadas e abandonadas, fatores de impactos negativos no futuro que podem favorecer envolvimento com crimes.

A violência no Brasil funciona como um dreno cerebral, pois vivemos constantemente preocupados com a falta de segurança, o que reduz nossa produtividade, restringe nossa liberdade, motiva a emigração e afeta a autoestima. Para dizer o mínimo, a criminalidade é uma tristeza nacional.

Em suma, esse artigo sugere que a legalização do aborto pode diminuir a violência. Mesmo sem consenso, é uma hipótese com muitas evidências. Por isso, precisa ser considerada. Infelizmente, o aborto é um caminho imperfeito, mas parece ser necessário enquanto se espera por menos pobreza e mais educação no Brasil. ←

Segundos nefastos

[RESUMO] Autora compara discurso histórico da ministra da Saúde da França, Simone Veil, em defesa da legalização do aborto, proferido em 1974 no Parlamento francês em debate que se arrastou por 25 horas, à votação relâmpago, de 24 segundos, da Câmara dos Deputados que deu urgência a projeto de lei que aumenta punição para a prática após 22 semanas de gestação, mesmo em casos de estupro

Por ***Dirce Waltrick do Amarante***
Tradutora e professora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Autora, entre outros livros, de 'Para Ler Finnegans Wake de James Joyce' e 'James Joyce e Seus Tradutores'

Há 50 anos, em 1974, a então ministra da Saúde da França, Simone Veil, discursou em defesa da legalização do aborto no Parlamento de seu país diante de um plenário majoritariamente masculino. O acalorado debate durou 25 horas.

Antes disso, Veil precisou enfrentar o ódio de parte da população, que lhe enviava cartas furiosas e a insultava publicamente. No entanto, como lembra a jornalista francesa Annick Cojean no livro "Uma Lei para a História: a Legalização do Aborto na França" (Bazar do Tempo), em tradução de Julia Vidile, Veil não cedeu em nenhum momento, afinal, "os sofismas e as injúrias de homenzinhos de pouca envergadura não podiam atingi-la. Sua história pessoal lhe dava força e estatura".

A legalização do aborto entrou em vigor na França em janeiro de 1975.

Em nosso país, essa importante efeméride para todas as mulheres do mundo coincidiu com um retrocesso inaceitável em relação ao direito legítimo que as brasileiras têm de determinar o rumo de suas vidas. Em 24 segundos, o plenário da Câmara dos Deputados, com o apoio do presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL), aprovou a urgência de votação de projeto que equipara o aborto, após 22 semanas de gestão, ao crime de homicídio, mesmo em caso de estupro.

O discurso de Veil, que pode ser lido no livro citado acima, inicia com uma série de perguntas: "Por que consagrar uma prática ilícita e, assim, nos arriscar em encorajá-la?". Ela mesma responde: "É impossível impedir os abortos clandestinos, bem como aplicar a lei penal a todas as mulheres que seriam passíveis de sofrer seus rigores".

Essa realidade, que não era específica da França do século passado, é ainda atual no Brasil, onde obviamente se fazem abortos clandestinos, porém, se algumas mulheres têm condições financeiras de pagar por eles, outras não podem contar com "clínicas especializadas".

Aqui, o aborto é crime, salvo algumas exceções: má formação do cérebro do feto; gravidez que coloca em risco a vida da gestante; e gravidez que resulta de estupro.

Todavia, as mulheres que apresentam essas condições precisam prová-las para a Justiça, desencadeando um processo burocrático que pode levar muito tempo. Há inúmeros casos, amplamente discutidos na imprensa, que confirmam a dificuldade dessas gestantes em ter direito a um aborto legal.

Além disso, principalmente em caso de estupro, não bastasse o trauma pelo qual a mulher passou, é preciso que ela exponha a violência sofrida perante à Justiça. O sentimento de vulnerabilidade não raro pode causar prejuízo à sua saúde mental.

No seu discurso, Simone Veil faz questão de enfatizar que "a apreciação dos casos eventuais de estupro ou incesto levantaria problemas de provas praticamente insolúveis dentro do prazo adaptado à situação". Em outros casos, que precisam de laudo médico ou de comissões especializadas no assunto, diz a ministra, "mais uma vez, as mulheres menos capazes de encontrar o médico mais compreensivo ou a comissão mais indulgente se veriam num beco sem saída".

No Brasil, a legislação sobre o tema, em vez de avançar e proteger a mulher de sofrimentos e constrangimentos decorrentes de inúmeros exames e provas que o direito ao aborto exige, parece prestes a retroceder ainda mais, a ponto de fazer da vítima de estupro uma criminosa a ser encarcerada. A pergunta que não se pode deixar de fazer é: por que esse retrocesso? E a quem ele interessa?

O mais incompreensível é que mulheres legisladoras se uniram aos homens, apoiam esse retrocesso . É necessário retornar ao discurso de Veil, quando ela afirma: "Eu gostaria, antes de tudo, de compartilhar com os senhores uma convicção de mulher —peço desculpas por fazê-lo diante desta assembleia quase exclusivamente compostas por homens: nenhuma mulher recorre com alegria ao aborto. Basta escutar as mulheres".

Será que essas legisladoras não ouvem umas às outras? Ou estariam comprometidas apenas consigo mesmas, com seus interesses pessoais e os dos grupos aos quais pertencem? Não há como não lembrar de Paulo Freire, para quem "o verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em 'coisas'".

As mulheres serão mais uma vez convertidas em coisas, seus corpos serão apenas o receptáculo de "algo" mais importante do que elas mesmas, caso venha a ser aprovada essa nova lei do aborto. No discurso de Veil, sua maior preocupação era com a segurança da mulher, a ponto de que, para ela, o Estado deveria garantir que o aborto fosse feito "em meio hospitalar público ou privado". Veil ressalta, portanto, "o terceiro objetivo do projeto de lei: proteger a mulher".

Não seria interessante acrescentar a essa nova legislação a responsabilidade do homem que provocou a gravidez? Ele não teria a obrigação de cuidar do filho mesmo antes de a criança nascer, já que, ainda na barriga, ela já é considerada um ser que tem vida?

A respeito dos progenitores, Veil dedica pouco tempo a eles. Afirma apenas que, embora se tenha cogitado que a decisão da interrupção da gravidez devesse ser tomada também pelo marido ou companheiro, "não é possível instituir uma obrigação jurídica nessa matéria". No caso de gravidez que coloca em risco a vida da mãe, por exemplo, cabe à mulher, e apenas a ela, decidir se deseja ou não se sacrificar.

O fato é que as mulheres, no Brasil, estão sempre lutando por seus direitos, tentando provar que existem, que têm voz e são donas de seu próprio corpo. Os homens aparentemente ainda podem tudo, até mesmo engravidar sua parceira e eximir-se de qualquer responsabilidade.

Ultimamente, a misoginia tem se tornado cada vez mais comum, mesmo no ambiente acadêmico, de onde eu falo. Não é raro que pesquisadoras sejam consideradas incapazes por seus pares, e não é incomum que elas se calem diante desse comportamento incivilizado dos colegas. Neste ano, ouvi professores usarem frases como "não trate de assuntos que não domina" ao se dirigirem a uma colega de profissão.

O machismo segue sem freio em todas as instâncias, cresce e toma corpo, talvez porque as mulheres tenham recuado, principalmente quando presenciam ataques misóginos contra outras mulheres.

Diante dessa realidade, não é de espantar que em 24 segundos um só homem tenha conseguido, graças ao seu poder de presidente da Câmara, acelerar uma votação nefasta e bloquear a possibilidade de debates históricos, como o discurso de Simone Veil, tão importante para as mulheres de todo o mundo. ←

Ser humano não evolui desde a bunda

Em certo ponto da evolução, alguém se apoiou nas patas de trás e decidiu andar assim

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

O técnico da seleção italiana, na Eurocopa, impôs a seguinte regra: os jogadores não devem ficar jogando PlayStation até às 4h. Deu polêmica.

Surpreendentemente, no entanto, a polêmica não se deveu ao fato de, ao que parece, neste momento ser preciso sugerir a atletas adultos de alta competição que se comportem como atletas adultos de alta competição. Certas pessoas ficaram indignadas com a regra. Por uma razão obscura qualquer, o técnico italiano tinha a convicção de que atletas devem dormir uma boa noite de sono antes de treinar e competir.

Disseram que era mais uma manifestação daquele fenômeno frequente em que alguém da geração anterior não compreende as pessoas da geração seguinte. Nestes casos, o protocolo é claro: há que publicar aquele meme que cita frases de gente de todos os tempos e lugares queixando-se das novas gerações. Assim se fez.

O problema é que se costuma interpretar esse meme de forma errada. Dizem que é a prova de que as novas gerações não mereciam as críticas, tanto que as profecias de que o mundo estava perdido não se concretizaram. Ora, não é isso que o meme significa.

O que quer dizer aquele conjunto de citações de gente que ao longo do tempo se queixa da geração anterior? Quer dizer que todas as novas gerações são bobas. E depois, lentamente, passam por um processo de desbobização. E é nessa altura que lamentam que a geração anterior seja boba.

É assim que funciona: somos considerados bobos —e bem, envelhecemos, e então consideramos boba a nova geração. É um processo cíclico, e não evolutivo. O ser humano não evolui verdadeiramente desde que resolveu erguer-se e andar ereto. É a essa decisão que se deve a bunda. Aquela magnífica convexidade surge quando a gente decide andar nas patas de trás. Os outros animais têm quartos traseiros, não têm bunda.

Quando se fala no que nos distingue dos animais só se refere à razão. Nunca se fala na bunda, o que é um escândalo. Em certo ponto da nossa evolução, alguém se apoiou nas patas de trás e decidiu que passaria a andar assim. E um velho qualquer olhou para isso e disse: esta nova geração está perdida. E foi a única vez que essa frase não fez sentido.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Último programa de Eliana no SBT será transmitido neste domingo

Eliana
SBT, 15h30, 10 anos
O último programa de Eliana no SBT será uma grande homenagem à apresentadora. Com melhores momentos de seus últimos 15 anos no ar, vai relembrar quadros, viagens e revisitar participantes. Na plateia, fãs de longa data e funcionários antigos. Entre os convidados, o cantor Daniel, amigo de Eliana desde que ela tinha 14 anos, que canta "Nossa Senhora" com ela.

Ibrahim Sued
Canal Brasil, a partir das 18h, 12 anos
Dois filmes celebram os cem anos de um os mais notáveis colunistas sociais brasileiros, Ibrahim Sued. A comédia "O Ibraim do Subúrbio" (18h), de Astolfo Araújo e Cecil Thiré, com José Lewgoy e Luiz Fernando Guimarães; e o documentário "Ademã – A Vida e as Notas de Ibrahim Sued" (19h15).

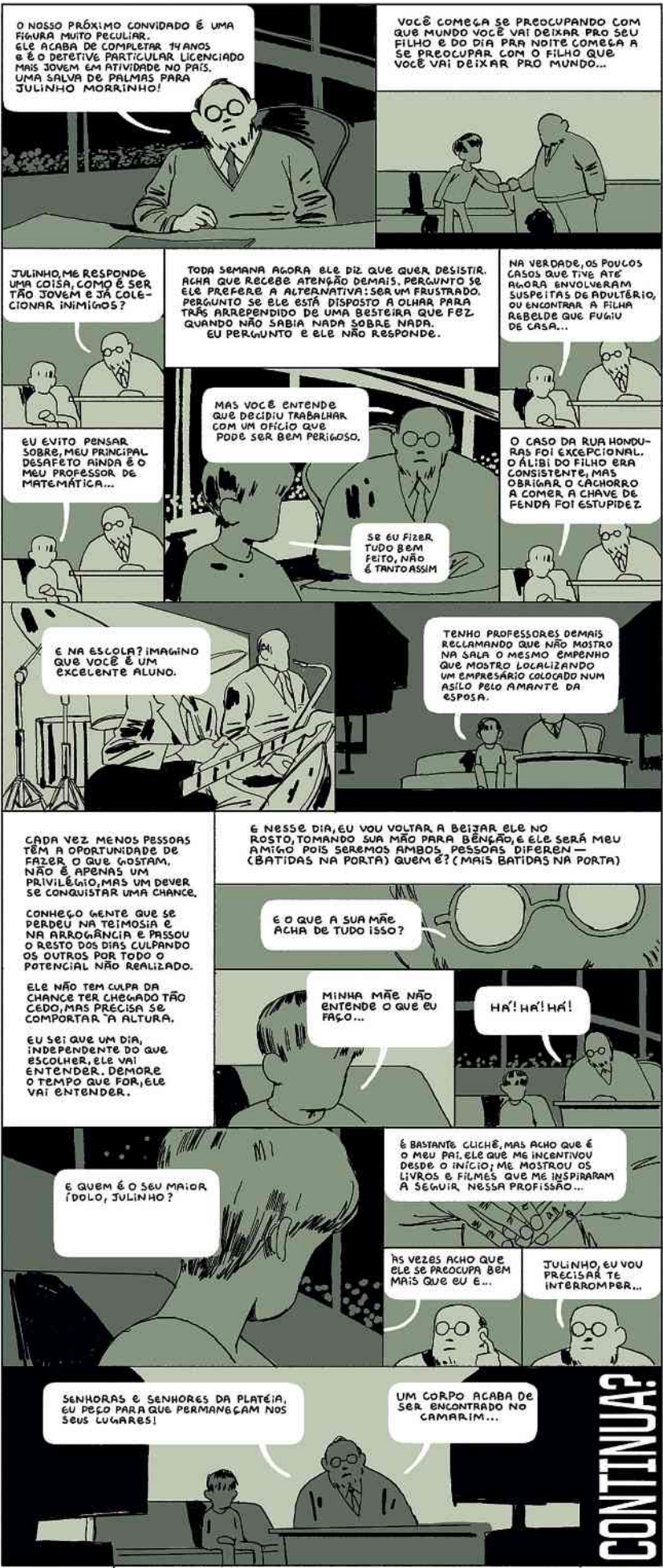
Padre
HBO+, 23h35, 14 anos
Paul Bettany interpreta um sacerdote neste faroeste ambientado em um mundo devastado pela guerra entre humanos e vampiros. Quando sua sobrinha é sequestrada, ele se aventura fora da cidade murada para salvá-la antes que os vampiros a tornem um deles.

A Versão Persa
Max, 16 anos
Leila tenta equilibrar a cultura de sua família iraniana com a americana sem se deixar rotular. Quando sua família se reúne em Nova York para o transplante de coração de seu pai, os limites da vida dela com a da sua família se misturam.

O Silêncio da Vingança
Prime Video, 16 anos
Joel Kinnaman interpreta um pai que testemunha a morte do filho quando é pego no fogo cruzado de uma gangue na véspera de Natal. Atormentado, ele embarca em um regime de treinamento punitivo até vingar a morte de seu filho. Filme dirigido por John Woo.

Filmes Alemães Contemporâneos
Filmicca, 12 anos
A plataforma destaca três filmes dirigidos por mulheres: "O Caminho dos Sonhos", de Angela Schanelec, "Western" de Valeska Grisebach, e "Eu estava em casa, mas...", também de Angela Schanelec e com prêmio de direção no Festival de Berlim de 2019.

QUADRÃO

João Montanaro

| DOM. Jan Limpens, João Montanaro, **Ricardo Coimbra,** Angeli, Laerte

Próximo Clube de Leitura Folha debate 'Brás Cubas'

SÃO PAULO Vira e mexe "Memórias Póstumas de Brás Cubas", clássico de Machado de Assis, viraliza na internet. Recentemente, o vídeo de uma influenciadora americana espalhou a palavra do Bruxo do Cosme Velho para os Estados Unidos.

Agora, a história será tema do **Clube de Leitura Folha**, no próximo dia 26. Na trama do livro, Brás Cubas, o irônico "defunto narrador", passa por cantos recônditos da alma humana e pelos calabouços sociais de um Brasil escravista.

Os encontros são mediado pela jornalista e crítica literária Gabriela Mayer e acontecem na última quarta-feira de cada mês, às 20h. Para participar, basta ingressar pelo Zoom na sala com o número de reunião 889 2377 1003.

'A Tempestade' é o texto da nova edição do Projeto 7 Leituras

SÃO PAULO Nesta terça-feira, acontece mais uma edição do projeto 7 Leituras. Desta vez, o texto interpretado é "A Tempestade", considerado o último escrito de Shakespeare.

A apresentação acontece às 19h no teatro do Sesc Bom Retiro, na região central de São Paulo, e tem entrada gratuita.

A trama se passa em uma ilha, onde Próspero e sua filha foram forçados a morar após uma traição política. Como primeiro passo de sua vingança, ele cria uma tempestade para naufragar o navio no qual estão os traidores.

A leitura dramática faz parte do projeto idealizado por Eugênia Thereza de Andrade, que neste ano homenageia os 460 anos de William Shakespeare. **Natalia Nora**

Filme biográfico sobre Luiz Melodia vence In-Edit Brasil

SÃO PAULO O documentário "Luiz Melodia - No Coração Do Brasil" foi o vencedor da 16º edição do In-Edit Brasil, o Festival Internacionaldo Documentário Musical. Dirigido por Alessandra Dorgan, o filme traz imagens raras e entrevistas com Luiz Melodia para contar a trajetória do cantor, que morreu em 2017.

Já "Black Rio! Black Power!", de Emílio Domingos, recebeu menção honrosa do júri, formado por Tila Chitunda, Bia Abramo e Claudiney Ferreira.

O In-Edit Brasil começou na quarta-feira retrasada e chega ao fim neste domingo. O evento acontece em São Paulo, em diversas salas, com sessões gratuitas para mais de 60 filmes em exibição.

Dez anos de ajuste fiscal

[RESUMO] Depois da vigência de um teto baseado integralmente na redução de gastos públicos e da estabilização de indicadores fiscais, sob Bolsonaro, com o esgarçamento do tecido social, Lula busca lidar com a questão da dívida dando mais peso ao crescimento. Para autor, programa crível de ajuste deve evitar a contração da economia no presente sem adiar ações indefinidamente e combinar medidas de receita e despesa

Por **Manoel Pires**
Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) e professor da FGV EPPG (Escola de Políticas Públicas e Governo) e da UnB (Universidade de Brasília)

Ao final de 2024, se completarão dez anos do início do ajuste fiscal, definido aqui como o período em que governos de várias linhas ideológicas implementaram políticas com o objetivo de melhorar o resultado primário em meio ao crescimento da dívida pública.

A reversão da política fiscal se iniciou em dezembro de 2014, quando o governo Dilma Rousseff (PT) apresentou medidas de ajuste do seguro desemprego, do abono salarial e de pensões por morte. Ao longo de 2015, medidas adicionais buscavam produzir um resultado primário positivo.

Eis o quadro fiscal que justificou a reorientação: o resultado primário de 2014 foi deficitário, pela primeira vez desde o início do século, em 0,54% do PIB. O déficit nominal atingiu 5,95% do PIB, e a dívida líquida do setor público, de 32,6% do PIB, havia crescido depois de anos seguidos de queda.

A ideia era produzir uma recuperação dos indicadores fiscais e reorganizar a política econômica, que dava sinais de ter atingido limites importantes. O crescimento daquele quadriênio desacelerou bastante e havia pressões inflacionárias persistentes. Era o clássico freio de arrumação.

No entanto, 2015 e 2016 foram anos recessivos. A receita do governo caiu de expressivamente, e as medidas de ajuste adotadas se revelaram insuficientes para produzir o resultado desejado. Nessa situação, o ajuste também não ajuda, porque resulta em mais contração. Em 2016, já no governo Michel Temer (MDB), o déficit primário foi de 2,48% do PIB, o déficit nominal, de 8,98% do PIB e a dívida pública líquida acelerou para 46,1% do PIB. A tentativa de ajuste naquele biênio não funcionou.

É muito difícil atribuir a recessão de 2015-16 preponderantemente à política fiscal do período. Os multiplicadores fiscais disponíveis na literatura não dão conta desse efeito. As causas da crise foram mais profundas e envolvem políticas que não atingiram o resultado desejado, a reversão do ciclo de commodities, questões políticas que paralisaram o país e a própria resposta do governo à crise.

Diante de uma situação complexa, a solução veio por um choque de expectativas. Foi criado o teto de gastos, uma regra fiscal simples inserida na Constituição Federal que definia que o gasto primário deveria ser corrigido pela inflação nos dez anos seguintes.

O teto de gastos propunha um ajuste integralmente por meio da redução da despesa, proposta cuja viabilidade dependia de um grande número de reformas fiscais. Explicando: o gasto público é definido por várias leis e dispositivos constitucionais, e muitos benefícios são protegidos por direitos adquiridos. Assim, para conter o crescimento do gasto primário, é necessário reformar os instrumentos legislativos para alinhá-los, de gradualmente, ao que dispunha o teto.

Paralelamente, o governo prometeu reformas para gerar crescimento, entre as quais a redução da participação do crédito público na economia e a reforma trabalhista. Em 2019, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), a reforma da Previdência foi aprovada. Paradoxalmente, no mesmo ano, o teto de gastos foi alterado para ressarcir a Petrobras em razão de uma operação de leilão de petróleo conhecida como cessão onerosa.

É importante separar a vigência do teto de gastos antes e depois da pandemia. Em 2019, o quadro econômico era de estabilização, a inflação e a taxa de juros caíram, esta última para mínimas históricas. O crescimento, no entanto, foi pífio e, apesar da queda das taxas de juros, o investimento não reagiu e a taxa de desemprego continuou elevada. Alguns indicadores fiscais melhoraram, mas ainda eram próximos aos observados em 2014: déficit primário de 0,8% do PIB e déficit nominal de 5,8% do PIB. A dívida líquida chegou a 54,7% do PIB.

A pandemia mudou o jogo, primeiro por inviabilizar o difícil cumprimento do teto de gastos, segundo por mudar a preferência política do eleitorado em prol de mais políticas sociais.

No final de 2022, os indicadores fiscais melhoraram em função da elevação da inflação, que ocorreu no mundo inteiro, e do ciclo de commodities em combinação com uma política salarial bastante apertada, compressão de gastos discricionários e o atraso dos precatórios. Essa união de elementos produziu o primeiro superávit primário desde 2013, de 1,25% do PIB, e um déficit nominal de 4,57% do PIB. A dívida líquida, que havia atingido seu ápice de 61,2% do PIB em 2021, caiu para 56,1% do PIB em 2022.

Contudo, ao mesmo tempo, o tecido social ficou esgarçado: funcionários públicos tiveram perda de quase 40% do poder de compra, o Bolsa Família era manejado arbitrariamente, a fila do INSS cresceu e vários órgãos públicos ameaçavam parar por falta de recursos. Com a inflação, as pessoas ficaram mais pobres.

O resultado primário foi atingido com a negação de obrigações básicas do governo. Essa combinação se mostrou insustentável e, diante das circunstâncias, a estratégia tinha que ser alterada. Bolsonaro sai, Lula (PT) volta para um terceiro mandato.

O governo apresentou a PEC da Transição, que suspendia o teto de gastos e ampliava as despesas para o Orçamento de 2023. O objetivo era viabilizar o aumento permanente do Bolsa Família, com o intuito de combater o aumento da pobreza resultante de anos de mercado de trabalho ruim e das sequelas econômicas da pandemia. Além disso, era necessário ampliar o orçamento para alguns órgãos públicos funcionarem. Posteriormente, se decidiu pagar os precatórios atrasados herdados da administração anterior.

A direita usou o déficit para justificar a redução de políticas sociais e mais eficiência do gasto. Criou o teto de gastos para se tornar leniente com a tributação

A esquerda, por sua vez, usa o déficit para justificar o necessário aumento da progressividade tributária, mas sem atenção para a despesa. Esse ajuste é insuficiente

Com o fim do teto de gastos, foi necessário apresentar um programa fiscal alternativo. Surgiu o regime fiscal sustentável, um eufemismo para designar um ajuste fiscal que combina mais flexibilidade de despesa, que passa a crescer pela inflação mais 70% do crescimento real de receita federal (expurgando alguns itens específicos), limitada pelo intervalo de 0,6% a 2,5%. Um aumento de carga tributária com foco nos mais ricos e em fechar brechas tributárias foi estabelecido para cumprir as metas fiscais.

O governo criou um regime conhecido como "tax and spend", ou seja, se tributa para gastar. Esse sistema é uma aplicação parcial do conhecido teorema de orçamento equilibrado, um resultado particular em que o aumento do gasto financiado com impostos estimula a economia. O governo tenta, portanto, resolver o problema fiscal dando mais peso ao crescimento econômico.

Em 2024, o objetivo é obter um resultado fiscal limitado a um déficit primário federal de 0,25% do PIB. Diante de dificuldades econômicas e políticas, o governo alterou sua programação fiscal de 2025, reduzindo a meta de superávit de 0,5% do PIB para um orçamento equilibrado, o que motivou questionamentos sobre a viabilidade da estratégia.

Diante da atual encruzilhada, é o momento de fazer um balanço dessa experiência para apontar um caminho coerente e politicamente viável. É importante reconhecer que o estado das finanças públicas merece muito cuidado.

Depois de dez anos de ajuste fiscal, com suas idas e vindas, o déficit primário acumulado em 12 meses até abril de 2024 foi de 2,4% do PIB, o déficit nominal atingiu 9,4% do PIB e a dívida líquida chegou a 61,2% do PIB. Esses são indicadores próximos aos patamares de 2015-16, exceto a dívida mais elevada, com a diferença que a economia não está em recessão, o que torna a possibilidade de melhora cíclica dos indicadores fiscais limitada.

O gasto público ficou mais progressivo. Os gastos com pessoal foram contidos, e o Bolsa Família, ampliado. A Previdência foi reformada, mas outras reformas devem ser realizadas em razão do envelhecimento populacional. O baixo investimento público e a desestruturação das políticas de inovação permanecem como impedimentos ao crescimento. É importante abrir espaço fiscal para a transição ecológica e a adaptação às mudanças climáticas.

A tributação se tornou muito frágil nos primeiros anos. Recentemente, o governo aprovou medidas tributárias progressivas, fechou algumas formas de planejamento tributário e está em vias de implementar uma reforma da tributação do consumo. O desempenho econômico do país melhorou depois da pandemia.

O ajuste fiscal no Brasil é gradual, e a atual mudança da meta, que ocorreu em todos os governos anteriores, é reflexo dos limites institucionais existentes. Por um lado, a despesa é muito rígida e, por outro, a carga tributária, para o nosso nível de renda, também é elevada. Assim, as melhorias fiscais ocorrem lentamente e ficam sujeitas à reversão conforme choques e conflitos políticos ocorrem.

Uma boa estratégia fiscal envolve um programa crível que não se concentra totalmente em curto prazo para não contrair a economia, mas não joga todo o ajuste para o longo prazo, em que haverá dúvidas sobre a sua exequibilidade. Se o ex-senador Pinheiro Machado (1851-1915) estivesse entre nós para analisar o tema, teria concluído que o ajuste fiscal não poderia ser "nem tão rápido que seja impossível, nem tão lento que ninguém acredite".

Estudos associam as políticas de austeridade ao surgimento de governos de direita antidemocráticos. O professor de filosofia de Harvard Michael Sandel argumenta que as políticas concentradas excessivamente em eficiência aumentam o sentimento de injustiça de vários grupos sociais que se sentem excluídos do orçamento público, os levando a questionar a legitimidade do sistema político. O governo deve ter cuidado com o reflexo político do seu programa fiscal, o que mostra a elevada complexidade do tema.

Deve haver maior equilíbrio entre medidas de receita e de despesa. Nos últimos dez anos, o problema do déficit foi utilizado para embalar discussões sobre o tamanho do Estado. A direita usou o déficit para justificar a redução de políticas sociais e mais eficiência do gasto. Criou o teto de gastos para se tornar leniente com a tributação.

A esquerda, por sua vez, usa o déficit para justificar o necessário aumento da progressividade tributária, mas sem atenção para a despesa. Esse ajuste é insuficiente. A despesa primária real, no primeiro quadrimestre de 2024, cresceu o triplo da velocidade permitida pelo novo arcabouço fiscal, gerando dúvidas sobre sua viabilidade. É importante estabelecer mais pragmatismo com relação à composição do ajuste.

A dívida pública é determinada pelo resultado primário, a taxa real de juros e o crescimento econômico. Reformas econômicas que promovam redução da taxa de juros e mais produtividade podem se combinar para gerar uma dinâmica fiscal mais saudável. A melhora recente das notas de crédito atribuídas por agências de rating destaca o melhor desempenho econômico em termos do crescimento, inflação mais baixa, mercado de trabalho e contas externas fortes.

O governo apostou na reforma tributária. Será um legado importante, mas seus resultados são de longo prazo e estão além do horizonte dessas questões. Será importante combinar a agenda de ajuste para alcance das metas com reformas de médio prazo que possam criar um ambiente econômico mais favorável com efeito positivo sobre as expectativas, comprando mais tempo para resolver o problema. A recente mudança da meta fiscal deveria servir para trazer à tona essas reflexões. ←

Legado da indexação pressiona contas públicas e alimenta inflação

Dois terços das despesas federais são corrigidos automaticamente por índices ou salário mínimo

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Adotada como mecanismo de defesa contra a corrosão do poder de compra pela inflação, a indexação da economia brasileira diminuiu após a implementação do Plano Real, mas ainda está presente mesmo 30 anos depois do lançamento da nova moeda.

Sua persistência tem significado ambíguo: ao mesmo tempo em que ajuda a proteger o bolso de cidadãos mais vulneráveis, ela também exerce pressão sobre as contas públicas e serve de motor para a chamada inércia inflacionária (reajuste que incorpora aos preços os efeitos da inflação passada).

A disseminação do uso de índices econômicos para corrigir preços e contratos de forma automática a partir dos anos 1960 foi um dos fatores que contribuíram para a espiral inflacionária vivida pelo Brasil na década de 1980 e no início dos anos 1990.

Economistas avaliam que ter uma economia menos indexada é mais saudável e facilita o trabalho do Banco Central de manter a estabilidade da moeda. Por outro lado, eles reconhecem que algum grau de indexação ajuda a diminuir desigualdades.

A síntese mais recente desse dilema ficou evidente no debate sobre eventual desvinculação entre benefícios da Previdência Social e o salário mínimo.

A política de valorização do piso, retomada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assegura aos beneficiários um ganho real em seu poder aquisitivo. Ao mesmo tempo, amplia a demanda por bens e serviços (o que pode se refletir nos preços) e acentua a pressão sobre o Orçamento federal.

Dois terços das despesas da União (67,1%) são corrigidos por índices de preços ou pelo salário mínimo, o que inclui benefícios previdenciários e assistenciais. O desafio do governo é conciliar o aumento automático desses gastos com as regras fiscais em vigor.

A maior pressão vem justamente da Previdência. Dois terços dos benefícios são equivalentes ao piso, que é duplamente indexado: tem correção pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

A ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) defendeu, em entrevista ao jornal Valor Econômico, a desvinculação dos benefícios para atenuar a trajetória crescente das despesas e dar mais flexibilidade ao governo na gestão do Orçamento.

A proposta, polêmica, foi descartada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). Agora, o time de Tebet aposta na rediscussão das regras de outras políticas, como abono salarial e seguro-desemprego.

O debate já existia em gestões anteriores. No governo Jair Bolsonaro (PL), o então ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a discutir a flexibilização da correção do salário mínimo, que não teria mais a reposição da inflação passada. A ideia não saiu do papel.

O economista André Braz, coordenador de Índices de Preços do FGV Ibre, afirma que não existe uma resposta fácil para a questão. "Como é que a gente discute desindexação sem desproteger, sem desamparar pessoas que precisam de algum nível de proteção desses reajustes, que muitos são às vezes até perversos demais?", diz.

Segundo ele, o debate da Previdência é polêmico, mas ele defende analisar também os aspectos sociais envolvidos.

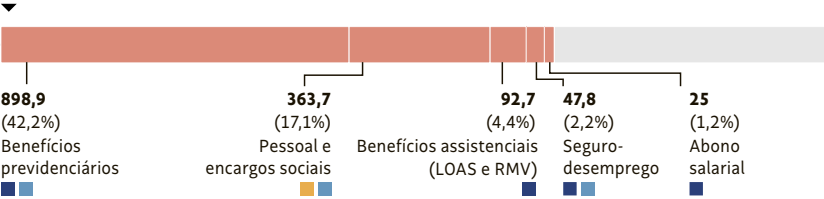
"Nosso país é extremamente desigual. Tem um número muito grande de famílias que vivem com o salário mínimo. Não é uma pessoa, é uma família inteira. Isso não dá para nada. Então, uma forma de você diminuir a desigualdade é criar uma política de valorização do salário mínimo", afirma.

O economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo), avalia que a regra do salário mínimo contribui para a inércia inflacionária, o que dificulta a tarefa do BC. Ainda assim, ele entende que a indexação do piso e da Previdência é importante e "perfeitamente justificável".

"As pessoas que ganham o salário mínimo, por hipótese, não podem sofrer nenhuma quebra de padrão", afirma.

"A única questão que merece uma análise mais detida é essa regra de reajustar de acordo com o crescimento do PIB [de dois anos antes]. Talvez fosse mais razoável reajustar de acordo com o crescimento do PIB per capita, que está mais próximo da produtividade", diz.

Reajustes de preços

Indexação no Orçamento Federal
Participação de cada item na despesa total

67,1%
dos gastos do Orçamento são indexados, ou seja, corrigidos automaticamente por algum indicador

Preços monitorados
Serviços ou produtos com reajustes definidos por contrato ou regulados pelo setor público. Muitos acabam sendo indexados a custos, segundo economistas

Peso no IPCA, em % (abr.2024)

Total 25,8%

5,03 Gasolina
3,99 Energia elétrica residencial
3,99 Plano de saúde
3,42 Produtos farmacêuticos
2,85 Emplacamento e licença
1,85 Taxa de água e esgoto
1,24 Gás de botijão
1,13 Ônibus urbano
0,47 Jogos de azar
0,41 Ônibus intermunicipal
0,24 Óleo diesel
0,22 Plano de telefonia fixa
0,2 Táxi
0,16 Gás encanado
0,11 Ônibus interestadual
0,09 Pedágio
0,09 Multa
0,07 Gás veicular
0,07 Metrô
0,06 Correio
0,05 Integração transporte público
0,05 Conselho de classe
0,04 Trem
0,02 Cartório
3,65 Aluguel residencial
2,23 Condomínio
Outros gastos que podem sofrer influência de indexadores

Fontes: PLDO 2025, Banco Central e IBGE

Série da Folha reconta e atualiza a história do Real

A **Folha** publica ao longo deste mês a série Real, 30, com entrevistas e reportagens sobre as três décadas desde o lançamento de medidas que dominaram uma inflação de quase 5.000% ao ano.

Segundo ele, essa regra minimizaria as pressões sobre a inflação, sem prejuízo à possibilidade de conceder reajustes extraordinários em caso de desempenho do PIB acima da média.

Além do peso no Orçamento, a indexação continua a guiar os preços da economia brasileira, embora em grau bem menor do que no período antecedente ao Plano Real.

Um dos termômetros dessa influência é o peso dos chamados preços monitorados, que são regulados de alguma forma pelo poder público. Eles representam cerca de 25% da cesta média de consumo dos brasileiros.

A lista inclui itens como tarifas de energia elétrica, água e esgoto, planos de saúde e medicamentos, cujos reajustes acompanham índices de preços e são também regulados pelo poder público diante da concentração de mercado ou para garantir o acesso da população a itens de primeira necessidade.

"É um tipo de política econômica de controlar o aumento de preços de produtos e serviços. Só que ela pega a inflação de hoje e joga no amanhã. Então, se você está num processo de desaceleração da inflação e quer que no próximo ano ela fique mais próxima da meta, isso não vai funcionar bem. Em 25% dos preços componentes do IPCA, você pega a inflação de 2023 e joga em 2024", afirma Braz.

Ele diz ainda que a indexação também serve de mecanismo de proteção para alguns setores, independentemente dos custos ou da eficiência. O economista cita como exemplo as mensalidades escolares, que não são reguladas diretamente, mas têm uma trajetória descolada dos índices de inflação devido ao poder de mercado dessas instituições.

"Às vezes, a escola cobra um valor, mas os pais não têm como dizer 'não vou pagar' o que está no contrato. Se tirar o filho dali, vai ter que pagar mais de transporte, vai perder aquela relação social e pode ter uma redução do rendimento escolar", afirma.

"Talvez esse seja um mecanismo muito cômodo, mas ele cobra um preço, que é exatamente essa maior dificuldade que você tem de controlar a inflação."

Se no Orçamento a indexação ajuda a preservar o poder de compra de famílias mais vulneráveis, no restante da economia o que deve prevalecer é a competição saudável, para permitir a prática de preços mais aderentes aos custos e sem reajustes automáticos.

Heron do Carmo destaca que mesmo contratos indexados vêm sendo flexibilizados por meio da livre negociação entre as partes, em um movimento positivo para a economia e para o controle da inflação.

Um caso é o da locação de imóveis. Embora seja conhecido como "índice dos aluguéis", o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) é estimado com base principalmente em preços de insumos no atacado, como soja, minério de ferro e petróleo, e sofre influência direta do dólar.

Na pandemia, o IGP-M passou dos 30%, o que levou muitos proprietários e inquilinos a negociarem alternativas ao indexador do contrato para não inviabilizar a permanência no imóvel.

"Muito do que era indexado acabou. E muita coisa, apesar de ser indexada, o que prevalece é o mercado. A depender da situação da economia, um dos agentes pode simplesmente não querer se manter naquela condição, que é o caso do aluguel. Não é um contrato inexorável", diz o professor da FEA-USP. "Já temos um histórico de inflação baixa. Com isso, a tendência é a indexação arrefecer."

Juro alto é herança maldita do Plano Real, diz Bresser-Pereira

Douglas Gavras

SÃO PAULO Em 1993, ao visitar o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira vaticinou: "Fernando, se você levar adiante esse plano de estabilização, no ano que vem vai ser eleito presidente da República".

"Nem se falava nisso naquela época, mas eu sabia que nós estávamos com uma alta inflação inercial, autônoma da demanda, que aumentava automaticamente porque todos os agentes econômicos (empresas, consumidores, trabalhadores) indexavam os seus preços formal e informalmente", afirma hoje.

Quase 30 anos após a implementação do Plano Real, ele, que também foi ministro da Fazenda no governo de José Sarney, considera positivo o saldo do plano econômico, que conseguiu domar a inflação descontrolada que castigava o Brasil havia anos.

Bresser-Pereira diz que a medida se diferenciou das tentativas anteriores ao usar a URV (Unidade Real de Valor) para neutralizar a inflação, em lugar do congelamento de preços, como fizeram o Cruzado (1986) e aquela que leva seu nome, o Plano Bresser (1987).

Mas o ex-ministro também faz críticas ao real. "As pessoas esquecem, porque ficam só no oba-oba: Sim, o Plano Real foi uma maravilha, mas junto com ele foi feita uma elevação de juros absolutamente alta", afirma o professor.

O economista diz acreditar que os juros, que chegaram a bater em 45% ao ano, deveriam ter sido reduzidos muito mais rapidamente após o sucesso inicial do plano.

Quando FHC deixou o ministério para disputar a eleição de 1994, a equipe permaneceu na Fazenda e, após a vitória do tucano, os economistas que fizeram o real foram compor o novo governo.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, que foi ministro da Fazenda durante o governo Sarney Karime Xavier/Folhapress

A permanência no comando da economia brasileira, no entanto, não levou a equipe de FHC a rever a política de juros. Estava criada a "herança maldita" do real, na visão de Bresser-Pereira.

"Você pode dizer: bom, mas era preciso fazer isso, para desestimular quem quer que fosse e, com isso, também se fez uma espécie de âncora cambial. Então, o câmbio ficou fixado, não é? Graças a esses juros tão altos."

Ele também recorda que um dos formuladores do real, o economista Pérsio Arida, argumentava anos mais tarde, em 2010, que 10% (em termos reais, além da inflação) era a taxa natural de juros, ou seja, com estabilidade de preços.

"A partir do Plano Real, o mercado financeiro e os rentistas (e os economistas que trabalham para os rentistas e os financistas) passaram a capturar o patrimônio público. Eles estão, no ano da graça de 2024, portanto 30 anos depois do real, capturando 7% do PIB [Produto Interno Bruto]."

"Isso é uma herança do Plano Real ou é uma herança da ortodoxia liberal", diz o professor.

Bresser-Pereira, pondera, no entanto, que é injusto exigir que o Plano Real resolvesse problemas estruturais da economia brasileira —como alguns de seus pares questionaram na época do lançamento do programa. A questão fiscal, por exemplo, exige um programa recorrente; a questão cambial era algo de difícil solução na época da implementação da nova moeda.

PAINEL S.A. **Julio Wiziack**
painelsa@grupofolha.com.br

Guilherme Piai

São Paulo tem um pré-sal caipira com a cana, diz secretário da Agricultura

Nascido em uma família de ruralistas em Presidente Prudente, Guilherme Piai trocou a eleição à prefeitura por um posto no governo de Tarcísio de Freitas, para quem fez campanha no oeste do estado. Após liderar o processo de regularização fundiária no pontal do Paranapanema, ele passou a conduzir o plano de expansão do biometano no país a partir de São Paulo.

Qual a força de SP para massificar os biocombustíveis? Dos 10 milhões de hectares de cana plantada no Brasil, mais de 5 milhões estão em São Paulo. Há quase 180 usinas, a maioria no interior, e 70 estão a 20 km de gasodutos existentes. É um pré-sal caipira.

Elas ainda não produzem biometano. Quanto custa fazer a conversão? Cada planta biodigestora sai por R$ 200 milhões. A conversão das 70 exigirá R$ 14 bilhões.

Com o licenciamento das usinas demorando dois meses, no máximo, qual é o potencial de negócio? Uma produção diária de 100 milhões de metros cúbicos. Isso permitiria substituir 70% do diesel consumido no país e 40% da demanda de energia elétrica.

Como distribuir? Os gasodutos têm interesse em realizar o investimento para se conectarem com essas 70 usinas. Também facilitamos o licenciamento do transporte [por caminhões]. Será o mesmo prazo [até dois meses].

Raio-X
Formado em Administração (Toledo Prudente) com pós em Gestão Pública (UniCesumar), foi deputado federal suplente e, em 2023, dirigiu o Instituto de Terras de São Paulo. A convite do governador, tornou-se número 2 da Secretaria de Agricultura e, um mês depois, assumiu o comando da pasta

Mas como chega no motorista, no consumidor? No campo federal, o projeto de lei do Combustível do Futuro traz segurança jurídica. Em São Paulo, o governador mandou um projeto de lei para a assembleia que, primeiro, isenta o IPVA de caminhões e ônibus movidos a hidrogênio, biogás, biometano e os híbridos que tenham como segunda fonte o etanol. Depois, vai aumentando a cobrança. O projeto incentiva a demanda. E vai ser aprovado.

Em dois anos, a previsão é de, pelo menos, 30 novas unidades se instalem para a produção de biometano. E 20 delas estarão em São Paulo.

O senhor descreve um cenário de insucesso completo dos elétricos, como os da BYD. A vocação do Brasil é o carro híbrido. O elétrico está entrando porque teve essa importação, mas com a taxação e a nossa tecnologia do híbrido, o cenário pode mudar.

Quem coloca dinheiro? O BNDES tem linhas com juros subsidiados [pela TR]. O Banco Mundial e outros bancos multilaterais também procuram iniciativas como essas.

Itamar Franco pedia controle de preços até último momento

Presidente entrou para história apesar de rusgas com a equipe econômica

Fernando Henrique (esq.) cumprimenta Itamar Franco na posse como ministro da Fazenda Roberto Jayme - 21.mai.1993/Folhapress

REAL, 30

Alex Sabino

SÃO PAULO No final de junho de 1994, a poucos dias de o real entrar em circulação, o telefone de Rubens Ricupero tocou no Ministério da Fazenda. Era Itamar Franco.

O presidente da República queria, aos 45 do segundo tempo, incluir no novo plano econômico alguma medida de controle de preços. Com a diplomacia de ex-embaixador brasileiro na Itália, o ministro explicou mais uma vez que aquilo estava destinado ao fracasso. Não havia dado certo antes e não daria daquela vez.

"Não estou convencido. A responsabilidade é do senhor", devolveu Itamar antes de desligar o telefone.

Quando Fernando Henrique Cardoso deixou a Fazenda, em março daquele ano, para iniciar campanha presidencial, seu maior temor era a volta da pressão vinda do Palácio do Planalto por maior intervenção do governo na economia. Itamar encrespou com Edmar Bacha, um dos pais do real, por causa da liberdade da taxa dos juros.

Três décadas após o lançamento da nova moeda, o papel do então presidente no controle da inflação acabou ofuscado pelos economistas que bolaram e executaram o plano econômico e, claro, por FHC.

Era algo que Itamar temia. Antes de nomeá-lo para a Fazenda, falou a seus auxiliares mais próximos sobre o medo de ver Fernando Henrique Cardoso se tornar um primeiro-ministro informal.

Foi exatamente o que acabou acontecendo.

"O mérito do Itamar foi ter entendido que era necessário assumir um plano ousado. Obviamente que, durante o período em que esteve à frente do governo, ele fazia pressão para os interesses da população serem atendidos", afirma Lourival Batista de Oliveira Júnior, economista, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e conselheiro do Memorial da República Presidente Itamar Franco.

A necessidade de firmar autoridade e deixar sua marca era uma luta para sair da sombra. Escolhido em um arranjo político para a chapa de Fernando Collor de Mello, ele era desprezado pelo presidente eleito em 1989. Sua presença em reuniões era ignorada. Sequer tinha sido o preferido pelo candidato para estar na cédula eleitoral. Os nomes prediletos para vice eram os de Helio Garcia e Sarah Kubitschek.

"Quem?", perguntou Collor quando o ajudante de ordem quis saber onde Itamar deveria ficar durante o discurso de posse.

O recado era simples: o político mineiro, opositor do regime militar e da lei do divórcio (votou contra ela em 1977) não deveria estar por perto.

Itamar Franco foi crítico do confisco da poupança do Plano Collor e o clima de desconfiança era constante. O presidente achava que seu vice era um conspirador. Quando os escândalos que levariam ao impeachment começaram a estourar, foi a hora da vingança. Ao ser questionado se sabia quem era PC Farias, um dos pivôs dos casos de corrupção na administração federal, Itamar disse não conhecê-lo:

"Não tenho intimidade com ninguém deste governo que está aí", respondeu, em diálogo reproduzido em "O real Itamar: uma biografia", de Ivanir Yazbeck.

Embora visse Fernando Henrique Cardoso como homem ideal na Fazenda para acalmar os mercados e controlar a inflação, o vice que assumiu a Presidência no início de outubro de 1992 ficou desconfiado do pedido de "carta branca" do seu novo homem forte da economia.

FHC afirmou, em duas conversas por telefone com Itamar, não abrir mão da liberdade para determinar os mandatários de Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Central, o ministro do Planejamento, o secretário da Receita Federal e todos os seus assessores.

Houve concordância, a princípio. Quando Fernando Henrique chegou ao Brasil, o presidente havia confirmado a manutenção de Alexis Stepanenko no Planejamento. Nomeou Osiris de Azevedo Lopes Filho para a Receita Federal. Manteve Alcir Calliari no Banco do Brasil e Danilo de Castro na Caixa.

> Sem Itamar, não teria havido Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, nem a equipe que FHC atraiu, nem Plano Real. A ele se deve a criação das condições políticas da existência do real
>
> **Rubens Ricupero**
> ex-ministro da Fazenda

Fernando Henrique havia indicado Luiz Felipe Lampreia para substituí-lo no Ministério das Relações Exteriores. Itamar escolheu o seu amigo José Aparecido de Oliveira. Ao saber da novidade durante um almoço, Mario Covas engasgou. O cargo deveria ter sido destinado ao PSDB.

"O novo ministro da Fazenda já chegou levando bola das costas", comentou Gustavo Krause.

Então deputado federal, Krause havia sido o primeiro a ser chamado por Itamar para comandar a economia. Um dos quatro a desempenharem a função nos primeiros 232 dias do novo governo. Depois vieram Paulo Haddad, Eliseu Rezende e FHC. Já com o Plano Real em andamento, Rubens Ricupero e Ciro Gomes sentaram na cadeira.

Era uma rotatividade tão alta que, ao se apresentar para o presidente do Banco Mundial, Lewis Preston, Rezende sentiu a necessidade de se explicar. "Senhor Preston, eu sou ministro da Fazenda há apenas dois meses..."

"Isso é um recorde no Brasil?", devolveu o banqueiro, segundo relato de Ricupero em seu livro de memórias, lançado no mês passado pela Editora Unesp.

Rezende se demitiu por ter influenciado a concessão de empréstimos para a Odebrecht executar obras no Peru. A construtora, para quem ele já havia trabalhado anos antes, pagou a sua estadia em um hotel durante viagem a Nova York.

Eliseu Rezende também foi alvo da contrariedade de Itamar, que estava inconformado porque também nas ideias deste ministro não estava nenhuma medida para controlar os preços.

O presidente não desejava apenas domar as remarcações nos supermercados. Queria colocar cabresto nos empresários que, na visão dele, não tinham visão patriótica. Em conversa com jornalistas durante passagem pelo Chile, chegou a dizer ter o sonho que eles fossem presos por abuso econômico.

Ele se sentia frustrado porque as tentativas de diálogo, pacto nacional ou outras medidas do governo não diminuíam o custo de vida e os juros. A inflação foi projetada em 32% em junho de 1994, antes da troca da moeda.

O que ele tinha na cabeça, no fundo, era um tiro que abatesse a inflação. E o padrão ouro era o Plano Cruzado, que levara a popularidade de José Sarney a 80% de aprovação popular na Presidência em 1986 apoiado no congelamento de preços. Meses depois, tudo daria errado.

"Itamar acreditava sinceramente na possibilidade de um plano que desse cabo do risco da hiperinflação. Contudo, da mesma forma que a imensa maioria dos políticos brasileiros, imaginava alguma coisa na linha do que havia sido o Plano Cruzado, uma espécie de milagre indolor que resolvesse de imediato todos os problemas sem nenhum custo político", escreveu Ricupero. Ele reconhecia que o presidente era influenciável, de pavio curto, impulsivo e inseguro em relação à própria autoridade.

"Mas possuía a virtude de escutar e não insistia quando se convencia de haver cometido um equívoco", completou.

A equipe econômica escondeu dele o anúncio de medidas até o instante final, para evitar tentativas de interferência. Reclamava-se da influência do "grupo de Juiz de Fora", amigos de longa data e vindos da mesma cidade mineira onde nasceu Itamar. Um dos principais integrantes era Henrique Hargreaves, ministro-chefe da Casa Civil.

A visão nacionalista de pessoas próximas a ele era que FHC seria entreguista e privatizaria várias estatais se fosse eleito presidente.

A venda de empresas públicas levou a áspera discussão com outro auxiliar de Fernando Henrique. Reclamou a Pérsio Arida que, na privatização do sistema elétrico, deveriam ser leiloadas apenas as companhias menores. Seria necessário um amplo debate nacional sobre o assunto e se houvesse a venda, esta deveria ser pelo valor dos ativos, não por um preço menor.

O economista rebateu que era melhor perder nos ativos do que o governo seguir a custear estatais deficitárias.

A convivência de Itamar com FHC fez com que o trabalho pelo lançamento do real fosse recheado de reclamações. Uma pequena vitória do presidente foi conseguir incluir item na lei para que oligopólios fossem chamados a dar explicações em caso de aumentos considerados abusivos.

O político que chegou ao poder no meio de uma profunda crise política conseguiu, pelo menos, o objetivo primordial que confessou a seus assessores: arrumar a casa e entregar o país em ordem para seu sucessor.

"Sem Itamar, não teria havido Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, nem a equipe que FHC atraiu, nem Plano Real. A ele se deve a criação das condições políticas da existência do real, porque acreditou na possibilidade de um plano quando praticamente ninguém no Brasil levava tal coisa a sério", elogiou Ricupero em suas memórias.

A popularidade derivada da estabilidade econômica também lhe fez bem ao deixar a Presidência. Foi eleito governador de Minas Gerais em 1998.

Continuou fiel aos seus princípios e ao pavio curto. Decretou moratória da dívida estadual, retomou o controle da privatizada Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e tentou criar um movimento popular contra a venda da empresa energética Furnas.

Durante mandato no Senado, Itamar Franco morreu após sofrer um acidente vascular cerebral em junho de 2011. Ele tinha 81 anos.

Modelo C-390 Millennium, da Embraer, em São José dos Campos (SP) Gabriel Araujo - 18.jun.24/Reuters

Embraer quer expandir braço de defesa nos Estados Unidos

Empresa planeja levar modelo C-390 Millennium para novos mercados

Paulo Ricardo Martins

GAVIÃO PEIXOTO (SP) Otimista com o desempenho das vendas de sua aeronave militar C-390 Millennium para países como Portugal e Coreia do Sul, a Embraer busca agora levar o avião a mercados estratégicos e competir com o histórico modelo americano C-130 Hércules.

Em evento para jornalistas em Gavião Peixoto (SP) na semana passada, João Bosco Costa Junior, presidente do braço da Embraer para defesa e segurança, listou Índia, EUA, Arábia Saudita, União Europeia e países da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) como mercados para a entrada da aeronave.

Hoje, o C-390 já está em serviço no Brasil —usado pela FAB (Força Aérea Brasileira)— e também em Portugal. No entanto, o avião já foi encomendado por governos de Hungria, Holanda, Áustria e República Tcheca, além de mais encomendas do Brasil e de Portugal.

Na Ásia, o primeiro cliente a receber a aeronave será a Coreia do Sul. O avião da Embraer bateu os modelos Lockheed Martin C-130J Hércules e o europeu Airbus A400M Atlas e foi escolhido pelo governo sul-coreano, no fim do ano passado, para a substituição da frota tática do país por meio de um contrato estimado em US$ 554 milhões (cerca de R$ 3 bilhões na cotação atual). A Embraer não revelou o número de unidades que serão entregues ao país asiático.

A aeronave conseguiu a certificação em outubro de 2018 e entrou em serviço pouco mais de um ano depois.

Foi só em 2023, porém, que o modelo conseguiu o certificado de tipo final, emitido pelo IFI (Instituto de Fomento Industrial), organização militar vinculada ao DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial). Por meio do certificado, a aeronave recebe aval para ser operada em sua capacidade máxima.

Na apresentação de resultados do primeiro trimestre deste ano, a companhia brasileira comemorou o voo inaugural do C-390 pela Força Aérea Húngara. Lá, a aeronave ainda tem de passar por uma campanha de testes antes de entrar em serviço.

A fabricante também levou o modelo para o Embraer Defense Day, nos Estados Unidos, onde foi apresentado para autoridades governamentais e oficiais militares. Segundo Costa Junior, a companhia está expandindo o número de funcionários na parte voltada para a defesa nos Estados Unidos, na tentativa de adentrar o segmento no país.

“Já temos uma linha de montagem final do Super Tucano [caça de defesa aérea] nos Estados Unidos, mas acreditamos que o C-390 poderia desempenhar um papel importante no mercado dos EUA. Estamos lá tentando promover e apresentar o C-390 para fuzileiros navais e Força Aérea dos Estados Unidos porque acreditamos que o modelo poderia agregar um valor adicional a essas entidades do governo”, afirma Costa Junior.

O executivo também diz que a fabricante está aberta a oportunidade de aquisições no país e a parcerias com o governo americano.

Durante a pandemia, a aeronave foi utilizada pela Força Aérea Brasileira para levar oxigênio, material hospitalar, camas, tendas, geradores, barracas e até ambulâncias para Manaus, capital que viveu uma crise com a sobrecarga de seu sistema de saúde devido ao grande número de casos de Covid.

O avião também é usado pela FAB para ajudas humanitárias. Foi o caso da missão especial que levou medicamentos, alimentos e equipamentos de saúde para Beirute, no Líbano, em 2020, após explosões atingirem o porto da sede do governo libanês.

Também na semana passada, o CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto, afirmou que a fabricante discute internamente começar a produzir aeronaves comerciais maiores. No entanto, ainda não há planos concretos para expandir os tipos de aviões vendidos pela empresa, segundo o executivo.

De acordo com reportagem publicada pelo jornal americano The Wall Street Journal neste ano, a Embraer estaria avaliando a possibilidade de criar uma nova aeronave do tipo chamado “narrow-body” -modelo com um único corredor e fuselagem estreita.

O novo avião seria um concorrente dos modelos 737 Max da Boeing e A320 da Airbus.

Hoje, o maior modelo da Embraer é o E195-E2, que é capaz de levar 146 passageiros, mas se encaixa na categoria conhecida como “small narrow-body”. O avião tem alcance de pouco mais de 4.800 quilômetros —capaz de chegar a quase toda a América Latina, partindo de Brasília.

Durante o evento, a Embraer mostrou otimismo com seus resultados recentes. A fabricante disse que planeja dobrar sua receita até 2030.

Nos resultados do primeiro trimestre deste ano, a fabricante brasileira afirmou ter entregado 25 jatos no período, um aumento de quase 70% na comparação com os primeiros três meses do ano passado.

O repórter viajou a convite da Embraer

APRESENTA

EstúdioFOLHA

Descontos e cashback reforçam benefícios de seguros

Clube de Vantagens Bradesco Seguros tem mais de 2.000 ofertas para clientes cadastrados

Quem busca a contratação de um seguro quer se precaver contra imprevistos do cotidiano. Na esteira dessa proteção, os consumidores têm desejado também outros tipos de benefício, como descontos em produtos e serviços através do plano contratado. No caso dos clientes do Grupo Bradesco Seguros, as promoções de que podem desfrutar estão reunidas no Clube de Vantagens.

Trata-se de uma plataforma de ofertas especiais para quem possui um ou mais produtos do Grupo, entre auto, capitalização, dental, previdência, residencial, saúde e vida. Basta ter um desses planos para poder usufruir dos descontos.

“O Clube de Vantagens surgiu para valorizar nossos clientes e estreitar o relacionamento com eles”, afirma Ana Gonzalez, Superintendente de Marketing do Grupo Bradesco Seguros. “É um incentivo que se soma aos benefícios oferecidos nos produtos e serviços contratados.”

As promoções abrangem lojas físicas e online de diversos segmentos. “Os mais procurados pelos clientes são automotivo, alimentação, casa, decoração, bem-estar, saúde, pet e farmácia”, completa Ana.

As categorias incluem também produtos e serviços de educação, papelaria, eletrônicos e informática, brinquedos e games, supermercado, ingressos, cultura e lazer, esporte e fitness, moda, presentes e viagens, entre outros.

São cerca de 2.000 ofertas cadastradas, de mais de 600 marcas, com descontos de 10% a 60%. Elas estão segmentadas por categoria, para facilitar a navegação do usuário. Algumas são especialmente intensificadas em ocasiões sazonais, como Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia dos Namorados.

Há ainda a disponibilização de cashback, que varia entre 2% e 10% do valor gasto pelo cliente em compras pelo portal. Segundo Ana, os usuários da plataforma demonstram preferência por esse benefício na comparação com os descontos.

SEM PONTOS ACUMULADOS

Um dos principais diferenciais do Clube de Vantagens é a de não necessitar acumular pontos para ter acesso às ofertas. Também não é necessário qualquer tipo de pagamento adicional – o único requisito é mesmo ser contratante de um produto do Grupo Bradesco Seguros. “Após a contratação do seguro, o cliente já pode se cadastrar e aproveitar os benefícios oferecidos”, frisa a Superintendente de Marketing.

Outro ponto de destaque é a ausência de limite para a quantidade de promoções a serem utilizadas.

O Clube de Vantagens conta com cerca de 5 milhões de usuários cadastrados. Esses clientes recebem informações sobre as ofertas disponíveis não apenas pelo próprio portal, mas também por meio de e-mail marketing, pelas redes sociais e via banners no site do Grupo Bradesco Seguros.

Como estratégia de atração, fidelização e valorização dos consumidores, a empresa reforça que, continuamente, estuda e prospecta possíveis avanços para o Clube de Vantagens. “Estamos sempre antenados com as novidades do mercado nesse segmento para trazer o que há de melhor para nossos clientes”, diz a executiva.

MERCADO AQUECIDO

O mercado de seguros no Brasil, por sinal, justifica esforços para atração e retenção de pessoas interessadas em um plano desse tipo, uma vez que tem mostrado perspectivas de crescimento, segundo pesquisa realizada em julho de 2023 pelo Datafolha a pedido da FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida).

O estudo apontou que a intenção do brasileiro de contratar seguros pessoais e previdência privada aumentou na comparação com pesquisa similar de dois anos antes – passou de 53%, em 2021, para 57%, em 2023. No total, foram entrevistadas 2.000 pessoas. O principal alvo de contratação, ainda segundo o levantamento, é o de plano ou seguro de saúde.

Aponte a câmera de seu celular ou tablet para o **QR Code** e acesse a plataforma do **Clube de Vantagens Bradesco Seguros**

Lula falante e o futuro do governo

Presidente não falava tanto desde março, quando começou onda de azares, crises e erros

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Luiz Inácio Lula não dava entrevistas exclusivas desde março. Foi quando o caldo engrossou. No Congresso, ainda mais. Também na inflação e nos juros dos EUA, o que teve efeito ruim sobre juros e dólar no Brasil, piorado pela mudança de metas fiscais. Sobreveio a catástrofe no Rio Grande do Sul. Discursos e decisão desastrada do Banco Central azedaram o caldo grosso.

Foi um trimestre de inversão de expectativas na finança, embora menos em relação a PIB e emprego neste ano.

Na semana que passou, talvez o pico da crise recente, o presidente deu entrevistas exclusivas às rádios CBN (São Paulo), Verdinha (Ceará), Meio (Piauí) e Mirante (Maranhão) e ao jornal "O Imparcial" (Maranhão).

Lula reagiu aos problemas, mas não só. Se as entrevistas provocaram o presidente a falar do que lhe importa, convinha prestar atenção ao seguinte.

Primeiro, reforçou o ataque a Roberto Campos Neto, presidente do BC. Se a direção do BC —esta e a que ficar para 2025— quiser manter algum controle das condições financeiras, dificilmente baixará a Selic antes do final do ano. Até Lula sabe disso. Se, a partir de 2025, a direção do BC passar a cortar a Selic, vai parecer uma vitória (pois terá maioria "luliana").

Segundo, quer explorar petróleo na costa do Amapá (Bacia da Foz do Amazonas), uma das decisões mais importantes que este governo vai tomar. Não se sabe se a definição terá sido baseada em algum plano de transição energética (como trocar fósseis por renováveis, em que ritmo, a que custo, com qual nível de segurança de abastecimento e com quais sobras de receita para o Tesouro). Não se conhece plano algum, amplo e organizado, a esse respeito.

Lula reconhece que há contradição entre transição verde e aumento da exploração petroleira, mas está de olho no dinheiro. Atualmente se torra a receita do petróleo em gasto corrente, sem investimento no futuro (na transição verde ou na redução da dívida).

Terceiro, dá grande importância ao plano para a "nova indústria", para a transição verde, de bioeconomia etc. Algo andou, picado. Mas não se sabe bem quais são os tais planos.

Quarto, reiterou que é preciso dar um jeito no gasto tributário de R$ 524 bilhões (isenção de impostos para cidadãos, empresas e instituições), que "descobriu" nesta semana. Não se sabe se vai logo se esquecer disso. Porém, é daí que seus ministros econômicos podem arrumar dinheiro.

Até agora, a Fazenda tapava o que podia do déficit com aumentos de impostos aos solavancos, tática ferida, talvez de morte. Mais difícil é inventar uma necessária ofensiva para reduzir o gasto tributário, um plano maior, debatido e organizado. Passado um terço do governo, não há plano. No mais, vão ter de contingenciar (suspender) gasto neste ano. Lula vai aceitar?

Quinto, falou muito de fazer mais universidade, escola técnica, integral. Falta dinheiro para essas instituições, Lula quer fazer outras. É um programa de grande interesse dele.

Sexto, estaria para sair a revisão do Plano Nacional de Segurança Pública, até agora um fracasso do governo. Mesmo nas entrevistas, Lula se mostrou impaciente com a demora. Diz que vai discutir o plano com seus ministros ex-governadores e com governadores. Pode ser uma frente da contraofensiva do governo.

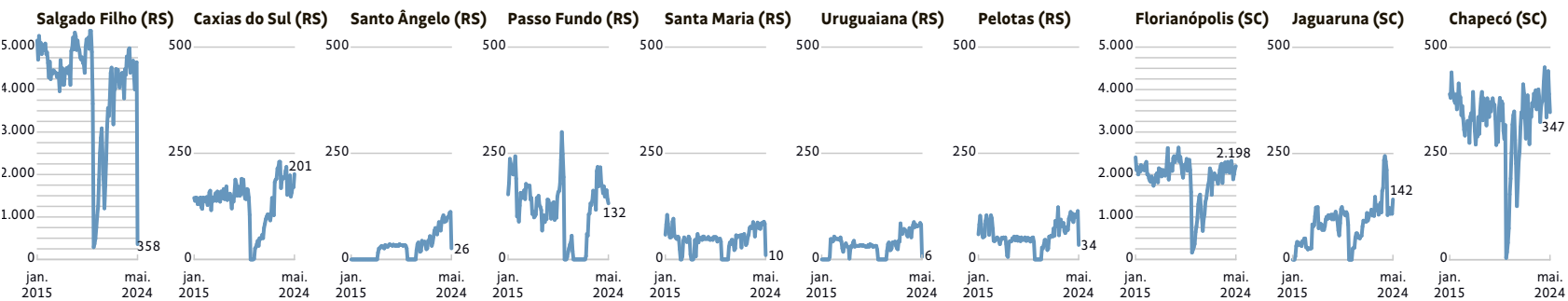
Sétimo, está obcecado com a compra de arroz, para vendê-lo a R$ 4 o quilo. Houve "falcatrua" no primeiro leilão (qual?), mas a coisa não vai parar.

Oitavo, repetiu, como faz desde abril, que não haveria reforma ministerial.

Nono, mais anedótico, em três entrevistas voltou a se comparar a Pedro 2º e Getúlio Vargas, os mais longevos no poder.

Próximos dizem que Lula está otimista (mais do que esses assessores). Acha que vai ter muita obra para entregar. E que este tumulto é passageiro.

Tráfego aéreo doméstico em aeroportos do RS e de SC na última década

Dados mensais consideram soma de partida e chegada nos terminais

Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

Aeroportos do RS absorvem 16% dos voos de Porto Alegre

Considerando Florianópolis e dois terminais de SC, demanda suporta 78%

Natália Santos e Paula Soprana

Aeroporto Salgado Filho, após enchentes em Porto Alegre Carlos Macedo - 4.jun.24/Folhapres

SÃO PAULO As rotas aéreas gaúchas alternativas a Porto Alegre após o fechamento do aeroporto Salgado Filho devido às enchentes contemplam 16% do total de voos domésticos que a capital registrou de maio a junho do ano passado. Ao considerar a chamada malha emergencial, que inclui o aeroporto de Florianópolis e de outras duas cidades catarinenses, a capacidade sobe para 78%.

A **Folha** analisou microdados da Anac (Agência Nacional da Aviação Civil) e comparou o período de 4 de maio a 17 de junho deste ano com o de 2023 para voos comerciais regulares, considerando partidas e chegadas.

O Salgado Filho encerrou as atividades em 3 de maio, quando a água do Guaíba inundou a pista e o primeiro pavimento do prédio. O número total de passageiros (domésticos e internacionais) caiu 92,9% de abril a maio: 516 mil passageiros em abril e apenas 36 mil no mês seguinte.

Após fechar o principal aeroporto do estado, o governo federal e as companhias aéreas anunciaram a malha emergencial, que consistiu na abertura da base militar de Canoas, município vizinho de Porto Alegre, e na ampliação da quantidade de viagens em cinco terminais gaúchos e em três catarinenses.

Integram essa malha cidades distantes da capital, como Florianópolis, a cinco horas de Porto Alegre, ou Pelotas, a três. Canoas, o local mais próximo, recebe 34 voos semanais que costumam lotar.

De 4 de maio a 17 de junho, os dez terminais desse circuito registraram 5.274 voos domésticos, entre pousos e decolagens. Na mesma época de 2023, sozinho, o Salgado Filho teve 6.784 viagens do tipo.

Sem os aeroportos catarinenses, foram somente 1.060 voos em Canoas, Caxias do Sul, Passo Fundo, Uruguaiana, Santa Maria, Pelotas e Santo Ângelo. Nos casos em que a viagem é de uma cidade a outra da malha, foram contabilizados voos em dois municípios. A redução da oferta e a disputa por viagens próximas à capital levou a uma explosão no preço das tarifas no mês de junho.

Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, registrou alta de 100% no preço médio da tarifa na comparação entre 1º de maio a 19 de junho deste ano e o mesmo período de 2023. Passo Fundo, a quatro horas de carro de Porto Alegre, teve aumento de 64%, e Pelotas, de 36%.

Jaguaruna e Florianópolis, no estado vizinho, ficaram 50% e 14% mais caras, respectivamente.

O levantamento é da Kaiak, empresa americana de monitoramento de passagens, feito a pedido da reportagem. Ele considera viagens a serem realizadas de maio a 31 de julho.

Para Canoas, opção alternativa a Porto Alegre, a média das tarifas é de R$ 2.000 para viagens até 31 de julho, saindo de aeroportos de São Paulo. O cálculo foi feito pela reportagem a partir de dados do Google Flights, agregador de preços do Google, em consulta realizada na manhã de sexta-feira, dia 21.

Duas semanas antes do início da tragédia, em 16 de abril, o preço considerado normal para julho, segundo alertas do mesmo agregador, ia de R$ 485 a R$ 1.300.

Em nota, a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) diz que preços das passagens aéreas são dinâmicos e estão sujeitos à liberdade tarifária. Afirma que a tarifa média comercializada para voos para o Rio Grande do Sul, de acordo com a Anac, foi de R$ 554,84 em maio, inferior ao registrado em abril.

Para Marcelo Guaranys, sócio do Demarest e ex-presidente da Anac, é improvável que os preços atuais voltem ao patamar anterior diante do atual cenário. "Óbvio que é importante as empresas terem discernimento para não cobrar preços exorbitantes, mas é natural que esses valores sejam mais altos. Elas vão operar com aeronaves mais limitadas, menos oferta e os custos operacionais aumentam também", diz. "É importante a gente perceber isso, senão vai acabar não tendo transporte aéreo para aquela região."

Ainda não há previsão para a reabertura total e nem parcial do aeroporto. A Fraport, concessionária do Salgado Filho, se reuniu com o governo federal na quarta-feira (19) e afirmou que apresentará um diagnóstico da condição da pista em 18 de julho, quando deve definir um cronograma para o retorno das operações no aeródromo.

Andreaa Paal, CEO brasileira da empresa, chegou a levantar a hipótese de a companhia devolver a concessão caso não recebesse verbas para a reconstrução. Mas no encontro com o governo, que reuniu Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Rui Costa (Casa Civil) e Paulo Pimenta (Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS), a empresa reafirmou seu compromisso de manter o contrato até 2042.

Além do prejuízo aos passageiros, a crise envolve custos ainda não contabilizados para a reconstrução, que exigirá verba do governo, dificuldade em atrair turistas domésticos e estrangeiros e os custos logísticos para o transporte de cargas que seriam entregues por via aérea direta à capital.

Para Claudio Frischtak, fundador da consultoria Inter.B, que atua com infraestrutura, o maior desafio para a recuperação do aeroporto está na pista, mesmo que haja vários equipamentos danificados.

"A pista de um aeroporto é íntegra ou não é íntegra, segura ou não segura, não existe meio termo. No limite, reconstruir essa pista, seria uma tragédia –necessária, mas uma tragédia–, e isso gera muita incerteza [sobre a reabertura do terminal]", afirma.

Com o dobro de capacidade em relação ao aeroporto de Florianópolis, o Salgado Filho não tem um equivalente próximo na região. Em 2023, 6,8 milhões de passageiros passaram no aeroporto gaúcho, o sexto mais movimentado do país, contra 3,4 milhões no catarinense.

"O problema não é apenas o transporte de passageiros, mas a perda de conexão com o resto do país. Esse é o drama. No Rio, se o Santos Dumont fecha, tem o Galeão. Em São Paulo, se Congonhas fecha, tem Guarulhos, Cumbica... O Rio Grande do Sul é muito dependente de um único aeroporto", diz Frischtak.

A dependência se dá também no transporte de cargas, e o estado tem um subinvestimento histórico em infraestrutura para a logística rodoviária, segundo o especialista.

Pesquisa recente da Confederação Nacional das Indústrias para o Sul mostra que 81% das empresas do setor indicaram a malha de transporte como o principal gargalo da região. O levantamento cita que só 26% das rodovias federais públicas apresentam boas condições, o que impacta o nível de acidentes e pressiona os custos.

Em nota, a Abear, que representa o setor, menciona custos operacionais, como combustível, manutenção, aluguel de aeronaves e tripulação. "A composição de uma tarifa considera diversos elementos, como taxa de ocupação do voo, demanda por trecho, data da compra em relação à viagem, época do ano, entre outros." Afirma que em maio 54,7% das passagens foram vendidas por até R$ 500.

A Azul diz ter dois voos diários de Viracopos, em Campinas (SP), para Canoas. Antes da suspensão no Salgado Filho eram mais de 30 voos diários em Porto Alegre para 21 destinos.

"Os preços praticados variam de acordo com fatores importantes, como trecho, sazonalidade, compra antecipada, demanda e disponibilidade de assentos, entre outros", diz, mencionando também dólar e combustível.

A Latam diz que a precificação do setor aéreo é dinâmica e usa os mesmos fatores da concorrente. A Gol não se manifestou.

Zanone Fraissat - 14.jun.24/Folhapress

Jorge Gerdau Johannpeter, 87
Empresário e presidente do conselho superior do Movimento Brasil Competitivo. É bisneto de João Gerdau, fundador da empresa brasileira que herdou seu sobrenome. Foi presidente da siderúrgica e considerado pela Revista Época um dos cem brasileiros mais influentes

Jorge Gerdau

Entre dar os incentivos fiscais errados e não ter, é melhor não ter

Empresário e ex-presidente da siderúrgica fundada por seu bisavô diz que Brasil está 30 anos atrasado na competitividade global

ENTREVISTA

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO Ciente das limitações que a idade traz, o empresário Jorge Gerdau procura evitar qualquer atividade que o coloque em risco de ter que pausar a rotina diária de trabalho e exercícios físicos. Ele prefere não desafiar a natureza, disse à **Folha** em um papo mais informal antes da entrevista no escritório de sua assessoria de imprensa, em São Paulo.

Aos 87 anos, o ex-presidente da siderúrgica que leva seu sobrenome é ativo nos debates com representantes da política, e defende que os empresários participem mais das discussões cruciais para a competitividade do país.

Para ele, os incentivos fiscais podem ser instrumentos para o desenvolvimento de setores importantes para o país, desde que sejam implementados apenas como medidas provisórias, e seguindo estratégias.

"Eu acho que a política estratégica de incentivos não pode depender de uma eficiência maior de lobby", afirma. "Entre dar incentivos errados e não ter, eu diria que é melhor não ter."

*

O sr. defende muito que os empresários têm que participar da política. Como deve ser essa participação, na sua opinião? Dentro do processo político, normalmente, existe toda uma pressão do desenvolvimento social pela sociedade. Mas esse sucesso do desenvolvimento social passa pelo sucesso econômico. E aí, pela minha experiência de trabalho, eu entendo que a participação do empresário —dando sua visão, sua opinião— é muito importante para contribuir com essa experiência do mundo real do empresariado para o entendimento das decisões políticas.

E eu acho que, nesse aspecto, há espaços de aprimoramento nessa relação. Isso é uma visão um pouco crítica, mas eu acho que o país se prejudica pela insuficiente participação do debate na formação global das políticas.

Essa insuficiência ocorre porque os empresários não estão participando do debate como deveriam ou os políticos que não dão abertura para os empresários? Eu não sei se eu sei responder isso. É difícil. Porque eu, pessoalmente, tenho tentado participar desses debates. O setor empresarial tem uma eficiência razoável naquilo que pertence ao interesse dos setores. Então, as entidades setoriais fazem seu trabalho. Mas eu diria que, na macropolítica, existe uma deficiência desse debate, da visão estratégica empresarial sobre as prioridades que a competitividade internacional exige. Eu acho que esse diálogo é insuficiente.

O que falta para o Brasil melhorar a competitividade? Eu vou dar um exemplo prático sobre isso da reforma tributária. Nós somos o 175º país que fez a conversão para o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), e ainda vamos fazer com dez anos de maturação. Quando nós criamos o ICM no Brasil (o S, de ICMS, veio depois), há mais de 30 anos, a França, dois anos depois, começou já a criar o IVA. Então, temos aí um atraso de 30 e tantos anos.

O IVA é um imposto que consegue fazer exportação sem carga tributária. E o mundo da competição não aceita cargas tributárias. Não dá para querer exportar o nosso imposto. E o Brasil é um dos últimos países que está mudando isso. Isso causa um prejuízo estrutural, competitivo, internacional e que praticamente não é debatido no Congresso ou mesmo nas áreas técnicas do Ministério de Indústria e Comércio.

E aí você me pergunta quem é o maior culpado. Eu acho que nós todos somos.

Na visão da minha vida empresarial, para você ser competitivo, você tem que fazer benchmark [padrão de referência]. Quando eu trato das políticas do país, eu tenho que fazer benchmark mundial. Eu tenho que olhar os maiores e melhores países do mundo para entender como é a estrutura de condução macropolítica do campo trabalhista, do campo tributário, do campo energético, do campo da logística, na estrutura educacional, na estrutura social, na estrutura de custos.

Esse debate no Brasil não existe. Se eu pegar o salário do operário. Em nenhum lugar do mundo se usa o salário do operário como instrumento arrecadatório.

Isso vai acontecer no Brasil caso ocorra a reoneração da folha de pagamento? Nós estamos continuando a fazer coisas medievais. Por isso que é tão interessante o tema Custo Brasil. Não pode o operário levar para casa apenas a metade do que custa ao empregador, e ainda a carga tributária do salário ser ao redor de 30%. Então, somando estes itens todos —a cumulatividade de impostos, a energia, o salário do operário—, nós chegamos, no trabalho feito pelo Movimento Brasil Competitivo, a um valor, com a inflação, de R$ 1,7 trilhão por ano de encargo com alocações erradas.

Eu perguntei anteriormente sobre a participação do empresariado na política. E o oposto disso, qual a sua visão sobre a presença do Estado na economia? Eu diria que a presença do Estado tem que ser na macrolegislação dos interesses sociais e econômicos. Mas a execução, o setor privado sempre faz melhor e mais barato.

E o que o sr. acha dos incentivos fiscais, especialmente do jeito que eles são implementados no Brasil? Eu não sei se isso aí tem uma resposta simples. Porque, em termos de macroeconomia do país, eventualmente, se eu tenho um setor atrasado e analiso que esse setor estruturalmente é de alto interesse do país, eventualmente eu posso ter temporariamente incentivos. Mas, de forma geral, eu acho que a política estratégica de incentivos não pode depender de uma eficiência maior de lobby. Então, eu não posso dizer que não pode ter incentivos. Mas, entre dar incentivos errados e não ter, eu diria que é melhor não ter.

O sr. já viveu muitas evoluções tecnológicas e culturais ao longo da sua história. Quais delas mais te impressionou? Eu diria que o maior fenômeno é essa alteração das tecnologias digitais. Elas possibilitam uma alteração de produtividade e redução de custos. O interessante é que ela é tão grande que eu acho que ninguém consegue definir o que vai acontecer nos próximos anos em função dessa alteração estrutural.

Mas se eu não defino meus propósitos macroeconômicos e macrossociais, eu também não vou saber discutir como fazer a evolução acelerada das tecnologias em relação ao que existe potencialmente no país. E aí, talvez, um dos grandes problemas, talvez o pior de todos, é no campo da educação.

Não tem cabimento que no mundo, normalmente, tenha-se uma formação de educação profissional ao redor de 50% —tem países que têm até 70%— e nós, no Brasil, temos um índice ao redor de 11%. Qual é a falha desse processo?

A educação básica, que socialmente é a mais importante, não poderia ficar na responsabilidade das prefeituras. Eu diria que, na execução, provavelmente, eu usaria o setor privado. Eu vou te dar um número. O aluno das melhores escolas privadas que eu conheço em Porto Alegre custa a metade do que custa o aluno da prefeitura. E a formação não corresponde ao custo. Então, o que o mundo faz da educação? Vamos tentar fazer semelhante.

> “Quando nós criamos o ICM no Brasil (o S, de ICMS, veio depois), há mais de 30 anos, a França, dois anos depois, começou já a criar o IVA. Então, temos aí um atraso de 30 e tantos anos

> “Eu diria que a presença do Estado tem que ser na macrolegislação dos interesses sociais e econômicos. Mas a execução, o setor privado sempre faz melhor e mais barato

> “Tem um estudo de Harvard que indica que as empresas familiares têm uma rentabilidade média de 15% a 20% superior em relação às empresas totalmente abertas. Mas tem um outro lado. Tem uma frase popular que diz: ‘pai pobre, filho rico, neto falido’

Foi durante sua gestão à frente da Gerdau que a empresa se internacionalizou. Como foi esse processo? Eu acho que o primeiro processo foi de nacionalização. Nossa base inicialmente era no Rio Grande do Sul. Mas nosso produto é um produto que a logística pesa muito, e aí nós, para podermos competir nacionalmente, chegamos à conclusão que deveríamos sair do Rio Grande do Sul.

E a segunda etapa foi quando nós atingimos um número dentro do cenário de mercado nacional com níveis de competitividade extremamente elevadas de empresas internacionais. Então, o crescimento nacional bateu um pouco no teto e nós fomos olhar o que se poderia fazer internacionalmente, e aí nós fomos para a internacionalização.

Mas aí teve também mais um fator cultural, foi um pouco de sorte da família Gerdau, que a minha mãe casou com um inspetor geral do Deutsche Bank para a América Latina. Então, depois da guerra, ele entrou no negócio e entrou com uma visão internacional. Isso nos deu uma abertura intelectual, de curiosidade.

O Brasil tem essa característica muito forte de empresas familiares, e a Gerdau é um grande exemplo. Como garantir a boa governança e não misturar assuntos familiares nos negócios? Isso é um tema muito complexo. Tem um estudo de Harvard que indica que as empresas familiares têm uma rentabilidade média de 15% a 20% superior em relação às empresas totalmente abertas. Mas tem um outro lado. Tem uma frase popular que diz: 'pai pobre, filho rico, neto falido'.

Então, tem que ver se o neto tem “calo do balcão” ou não, como diria o Maluf. E, olha, fazer ter calo do balcão exige sacrifício. E a abundância de dinheiro é inimiga disso.

Acho que em termos acadêmicos não é debatido isso, mas o que define o sucesso das empresas é o domínio do core business [atividade principal da empresa]. No meu entender, o sucesso das empresas passa pelo domínio absoluto do core business.

Vou entrar em um tema delicado, mas os conselhos de administração no Brasil chegam às vezes a ser 100% ocupados por especialistas financeiros. Eu acho que a gestão financeira é decisiva na evolução dos negócios. Mas o que define o sucesso da empresa é a atualização e competência do core business.

Os idosos têm sido cada vez mais excluídos dos empregos formais. Como o sr. enxerga isso? É um tema interessante, porque, quando eu comecei minha vida empresarial, a idade média do Brasil era de 50 e poucos anos. Hoje no Brasil já estamos batendo lá nos 76, 78 anos. E continua subindo. As contas não fecham mais. Porque hoje, com essa elevação, os nossos próprios programas de aposentadoria no Brasil já estão dez anos atrasados.

Olha o exemplo da França, que não aceitou dois anos de aumento de aposentadoria, mas a idade média, provavelmente, cresceu 15 anos. As contas não fecham.

Nós temos aí um fenômeno que, provavelmente, cada vez mais gente vai ter que trabalhar com mais idade. Então, os processos de atualização e capacitação em relação às novas tecnologias têm que acontecer em todos os níveis.

Quais são as perspectivas de reconstrução do Rio Grande do Sul? Nós estamos ainda no momento de análise da dimensão do processo. Ainda é imensurável, tem cidades que 80% foram destruídas. O dinheiro para a reconstrução tem dimensões que, sem uma política nacional para ajudar, o Rio Grande do Sul sozinho não consegue. Eu estou muito preocupado, porque eu não senti ainda uma atitude de debate da realidade.

Por que a democracia brasileira não morreu?

Livro faz interpretação neoinstitucionalista do sistema político brasileiro

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Acaba de ser publicado pela Companhia das Letras “Por que a democracia brasileira não morreu?”, de Marcus André Melo e Carlos Pereira.

Os autores apresentam a interpretação neoinstitucionalista do funcionamento do sistema político brasileiro e, em seguida, investigam dois momentos: o impedimento da presidente Dilma e os riscos de retrocesso democrático com Bolsonaro. O livro termina com uma análise do terceiro mandato de Lula.

Os autores argumentam que o presidencialismo multipartidário brasileiro tem diversas instâncias decisórias com poder de veto: Congresso muito fragmentado, fruto de voto proporcional em distritos grandes; bicameral; uma Constituição Federal muito detalhada; a Suprema Corte tem inúmeras atribuições e forte poder de revisão legislativa; três níveis da Federação, entre outras.

Para contrabalançar a dificuldade decisória, a solução foi dotar a presidência da República de inúmeros instrumentos, tais como: medida provisória; grande espaço para vetos; e papel central na confecção do orçamento e na execução da parte discricionária.

Para que uma presidência muito forte não decaia em tirania, a Constituição Federal legou inúmeros poderes para os órgãos de controle: Judiciário, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, tribunais de conta etc. Esses órgãos, conjuntamente com uma imprensa livre e vigilante, constrangem arroubos iliberais da presidência da República.

A presidência da República tem dois tipos de instrumentos para passar a sua agenda no Congresso Nacional: compartilhar poder em torno de um programa de governo; e o varejo, isto é, liberação de emendas.

Em trabalho anterior, os autores mostram que presidentes que compartilham mais o governo empregam com menos intensidade o varejo. Isto é, os dois instrumentos de gestão da coalização são substitutos e não complementares.

A interpretação dos autores do impedimento da Dilma contrasta com a de Fernando Limongi, resenhada aqui na coluna de 20 de maio de 2023.

Marcus André e Carlos consideram que o quarteto comum a processos de impedimento de presidentes —povo na rua, crise econômica, escândalo de corrupção e perda de apoio no Congresso— também explica o impedimento da presidente.

A tentativa de silenciar a operação Lava Jato, que de fato ocorreu, reconhecem os autores, desempenhou, no entanto, papel secundário. Nesse sentido, e divergindo frontalmente de Limongi, para os autores, o impedimento de Dilma acompanhou o livro-texto.

A explicação dos autores para a sobrevivência da democracia entre nós em tempos polarizados tem duas partes. Na primeira, documentam que casos de recessão democrática são muito mais incomuns do que o sugerido pelo alvoroço do debate público. O surpreendente seria se nossa democracia sucumbisse.

Na segunda parte, focam o desenho institucional. Nosso sistema político altamente “consociativo”, isto é, com inúmeros pontos de vetos, dificulta muito qualquer aventura autoritária. No caso específico de Bolsonaro, o STF desempenhou papel importantíssimo, descrito em detalhe, mas também o Legislativo defendeu a democracia. Bolsonaro não conseguiu aprovar nenhuma legislação que enfraquecesse o STF.

O livro termina argumentando que as dificuldades de Lula 3 se devem menos ao enfraquecimento da presidência da República que, de fato ocorreu nos últimos anos, e mais às dificuldades de gestão dos governos petistas.

Em função da distância ideológica entre o partido do presidente e a ideologia média do Congresso Nacional, as administrações petistas compartilham pouco o governo e, portanto, empregam excessivamente o varejo, com todas as instabilidades que seguem dessa opção de gestão.

Toda a análise do livro está amplamente calcada na literatura acadêmica da ciência política e tem um tom descritivo, e não normativo, em que pese certo otimismo dos autores sobre a funcionalidade de nosso sistema político. Leitura mais do que recomendada.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Fazenda da família de Cole Mannix em Helmville, Montana, nos EUA Rebecca Stumpf/The New York Times

Montana aposta em frigorífico local contra domínio do Brasil

Estado americano tem mais gado do que pessoas, mas só 1% da carne consumida é criada e processada localmente

Susan Shain

HELENA (EUA) | THE NEW YORK TIMES Embora muitas pessoas tenham visões românticas das fazendas de Montana, nos EUA —com vastos vales, riachos gelados, montanhas cobertas de neve—, poucos entendem o que acontece quando o gado deixa essas pastagens. Acontece que a maioria não fica no estado.

Em Montana, o número de vacas é o dobro do de habitantes, mas apenas 1% da carne comprada pelas residências é criada e processada localmente, de acordo com a consultoria Highland Economics.

Como acontece no resto dos EUA, muitos habitantes do estado preferem comer carne vinda de lugares distantes como o Brasil.

O destino comum de uma vaca que começa a vida no pasto de Montana é: ela será comprada por um dos quatro frigoríficos dominantes —JBS, Tyson Foods, Cargill e Marfrig— que processam 85% da carne do país; transportada por empresas como Sysco ou US Foods, distribuidoras com um valor combinado de mais de US$ 50 bilhões; e vendida em um Walmart ou Costco, que juntos recebem quase metade dos gastos com alimentos nos Estados Unidos.

“Os frigoríficos têm muito controle”, diz Neva Hassanein, professora da Universidade de Montana que estuda sistemas alimentares sustentáveis. “Eles tendem a influenciar toda a cadeia de suprimentos.”

Cole Mannix, 40, está tentando escapar dessa armadilha. Ele cresceu trabalhando em fazendas, o que membros de sua família têm feito desde 1882, e quer garantir que a próxima geração, a sexta, tenha a mesma oportunidade.

Em 2021, Mannix cofundou a Old Salt Co-op, uma empresa que quer revolucionar a forma como as pessoas compram carne.

Enquanto muitos fazendeiros de Montana vendem seus animais para a máquina industrial multibilionária quando eles têm menos de um ano de idade, sem nunca mais vê-los ou lucrar com eles, o gado da Old Salt nunca sai das mãos da empresa.

As vacas são criadas pelas quatro fazendas que formam a Old Salt. Elas são abatidas e processadas em suas instalações de processamento de carne, e vendidas através de seus restaurantes, eventos comunitários e site. Os fazendeiros, que têm participação na empresa, lucram em todas as etapas.

Teria sido muito mais simples para a Old Salt abrir apenas uma instalação de processamento de carne, como alguns fazendeiros fizeram, e não se preocupar com restaurantes e eventos.

No entanto, foi aí que grande parte da atenção nacional se concentrou: a Casa Branca recentemente anunciou US$ 1 bilhão para processadores de carne independentes, citando a falta de concorrência aos principais frigoríficos.

Mas Mannix disse que isso não teria resolvido o outro problema que os fazendeiros enfrentam: a dificuldade de acessar distribuidores e clientes.

“Não importa se você tem uma boa instalação de processamento se não consegue vender o produto”, disse. “Você não pode reconstruir o sistema alimentar apenas jogando muito dinheiro em um componente desse sistema”.

A Old Salt é sua tentativa de reconstruir a coisa toda.

Andrew Mace, cofundador e diretor culinário da Old Salt, provavelmente não recomendaria começar cinco negócios em três anos. Mas ele disse que tudo isso faz parte do “plano muito ambicioso da empresa de reimaginar a economia local de carne”.

Embora Mace queira que todos os empreendimentos da Old Salt sejam lucrativos, o propósito maior deles é servir como veículos de marketing para o serviço de assinatura de carne —para os clientes se apaixonarem pelo contrafilé do restaurante Union e, em seguida, se inscreverem para receber o “pacote de bifes e costeletas” da empresa mensalmente.

Para os próximos cinco anos, o objetivo da Old Salt é vender carne para 10 mil famílias em todo o país por ano, acima das cerca de 800 atuais. Não será fácil: os americanos estão acostumados a comprar carne moída no supermercado, não em um site.

“É difícil interferir nos hábitos de gastos das pessoas e fazê-las entender que não estão apenas comprando carne, estão investindo nas paisagens locais”, disse Mace.

Unir quatro fazendas sob uma única marca também permitiu aos membros reunir seus produtos e recursos de marketing, em vez de competir uns contra os outros.

“Tem que ter coragem para fazer o que eles estão fazendo, mas precisamos de pessoas na vanguarda para mostrar o caminho”, disse a professora da Universidade de Montana, Neva Hassanein.

Cafés com indicação geográfica crescem no mercado nacional

David Lucena

SÃO PAULO As regiões produtoras de café do Brasil investem no reconhecimento das áreas como territórios com indicação geográfica (IG), a fim de agregar valor ao produto, melhorar práticas socioambientais e alcançar novos mercados.

As IGs consistem em um selo –que no Brasil é conferido pelo Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)– que reconhece uma região célebre pela produção de determinado produto.

Ela pode ser uma indicação de procedência (IP), que apenas delimita a região que tenha se tornado conhecida como centro de produção, ou denominação de origem (DO), que designa um produto cujas qualidades se devam ao meio geográfico.

Essa última, de obtenção mais difícil, é o que ocorre na Europa com o espumante da região de Champagne, na França, ou os queijos parmigiano reggiano, na Itália.

A primeira região cafeeira a obter a IG no Brasil foi o Cerrado Mineiro, cujo café passou a ter denominação de origem em 2013. De lá para cá, outras áreas produtoras correram atrás do reconhecimento, e hoje o Brasil tem 14 regiões com indicação geográfica —sendo nove com IPs e cinco com DOs.

“Nossa inspiração foram as regiões europeias com denominação de origem, como a do espumante Champagne, o vinho Brunello di Montalcino, o queijo parmigiano reggiano, dentre outras, que se organizaram e criaram um processo de produção e governança em seus territórios”, diz Juliano Tarabal, diretor executivo da Federação dos Cafeicultores do Cerrado. A cafeicultura brasileira não é a única a correr atrás desse reconhecimento. Produtores, como Colômbia, Guatemala e Costa Rica, também têm investido na promoção de suas regiões.

No mês passado, as 14 IGs brasileiras criaram um instituto para coordenar ações, com apoio do Sebrae, da Agência Brasileira de Desenvolvimento da Indústria (ABDI) e do Instituto CNA.

Compõem a entidade as seguintes regiões: Conilon do Espírito Santo; Montanhas do Espírito Santo; Caparaó; Região da Canastra; Região das Matas de Minas; Campo das Vertentes; Mantiqueira de Minas; Região do Cerrado Mineiro; Sudoeste de Minas; Região de Pinhal; Região de Garça; Alta Mogiana; Norte Pioneiro do Paraná; e Matas de Rondônia.

Entre as principais iniciativas do grupo está a criação de uma plataforma unificada de rastreabilidade, que deverá ser lançada neste ano.

Quando uma região recebe uma IG, os produtores daquela área normalmente estão reunidos em uma associação. Essa associação tem um corpo de governança que auxilia os agricultores em vários aspectos, como, por exemplo, o processo para obter os certificados de rastreabilidade, algo que pode ser complexo e demasiadamente custoso para os micro e pequenos produtores.

Como cafeicultores são majoritariamente donos de pequenas fazendas —muitas vezes praticando uma agricultura familiar—, ter esse apoio das associações pode ser essencial para que ele obtenha certificados e promova a rastreabilidade. Assim, consegue vender para empresas internacionais, que exigem comprovação de boas práticas socioambientais.

“A IG é uma ferramenta fundamental na rastreabilidade e acesso a mercados, pois é um certificado de origem e qualidade que engloba todo o território demarcado, levando a história, o processo de produção e a sustentabilidade dos cafés”, diz Tarabal.

A UE, por exemplo, aprovou uma lei —que começa a valer no final deste ano— que determina que alguns produtos agrícolas, como o café, somente podem ser comercializados em solo europeu se houver comprovação de que o produto não foi cultivado em área desmatada. Essa comprovação requer aparato tecnológico cuja aquisição e implementação muitas vezes não é viável para pequenos produtores.

Esse regulamento gerou preocupação na cafeicultura nacional porque cerca de metade de todo o café que o Brasil exporta tem como destino a UE. Com isso, tornou-se ainda mais importante para os cafeicultores a formação de associações.

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

Imóvel Residencial
Piracicaba/SP

Imóvel de 2 pavimentos com 127 m² de construção e área de terreno de 125 m². Composto por garagem, área de serviço e cobertura com churrasqueira.

Leilão 25/06 - 09:00hs

Avaliação R$ 196.600,82 | Lances a partir de R$ 190.050,08

Juíza: Exma. Dra. Fabíola H. de Paula Roque Lucato
1ª Vara de Família e Sucessões de Piracicaba/SP

Terreno Rural
Canapi/AL

Sítio denominado cachoeira velha 1 e 2 com área de 24,8 e 37,8 hectares, totalizando uma área de 62,6 hectares.

1º Leilão 25/06 - 09:00hs
2º Leilão 25/06 - 10:00hs

Avaliação R$ 488.332,62 | Lances a partir de R$ 244.166,31

Juiz: Exmo. Dr. Thiago Augusto Lopes de Morais
Vara do Único Ofício de Mata Grande/AL

Apartamento com 160 m²
São Paulo/SP

Imóvel no Ed. Orlais Ribeiro Bueloni Filho, composto por salas 2 ambientes, terraço, lavabo, 3 dorms, 1 suíte, banheiro, cozinha, área de serviço, banheiro e dorm. de empregada.

Leilão 25/06 - 09:30hs

Avaliação R$ 1.141.179,02 | Lances a partir de R$ 684.707,41

Juíza: Exma. Dra. Samira de Castro Lorena
4ª Vara Cível Foro Regional III – Jabaquara/SP

Apartamento com 67 m²
Bairro Jardim Anália Franco/SP

Imóvel no Agulhas Negras Condominium, localizado a 2 min. do Shopping Anália Franco e a 13 min. da Av. Salim Farah Maluf.

Leilão 25/06 - 09:30hs

Avaliação R$ 713.536,48 | Lances a partir de R$ 428.121,88

Juiz: Exmo. Dr. João Guilherme Ponzoni Marcondes
5ª Vara Cível de Barueri/SP

Imóvel Residencial
Osasco/SP

Prédio assobradado com 316 m² de construção e terreno com área de 304 m², composto por 4 dorms, 3 suítes, 5 banheiros e 6 vagas de garagem.

Leilão 25/06 - 09:30hs

Avaliação R$ 870.000,00 | Lances a partir de R$ 811.849,20

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Svartman Poyares Ribeiro
6ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

Imóvel Residencial
Jandira/SP

Imóvel com 104 m² de construção e terreno com área de 267 m². Localizado a 5 min. da Estr. Velha de Itapevi e a 7 min. do centro da cidade.

Leilão 25/06 - 09:30hs

Avaliação R$ 407.474,69 | Lances a partir de R$ 244.484,81

Juiz: Exmo. Dr. André Luiz Tomasi de Queiróz
1ª Vara Cível de Jandira/SP

Apartamento com 112 m²
Franca/SP

Imóvel no Condomínio Diamonds Residence, composto por 2 dorms, 1 suíte, sala estar, sala jantar, cozinha, varanda, banheiro, área de serviço e 2 vagas de garagem.

1º Leilão 25/06 - 11:00hs
2º Leilão 17/07 - 11:00hs

Avaliação R$ 664.547,37 | Lances a partir de R$ 531.637,90

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

Imóvel Comercial
ID 6803
Bairro Nossa Senhora do Ó/SP

Imóvel no Residencial Colina Verde com vaga de garagem. Localizado a 16 min. do centro da cidade.

1º Leilão 03/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 2.200.000,00 | Lances a partir de R$ 1.320.000,00

Juíza: Exma. Dra. Sabrina Salvadori S. Severino
6ª Vara Cível do Foro Reg. XII - Nossa Senhora do Ó/SP

Apartamento com 41 m²
ID 6770
Bairro Jardim Boa Vista/SP

Imóvel no Condomínio Residencial Granada, localizado a 3 min. do Parque Chico Mendes e a 6 min. da Rod. Raposo Tavares.

1º Leilão 08/07 - 09:00hs
2º Leilão 29/07 - 09:00hs

Avaliação R$ 230.283,51 | Lances a partir de R$ 161.198,45

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI - de Pinheiros/SP

Imóvel Residencial
ID 4179
São José do Rio Preto/SP

Imóvel com 48 m² de construção e terreno com área de 252 m², composto por 3 dorms e edícula nos fundos. Localizado a 6 min. da Rod. Transbrasiliana e a 15 min. do centro da cidade.

1º Leilão 08/07 - 09:00hs
2º Leilão 29/07 - 09:00hs

Avaliação R$ 362.482,21 | Lances a partir de R$ 289.985,77

Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

Imóvel Industrial
Osasco/SP

Imóvel industrial com área de 13.353 m² de terreno e 8.344m² de instalações fabris. Composto por 11 galpões e localizado às margens da Marginal Tietê.

1º Leilão 25/06 - 14:00hs
2º Leilão 25/06 - 15:00hs

Avaliação R$ 18.807.000,00 | Lances a partir de R$ 9.403.500,00

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de Guarujá/SP

Terreno Urbano
São Paulo/SP

Terreno com área de 1.170 m², composto por uma guarita de estacionamento de 20 m². Localizado na Praça da Sé, região central de São Paulo.

1º Leilão 29/07 - 15:00hs
2º Leilão 29/07 - 16:00hs

Avaliação R$ 12.936.895,01 | Lances a partir de R$ 9.055.826,51

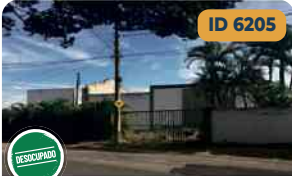
Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Imóvel Residencial
Hortolândia/SP

Imóvel com 81 m² de construção e terreno de 580 m². Localizado a 10 min. do Shopping Hortolândia e a 12 min. da Rodovia dos Bandeirantes.

1º Leilão 08/07 - 09:00hs
2º Leilão 29/07 - 09:00hs

Avaliação R$ 557.458,45 | Lances a partir de R$ 390.220,91

Juiz: Exmo. Dr. Carlos Eduardo Mendes
8ª Vara Cível de Campinas/SP

Terreno Urbano
Pindamonhangaba/SP

Terreno com 770 m² no loteamento Vitória Vale II. Composto por galpão de 300 m², cercado com muros de alvenaria e portões de aço. Localizado a 3 min. da Rod. Presidente Dutra.

1º Leilão 08/07 - 09:30hs
2º Leilão 29/07 - 09:30hs

Avaliação R$ 742.486,93 | Lances a partir de R$ 445.492,15

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

Imóvel Residencial
Lins/SP

Imóvel no Conj. Habitacional Monsenhor Pasetto com 107 m² de construção e terreno de 200 m². Composto por sala, 3 dorms, cozinha, banheiro e garagem.

1º Leilão 08/07 - 09:30hs
2º Leilão 29/07 - 09:30hs

Avaliação R$ 233.035,49 | Lances a partir de R$ 223.714,07

Juiz: Exmo. Dr. Carlos Eduardo Vieira Ramos
Vara Única de Cesário Lange/SP

Imóvel Residencial
Espírito Santo do Pinhal/SP

Imóvel com 252 m² de construção e terreno com área de 353 m². Localizado a 3 min. da Galeria do Brás e a 7 min. da Rod. Eng. Marcello de Oliveira Borges.

1º Leilão 08/07 - 14:00hs
2º Leilão 29/07 - 14:00hs

Avaliação R$ 718.759,12 | Lances a partir de R$ 359.379,56

Juíza: Exma. Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho
1ª Vara Cível de Espírito Santo do Pinhal/SP

Apartamento com 150 m²
ID 4866 — DESOCUPADO
Guarujá/SP

Imóvel cobertura tipo duplex no Edifício Cancun, composto por 4 dorms com suítes, 3 salas, cozinha, lavabo, área de serviço, 2 varandas, piscina, churrasqueira e 3 vagas de garagem.

1º Leilão 08/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 1.192.949,66 | Lances a partir de R$ 596.474,83

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

Terreno Urbano
ID 6731 LOTE 1
Guarulhos/SP

Terreno com área de 2.041 m². Localizado às margens da Rod. Ayrton Senna e a 14 min. do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Leilão 08/07 - 14:00hs

Avaliação R$ 1.732.602,55 | Lances a partir de R$ 1.732.602,55

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Apartamento com 161 m²
Franca/SP

Imóvel no Cond. Residencial Terraço D'itália, composto por 3 suítes, 2 salas, varanda, lavabo, cozinha, área de serviço, banheiro, despensa e 3 vagas de garagem.

1º Leilão 08/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 1.600.000,00 | Lances a partir de R$ 960.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

Imóvel Residencial
Espírito Santo do Pinhal/SP

Imóvel com 271 m² de construção e terreno com área de 581 m². Localizado a 3 min. da Av. Washington Luís e a 6 min. do centro da cidade.

1º Leilão 08/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 767.705,56 | Lances a partir de R$ 383.852,78

Juíza: Exma. Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho
1ª Vara Cível de Espírito Santo do Pinhal/SP

Galpão
Boca da Mata/AL

Imóvel e lote de terras com área de 1.124 m². Composto por galpão de alvenaria, torre de telefonia móvel e oficina mecânica.

1º Leilão 17/07 - 09:00hs
2º Leilão 17/07 - 10:00hs

Avaliação R$ 468.337,00 | Lances a partir de R$ 234.168,50

Juiz: Exmo. Dr. Vinicius Augusto de Souza Araujo
Vara do Único Ofício de Boca da Mata/AL

Galpão
ID 6278 LOTE 1
São José do Rio Preto - SP

Imóvel com área de terreno de 1.034 m², propriedade da falida Banco Empresarial S.A. Localizado a 2 min. da Rod. Washington Luís e a 5 min. do Plaza Shopping.

1º Leilão 17/07 - 14:00hs
2º Leilão 17/07 - 15:00hs

Avaliação R$ 3.251.525,28 | Lances a partir de R$ 2.276.067,70

Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

Imóvel Residencial
São José do Rio Preto - SP

Imóvel com 375 m², composto por sala ampla, 4 banheiros, escritório, lavanderia, cozinha, 3 suítes, cobertura nos fundos com quintal e piscina.

1º Leilão 17/07 - 14:00hs
2º Leilão 17/07 - 15:00hs

Avaliação R$ 1.502.002,55 | Lances a partir de R$ 1.126.501,91

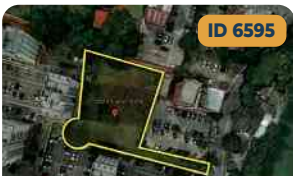
Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

Imóvel Residencial
Bairro Butantã/SP

Imóvel com 186 m² de construção e terreno com área de 160 m². Composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, sala, cozinha, 2 banheiros, lavanderia, depósito, edícula e 2 vagas de garagem.

1º Leilão 29/07 - 10:30hs
2º Leilão 29/07 - 11:30hs

Avaliação R$ 630.625,78 | Lances a partir de R$ 315.312,89

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Terreno Urbano
São Paulo/SP

Fração de 1,78571432% do terreno condominial com área de 2.370m², reservado para a construção do prédio (bloco 33), do Conjunto Residencial Parque das Orquídeas em São Paulo/SP.

1º Leilão 29/07 - 15:30hs
2º Leilão 29/07 - 16:30hs

Avaliação R$ 3.257.016,33 | Lances a partir de R$ 1.628.508,16

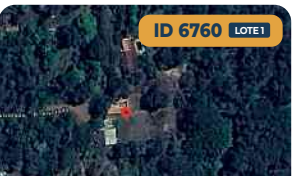
Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Apartamento com 87 m²
Bairro Vila Madalena/SP

Imóvel no Edifício Andréa composto por 2 suítes e vaga de garagem. Localizado a poucos metros da Praça Pôr do Sol e a 4 min. da Marginal Pinheiros.

1º Leilão 29/07 - 15:30hs
2º Leilão 29/07 - 16:30hs

Avaliação R$ 1.135.560,58 | Lances a partir de R$ 681.336,34

Juíza: Exma. Dra. Renata Soubhie Nogueira Borio
2ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Terreno Rural
ID 6760 LOTE 1
Franca/SP

Fração de 0,64510% de imóvel rural com área de 76.000 m². Composto por residência de 190 m² e piscina. Localizado a 8 min. da Rod. Tancredo de Almeida Neves.

Leilão 06/08 - 11:00hs

Avaliação R$ 448.628,30 | Envie sua Proposta!

Juiz: Exmo. Dr. Milena de Barros Ferreira
5ª Vara Cível de Franca/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 — 11 95577 1200 — www.leje.com.br — @lejeoficial — Leilão Judicial Eletrônico

SINPCRESP
SINDICATO DOS PERITOS CRIMINAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo – SINPCRESP – entidade de primeiro grau, com base territorial no Estado de São Paulo, sediada na RUA ITAJOBI, Nº 4, PACAEMBU, SÃO PAULO/SP, representado pelo seu Presidente, que no uso de suas atribuições estatutárias (art. 11º, alínea 'a') convoca todos os Peritos Criminais sindicalizados em pleno gozo de seus direitos, conforme os estatutos, para Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual será realizada de forma virtual conforme previsão estatutária (artigo 10º A). **A AGE será realizada por meio de videoconferências, cujo link de acesso será disponibilizado a todos trinta (30) minutos antes do início, como segue: No sexta-feira 28 de junho de 2024, às 10:00 horas em primeira convocação, desde que presente no mínimo a maioria absoluta dos associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, e às 10h30m em segunda convocação, com qualquer número, para Prestação de contas do ano de 2022**. Esta AGE ocorrerá de forma eletrônica (virtual), exclusivamente, conforme previsão. O link de acesso a sala de videoconferência e as orientações gerais para participação, serão disponibilizados, bem como a pauta do dia, será apresentada no sítio eletrônico do SINPCRESP, na página http://sinpcresp.org.br/posts/age-28-06-2024-assembleia-geral-extraordinaria-sinpcresp-prestacao-de-contas-2022 . A AGE será realizada no sexta-feira 28 de junho de 2024, às 10:00 horas em primeira convocação, desde que presente no mínimo a maioria absoluta dos associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, e às 10h30m em segunda convocação, com qualquer número. A decisão deliberada nesta AGE prevalecerá para todos os efeitos. São Paulo, 21 de junho de 2024. EDUARDO BECKER TAGLIARINI – Presidente do SINPCRESP.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
Avenida Antonio Paschoal nº 175 - CEP 14160-005 – Fone: (16) 3942-5618
COMARCA DE SERTÃOZINHO – ESTADO DE SÃO PAULO
Oficial: José Antonio Rodrigues Francisco
Substituta do Oficial: Andréia C. Corbo Mussin Storto

Loteamento Residencial e Comercial
"RESIDENCIAL NEVADA I"
Barrinha/SP
EDITAL

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES FRANCISCO, Oficial do Registro de Imóveis e Anexos desta Comarca de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na forma da Lei.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por parte das proprietárias: **LOTEAMENTO SÉRGIO VELLUDO LIMITADA**, CNPJ nº 25.999.346/0001-76 e NIRE nº 35230035255, com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Campos Sales nº 824, apartamento nº 201, **SEVEROS – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob n° 52.241.190/0001-32 e NIRE 35262226901, com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Rui Barbosa nº 500, apto 133, Centro, **GRANADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 52.471.126/0001-48 e NIRE 35262365803, com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Presidente Vargas nº 1265, Jardim São Luiz, **G.R MEIRELLES - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 52.916.639/0001-15 e NIRE 35262612941, com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Carlos Chagas nº 179, **ELISA MEIRELLES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 53.164.787/0001-93 e NIRE 35262753544, com sede na cidade de Guarujá/SP, na Avenida Puglisi nº 195, apto 84, bairro Pitangueiras, **A.F. MEIRELLES FAZENDA BARRINHA II SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 52.287.467/0001-68 e NIRE 35262261196, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Princesa Leopoldina nº 595, apto. 22, bairro Alto da Lapa, foram apresentados e depositados neste Ofício Registral, situado na Avenida Antonio Paschoal nº 175, os documentos necessários e exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, **Lei do Parcelamento do Solo Urbano**, para o registro do loteamento denominado **"RESIDENCIAL NEVADA I"**, situado no perímetro urbano do município de Barrinha, desta comarca de Sertãozinho, composto por lotes residenciais/comerciais, tendo acessos principais pelas Avenidas Presidente Castelo Branco, Avenida Antônio Carlos Lisboa e Avenida Américo Dezorzi, contendo 939 (novecentos e trinta e nove) lotes, distribuídos em 28 (vinte e oito) quadras, designadas numericamente por quadras 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, contendo ainda áreas públicas compostas por: Sistema Viário; 03 (três) Áreas Verdes; 01 (uma) Área Institucional; e, 02 (dois) Sistemas de Lazer. Os Lotes (área vendável) totalizam 192.683,49 metros quadrados, ou 49,5490% da gleba; o Sistema Viário contém 116.055,26 metros quadrados ou 29,8438% da gleba; as Áreas Verdes contêm 43.173,57 metros quadrados, ou 11,1022% da gleba; a Área Institucional contém 7.677,91 metros quadrados, ou 1,9744% da gleba; e, os Sistemas de Lazer contêm 29.284,77 metros quadrados, ou 7,5306% da gleba, sendo de **trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco (388.875,00 m²) metros quadrados** a área global, adquirida conforme **Matrícula 95.431** de 26 de abril de 2023, e os registros nºs **R.3/95.431** de 20 de março de 2024, **R.4/95.431** de 20 de março de 2024, **R.6/95.431** de 26 de março de 2024, **R.7/95.431** de 08 de abril de 2024, e **R.8/95.431** de 26 de abril de 2024, todos do Livro 2 – Registro Geral, deste Ofício, cujo imóvel confronta no todo com a faixa de domínio de propriedade de RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A, com a Fazenda Barrinha - Gleba A2, com o loteamento Jardim California I e II, com o loteamento Jardim Vera Lucia I e II, e com o prédio de propriedade da Prefeita Municipal de Barrinha – Ginásio de Esportes (matrícula 28.509). O projeto foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Barrinha/SP em 06 de dezembro de 2023 (Proc. 12/2215), Decreto Municipal nº 044/2023 de 04 de dezembro de 2023; aprovado pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB em 10 de outubro de 2023, Certificado nº 330/2023. **RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS**: São aquelas impostas no contrato padrão de venda de lotes e pela Prefeitura Municipal de Barrinha, em legislação própria aplicável a loteamentos urbanos, conforme zoneamento por ela determinado. Os lotes terão como uso urbanístico a destinação residencial/comercial (mista), e não poderão ter sua destinação alterada ou utilização modificada, a não ser em virtude de lei, conforme artigo 6º, inciso II, do Decreto Municipal nº 044/2023. Decorrido o prazo de quinze (15) dias contados da data da última publicação deste edital, em periódico diário em três (3) dias consecutivos, **não havendo qualquer impugnação e cumpridas as demais formalidades legais**, será feito o registro do loteamento. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente edital, **ficando os documentos à disposição dos interessados para exame durante as horas regulamentares do expediente do Ofício.** Sertãozinho, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro (21/06/2024). Eu, _________, Andréia Cristina Corbo Mussin Storto, Substituta do Oficial, conferi, subscrevi e assino.

A Substituta do Oficial:
ANDRÉIA CRISTINA CORBO MUSSIN STORTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O SIPROEM - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PUBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO FELIZ ALUMINIO, ARAÇARIGUAMA, ARAÇOIABA DA SERRA, BOITUVA, CAPELA DO ALTO, CERQUILHO, CESARIO LANGE, IBIÚNA, IPERÓ, MAIRINQUE, SALTO, SÃO ROQUE, SOROCABA, TATUÍ, TIETE E VOTORANTIM - CNPJ 11.889.304/0001-78, por seu representante legal abaixo assinado, convoca os associados, em gozo de seus direitos estatutários para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10:30 h em primeira chamada e às 11 h em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes, que ocorrerá em sua sede, Rua Barão do Rio Branco, 176 - Centro, para deliberação e aprovação, sobre o art. 16°, letra "q" de seu Estatuto Social. Sandra Maria Sampaio Nunes, Presidente. Porto Feliz, 23 de junho de 2024.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA megaleilões

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças – Cédula de Crédito Bancário de nº 10173494304, datado de 07.04.2022, no qual figuram como fiduciantes **Luiz Carlos Perez Santos Junior,** brasileiro, empresário, portador da CNH nº 02647935304 DETRAN/SP, inscrito no CPF nº 272.061.548-08 e sua mulher **Debora Gushiken Perez**, brasileira, empresária, portadora da CNH nº 01708355906 DETRAN/SP, inscrita no CPF nº 213.846.868-27, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo - SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 01 de julho de 2024, às 15h00,** no endereço do leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 620.487,74 (seiscentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pela Casa 02 (geminada) e respectiva fração ideal do terreno (Lote 890, da Quadra 48), localizada à Rua Rio Preto, 106 B, do loteamento Jardim do Lago, no Bairro do Piqueri, Zona Urbana do Município e Comarca de Atibaia - SP. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 138.180 do Registro de Imóveis de Atibaia - SP.** Obs.: **i)** Áreas: privativa edificada de 115,17m², sendo: 59,68m² no pavimento térreo e 55,49m² no pavimento superior, área de terreno privativa acessória de 81,525m², e 25,295 de área comum; correspondendo-lhe no terreno do condomínio uma fração ideal de 50,00%; **ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador; **iii)** Ocupada. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **11 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 615.399,45 (seiscentos e quinze mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

SINPCRESP
SINDICATO DOS PERITOS CRIMINAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo – SINPCRESP – entidade de primeiro grau, com base territorial no Estado de São Paulo, sediada na RUA ITAJOBI, Nº 4, PACAEMBU, SÃO PAULO/SP, representado pelo seu Presidente, que no uso de suas atribuições estatutárias (art. 11º, alínea 'a') convoca todos os Peritos Criminais sindicalizados em pleno gozo de seus direitos, conforme os estatutos, para Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual será realizada de forma virtual conforme previsão estatutária (artigo 10º A). **A AGE será realizada por meio de videoconferências, cujo link de acesso será disponibilizado a todos trinta (30) minutos antes do início, como segue: No quinta-feira 27 de junho de 2024, às 16:00 horas em primeira convocação, desde que presente no mínimo a maioria absoluta dos associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, e às 16h30m em segunda convocação, com qualquer número, para Prestação de contas do ano de 2021**. Esta AGE ocorrerá de forma eletrônica (virtual), exclusivamente, conforme previsão. O link de acesso a sala de videoconferência e as orientações gerais para participação, serão disponibilizados, bem como a pauta do dia, será apresentada no sítio eletrônico do SINPCRESP, na página http://sinpcresp.org.br/posts/age-27-06-2024-assembleia-geral-extraordinaria-sinpcresp-prestacao-de-contas-2021 . A AGE será realizada no quinta-feira 27 de junho de 2024, às 16:00 horas em primeira convocação, desde que presente no mínimo a maioria absoluta dos associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, e às 16h30m em segunda convocação, com qualquer número. A decisão deliberada nesta AGE prevalecerá para todos os efeitos. São Paulo, 21 de junho de 2024. EDUARDO BECKER TAGLIARINI – Presidente do SINPCRESP.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente edital, a Diretoria do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DA FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL, ETANOL, BIOETANOL E BIOCOMBUSTÍVEL DE ARAÇATUBA E REGIÃO-SP**, no uso das atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os trabalhadores associados ou não das empresas: **JBS S/A - Fabricação de Biocombustíveis, Exceto Álcool (CNPJ 02.916.265/0133-00); JBS S/A - Recuperação de Materiais Não Especificados Anteriormente (CNPJ 02.916.265/0090-35); JBS S/A - Fabricação de Sabões e Detergentes Sintéticos (CNPJ 02.916.265/0173-05); JBS S/A - Fabricação de Adubos e Fertilizantes Organo-minerais (CNPJ 02.916.265/0360-08) e NEWDROP QUÍMICA LTDA - Fabricação de Produtos de Limpeza e Polimento (CNPJ 10.287.484/0001-55)**, para reunirem-se em **ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS,** que se realizarão nos dias e horários conforme disposições abaixo: **01 - No dia 26 de junho de 2024 (quarta-feira), a partir das 10h00min, nas dependências internas das empresas JBS S/A - (Fabricação de Biocombustíveis, Exceto Álcool); JBS S/A - (Recuperação de Materiais Não Especificados Anteriormente); JBS S/A - (Fabricação de Sabões e Detergentes Sintéticos), ambas situadas na Rodovia BR 153, Km 179, no município de Lins/SP; 02 - No dia 27 de junho de 2024 (quinta-feira), a partir das 10h00min, nas dependências internas da empresa JBS S/A - (Fabricação de Adubos e Fertilizantes Organo-minerais), situada na Via de Acesso Adão Afonso Costa, Km 07+600mts, Zona Rural, no município de Guaiçara/SP, e 03 - No dia 27 de junho de 2024 (quinta-feira), a partir das 17h00min, com os trabalhadores da empresa NEWDROP QUÍMICA LTDA, na portaria da empresa, localizada na Rua Bauru nº 964, Bairro São Benedito, no município de Lins-SP;** para deliberarem a seguinte ordem do dia: A) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada as respectivas empresas; B) Outorga de poderes à entidade sindical, por seus representantes legais, para encaminhamento das negociações coletivas, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao MTB, constituir comissão de negociação e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, assistido pela Federação da categoria; C) Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições a favor da entidade sindical; D) Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações coletiva; Não havendo número suficiente e estatutário para a realização das Assembleias em primeira convocação, nos horários supramencionados, as mesmas serão realizadas uma hora após, nos mesmos dias e locais, com qualquer número de trabalhadores presentes, para os efeitos de direito. Obs: Fica desde já assegurado o direito de oposição ao desconto da contribuição a ser estipulada no item "C", no prazo máximo de 10 dias a partir da deliberação desta Assembleia, onde o interessado deverá manifestar-se junto à secretaria do Sindicato. Araçatuba/SP, 22 de junho de 2.024. **José Roberto da Cunha - Diretor-Presidente.**

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO DA FMRP-USP
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES:
MÉDICO I
JORNADA: 20H SEMANAIS
ÁREAS:
◈ **CLÍNICA MÉDICA HOSPITALISTA - U.E.** Ed. Nº 21/2024 - (1 VAGA)
◈ **PSIQUIATRIA – EMERGÊNCIAS PSIQUIÁTRICAS** Ed. Nº 22/2024 - (1 VAGA)
◈ **GASTROENTEROLOGIA E HEPATOLOGIA PEDIÁTRICA** Ed. Nº 23/2024 - (1 VAGA)
◈ **ANESTESIOLOGIA** Ed. Nº 24/2024 - (1 VAGA)
◈ **ATAS (FONOAUDIÓLOGO)** para área de dispositivos eletrônicos aplicados à surdez Ed. Nº 25/2024 (1 VAGA)
JORNADA: 30H SEMANAIS
PERÍODO DE INSCRIÇÃO:
As inscrições serão efetuadas através da Internet no site **www.hcrp.usp.br** no período entre:
00:00h do dia 24/06 às 14:00h do dia 08/07/2024
Valor da Taxa Inscrição: R$ 116,69
Os Editais na íntegra encontram-se no site www.hcrp.usp.br

CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS
(somente para os candidatos inscritos)
- OBJETIVA/DISSERTATIVA E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS
DATA: 17/07/2024 - 18h00m
LOCAL: ANFITEATRO DO CEAPS - 2.º ANDAR do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto da FMRP-USP - Campus Universitário s/n - Monte Alegre - Ribeirão Preto-SP.
(Aguardar na Portaria Principal do Hospital).

mercado

Ônibus equipado com bateria que usa nióbio Divulgação

Ônibus elétrico com bateria de nióbio recarrega em 10 minutos

Tecnologia possibilita rodar continuamente, com paradas para reabastecimento ao longo da rota

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Eduardo Sodré

ARAXÁ (MG) "O senhor já ouviu falar em nióbio?", perguntava Éneas Carneiro (1938-2007) diretamente para a câmera, em vídeo de campanha de 1996. Em resposta, a dra. Havanir, então candidata à Prefeitura de São Paulo, dizia: "O nióbio é o metal do próximo século, que permite construir aviões supersônicos."

O próximo século chegou e, com ele, novas aplicações para o elemento. Ele está presente na bateria do futuro ônibus elétrico da VWCO (Volkswagen Caminhões e Ônibus).

O nióbio substitui o grafite no ânodo (polo negativo) da bateria de íon-lítio. O metal é combinado ao titânio e, segundo os desenvolvedores, permite recargas mais rápidas, além de maior durabilidade.

O ônibus de piso baixo foi construído com base no Volkswagen e-Delivery, primeiro caminhão 100% elétrico produzido no Brasil. A fábrica fica em Resende (RJ).

O primeiro e-Bus da Volks será lançado em agosto, mas ainda com as baterias convencionais, sem nióbio.

A nova tecnologia segue em desenvolvimento avançado, embora não haja uma data de chegada ao mercado. A expectativa das empresas envolvidas é que o lançamento comercial ocorra ao longo de 2025.

A autonomia é baixa, apenas 60 quilômetros. Isso, contudo, é compensado pela recarga ultrarrápida.

Segundo a VWCO, é possível recuperar a energia em 10 minutos quando o veículo está plugado em um pantógrafo (acoplagem no teto) de 300 kW. Essa solução possibilita rodar continuamente, com paradas para reabastecimento ocorrendo em instalações adequadas ao longo da rota.

O processo é mais prático com esse sistema, segundo Rodrigo Chaves, vice-presidente de engenharia da Volkswagen Caminhões e Ônibus. Mais de 90% das aplicações serão para o uso metropolitano no transporte público.

Durante a demonstração, o reabastecimento foi concluído em 8 minutos e 37 segundos. No término, o pantógrafo foi desconectado automaticamente.

Já os ônibus elétricos convencionais, embora tenham maior autonomia, exigem que a recarga seja feita nas garagens das empresas em um processo mais longo, que exige maior infraestrutura, com parada do veículo por algumas horas.

O modelo da Volks está equipado com quatro packs de bateria, e cada um tem até 30 kWh de capacidade. Estima-se que a durabilidade seja superior a 10 mil ciclos de recarga.

De acordo com a VWCO, o acumulador com nióbio é mais estável, o que reduz o acúmulo de dendritos —que são cristais de lítio que se formam a partir dos ânodos e podem prejudicar o rendimento do equipamento.

A tecnologia para a nova bateria foi desenvolvida pela japonesa Toshiba em parceria com a CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), maior produtora de nióbio do mundo.

Sediada em Araxá, a empresa brasileira é controlada pela família Moreira Salles, que detêm 70% da companhia. Chineses, japoneses e sul-coreanos dividem os 30% restantes. Há capacidade para produzir 150 mil toneladas de nióbio por ano.

O Brasil é responsável por aproximadamente 90% do nióbio produzido no mundo. Dos metais críticos para a transição energética, é o mais abundante no Brasil.

O jornalista viajou a convite da VWCO e da CBMM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O SIPROEM - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO FELIZ, ALUMÍNIO, ARAÇARIGUAMA, ARAÇOIABA DA SERRA, BOITUVA, CAPELA DO ALTO, CERQUILHO, CESARIO LANGE, IBIÚNA, IPERÓ, MAIRINQUE, SALTO, SÃO ROQUE, SOROCABA, TATUÍ, TIETÊ E VOTORANTIM CNPJ 11.889.304/0001-78, por seu representante legal abaixo assinado, convoca os seus associados, em gozo de seus direitos estatutários para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10:30 h em primeira chamada e às 11 h em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes, que ocorrerá em sua sede, Rua Barão do Rio Branco, 176-Centro, para deliberação e aprovação, sobre o art.4º, letra "d" e art. 12º de seu Estatuto Social. Sandra Maria Sampaio Nunes, Presidente. Porto Feliz, 23 de junho de 2024.

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS IDENTURE BRASIL ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA CNPJ sob o no 50.029.301/0001-16

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada IDENTURE BRASIL ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA, cadastrada no CNPJ sob o no 50.029.301/0001-16, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 05 de julho de 2024, às 10 horas, em seu escritório sito à Rodovia Gastão Dal Farra, SN, KM 7. A reunião versará sobre os seguintes pontos:

1) Saída/entrada de sócios e investidores;

Em obediência aos arts. 1. 07 4 e 1. 07 9 do Código Civil (Lei Federal no 10.046, de 10 de janeiro de 2002, a Reunião de Sócios instala-se, com 3/ 4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através da outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e atos autorizados.

Contando com a presença e participação de V.S.as, subscrevo-me.

Botucatu - SP, 11 de junho de 2024.

Atenciosamente, Anderson Pires Macorin

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

megaleilões

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças – Cédula de Crédito Bancário de nº 10153457701, datado de 17.12.2020, no qual figura como fiduciante **Luzia Cristina Costa de Melo,** brasileira, divorciada, médica, portadora do RG nº 1012456561-SSP/RS, inscrita no CPF nº 404.980.180-91, residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 01 de julho de 2024, às 15h00,** no endereço do leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.321.350,84 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído por uma Casa residencial e respectivo terreno (Lote 13 da Quadra Letra "C"), situada na Rua Azurita nº 119, do Loteamento denominado "Nova Higienópolis", no Bairro Votupoca, no município de Jandira, Comarca de Barueri - SP. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 25.093 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Barueri - SP.** Obs.: **i)** Áreas: total construída de 383,39m² (sendo 362,50m² para a residência e 20,80m² para a piscina) e terreno com 600,00m²; **ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador; **iii)** Ocupada. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **11 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 856.720,40 (oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte reais e quarenta centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

megaleilões

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças, firmado no âmbito do SFH nº 10144874808 de 29/05/2019, no qual figura como fiduciante **Joseane Samia da Silva,** brasileira, solteira, maior, enfermeira, portadora da CNH nº 03115532625 – DETRAN/SP e do CPF nº 296.167.998-27, residente e domiciliada na cidade de Osasco - SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 01 de julho de 2024, às 15h00,** endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 884.048,54 (oitocentos e oitenta e quatro mil, quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 41, localizado no 4º pavimento da Torre 02, integrante do Condomínio "Living Magic", situado na Avenida Manoel Pedro Pimentel nº 101, do Loteamento Industrial – Bairro Continental, em Osasco - SP. Áreas: Apartamento: privativa total de 89,950 m², sendo 80,050 m² coberta e 9,900 m² descoberta, tendo como área privativa principal de 70,150 m² e privativa acessória de 19,800 m² – correspondente a duas vagas de garagem vinculas; área comum total de 54,437 m², sendo: 38,737 m² coberta e 15,700 m² descoberta, perfazendo a área total de 144,387 m² e correspondendo-lhe a fração ideal de 0,0023740 do terreno, com direito as vagas de garagem nºs 232 coberta e 233 descoberta, localizadas no 1º sobressolo. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 130.297 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco - SP.** Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **11 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 442.024,27 (quatrocentos e quarenta e dois mil, vinte e quatro reais e vinte e sete centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FRAZÃO Leilões — Alienação Fiduciária — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10179690608, no qual figura como **Fiduciante SALETE MARTOS ALONSO,** brasileira, separada judicialmente, autônoma, RG nº 19.588.616-1-SSP/SP, CPF/MF nº 274.871.128-84, residente e domiciliada em Jaú/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 15/07/2024 às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 188.000,00** (cento e oitenta e oito mil reais), **o imóvel objeto da matrícula nº 17.045 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Jaú/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: "Um prédio residencial e seu respectivo terreno constante do lote 27 da quadra 10 da Conjunto Habitacional "Jardim Pedro Ometto", situado à Rua Dergon Nassif, número 91, com as seguintes medidas e confrontações: 9,96 metros na frente onde confronta com a referida via pública, 10,32 metros nos fundos onde confronta com os lotes ns. 10 e 09, 19,60 metros de um lado onde confronta com o lote nº 26 e 19,60 metros do outro lado, onde confronta com o lote 28, encerrando a área total de 198,74 metros quadrados". **Inscrição Municipal:** 06.4.35.52.0370.00 (Av. 04). **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 26/07/2024, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 101.221,38** (cento e um mil duzentos e vinte e um reais e trinta e oito reais). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (**www.FrazaoLeiloes.com.br**), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.FrazaoLeiloes.com.br** , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.FrazaoLeiloes.com.br** , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-2783-03)

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

megaleilões

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças – Cédula de Crédito Bancário de nº 10118573907, datado de 26.10.2010, no qual figuram como fiduciantes **Izaias Ribeiro de Oliveira,** brasileiro, eletrotécnico, e sua mulher **Ana Rosa Caprara de Oliveira**, brasileira, gerente de contas a pagar, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, portadores dos RGs nºs 35.978.834-8-SSP/SP e 23.491.734-9-SSP/SP e inscritos nos CPFs nas 725.159.883-34 e 136.565.408-70, respectivamente, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo - SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 01 de julho de 2024, às 15h00,** no endereço do leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 921.630,64 (novecentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Prédio (sobrado) nº 137 da Rua Gonçalves Aranha e respectivo terreno (designado como lote B do desdobro), na Vila Constança, 22º Subdistrito Tucuruvi, Vila Santa Terezinha, na cidade de São Paulo - SP. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 181.854 do 15º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo - SP.** Obs.: **i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; **ii)** Áreas: construída de 118,07m² e terreno de 124,45m²; **iii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador; **iv)** Constam as existências de gravames noticiados nas AVs. 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13 (INDISPONIBILIDADES), e AV.14 (PENHORA), dos quais o Vendedor providenciará as baixas sem prazo determinado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **11 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 460.815,32 (quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e quinze reais e trinta e dois centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

megaleilões

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças – Cédula de Crédito Bancário de nº 10178669900, datado de 27.10.2022, no qual figura como fiduciante **Patricia Minetto,** brasileira, divorciada, funcionária pública, portadora do RG nº 22.051.222-X-SSP/SP, inscrita no CPF nº 170.162.038-32, residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 01 de julho de 2024, às 15h00,** no endereço do leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 314.111,95 (trezentos e quatorze mil, cento e onze reais e noventa e cinco centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pela Casa (sobrado) e respectivo terreno, situados na Rua Dentista Barreto nº 771, no 27º Subdistrito Tatuapé, Bairro Vila Carrão, em São Paulo - SP. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 133.355 do 9º Oficial de Registro de Imóveis da Capital - SP.** Obs.: **i)** Áreas: 41,00m² (lançada no cadastro municipal) de construção e terreno com 41,60m²; **ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador; **iii)** Ocupada. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **11 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 157.055,98 (cento e cinquenta e sete mil, cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 141/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

MÉDICO CARDIOLOGISTA PARA AMÉRICO BRASILIENSE (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 28/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação de **MÉDICO**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Certificado de Conclusão de Residência Médica em **CARDIOLOGIA** credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou Título de Especialista em **Cardiologia** emitido por sociedade de especialidade médica filiada à Associação Médica Brasileira (AMB);
d) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 12h/semanais.
Salário: **R$ 4.993,62**
(quatro mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE CURRÍCULO *ON LINE*
(somente para os candidatos inscritos)

PERÍODO: 0h do dia 10/07/2024 até as 17h do dia 11/07/2024 no site www.faepa.br
Os candidatos habilitados poderão anexar o seu currículo e as cópias dos respectivos comprovantes de formação acadêmica, experiência profissional e conclusão de cursos relacionados à função, digitalizados em formato PDF, no período e datas acima observados o que consta do esquema de Avaliação Curricular deste Comunicado.

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREVISTA *ON LINE*
(somente para os candidatos classificados)

DATA: 23/07/2024 às 08h30
Os candidatos realizarão a **ENTREVISTA** por videoconferência por meio da plataforma utilizada para tal finalidade cujo link será enviado pela Unidade de Recursos Humanos e deverão acessá-la pelo menos **10 (dez) minutos** antes da hora marcada.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 142/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

COZINHEIRO POR PRAZO DETERMINADO PARA RIBEIRÃO PRETO (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 28/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO FUNDAMENTAL**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir experiência comprovada na função de **COZINHEIRO**;
-Serão considerados documentos comprobatórios de experiência: registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou declaração em papel timbrado emitida há menos de 30 (trinta) dias, contendo o cargo/função e descrição da atividade que exerceu, período trabalhado, CNPJ e assinatura do empregador com certificado digital ou firma reconhecida.

Taxa: R$ 10,00 (dez reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R$ 2.489,10**
(dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dez centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 143/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TÉCNICO ORTOPÉDICO PARA O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 28/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO MÉDIO**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R$ 2.806,63 (dois mil, oitocentos e seis reais e sessenta e três centavos)**

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 144/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

MÉDICO DE FAMÍLIA E COMUNIDADE POR PRAZO DETERMINADO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 05/07/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **MEDICINA**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Residência Médica completa em **MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE** reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou Certificado de Conclusão de **Curso de Especialização em Saúde da Família** com, no mínimo, 350 (trezentas e cinquenta) horas, que comprove o treinamento clínico prático no atendimento a todas as fases do ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idosos, incluindo Ginecologia e Obstetrícia);
d) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 20h/semanais.
Salário: **R$ 9.753,90**
(nove mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE CURRÍCULO *ON LINE*
(somente para os candidatos inscritos)

PERÍODO: 0h do dia 16/07/2024 até as 17h do dia 17/07/2024 no site www.faepa.br
Os candidatos habilitados poderão anexar o seu currículo e as cópias dos respectivos comprovantes de formação acadêmica, experiência profissional e conclusão de cursos relacionados à função, digitalizados em formato PDF, no período e datas acima observados o que consta do esquema de Avaliação Curricular deste Comunicado.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE

BIASI leilões — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 25/06/2024 às 10h **2º Leilão: dia 27/06/2024 às 10h**

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 25 de Junho de 2024 às 10:00 horas. Segundo Leilão: dia 27 de Junho de 2024 às 10:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: UM TERRENO**, situado à Rua Bela Vista de Goiás, designado como lote 30, Vila Machado, no **27º SUBDISTRITO - TATUAPÉ**, medindo 5,00m de frente, contados a partir de 10,00m da esquina formada com a Rua Euclides Antônio de Souza; por 23,50m da frente aos fundos; tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 117,50 m², confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel, com o prédio nº 29; do lado esquerdo com o prédio nº 31; e nos fundos com o prédio nº 126 da Rua Couraça; localizado no lado esquerdo de quem saindo da Rua Euclides Antônio de Souza, segue pela Rua Bela Vista de Goiás, em direção à Rua Sebastião Marchesoni. No terreno foi construída UMA CASA com 120,00 m² de área construída, que recebeu o nº 30 da Rua Bela Vista de Goiás. Matrícula nº 193.740 do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 312.400,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 156.584,00**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 27 de Junho de 2024, às 10:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante. Eventual regularização de área construída na matrícula, ficará a cargo do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 145/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

ELETRICISTA PARA O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE BAURU (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 05/07/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO FUNDAMENTAL**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Certificado de Conclusão de **CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA ou CURSO DE ELETRICISTA** com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração fornecida pela instituição.

Taxa: R$ 10,00 (dez reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R$ 2.572,54**
(dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 146/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TÉCNICO EM ELETRÔNICA PARA O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE BAURU (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 05/07/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO MÉDIO**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração fornecida pela instituição de ensino;
c) Possuir Certificado de Conclusão de **CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração fornecida pela instituição;
d) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R$ 2.691,66**
(dois mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 147/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

PROFISSIONAL ESTRATÉGICO (PRECEPTOR) NA ÁREA DE FONOAUDIOLOGIA (REABILITAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA DE PACIENTES GRAVES) DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 05/07/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **FONOAUDIOLOGIA**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 20h/semanais.
Salário: **Especialista: R$ 7.599,17**
(sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezessete centavos)
Salário: **Mestrado: R$ 8.105,57**
(oito mil, cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Salário: **Doutorado: R$ 9.118,37**
(nove mil, cento e dezoito reais e trinta e sete centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE PLANO DE ATIVIDADES E CURRÍCULO *ON LINE*
(somente para os candidatos inscritos)

PERÍODO: 0h do dia 18/07/2024 até as 17h do dia 19/07/2024 no site www.faepa.br
Os candidatos habilitados poderão anexar o seu plano de atividades e currículo e as cópias dos respectivos comprovantes de formação acadêmica, experiência profissional e conclusão de cursos relacionados à função, digitalizados em formato PDF, no período e datas acima, observando o que consta do esquema de Avaliação Curricular deste Comunicado.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 148/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

PROFISSIONAL ESTRATÉGICO (PRECEPTOR) NA ÁREA DE FISIOTERAPIA (HOSPITALAR E TERAPIA INTENSIVA) DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 24/06/2024 às 14h do dia 05/07/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **FISIOTERAPIA**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir:
-Comprovação de Especialização, Aprimoramento ou Residência na área de **Fisioterapia Hospitalar ou áreas afins** de, no mínimo, 1.000 (mil) horas; OU
-Experiência comprovada em **Fisioterapia Respiratória Hospitalar ou áreas afins**;
-Serão considerados documentos comprobatórios de experiência: declaração em papel timbrado emitida há menos de 30 (trinta) dias, contendo o cargo/função e descrição da atividade que exerceu, período trabalhado, CNPJ e assinatura do empregador com certificado digital ou firma reconhecida;
d) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 20h/semanais.
Salário: **Especialista: R$ 7.599,17**
(sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezessete centavos)
Salário: **Mestrado: R$ 8.105,57**
(oito mil, cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Salário: **Doutorado: R$ 9.118,37**
(nove mil, cento e dezoito reais e trinta e sete centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE PLANO DE ATIVIDADES E CURRÍCULO *ON LINE*
(somente para os candidatos inscritos)

PERÍODO: 0h do dia 18/07/2024 até as 17h do dia 19/07/2024 no site www.faepa.br
Os candidatos habilitados poderão anexar o seu plano de atividades e currículo e as cópias dos respectivos comprovantes de formação acadêmica, experiência profissional e conclusão de cursos relacionados à função, digitalizados em formato PDF, no período e datas acima, observando o que consta do esquema de Avaliação Curricular deste Comunicado.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

Torres eólicas da cidade de Dom Inocêncio (PI), um dos locais mais atrativos para a geração desse tipo de energia no Brasil Fotos Eduardo Anizelli/Folhapress

Sede de parque eólico vive frustração após bonança com obras

Dom Inocêncio (PI), que abriga maior estrutura desse tipo na América Latina, expõe desafios para o setor

Nicola Pamplona e Eduardo Anizelli

DOM INOCÊNCIO (PI) A cidade se orgulha de ser a terra da sanfona —tem até um museu dedicado a isso. Também se gaba de ser a terra do bode e da alegada maior estátua de bode do mundo. Mais recentemente, Dom Inocêncio (PI) adicionou ao seu slogan também a energia renovável.

Com pouco mais de 9.000 habitantes, divide com as vizinhas Queimada Nova (PI), Lagoa do Barro do Piauí (PI) e Casa Nova (BA) 103 torres eólicas do parques Oitis, da espanhola Neoenergia, e 372 projetados para o parque Lagoa dos Ventos, da italiana Enel, o maior da América Latina.

Com uma área equivalente a 2,5 vezes o município de São Paulo, é a terceira cidade brasileira com maior capacidade de geração de energia pelo vento e, considerando projetos planejados, disputa com as baianas Sento Sé e Morro do Chapéu o topo da lista entre as mais atrativas para o setor.

A chegada dos empreendimentos impulsionou a economia local, antes focada na pequena produção agropecuária. Mas trouxe também uma sensação de frustração depois da partida dos trabalhadores forasteiros, um desafio comum para as regiões propícias à geração renovável no país.

Após o início das obras, o PIB do município e a arrecadação da prefeitura mais do que dobraram. O número de empregos formais cresceu na mesma proporção, mas passou a recuar no início da década, com o início da desmobilização das construções.

O movimento de trabalhadores impulsionou os negócios. Otávio da Mata Almeida, 46, por exemplo, colocou R$ 300 mil em uma pousada com dez quartos e, depois, outros R$ 950 mil para modernizar e dobrar a capacidade.

"Aí acabou a obra e acabou o dinheiro na cidade", conta.

Na semana em que a reportagem esteve na cidade, no fim de abril, a pousada tinha apenas quatro quartos ocupados. Dois funcionários dos tempos áureos haviam sido demitidos.

Monalisa Lustosa, que pesquisa a relação entre transição energética e desenvolvimento, diz que esse é um movimento comum em cidades do Nordeste que recebem grandes empreendimentos em energias renováveis, que em geral são voltados para abastecer grandes consumidores no Sudeste.

"O que se vê depois são restaurantes vazios, pousadas vazias, produtores sem produzir e, o que é mais irônico, com problemas de acesso a energia", afirma.

De fato, a percepção é a de que a bonança ainda não trouxe grande melhora na qualidade da infraestrutura de serviços. "Se tem chuva não tem energia", reclama a dona de restaurante Neci de Assis Lopes, 47.

A energia não é o único sinal de infraestrutura deficitária no município. Segundo o Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 0,03% dos 4.516 domicílios são ligados à rede de esgoto e 15,4% têm fornecimento de água.

Uma adutora trazendo água de São João do Piauí será inaugurada em breve e a prefeitura deve iniciar obras para ampliar a rede de água. Mas não há planos para coleta de esgoto, que hoje é feito em fossas sépticas.

O secretário de administração da prefeitura, Valney Sousa, diz que o ganho de arrecadação com ISS durante as obras vem sendo investindo, entre outros, em pavimentação, melhoria das estradas, perfuração de poços artesianos, educação e compra de equipamentos hospitalares.

O aumento na arrecadação municipal, em uma cidade onde o emprego depende da prefeitura —apenas 9,85% da população era ocupada em 2021, segundo o IBGE— faz de Dom Inocêncio um dos municípios com maior rendimento do trabalho formal no estado, com 2,8 salários mínimos, em média.

Mas, com níveis mais baixos de escolaridade, a população tem dificuldades para se candidatar a vagas mais qualificadas nos parques eólicos.

Enel e Neoenergia dizem que ofertaram cursos de qualificação de mão de obra local e desenvolveram projetos sociais para capacitar moradores em outras atividades.

Alguns dos produtores rurais foram beneficiados com arrendamentos de áreas para a instalação dos parques e vias de acesso, que ocupam o alto das serras a leste do município. A Enel paga arrendamentos por 490 terrenos em Dom Inocêncio e cidades vizinhas. A Neoenergia, por outros 55.

As empresas dizem que os contratos de arrendamentos seguem melhores práticas de contratos com proprietários, mas em regiões próximas aos parques há críticas de moradores afetados, principalmente aqueles que não têm torres nos terrenos.

"Se pelo menos botassem uma torre na nossa terra, a gente ganhava um dinheiro. Mas ficou só o barulho", diz o Raimundo Rodrigues Coelho, 42, que vive com a esposa em uma comunidade chamada Bonfim, na divisa entre Piauí e Bahia.

Eles moram há 16 anos no terreno, onde produzem milho e feijão. A Neoenergia estava fazendo uma obra de isolamento acústico em sua residência, mas diz que ele mora a uma distância de torres além da mínima necessária para receber indenização.

Conflitos desse tipo de investimento com comunidades locais se espalham pelo Nordeste e geraram um manifesto de organizações sócio-ambientais em defesa de novas regras para autorizações de construção de parques de geração de energia eólica e solar no país.

Há uma avaliação de que os benefícios são sentidos apenas por grandes consumidores do Sudeste, que compram energia renovável e barata, tornando contraditórios os esforços do governo na necessária limpeza da matriz energética brasileira.

Com a expansão das energias eólica e solar, a capacidade de geração do Piauí praticamente triplicou desde 2017, chegando a 5,7 GW (gigawatts) em fevereiro, segundo a Aneel. O consumo do estado cresceu 20% no período, abaixo da média nacional de 24%, segundo a EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

É um indicador de que o grande potencial de geração renovável não vem se traduzindo em desenvolvimento regional.

Agricultor Raimundo Rodrigues, que mora ao lado de uma torre eólica na zona rural da cidade

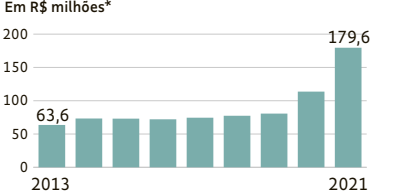
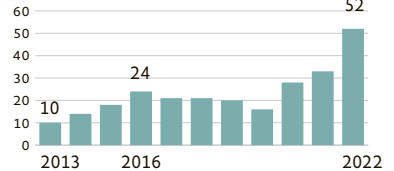
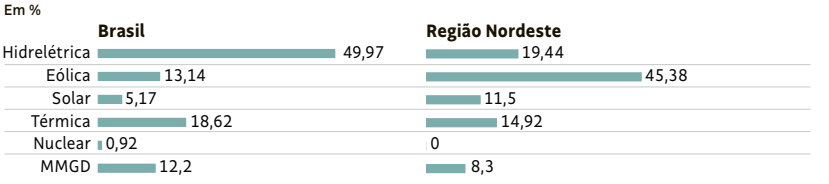
Economia dos ventos

Dados do município

População (2022)
9.159

População ocupada (2021)
9,85%

Salário médio dos trabalhadores formais (2021)
2,8 salários mínimos

Área
3.871 km²

Fortaleza, CE, RN, Natal, MA, PB, PI, Dom Inocêncio, PE, Recife, AL, SE, Aracaju, BA, 100 km

*Atualizado pelo IPCA de dezembro de 2022 | Fontes: IBGE, Aequus e Aneel